

**A CASA DO EMIGRANTE «BRASILEIRO» NA CONSTRUÇÃO DO
IDEAL NA ARQUITECTURA**

O CASO PARADIGMÁTICO DA ARQUITECTURA DA «CASA-DE-BRASILEIRO»,
CONSTRUIDA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX, NA EVOLUÇÃO
DO PROGRAMA DA CASA E DOS SEUS SIGNIFICADOS.

- ESTUDO DE CASO APLICADO AO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS -

António José Sequeira Afonso de Deus

PORTO 2011

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho reflecte a conjugação de dois âmbitos profissionais.

O de âmbito “prático”, ao serviço da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, onde desenvolvi, no Gabinete de Turismo e Artesanato, um levantamento no ano de 2004/2005 para actualização da *Carta de Valores Patrimoniais e Culturais*, do Plano Director Municipal em vigor, sendo disponibilizados contactos, e entrevistas, a todas as casas identificadas neste trabalho, entre outras, com a participação dos colegas que directamente colaboraram comigo. Às pessoas envolvidas, proprietários das casas, e aos colegas afectos ao serviço que partilharam este levantamento, agradeço a partilha de experiências e o contributo para o seu desenvolvimento.

O outro âmbito reflecte as competências que mantenho como docente na Universidade Lusófona do Porto. No decurso da realização deste estudo, com início à cerca um ano, obtive, para além dos conhecimentos e conselhos prestados pelos professores que ministram as cadeiras relacionadas com a disciplina de *Dissertação*, Professor Doutor Engenheiro João Guterres e Professor Doutor Arquitecto Francisco Ribeiro da Costa (orientador), a simpatia pelo tema seleccionado, auxiliando quer no que directamente se relaciona com o exercício disciplinar, no acompanhamento da formulação de uma metodologia, quer na coerência e objectividade necessária a alcançar num trabalho teórico. A ambos o meu agradecido reconhecimento pela disponibilidade e partilha do seu conhecimento.

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo

1	– Introdução	4
1.1	– Considerações gerais sobre o conceito de Casa na investigação em Arquitectura	5
1.2	– Contexto histórico e social do período de construção da «Casa de Brasileiro».	11
1.3	- Contributo para a definição de um modelo de «Casa de Brasileiro.	17
1.4	– O <i>estudo de caso</i> como critério de investigação na determinação da amostra.	23
1.4.1	– A amostra produzida a partir dos levantamentos realizados.	27
1.5	– Sobre a casa do emigrante Luso-Brasileiro. Contributo para uma bibliografia.	30
1.5.1	- A arquitectura e a emigração.	32
2	- Factores que participam na formulação de um modelo na «Casa de Brasileiro».	53
2.1-	Factos históricos que ocorrem no Brasil e em Portugal – síntese comparativa.	54
2.2-	A Emigração para o Brasil.	66
2.2.1	- A condição de emigrante e o território de partida.	71
2.3	– O território de partida – o local objecto de «estudo de caso».	74
2.3.1	– O território e a casa – o programa da casa entre a «casa de lavoura» e a «casa de brasileiro».	78
2.4	– Enquadramento teórico disciplinar formulação do tipo de «casa de brasileiro».	83
2.4.1	– A evolução do programa da «casa» no contexto cultural do Romantismo	97
3	– Formulação de um modelo a partir do estudo de caso.	105
3.1	– O “guia de observação” – critérios estabelecidos para fundamentar a amostra.	108
3.2	– Análise dos levantamentos realizados.	112
3.3	– Discussão dos resultados.	130
4	– Conclusão.	132
5	– Bibliografia temática.	135
6	- Fichas de caracterização dos imóveis identificados – Anexos.	141

RESUMO

O presente estudo desenvolve uma pesquisa sobre as transformações que se verificam na Casa, na moradia Unifamiliar, construída pela ação do emigrante luso-brasileiro na transição do século XIX para o século XX, concretamente no período que decorre entre 1890 a 1910. No período objecto de estudo verifica-se a construção de inúmeras casas, sobretudo nos lugares que tiveram um êxodo expressivo de emigração, dirigida ao Brasil, operando-se uma transformação na paisagem das vilas e cidades do Noroeste Peninsular, situação que caracteriza algumas das antigas vilas na actualidade, algumas com o estatuto de cidades. É o caso da vila de Oliveira de Azeméis, sede administrativa de um concelho marcado por um êxodo marcado pela emigração, estando patente nas «marcas do retorno», nas casas e nalgumas indústrias, que os emigrantes constroem após o regresso.

Para o presente estudo, que se desenvolve com base numa amostra, suportada por um trabalho de levantamento realizado na autarquia, procura-se identificar a existência de elementos constantes associados ao processo de construção das casas de emigrantes «brasileiros», que variam em função dos períodos de saída, e conseqüente retorno, revelando as variações dentro dos temas que se projetam para a Arquitetura das casas, condição que será comum a outros períodos, como é o caso da emigração dirigida para França, para o norte da Europa, de uma maneira geral, em meados do século XX.

Nos renovados gestos relacionados com o habitar o emigrante amplia o significado expresso no edifício, particularmente na organização do espaço, e no significado expresso na imagem conferindo à casa um ideal concreto, de materialização dos sucessos alcançados.

Enquanto ensaio, o presente estudo formula a hipótese da «casa de brasileiro» introduzir uma inovação / valorização, redefinindo o significado de objecto arquitectónico, o que corresponde a uma evolução do programa da habitação unifamiliar no contexto nacional, permitindo comparar com a realidade existente noutros países europeus, sobretudo no que concerne à influência da estética em curso, a Arte-Nova.

O preconceito inerente ao estatuto de emigrante, para além de participarem distintos elementos da sociedade nas sucessivas vagas de emigração, de diferentes estratos sociais, e provenientes de diversos locais, principalmente do Norte de Portugal, dificulta a leitura do enquadramento histórico/sociológico.

No contexto da cultura arquitectónica portuguesa, na vertente da História da Arquitectura, e do Urbanismo, importa aclarar a validade, a originalidade das casas edificadas pelos emigrantes luso-brasileiros, algo que se propõe realizar com o presente estudo, através da formulação de um modelo de «Casa de Brasileiro».

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Considerações gerais sobre o conceito de Casa na investigação em Arquitectura;

A compreensão dos significados inerentes ao acto de criar, e de interpretar, a Arquitectura constitui um permanente desafio para quem se relaciona com o exercício profissional, ou nele interfere directa ou indirectamente, através da actividade reflexiva, da História ou da Teoria. Decorrendo desta actividade, a realização dos projectos para os edifícios inseridos no espírito de um Tempo estabelece, a partir da sua materialização, uma estreita correspondência entre o Homem e a Sociedade desse tempo.

São inúmeras as formas e expressões dos edifícios que se projectam com os seus múltiplos significados, resultando na função destinada a habitação unifamiliar um dos mais simbólicos que perpassam pela humanidade. Considerando o significado implícito ao gesto de habitar, este reúne, na sua essência, a capacidade de disponibilizar abrigo através de um determinado acondicionamento físico, material, permitindo, a partir do espaço (vazio) que se gera, a con-vivência com o nosso semelhante, que na multiplicidade de relações e actividades que se exercem se destaca a formação da organização que se traduz na família e que é, em certa medida, reflexo da organização da sociedade.

O estudo convencional sobre a Casa, no âmbito da investigação em arquitectura, compreende várias vertentes de análise, destacando-se, pela abrangência do conhecimento que implica, a sua dimensão física, o estudo sobre o edifício, e a sua dimensão simbólica, o espaço para habitar – o lar¹. A partir destes «elementos», a «construção» e o «espaço», importa estabelecer o objectivo específico para cada um deles, dentro da diversidade de temas que podem ser investigados, e qual o tempo histórico que os delimita. Neste domínio, confirma-se uma prevalência da temática que incide sobre o estudo das formas, dos seus significados, como uma das mais representativas da teoria da arquitectura.

Na diversidade de estudos desenvolvidos acerca da casa, em que participam diversos domínios do conhecimento, surge incontornável a presença de várias áreas científicas, entre as quais as «ciências sociais», as «ciências humanas» e as «tecnológicas», entre outras. Podemos igualmente recolher informação precisa, acerca da evolução da casa, enquanto acondicionamento humano, nos estudos dedicados ao quotidiano, nos quais se resumem os hábitos do Homem. Com Fernand Braudel², historiador que desenvolve a investigação sobre o processo civilizacional, este descreve o espaço onde se insere a família, os compartimentos e usos associados recorrendo às características arquitectónicas, e

¹ Verifica-se uma distinção semântica, na cultura anglo-saxónica, entre a «casa» - House, e o «lar» - Home, que tem idêntico paralelo para a nossa cultura. Ver Ramos, Rui Jorge, A Casa – Arquitectura e Projecto Doméstico na primeira Metade do Século XX Português, Publicações FAUP, Porto, 2009.

² Braudel, Fernand, As Estruturas do Quotidiano: O Possível e o Impossível, Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII, Editorial Teorema, Lisboa 1992.

construtivas, permitindo extrair desse conhecimento informação relativa a elementos complementares à análise específica sobre a Arquitectura, no domínio das Ciências Sociais. A investigação suportada por este método, de recolha de informação com carácter histórico, permite ilustrar as transformações que ocorrem no espaço doméstico, bem como nas formas expressivas que se vão sobrepondo, numa diacronia, onde por vezes se fixa a perenidade de um determinado *tempo* através da perenidade da construção, da sua resistência física aos agentes atmosféricos.

Os significados contidos na essência da Arquitectura, a partir dos quais se revela uma constante dualidade entre «forma vs função», são enunciados, pela primeira vez, numa leitura de interpretação da arquitectura através do exercício de «projecto», com os arquitectos do modernismo, na transição dos séculos XIX para o XX. A partir deste período, a execução do Projecto da moradia resulta numa permanente resolução dos “conflitos” que se geram entre o diálogo interior/exterior, ou seja, do “recolhimento” versus “exposição”, não ignorando a importância dos factores psicosociais próprios ao indivíduo que habita esse espaço, que determinam uma percepção «pessoal» do mesmo.

O final do século XIX corresponde à transição que se opera nos formatos de abordagem da arquitectura, particularmente na metodologia associada ao projecto, ao «desenho de arquitectura», a partir do qual se desenvolve uma crítica sustentada, sobretudo produzida por uma leitura histórica, diacrónica, dos factos. É um período de preparação, ou de pré-figuração³, das alterações radicais que irão ocorrer nos modos de vida a partir das primeiras décadas do século XX, com reflexos na imagem dos edifícios e da estrutura urbana.

Ao considerarmos a casa de emigrante afecta à historiografia da arquitectura, edificada neste período de tempo, na segunda metade do século XIX, depreende-se no processo de edificação distintas opções na linguagem arquitectónica, participando nas abordagens eclécticas que se praticam nesse tempo. Estas tanto podem remeter para os «historicismos», com referência a uma estética reconhecida nas ilustrações de arquitectura, como podem apresentar uma inovação na abordagem, descomprometida de qualquer programa de estética em curso, de catálogo.

Noutros domínios de investigação, tendo como objecto de estudo a casa de emigrante, reconhecem-se outros factores de relacionamento, nomeadamente os que se articulam com o domínio da Sociologia, tendo por isso que se estabelecer leituras paralelas, considerando a condição do promotor, o *Emigrante*, no processo de construção.

³ Segundo Teyssot: “ A inovação tecnológica impôs a sua ordem, que só podia favorecer a transparência. Sob a fórmula aparentemente antiquada utilizada pelos arquitectos em meados do século XIX, torna-se necessário saber reconhecer não tanto o que “prefigura” o nosso ser contemporâneo, mas o que Benjamin denominava a “pré-forma” (*Urform*), “quer dizer, aquilo que converte todo o século XIX no ‘pré-fenómeno’ (*Urphanomen*) da nossa história contemporânea”.³ (Tysot, 2010: 136).

Encarando a casa como um objecto que enuncia a história «de um tempo», estabelece-se como objectivo principal para o presente estudo o reconhecimento, a partir da construção da «casa de brasileiro», da produção de um *modelo* que participa da evolução da concepção da casa *unifamiliar*, dos seus significados, em território nacional, construída sob acção do emigrante luso-brasileiro.

Nas transformações que ocorrem na paisagem urbanizada, e em particular no contexto rural de final de oitocentos, a imagem distintiva que este tipo de arquitectura apresenta, tornando-se mais evidente no contexto local das pequenas vilas portuguesas, permite estabelecer uma comparação formal, conceptual, entre o novo *modelo* de casa e as casas existentes. No contexto dos aglomerados rurais, onde se insere a generalidade das casas onde se extrai a informação para o presente estudo, prevalece a função da habitação dependente das actividades agrícolas, funcionalidade que afeta as características formais das casas.

Nos centros urbanos em formação, e nas vilas e nas principais cidades, fazem-se notar as diferenças das casas construídas pela burguesia, classe que ainda conserva um forte vínculo às actividades da lavoura, mas que se desloca para o contexto urbano, favorecendo as actividades comerciais, impulsionando o comércio. A casa tradicional, inserida neste contexto geográfico, tende a exercer a função de posto comercial, à escala da família local, “abrindo portas” para o espaço da rua.

No final do século XIX, sobretudo quando se verifica o regresso mais intenso de emigrantes, para a generalidade dos edifícios que se constroem nos principais aglomerados urbanos, as diferenças que se fazem notar nos edifícios destinados a habitação, comparando o meio rural com o espaço em urbanização, reflectem a participação, ou a ausência, de arquitectos no processo de desenho destas casas. As que são construídas no meio urbano reflectem preocupações de inserção com a envolvente, cujos reflexos se traduzem na introdução de elementos decorativos conotados com a estética vigente, as artes decorativas, ou Belas-Artes. Para a generalidade das casas edificadas neste contexto, que estão associadas à burguesia urbana, estrato social que predomina nas casas objecto de estudo, estas obedecem à estética conotada com os programas conservadores, como o neoclassicismo.

A atitude que o emigrante reflecte, através da construção da casa, transporta-nos para um campo de análise sociológica, considerando as expectativas de ascensão social que o indivíduo, ou conjuntos de indivíduos, geram. Entre as principais motivações colocadas na deslocação do «emigrante» português, que não são diferentes dos demais povos, esta incide na construção de uma casa, que assegure o controlo, reflexo de estabilidade, económica e social, revelando o desejo de independência, a sua ascensão no estatuto social. Esta alteração, constante nas vagas de emigração que ocorrem neste período, desde meados do século XIX, reflete-se na transformação dos significados que a casa.

Independentemente das características geográficas e topográficas que caracteriza o lugar de onde parte, com a chegada do Emigrante altera-se o estado de permanência, que é uma marca desse espaço. A casa de emigrante reflecte, por isso, enquanto objecto material dessa transformação, o ideal da fuga, e conseqüente conquista, convergindo nesta os múltiplos significados, desde a descoberta do território de destino, o Brasil, para o presente caso, até à valorização estética, cultural, que reflecte a ascensão a um patamar de conhecimento, de cultura, que este adquire, fruto da sua experiência e iniciativa pessoal.

Para o mesmo período de tempo, de intenso tráfego de deslocação de pessoas, seja no processo de retorno, seja de uma permanente emigração, converge uma evidente ausência de técnicos qualificados para responder às solicitações dos emigrantes, inclusive para compreender as transformações que este transporta, culturais e artísticas, para além de se verificar uma total ausência de planos de desenvolvimento dos principais aglomerados, sobretudo para finais do século XIX. Esta condição transporta para a sua iniciativa, já “experimentada” no exterior, a capacidade de investir na casa dos seus «sonhos» nela concentrando as imagens de um «percurso de vida». A casa é, por isso, a concretização desse sonho, que este materializa, dirigindo a obra como se de uma «obra de arte» se tratasse. Este será o significado mais explícito que a casa de emigrante deste período traduz, que dificulta a pesquisa histórica, já que o processo de construção é baseado na sua experiência, sendo por vezes teleguiado⁴, não recorrendo a um projecto convencional. Esta atitude é reforçada por séculos de uma prática de construção resultante de uma iniciativa pessoal, de auto-construção, de que a casa de emigrante traduz em toda a plenitude.

A ausência de um autor no desenho da «casa de emigrante» (pode-se estabelecer este facto como um possível enunciado geral), ou a actual impossibilidade de recuperar informação que remeta para a participação de pessoas “informadas” no processo de desenho dessas casas, para a maioria dos casos, permite estabelecer o confronto, de forma explícita, entre o que são as referências que o emigrante transporta da sua presença no Brasil, ou que vai optar quando regressa ao seu país, remetendo qualquer uma das opções para a sua interpretação pessoal, aos significados contidos na arquitectura «do seu tempo». A distância que se verifica das casas aos centros das vilas, sendo construídas maioritariamente ao longo dos principais caminhos de ligação entre os aglomerados urbanos, aproximando a casa da visibilidade dos caminhos, potencia a “novidade” que o emigrante transporta, seja do ponto de vista económico, seja cultural, que se reflecte na exposição, de um veículo na divulgação destas *arquitecturas*.

⁴ No percurso de levantamento e de “inquérito” de alguns familiares que ainda residem nas casas, surgem relatos de casas mandadas construir a partir do Brasil, com delegação de responsabilidades no acompanhamento das obras em familiares residentes, por vezes descendentes. É o caso de familiares/proprietários da casa localizada em Cesar – Quinta Verde.

A casa edificada neste contexto reflecte, na sua essência, um programa de habitação reservado a uma classe social em afirmação, que contrasta com anteriores predomínios das actividades dependentes do meio rural, contribuindo o imóvel para a afirmação da imagem que as diversas comunidades de emigrantes, imbuídas de um espírito cosmopolita, que contactam nas cidades brasileiras, vão promover no retorno.

Na procura de sistematização das características arquitectónicas, presentes na «casa de emigrante», numa análise «conceptual», depreende-se um processo de assimilação de *gosto*, de interpretação dos modelos de casas que se constroem no Brasil, e na Europa, a partir das quais se subentende, na valorização estética do edifício, a intenção de expor, de divulgar, projectando a casa como veículo cultural, mundano. Esta atitude, de afirmação pessoal, num meio social em transformação, revela-se nas inúmeras denominações que as casas vão ter, as *Villas*, seguidas do nome do proprietário(a), enquanto outras reportam para o espaço geográfico de onde o emigrante regressa, como sejam: *Quinta de N.ª Sª do Brasil, Quinta Verde, Quinta de Vera Cruz, etc.* Da arquitectura de “catálogo”, de revisão historicista, e de âmbito internacional, que caracteriza o século XIX, sobre influência dos historicismos, passamos a uma arquitectura individual, de autor, local e regional.

Na selecção da amostra para «estudo de caso» tornam-se referência as casas construídas pelos emigrantes *luso-brasileiros* no período que corresponde à última década do século XIX, prolongando-se para as gerações seguintes (herdeiros da 1ª geração de emigrantes) até à década correspondente à implantação da república, em Portugal. A delimitação do estudo neste período histórico, em duas décadas, de 1890 a 1910, abrange profundas transformações, que ocorrem quer na sociedade portuguesa, quer na sociedade brasileira, acompanhadas por idênticas transformações na política internacional, resultando a última década do século XIX na transição do regime político da Monarquia Constitucional para a República, no Brasil. As convulsões políticas e sociais que se verificam estão associadas ao movimento migratório internacional, de milhares de emigrantes que se deslocam entre continentes, sobretudo a partir do continente europeu e asiático, para os países do «novo-mundo».

Os portugueses integram um dos contingentes mais significativos de emigrantes que se desloca em direcção ao Brasil, no decurso do século XIX, até ao início do século XX, reflectindo-se este fenómeno no agravar da débil situação económica do país, atendendo à diminuição da mão-de-obra disponível, apesar da variação positiva da percentagem de população (varia entre os três milhões no início do século e os cinco milhões no final). Apesar da deslocação massiva uma parte dos que saem regressam, após arregimentar o pecúlio suficiente para construir uma casa digna, na terra natal, ou para restabelecerem

de novo a actividade comercial ou agrícola, fortemente afectada pelos condicionalismos políticos referidos.

Confirma-se, desta forma, uma causa-efeito na construção das casas pelos emigrantes, no presente caso dos «luso-brasileiros», uma vez que estas são o resultado do processo de emigração e conseqüente regresso, deslocação que se irá traduzir para muitos, embora em percentagem inferior aos que optam por ficar, no «retorno», movimento pendular que ficará conhecido por «*torna-viagem*»⁵.

O incremento da deslocação para o Brasil está associado a causas de natureza política, estabelecendo a independência do Brasil, em 1808, uma alteração no carácter da relação entre os portugueses e os que se naturalizam no Brasil. Para efeitos de registo, dos que se naturalizam brasileiros, considera-se a terminologia de emigrante, numa vertente de retorno, após a confirmação pela Coroa portuguesa da afirmação da autonomia política e económica do país, período que corresponde ao Império, a partir de 1821. Estabelecido este período, considera-se a primeira geração “oficial” de emigrantes, portugueses, após esta data, resultando, por isso, a nível nacional, a necessária organização administrativa no sentido de identificar os cidadãos que saem do país, criando-se para esse efeito o título de *passaporte* para registo oficial das saídas. Esta organização administrativa, que está associada à criação do primeiro código administrativo, no período liberal, publicado em 1836, reflexo do fim das convulsões liberais, após a Guerra Civil⁶ de 1832-34.

Para a compreensão destes factos, da motivação para emigrar, e para efectuar o regresso, que influencia a estratégia colocada na construção na sua casa, de Emigrante, torna-se pertinente a associação ao objecto de estudo a condição do promotor. Reconhece-se, a partir do estudo da «casa de brasileiro», uma interdependência entre a imagem que esta veicula, a sua arquitectura, e a classe social que está na origem das principais alterações sociais e económicas, a burguesia.

No contexto da reflexão inerente à área disciplinar, na teoria da arquitectura, a problemática sobre a «*casa de emigrante*» insere-se num tema mais vasto, dedicado ao conhecimento sobre as características espaciais e formais implícitas à transformação da casa, e que se irá desenvolver no decurso do século XX.

⁵ “Brasileiro de Torna – Viagem: designação do português que, após a Independência do Brasil, migrou para a antiga Colónia, retornando para Portugal na segunda metade do século XIX.”. Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico do Brasil: Colónia e Império, 6ª edição – Autêntica, Belo Horizonte 2008

⁶ A guerra civil tem início com o desembarque da “expedição liberal, a 8 de Julho de 1832, na praia do Mindelo”[sob a liderança de D. Pedro IV] e tem fim oficial a 27 de Maio (de 1834) em que era “assinada a convenção que tem o nome de Évora-Monte, segundo a qual D. Miguel deveria deixar o País. (...) A 31, o que restava do exército absolutista depôs as armas.” Ventura, António, Da Revolução vintista à guerra civil (1820-1834) in História de Portugal – Portugal Liberal, vol. X, Edição Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, Amadora 2004.

1.2 – Contexto histórico e social do período de construção da «casa de brasileiro».

“Podemos, pois, supor que o desprezo que a arquitectura do século XIX mereceu bastante generalizadamente por parte dos historiadores da arte, que parecem ver nela uma espécie de terra de ninguém entre as arquitecturas dos séculos anteriores e as primeiras manifestações dos novos conceitos arquitectónicos próprios do século XX, que esse desprezo, portanto, deverá ser referido a caracteres gerais da arquitectura que mantêm uma relação de certo modo necessária com as novas formas do poder e de legitimação ideológica.” (Freitag, 1999: 38)

A transição do século XIX para o século XX, período de tempo no qual se centra o presente estudo, é historicamente reconhecida pelas enormes convulsões sociais e políticas, a nível nacional e internacional, a partir das quais a sociedade, enquanto representação dos poderes instituídos, assiste, e participa, na consagração da regulação da *nova* ordem política que irá confirmar a *institucionalização* dos novos poderes.

Da concentração do poder baseada na monarquia constitucional, sistema político conotado com a ordem *liberal*, transfere-se a regulação política para um poder republicano, laico e civil, inaugurando uma atitude de liberdade cívica, em que os cidadãos se representam a si próprios, enquanto seres singulares que partilham um ideal colectivo (ideal *republicano* versus ideal *liberal*).

O enquadramento político no fim do século XIX converge para a formalização do *Estado*, da República, situação que só se vai consumir no século XX. Esta nova entidade institui a regulação da ordem social e política cuja representação é determinada pelo «povo» que (se) elege. Nesta visão de uma organização colectiva estabelece-se em paralelo uma visão de «autonomia individual» na qual o cidadão é livre de participar e de agir, estabelecendo o conceito de sociedade civil auto-representativa.

São inúmeras as facetas que podem *definir* o Homem oitocentista “produto” da sociedade vigente. Este é particularmente caracterizado, nos *caracteres* sociais, por um «individualismo com um fim universalista»⁷ que se revela nos diversos domínios do conhecimento, sobretudo através do sistema político, no qual se ensaia, substituindo gradualmente o sistema de representação *pessoal* pelo modo de representação *institucional*. A atitude *individualista* é suportada por uma concepção filosófica que emerge na “idade da razão”⁸, e que se caracteriza por um pensamento *positivista*, *racional*, cujos

⁷ Expressão inserida no texto “Para uma história política da Arquitectura na sociedade moderna”, onde o autor reflecte sobre os “três modos fundamentais de reprodução da sociedade”, surgindo a expressão para o “segundo modo” *político-institucional*. FREITAG, Michel, *Arquitectura e Sociedade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 2004.

⁸ “Dá-se início ao século das Luzes, em França, com a publicação das Cartas Persas (1721) de Montesquieu. (...) As Luzes foram ao mesmo tempo um fenómeno europeu e a primeira afirmação da ideia de Europa. Os filósofos e os eruditos proclamam e vivem a universalidade da razão.” ROUX-LANIER, Catherine, e outros, *A Cultura Geral de A a Z*, pag. 250, Plátano Edições Técnicas, Lisboa 2001.

pressupostos ideológicos se fundamentam na *crença* de um contínuo progresso científico, repercutindo-se este fenómeno na imagem dos edifícios, a partir da qual se idealiza esse tempo que se *petrifica* na arquitectura. A partir deste processo evolutivo, de transformação da sociedade, resultam atitudes e convicções protagonizadas pelos diversos agentes que a representam, com concepções individuais e colectivas, em que a arquitectura, enquanto expressão do pensamento *de um tempo*, ilustra.

Nas múltiplas e distintas possíveis abordagens sobre a *Arquitectura*, existe uma constante que é denominador comum para as diversas etapas civilizacionais que esta arte consagra, o *tempo*. Com a introdução desta *dimensão*⁹ nos processos de concepção e consequente investigação inerentes à área disciplinar, incorpora-se a realidade própria de cada *época* na arquitectura, projectando o presente no futuro o que favorece a sua actualidade.

Desta forma, a reflexão suportada pela análise teórica e histórica sobre a arquitectura, incluindo nesta o artefacto urbano afecto ao contexto de uma *época*, depende de considerações que incidem sobre as condicionantes de enquadramento histórico, a partir das quais se *resume* o contexto *societal* vigente nesse tempo.

Esta condição *determinista* torna-se particularmente evidente em contextos de afirmação da *condição social*, protagonizados através de determinados elementos da sociedade, que assumem, para esse período, a *representação* do poder institucional. É o que sucede no decurso do século XIX, particularmente após a 2ª revolução francesa, que ocorre em 1848.

A partir de meados do século confirma-se a ascensão [social] da burguesia *democrática* cujo processo de alteração da estrutura hierárquica, perante as restantes classes sociais, está em curso desde a *Reforma*¹⁰. No caso português, a partir da década de 70 do século XIX, a *pequena-burguesia*¹¹ corresponde ao grupo social que irá liderar as reformas políticas e sociais, estando, segundo alguns autores, na origem da formação do *Partido Republicano*. Este movimento constitui-se gradualmente como um contra-poder à ordem social vigente, que se apresenta sob a forma autoritária, oligárquica, do regime *liberal*, que se instala com a monarquia constitucional, e termina na implantação da República, a 5 de Outubro de 1910.

Ao movimento de ascensão social protagonizado pela *burguesia* corresponde um outro, de “sinal oposto”, correspondente ao *proletariado*. Este tem origem nos operários fabris,

⁹ Segundo a concepção introduzida por Theo van Doesburg para o «modernismo», no período correspondente ao «expressionismo».

¹⁰ Movimento reformador que tem início com a Reforma religiosa, protestante, no século XVI, que designa o que “conduziu parte da Cristandade ocidental a rejeitar a autoridade do papa e a contestar o ritual e a dogmática da Igreja católica apostólica romana”. ROUX-LANIER, Catherine, e outros, *A Cultura Geral de A a Z*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa 2001.

¹¹ “Foi nesta época que segmentos importantes da *pequena-burguesia* e das classes médias – lojistas, pequenos industriais, alguns grandes agricultores, sectores das profissões liberais e universitários – se encontram, ao mesmo tempo, excluídos do sistema político liberal oligárquico e cortados, nós diríamos definitivamente, do proletariado organizado. É aqui (...) que é preciso procurar as razões essenciais da criação do Partido Republicano, a qual não se completará senão em 1876.” CABRAL, Manuel V., *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, pag. 20, Editorial Presença, 2ª edição, 1988 Lisboa.

traduzindo-se numa das maiores forças políticas, *sindicalizadas*, com autonomia para reivindicar os seus direitos¹². Este grupo social resulta da *industrialização*, da “revolução” em curso, a partir da qual se gera um novo *tipo* social, o *industrial*, que se irá juntar aos demais intervenientes da classe dominante. As lutas de classe que se verificam desde então, opondo o *capital* [o patrão] e o *proletariado* [o operário], colocam no centro das atenções a importância do espaço urbano para a gestão dos conflitos sociais.

Os movimentos sociais que ocorrem no decurso do século XIX têm origem no espaço “socializado”, isto é, geram-se a partir de um lugar com concentração populacional significativa onde se revê o espectro social multifacetado.

Neste período, de *pré-urbanismo*, surgem as primeiras propostas de desenho urbano que esboçam as *formas* da *cidade racional* sobre a qual se projecta a ocupação e distribuição do espaço urbano exprimindo a visão *funcionalista*, de separação de usos, sendo propostas designações para as distintas funcionalidades que a cidade incorpora, com visões parcelares como “*cidade-industrial*”; “*cidade-histórica*”; etc.

A cidade mecânica, eminentemente burguesa, é o “palco” a partir do qual se definem os lugares preferenciais, onde se instalam os respectivos *actores* sociais permitindo reconhecer essa ordem na estrutura urbana que se projecta no fim de século. Se na organização espacial que evolui a partir da ordem social do período medieval se favorece o convívio entre os *ofícios*, já que o limite urbano, o *burgo*, era inclusivo (não ignorando as questões de ordem defensiva presentes), para a concepção espacial urbana do século XIX o desenho da cidade depende da distribuição das actividades laborais (artesaniais), uma vez que se verifica uma gradual especialização profissional, a partir da qual se estabelecem os locais *adequados* para as respectivas funções. Assim, à imagem que se associa ao tipo funcional presente na arquitectura, junta-se a importância da localização que se relaciona com essa função, conferindo uma valorização ao edifício que se repercute no “valor” do terreno.

Na visão racionalista, científica, que se constrói a partir deste período, de organização da cidade, surgem preocupações que reflectem uma nova atitude perante a *higiene*, pessoal e colectiva, com reflexos na saúde das populações e do ambiente urbano.

Estas concepções estão associadas às regras de *civilidade* a partir das quais se criam os primeiros regulamentos urbanísticos¹³. Através da definição de regras urbanísticas, da

¹² “A partir de finais de 1871, durante vários meses, uma longa série de greves (...) marca, ao mesmo tempo, a separação social dos operários relativamente ao «povo», que se mobilizara durante os motins fiscais de 1868, e a separação política do proletariado relativamente à esquerda tradicional, inclusive sob a sua nova face republicana.” idem

¹³ O Regulamento Geral de Saúde publicado em 1901 é substituído pelo primeiro regulamento a estabelecer critérios de salubridade para todas as construções – “Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas”, de 14 de Fevereiro de 1903. Em 1951 é regulamentado através do Decreto 38.382 de 7 de Fevereiro, adoptando a designação *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. “A estética a funcionalidade e integração no meio urbano, entre outros aspectos dos edifícios, só em 1951 foram regulamentadas”. Segundo Lobo, Manuel da Costa, Legislação Urbanística, Edições IST, Lisboa 2001.

“especialização” que se aplica ao espaço, o *solo* adquire uma classificação que depende do uso, para fins de construção, constituindo o elemento sobre o qual as classes “favorecidas” podem determinar o lugar adequado, assegurando para si os melhores locais, não negligenciando, contudo, a importância da *cidade histórica* onde se mantêm as principais actividades económicas.

A arquitectura do *neoclássico*¹⁴ integra-se nesse complexo âmbito programático que o urbanismo irá potenciar, em particular a partir da separação de funções, em que a casa se afasta da proximidade da fábrica, concepção urbana suportada pelos investimentos que a burguesia irá proporcionar, patrocinando os melhoramentos urbanos que permitem o acesso à sua casa. Esta concepção de desenvolvimento urbano coloca a casa da burguesia na origem da ruptura urbana, a partir da qual se vai expandir o “centro” (numa visão concêntrica dos aglomerados urbanos que evoluem da cidade medieval), estabelecendo os novos limites até onde se poderá desenvolver a cidade, nesse período.

Neste sentido, a concepção da casa destinada a residência da família burguesa estabelece o ideal de afastamento do bulício citadino, o que reforça uma postura conservadora, de afastamento das preocupações mundanas, reflectindo-se inclusive na rejeição dos materiais de construção inovadores que poderão perturbar a concepção «estática»¹⁵ que esta classe concebe sobre o seu espaço *doméstico*. Esta concepção surge em oposição ao espaço «dinâmico» que está associado à *unidade industrial*, ou nos edifícios destinados a serviços, locais onde se experimentam esses materiais, como o ferro e o vidro, permitindo grandes superfícies envidraçadas que proporcionam uma nova *espacialidade*, opções que surgem na arquitectura *doméstica* através dos movimentos artísticos da *arte-nova* e da *art-deco*, no fim do século XIX.

Apesar dos significados presente noutros edifícios, em que se experimenta a utilização destes materiais, justificando inclusivamente as grandes dimensões que estes alcançam, particularmente destinados ao *público*, como os teatros, os bancos, salões de exposições, terminais ferroviários, etc., é na *fractura* entre as classes sociais que se opõem os modelos representativos da sociedade vigente, a *burguesia* e o *proletariado*.

Por um lado, temos a *sede* da *família* burguesa, a residência, na qual se enaltece, através da valorização arquitectónica do edifício, a sua importância como o núcleo de um poder próprio, individual, “sagrado”. Por outro, temos a construção dos edifícios para albergar as novas funções de iniciativa privada, a indústria ou a fábrica, onde trabalha o *proletariado*, a

¹⁴“As nobres sensações que inspirava [a arquitectura clássica, grega e romana] (clareza, ordem, robustez, respeitabilidade, grandeza) permitiam atribuir-lhe um forte conteúdo ideológico que se ajustava ao programa intelectual e artístico dos filósofos desta época, revolucionários e progressistas, mas também reformadores e moralizadores.” Pinto, Ana, e outros, *A Arte Neoclássica, História da Arte Ocidental e Portuguesa, das origens ao final do século XX*, Porto Editora, Porto 2001.

¹⁵ Expressão retirada de *Arquitectura e Sociedade* de Michel Freitag.

classe social que se autonomiza do «povo»¹⁶ adquirindo uma identidade própria. Estes espaços são *colectivos*, pertença do grupo alargado de operários, correspondendo às novas *catedrais*, acumulando um duplo significado através da escala dos hangares industriais e da função que asseguram. As opções formais, estéticas, que estas construções permitem reconhecer traduzem as aparentes contradições de *classe* em que converge, nos seus traços psico-sociais, a herança cultural de uma tradição religiosa (a moral do seu tempo) e o pragmatismo de uma fé no *progresso* (o conhecimento científico e tecnológico).

A dualidade de critérios assumida pela burguesia, que se traduz de forma evidente na *imagem* dos edifícios, o significado intrínseco à sua função, para o mesmo *tempo*, aquilo que estes *demonstram* sobre essa sociedade, «individualista» e «universalista», será reproduzida, a partir do *modelo europeu*, na arquitectura dos edifícios que surgem no *novo-mundo* pela “mão” dos emigrantes que vão participar na sua construção.

O desejo de *afirmação*, de plena conquista, que se instala no continente americano através da emigração massiva que se efectua ao longo do século XIX, sentimento que se generaliza nos diversos locais onde estará representada esta classe, próprio do ideal da burguesia, irá traduzir-se numa arquitectura cuja iconografia resulta, para a maior parte dos casos, da adaptação de valores consagrados, portanto herança de um passado histórico, em que o conhecimento baseado na *literatura*, que se vulgariza através de publicações de *especialidade* sobre *construção* e *estética*, se alia ao conhecimento técnico e artístico, na construção. Este conhecimento uniformiza as características espaciais e estéticas que serão apanágio da classe social vigente, valorizando a “leitura”, e implícita interpretação, da organização do espaço através da diversidade dos usos, sendo reforçada pela utilização dos elementos decorativos aplicados (pintura e *trompe d’oeil* aplicados nas paredes, trabalhos requintados em marcenaria com utilização de madeiras exóticas, trabalhos em estuque, utilização de vitrais, etc.), estando igualmente presente no exterior do edifício na decoração das fachadas, por vezes excessiva, tomando referências de vários estilos *históricos*, recorrendo a vários materiais, adoptando-as “por catálogo”.

Os antagonismos presentes na sociedade multifacetada de *fim-de-século* reflectem uma sobreposição de *valores*, nos quais prevalece uma concepção romântica que a *sociedade culturalista* pretende prolongar, sob pretexto de manutenção da *ordem* abstracta/figurativa na qual se insere a estética vigente, de que participa a arquitectura.

O modelo referenciado para a habitação da burguesia, formado no neoclassicismo, e que evolui para as casas de campo construídas pelos ingleses, as *cottage*, estabelece o padrão a partir do qual se vão desenvolver determinados tipos de casas, com variantes que vão

¹⁶ “Com efeito, enquanto até então a classe operária mal se distinguira socialmente do «povo» e o seu papel político se limitava ao de «massa de manobra» da esquerda burguesa ou pequeno-burguesa, a partir de finais de 1871, uma longa série de greves (...) marca a separação social dos operários relativamente ao «povo».” Cabral, Manuel Villaverde, Portugal na Alvorada do Século XX, Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa 1988.

desde determinadas opções sobre a organização e distribuição espacial, bem como na diversidade de opções “formais/conceituais”, com volumes “autónomos” com leitura espacial, e opções formais / decorativas, confirmando-se estas opções através dos vários elementos que a mesma casa integra.

A construção da *imagem* da casa da burguesia é reforçada pela *domesticidade do lar*. A afirmação do espaço doméstico corresponde a uma nova concepção de vida em família, na qual se afirma a participação da mulher com um estatuto de autonomia, que irá influenciar, para a formulação desse tipo, a integração de vários espaços com uma vivência específica, permitindo a permanência por “longos” períodos de tempo em casa, incluindo nesta o círculo de amigos. A esta inovação de *funcionamento* do espaço para habitar, associada à casa, corresponde o conceito moderno de “máquina para habitar”.¹⁷

A arquitectura da residência para a burguesia, entendida neste estudo como a precursora do *tipo* no qual se irá basear a arquitectura da casa de emigrante, edificada em Portugal com o regresso do emigrante, integra múltiplas referências históricas que não se confinam ao período de construção da casa, nem à sociedade vigente. Esta é, também, fortemente marcada pelo processo civilizacional que caracteriza a história do Brasil desde a sua colonização.

O *tipo* de arquitectura da casa de emigrante construída a partir do Brasil, com o reportório iconográfico do neoclassicismo, e do romantismo, é caracterizado pela sobreposição de referências históricas que o emigrante irá absorver no contacto com o *povo brasileiro*.

O estudo dedicado à arquitectura das casas de «brasileiro», edificadas pelos emigrantes luso-brasileiros na transição do século e no processo de *retorno*, insere-se nesse complexo tempo de termo de um processo civilizacional, sob influência do *romantismo*, corrente intelectual e espiritual que sintetiza o espírito dessa época, do século XIX, onde se anuncia, também, uma ideia de progresso, de *evolução* que se encontra em curso e que converge sobre múltiplas formas no novo movimento - o *modernismo* -.

¹⁷“(…) durante toda a segunda metade do século XIX até à época dos *slogans* do chamado “movimento moderno” da arquitectura, a tendência foi precisamente para reduzir a habitação a um simples mecanismo. Demonstrou-se que foi precisamente o arquitecto Adolphe Lance quem, em 1853, propôs a ideia de uma “máquina para habitar”(…)”. Teyssot, Georges, Da Teoria da Arquitectura: Doze Ensaio, e.d.arq e Edições 70, Lisboa 2010.

1.3 - Contributo para a definição de *tipo* na construção da «Casa de Brasileiro».

A problemática que se constrói em torno da pesquisa sobre a existência de um tipo de arquitectura associada à «casa de brasileiro» está condicionada por uma duplicidade inerente ao tema, uma vez que associa o estudo da arquitectura da casa, delimitando áreas de pesquisa neste domínio do conhecimento, nomeadamente na História da Arquitectura, com a condição do promotor, o emigrante luso-brasileiro, relacionando com a *problemática* da emigração, isto é, com o domínio do conhecimento que depende das ciências sociais, em particular da Sociologia.

O âmbito de investigação desenvolve-se numa vertente teórica, de construção dos significados próprios a este *tipo* de arquitectura, estabelecendo, também, um alcance com a objectiva valorização patrimonial do edificado associado à «casa de brasileiro», no âmbito da gestão urbana municipal, através do instrumento sectorial de planeamento «*Carta de Valores Culturais e Patrimoniais*», permitindo a inclusão do edifício como “objecto” de relevante valor arquitectónico, cultural. Neste domínio, o reconhecimento de uma realidade específica presente num determinado território, tratando-se do município de Oliveira de Azeméis, revela-se fundamental para a compreensão dos significados inerentes à presença de um número expressivo de emigrantes, com a correspondente construção de casas, destacando este território no contexto local e regional como “terra de emigrantes”.

A condição de emigrante representa, para as diferentes épocas, um factor de diferenciação nos tipos sociais, sobretudo quando se estabelecem comparações entre os sujeitos da mesma classe, o «povo». A transformação social que o emigrante vai operar, através da progressão na hierarquia social, gera um preconceito na sociedade «da época», que se repercute nos diversos “valores” que lhe estão associados, sobretudo nos que se reflectem através da materialização, como será a construção da «casa». Este fenómeno está associado a outro de âmbito mais abrangente, no relacionamento dos tipos sociais, que se traduz numa progressiva *individualização*, que corresponde ao «individualismo» que germina no «racionalismo» do século XVIII. A conjugação destes factores amplia a exposição a que o emigrante vai estar sujeito, tornando-se alvo das frustrações dos diversos “actores” da sociedade, em particular das “elites” culturais, num período de “transição”, de alteração de valores.

O preconceito inerente ao estatuto de emigrante, que se gera na sociedade da época, e se prolonga nas gerações seguintes, transporta-se para a análise que se efectua sobre a casa que este vai edificar. A suspeição da validade da arquitectura associada à «casa de brasileiro» está, sobretudo, relacionada com o facto de se ter edificado liberta da concepção formal do «projecto», num processo considerado indispensável para o conhecimento dos

conceitos inerentes à época em que se edifica. A ausência desse processo, para a maioria das casas de emigrantes, coloca a concepção arquitectónica num plano de «marginalidade», afastando por isso o olhar crítico de uma teoria, ou mesmo de uma historiografia, desse tipo de casas.

No plano conceptual, a casa de emigrante luso-brasileiro apresenta uma espontaneidade, sobretudo no plano formal, revelando-se o aspecto “inovador” na «tridimensionalidade» que os diversos volumes assimétricos evidenciam, sobressaindo no panorama da «estética» das casas existentes, sobretudo quando promovidas por influência da «burguesia rural». Contudo, nem todas as casas construídas sobre acção do emigrante luso-brasileiro apresentam esta liberdade criadora. A generalidade das casas de «brasileiros» mantém-se próxima dos limites que a representação estabelecida pela *academia* impõe, isto é, decalam o formalismo que estava associado ao estilo neoclássico, denotando uma preocupação em conservar essa referência.

Para a verificação e confirmação destes “problemas” importa estabelecer um critério de classificação para a generalidade dos imóveis identificados, e com aplicação possível aos diversos locais onde se manifeste esta “realidade” estabelecendo, para esse efeito, um critério de «classificação» suportado pela definição de *tipo*.

Através do reconhecimento da validade da existência de um *tipo* de edifício, que conforma um determinado processo construtivo, numa determinada época, estando presente na construção da «casa de brasileiro», permite-se a sua inserção na historiografia da arquitectura do «seu tempo», contribuindo para uma melhor compreensão dos pressupostos associados ao processo criativo, e construtivo.

Segundo ROSSI, desenvolvendo o tema sobre o tipo na formulação teórica da arquitectura, a partir de *Quatremère de Quincy*, este estipula para a definição de *tipo* o seguinte: “(...) O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objecto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrário, um objecto segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelham nada entre si. Tudo é exacto e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo.”¹⁸ (Rossi, 1999: 32).

Para a concretização do objectivo de reconhecimento de tipo de «casa de brasileiro» importa estabelecer os critérios de definição do *tipo*. Estes estão relacionados com o objecto de estudo, com a evolução do programa funcional e formal da habitação unifamiliar – a casa -, e as relações que o edifício estabelece na estrutura urbana, uma vez que este altera a configuração do lote de terreno, introduzindo uma “forma” no contexto urbano que já depende da infra-estrutura que suporta a ligação desse “lote” à estrutura urbana pré-existente. Por outro lado, no domínio conceptual, surgem novos significados que se sobrepõem ao mero ato de edificar, num processo de idealização do espaço para habitar,

¹⁸ Rossi, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, 2001, Lisboa.

que estão associados ao processo de afirmação do estatuto social, que reflecte o percurso pessoal do emigrante. A conjugação da diversidade presente na relação edifício, lugar, promotor/sociedade traduz-se no «todo» que representa a construção da casa para residência da família, que o emigrante *brasileiro* singularmente representa.

Às considerações que se reúnem para a definição do tipo de arquitectura, ou de edifício, adicionam-se outras, estas de carácter mais abrangente, relacionando o tema de investigação com a «cultura nacional», revendo-se a ligação ao período histórico que será tratado, também, no âmbito de investigações noutros domínios do saber, contribuindo para uma argumentação histórica e teórica sobre o tema.

Segundo ALMEIDA, “(...) a *História da Arquitectura Moderna, em Portugal, tem de se iniciar logo em 1900, por razões sociológicas, profissionais, técnicas e de linguagem formal.*”¹⁹ A história da arquitectura moderna portuguesa inicia-se antes de 1900, evoluindo nas duas últimas décadas de 1800 com a formulação de conceitos, que abordam quer as teorias sobre a existência de um tipo de arquitectura portuguesa, quer a compreensão da génese do lugar, ambos revelando sinais de “modernidade”.

A «casa de brasileiro» sendo edificada no período de transição entre séculos, apesar de transportar os sinais de um movimento artístico e cultural profícuo, que ocorre na segunda metade do século XIX, participa, antecipando, ainda que com “sinais” contraditórios, no desenvolvimento dessa crítica, sendo um testemunho do processo de transformação em curso, no contexto do noroeste peninsular, ainda sem a ação directa, significativa, dos «arquitectos» referenciados numa historiografia da arquitectura, cujo ponto de partida estabelecido é o início “de 1900”.

Desta forma, a “construção” da problemática em face da resolução de uma «questão de partida», depende da formulação dos factores que permitem identificar o *tipo*, estando estes directamente relacionados com as características do edifício, a sua função e a sua forma, ambas contribuindo para a definição da arquitectura que este revela. Outros elementos participam no possível reconhecimento de um tipo de edifício, estando estes relacionados com a estrutura urbana, em particular de que forma se relaciona o edifício com o terreno, e a infra-estrutura que o suporta, o arruamento, ou o largo, entre outras “formas” urbanas e a disposição da compartimentação do solo, ou seja, que forma estará eventualmente associada às características de lote que participa na forma urbana.

No estudo que Aldo ROSSI²⁰ desenvolve sobre a *Arquitectura da Cidade*, trabalho publicado com este título, o arquitecto identifica os «*problemas de classificação*» relacionados com a identificação de tipos de edifícios e de tipos de espaços urbanos que configuram a cidade. Assim, a partir da obra de *Marcel Poète*, este recolhe informação sobre a «*teoria das*

¹⁹ Almeida, Pedro Vieira, Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura, Livros Horizonte, Lisboa 2008.

²⁰ Rossi, Aldo, A Arquitectura da Cidade, pag. 61, Edições Cosmos, Lisboa 2001.

persistências» para a fixação de um *tipo* e, também, através da obra de *Milizia*, estabelece um critério de reconhecimento de «elementos comuns» que contribuem para a formulação de um tipo. No domínio do espaço urbano, dos estudos que suportam o conhecimento da organização da cidade através da disciplina da geografia social, identifica a obra de *Tricart*, na qual “*estabelece três ordens ou três escalas diferentes [de lugares] (...) – a escala da rua; a escala do bairro; a escala da cidade inteira (...).*”

A partir destes autores, da síntese que ROSSI estabelece na sua obra, reconhece-se a relação, para a definição de um tipo, entre a «persistência» e a presença de «elementos comuns». Em simultâneo, distingue-se, no “seu” processo de classificação, dois campos específicos para a definição de tipo. Por um lado temos os «elementos comuns e persistentes» que incidem sobre o edifício que, para o presente caso correspondem à função e características formais da «casa», a «casa de brasileiro» e, por outro lado, temos a «classificação» da sua ordem no espaço urbano, isto é as “*considerações planimétricas*”, através das quais surgem outras questões como “ (*...*) *o equipamento técnico, os dados estatísticos, a relação superfície construída/superfície verde, etc.*”

Na verificação da normativa urbanística existente no final do século XIX, com regras de construção para os «centros urbanos», confirma-se que existe uma correspondência com a legislação produzida para o Rio de Janeiro, o que reflecte preocupações comuns na gestão do espaço urbano, estando na origem de disposições legislativas²¹.

A classificação de *tipo* baseada na localização do edifício relativa ao espaço envolvente, permitindo uma análise da «morfologia urbana», revela-se pertinente, já que a maior ou menor disponibilidade de espaço, bem como do contexto urbano em que se insere, poderá corresponder a concepções distintas de arquitectura, sobretudo quando consideramos a possível existência de normativa que condicione a implantação dos imóveis, estabelecendo normas cuja relação define uma variante inerente ao tipo.

Para o presente estudo estabelece-se, assim, uma definição de *tipo* que está associada à construção do edifício, e que revela a sua arquitectura, podendo implicar os elementos estéticos que estejam presentes no edifício.

Um dos principais factores de unidade, que permite reconhecer a presença de um tipo, revela-se no conjunto de elementos que se generalizam na construção das casas e que

²¹ Segundo Marcondes: “*A ideia prevalecente de que a construção das edificações sempre esteve dependente do livre arbítrio do proprietário «Brasileiro», o que justifica o exotismo da arquitectura e a sua implantação, perde consistência face à existência de normas que regulavam a construção das edificações. João Emílio dos Santos Segurado em “Edificações” para além das orientações arquitectónicas, faz a transcrição na íntegra ou resume algumas leis portuguesas, regulamentos e congéneres brasileiros relativos à construção de edifícios, nomeadamente a lei de 31 Dezembro de 1864, o código civil de 1 de Julho de 1867 em todas as disposições gerais relativas ao direito de propriedade, o decreto de 24 de Outubro de 1901, bem como o “Regulamento de Salubridade das Edificações”, aprovado por decreto português em 14 de Fevereiro de 1903 e o “Regulamento para a Construção, Acréscimo e Consertos de Prédios (decreto n. 391 de 10 de Fevereiro de 1903 do Brasil).*” (Marcondes 199 :11).

participam da mesma “realidade”. Segundo MILIZIA²², na formulação do tipo concorrem três factores “*a sua situação; a sua forma; a distribuição das suas partes*”. Para o presente caso de estudo, na procura de confirmação destes três factores na tipologia da «casa de brasileiro», podemos afirmar que estes estão, genericamente, associados à globalidade das casas identificadas, sendo estes evidenciados através das características arquitectónicas, como sejam: a localização do edifício no terreno, a composição formal (os diferentes estilos presentes), e a organização espacial/funcional. Estes factores estabelecem uma nova ordem no espaço, e no tempo, no território do município, razão pela qual se considera a «casa de brasileiro» como enunciando um *tipo* de arquitectura, de habitação unifamiliar.

Após o levantamento dos imóveis considerados para amostra, emergem à partida dois “programas” associados à imagem das casas que são construídas pelos emigrantes luso-brasileiros, enunciando uma regra de construção, um *tipo*, já que, apesar das diferenças que distinguem as casas na sua aparência, estas revelam estratégias de inserção no lugar, bem como da disposição no terreno, por vezes com uma *axialidade* bem definida, identificando claramente a sua intenção de estabelecer uma regra ou, também, de obedecer a uma norma urbana, «civil», uma vez que se verifica uma distância “regular” nas casas que acompanham as estradas, distando 5/6 metros, situação idêntica à actualidade no que concerne a obrigatoriedade de cumprir com distâncias mínimas para implantação das casas (para arruamentos públicos, estradas municipais, nacionais, etc.).

Os princípios a enunciar no trabalho de levantamento, no «estudo de caso», pretendem revelar situações idênticas para diferentes localidades, independentemente da escala do aglomerado, o que permite reforçar a ideia que se edifica sobre uma base de *tipologia*. A localização da casa no contexto urbano determina, em parte, a sua relação formal, o que por sua vez determina a relação funcional, ou seja, a o palacete “isolado” dificilmente se integra na estrutura urbana, devido às áreas de terreno que necessita, por sua vez a casa «urbana» que decalca os elementos neoclássicos é favorecida pelo espaço urbano já construído.

A ausência de estudos que incidam directamente sobre critérios de «classificação» para os diferentes tipos de edifício, no domínio da arquitectura «doméstica», sobretudo considerando a variedade de situações que se observam no contexto da paisagem construída em território nacional, relacionando a casa vernacular, própria a um determinado território, ou região, com as importações de gosto que os emigrantes transportam consigo no processo de retorno, obriga a considerar os estudos desenvolvidos noutros domínios de

²² Milizia, Francesco (1725-1798), “Os *Principj di architettura civile*, constituem a mais importante contribuição do neoclassicismo para a teoria da arquitectura. Com nada menos do que seis edições no século XIX, o tratado deve sobretudo a sua repercussão a uma grande difusão. Este sucesso deve-se, todavia, também e em grande parte, à organização sistemática do tema e à clareza com que Milizia defende uma «arquitectura filosófica» iluminada, influenciada pela ideia de beleza ideal”. Biermann, Veronica, Gronert, Alexander, Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos dias, Taschen, Köln 2006

investigação, no âmbito das «ciências sociais», através das quais são reveladas fontes originais, quer sobre os proprietários, quer sobre as características arquitectónicas das casas, embora, estes estudos, na sua generalidade, apontem para processos descritivos, sem relacionar o edifício com os conteúdos próprios ao estudo da linguagem arquitectónica, ou da percepção da transformação do programa da habitação unifamiliar. Por isso, o estabelecer do *tipo* a partir de uma leitura sobre uma realidade particular, ainda que possa revelar a sua “verdade” está sujeita ao risco de não corresponder» à abrangência dessa realidade, para a presente situação da «verdade dos factos».

Como síntese da “problemática”, que enuncia o processo de investigação, fixa-se a seguinte questão na definição de objectivo: *Que Conhecimento e Acção reflecte a construção que configura um possível tipo da casa luso-brasileira?*

1.4 – O «estudo de caso» como critério de investigação na determinação da amostra.

O estabelecer de uma metodologia de investigação, inerente a um processo próprio de «investigação científica» depende do objectivo proposto para o estudo, do que se pretende afirmar como “verdadeiro”, para uma contínua verificação dos «factos», da formulação de hipóteses e da sua permanente refutação²³.

A concepção da metodologia de investigação obedece a princípios previamente estabelecidos, dependendo do tipo de abordagem que se possa estipular para o «método científico», estando, à partida, pré-estabelecidos três possíveis: o «lógico dedutivo», o «indutivo» e o «estudo de caso».

Para o presente trabalho, e tratando-se de uma investigação numa área que escapa a uma regulação estritamente normativa, ou especulativa, uma vez que incorpora na sua fundamentação opções “criativas”, portanto sujeitas a uma determinada subjectividade, terá que se adaptar uma metodologia que permita estabelecer sucessivas comparações entre o «objecto de estudo» e os correspondentes «objectos semelhantes» de forma que se possa alcançar uma «classificação» das diversas categorias de objectos que participam da análise. Significa isto que, para a investigação em arquitectura, sobretudo quando orientada para domínio de análise de edifícios, dependendo de um processo de *construção*, importa diferenciar, no critério de investigação, para associar os objectos com afinidade, os «elementos fundamentais da arquitectura» para que se clarifique a opção quanto à metodologia de investigação. Os elementos, de uma forma geral, correspondem à inserção no terreno; à função do edifício relacionando com a época de construção; às opções formais que definem uma imagem, ou seja, a estética. Através destes elementos principais, podem ser acrescentados outros, como por exemplo, no domínio das tecnologias de construção: as instalações técnicas, o «conforto», traduzindo-se este quer nos aspectos técnicos quer nos “psicológicos”, no amplo domínio das sensações, da percepção sensorial.

Dentro das opções possíveis para determinar a metodologia, identifica-se, por isso, aquela que permite relacionar num «estudo de caso» a diversidade de “objectos” identificados, sendo estes seriados dentro da categoria a que pertencem. A sua classificação permite isolá-los do conjunto de objectos que participam na estrutura urbana, decorrendo daí a possibilidade de desenvolver análises particulares, descobrindo a singularidade de cada um dos edifícios, permitindo alcançar os elementos que serão comuns, que participam do *tipo*.

O «*case study*», ou estudo de caso, desenvolve-se, enquanto procedimento que recorre de um método, dirigido a uma *unidade de estudo*. Este método é considerado por um largo espectro de investigadores como uma «técnica de investigação», relacionando-o com

²³ De acordo com metodologia de investigação proposta por Popper, Karl, *Conjecturas e Refutações*, Editora Livraria Almedina, Coimbra 2006 .

determinadas áreas científicas, entre as quais as *ciências da natureza*, as *tecnologias*, as *engenharias*, entre outras.

A técnica de investigação recorre ao método empírico, estabelecendo uma clara percepção a partir de processos de selecção de determinados “objectos de estudo”, permitindo isolar parte da realidade, para, posteriormente, se poderem tratar os elementos recolhidos. Este procedimento é comum à área de investigação das ciências sociais, particularmente da sociologia e da psicologia, podendo ser utilizado por outras disciplinas cujo método de investigação recorra de uma amostra e identificação de um tipo dentro da variedade dessa amostra [entendo aqui a possibilidade de enquadrar a área da arquitectura, compreendendo o edifício, enquanto realidade singular, como o “estudo de caso”].

O autor reconhecido pela introdução deste método no panorama da investigação científica é Robert Yin²⁴. Segundo opiniões de críticos da “comunidade científica” à sua apologia do método, estes consideram que as opções a partir do «case study» encerram estratégias que valorizam “*partes específicas deste método*” (orientando mais para estudos quantitativos; excessiva valorização do “contexto”, etc.,). Um desses críticos, Kilpatrick²⁵, entende que esta técnica constitui mais um «desenho de investigação», sobre o qual assentam «*paradigmas metodológicos bem distintos*», a saber: o *positivista*, o *interpretativo* ou o *crítico*. A partir desta visão parcelar surgem outras interpretações que desvalorizam este método, constituindo, enquanto opinião generalizada, a sua maior validade «suscitar hipóteses» de investigação.

Numa abordagem sistemática desenvolvida por Jennifer Platt²⁶, esta investigadora empreende uma ampla pesquisa sobre o método, estabelecendo como ponto de partida “*a logic of design (...) a strategy to be preferred when circumstances and research problems are appropriate rather than na ideological commitment to be followed whatever the circumstances*” (Platt, 1992, p.46).

Considerando o objecto de estudo presente neste trabalho, uma «casa», as considerações sobre o método seleccionado para proceder à investigação são determinantes para alcançar um resultado final satisfatório. Os princípios gerais, estabelecidos por esse investigador, são adoptados para o presente trabalho, sendo estes os seguintes:

- 1 O «estudo de caso» é um método empírico que:²⁷
 - a. Investiga um fenómeno contemporâneo com intensidade (profundidade) dentro do seu contexto real, sobretudo quando

²⁴ Yin, Robert K., *Case Study Research – Design and Methods*, fourth edition, SAGE Inc., 2009 USA.

²⁵ Ver *Métodos de Investigação* in FREIXO, Manuel João Vaz; *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*, pag. 109, Editorial Instituto Piaget, 2009 Lisboa.

²⁶

²⁷ Traduzido directamente do livro *Case Study Research*, pag 18, *Definition of the Case Study as a Research Method*.

- b. As fronteiras entre o *fenómeno* e o *contexto* não estão definidas com clareza;

Tratando-se de um método que recorre à «recolha de dados», que procedimentos se devem estipular para que estes obedeçam a critérios comuns dentro da mesma “técnica”?

O método de recolha de elementos subentende:

- c. «Seleccionar» - dentro de uma situação “técnica” distinta, na qual deverão existir muitas variáveis com interesse, que a recolha de dados permite identificar, como um primeiro resultado
- d. Depende de muitas fontes de evidências, com a necessária convergência de dados numa triangulação, para se alcançar outro resultado
- e. Beneficia do desenvolvimento prioritário de proposições teóricas para orientar o tratamento dos dados e respectiva análise

A partir dos objectivos propostos para este trabalho, já identificados numa “problemática”, insere-se a metodologia de investigação permitindo assim estabelecer com um critério “científico”, uma formulação que seja apta a ser contestada.

O ponto de partida, para enquadrar uma metodologia que respeite os princípios definidos anteriormente, estabelece-se com a delimitação do território seleccionado para recolha da «amostra». Operando a realidade da construção, da arquitectura, a partir de um espaço físico, com os diversos elementos caracterizadores que o definem, como o clima, a topografia, a orografia, etc., para as condições que se observam *à priori* do edifício objecto de estudo, haverá que estabelecer uma conexão entre o espaço físico definido por esse território e a diversidade de edifícios sujeitos a recolha e respectivo tratamento de análise. Esta opção traduz-se, na “prática”, na necessidade de estabelecer um limite geográfico do território onde se incluem as casas, partindo do princípio que a área definida para recolha da «amostra» será suficientemente demonstrativa para garantir a validade dos dados a comprovar.

É nesse sentido que se determina como adequada a unidade territorial constituída pelo município, as NUT III, apresentando uma área que integre várias freguesias, num contexto regional que apresente «variedade e homogeneidade». O município seleccionado para se proceder à recolha da «amostra» revela essas características foi Oliveira de Azeméis, como já foi anteriormente referido.

Um dos aspectos mais significativos, que se pode inferir do levantamento realizado, traduz-se na diversidade das características formais do edifício, situação que se reflecte sobretudo na aparência do edifício. O facto das casas de emigrantes luso-brasileiros estarem presentes em todas as freguesias reflecte o impacto da emigração no concelho.

Através dos levantamentos realizados, da metodologia observada no presente estudo, permite-se criar um padrão para proceder a levantamentos idênticos noutros municípios que apresentem este tipo de realidade, de uma elevada emigração num determinado período da construção do território enquanto espaço físico e humano, implicando com a imagem dos edifícios, com uma desejável valorização da arquitectura. Deu-se como exemplo, de uma situação semelhante, o município de Fafe.

Cumpra-se, assim, o «ponto 1», dos princípios orientadores definidos anteriormente, quando se relaciona o “fenómeno” inserido no seu “contexto real”. O fenómeno é a «casa de brasileiro», edificado pelo emigrante luso-brasileiro, o contexto real é a unidade territorial correspondente ao município de Oliveira de Azeméis, incluindo o município de São João da Madeira, já que no período compreendido para análise (1890 – 1910) este integrava o Concelho de Oliveira de Azeméis como freguesia.

Quanto à observação das muitas «fontes de evidências», associa-se a este item a observação das características arquitectónicas que depreendem um conhecimento das referências de estilos que são adoptados, integrando-os numa «cultura arquitectónica». A construção da casa do emigrante luso-brasileiro enquadra-se num tempo histórico, no qual, o «sujeito», participa nas transformações culturais desse tempo, através do transporte de referências de estilo que, de uma forma evidente, se reflectem na imagem da sua casa.

Este facto histórico, que se centra num determinado período de tempo, permite comparar, para o mesmo “fenómeno”, as “arquitecturas distintas” que os emigrantes reproduzem, para diferentes locais, colocando em evidência a referência de estilo arquitectónico dessa época com a que este reproduz no «seu tempo».

Ajustando as características presentes no método do «estudo de caso» ao presente trabalho, estabelece-se a realização de uma «ficha de caracterização» das casas de brasileiro, permitindo assim registar elementos constantes, comuns às casas, ficando estes disponíveis para verificação e confronto dos resultados obtidos, constituindo por isso parte fundamental do método adoptado.

1.4.1 – A «amostra» produzida a partir dos levantamentos realizados.

Sobre a “permeabilidade” do fenómeno da emigração, no que concerne às correspondências que existem entre o território que suporta a casa, e a casa que define uma realidade territorial, confirma-se que é através do fenómeno da emigração, da saída do «território» do município, que os emigrantes vão promover, através do seu regresso, a construção daquele tipo de «moradia». Assim, não existiria este tipo de casa sem que tivesse havido a emigração, já que as condições internas, nacionais, quanto aos significados atribuídos à habitação, não correspondem ao gosto que os emigrantes transportam.

Conforme referido anteriormente, é através da identificação dos «elementos fundamentais» da arquitectura, tomando como referência a abordagem desenvolvida por Unwin²⁸, que se aborda o edifício objecto de estudo, a Casa. Entre os «elementos fundamentais» pré-estabelecidos, confirma-se a presença de elementos que participam na definição da forma, que expressam uma organização espacial «original», bem como elementos de carácter figurativo que ilustram um processo construtivo que obedece a uma estética em curso, não confinada ao território de emigração nem tão pouco ao território ou à cultura que o jovem emigrante tem como referência do seu país.

Para o presente caso, o objecto seleccionado cumpre com a função de casa, revelando um significado concreto, que resulta do processo de afirmação social – a condição de emigrante – sendo este de natureza subjectiva, mas que se repercute nas opções formais, de natureza estética, que o emigrante elege como sendo reveladoras de um “estádio cultural”.

A casa, incluindo a envolvente com um jardim representa, por isso, o «objecto de estudo» integrando-se, numa primeira análise, nos conceitos próprios à investigação em arquitectura para este tipo de funcionalidade. É nesse sentido que se identifica uma bibliografia mais abrangente, considerando as referências “históricas” sobre a evolução do conceito sobre o habitar, que se traduz nas características formais e espaciais do objecto, reflectindo-se para os temas da cultura portuguesa, para o final do século XIX, na discussão que se inicia sobre a existência de uma identidade própria na construção de um determinado tipo de edifício, isto é, de casa. No panorama da cultura internacional, o tema será mais amplo, permitindo reflectir a sobre a modernidade que a casa alcança nesse período, sobretudo pela iniciativa dos emigrantes, seja esta afirmada na sua composição espacial, com reflexos na imagem, seja na organização do espaço com um programa funcional que corresponde à vivência urbana que se deseja alcançar.

Sobre o objecto seleccionado para amostra, este revela determinados caracteres gerais, sendo estes apresentados nas fichas presentes em anexo. O recurso a este método prende-

²⁸ Unwin, Simon, *Análisis de la arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona 2003.

se com a necessidade de estabelecer um critério de comparação entre os diversos edifícios, reconhecidos como estando associados ao mesmo processo de construção, por iniciativa de um promotor que está emigrado no Brasil, no período de tempo considerado convergente para o considerar na amostra. A constituição da amostra revela-se, por isso, o meio fundamental para alcançar uma conclusão sobre a existência, ou não, de um tipo de casa que claramente se reconhece como estando sujeito a determinados condicionalismos, externos ao contexto onde é edificado, o que traduz uma importação de referências que contribui para alterar a forma de pensar a arquitectura da casa, quer na imagem que representa a «casa unifamiliar», quer a organização e distribuição do programa funcional, algo que irá evoluir para concepções distintas, por vezes com uma excessiva valorização, ou especialização, da funcionalidade dos compartimentos destinados a habitar.

A ficha de caracterização integra por isso o critério de um “guia de observação”, reunindo os elementos principais sujeitos a análise e que permitem a sua comparação formal e funcional. O método baseado na ficha revela igualmente a pertinência de poder ser adoptado para outros locais, saindo do território escolhido, mantendo em aberto a possibilidade de expandir a amostra e de reforçar a validade «dos factos».

Através da observação do edifício, suportada pelos elementos de análise comum ao estudo da arquitectura, como desenhos de representação imagens e cartografia, reconhecem-se semelhanças, e diferenças, detectando-se preferências de “estilo” na construção da casa. Conforme exposto anteriormente, no período de construção das casas (1890 – 1910), convergem duas referências artísticas, ambas incluídas na mesma categorização estética, o eclectismo. Trata-se do neoclassicismo e do romantismo, adquirindo, este último, opções de transferência para uma decoração «arte-nova», movimento em curso no fim do século XIX. Assim, na comparação entre as relações de «forma urbana», a morfologia, e as características formais da casa, depreende-se haver uma relação, já que as casas de maior dimensão não podem ser construídas nos “centros” urbanos, estando por isso mais afastadas, revelando estas, na sua maioria, a opção da “torre” em associação ao volume.

Os levantamentos realizados permitem, igualmente, revelar as particularidades das «casas de brasileiro», confirmando-se, numa apreciação apriorística, o facto de não existir uma relação aparente, no processo de construção, entre as dezenas de casas que se destacam na paisagem, nas várias freguesias, reflectindo, estas casas, um notório individualismo comum á ação do emigrante. Estabelecendo uma comparação com a situação pré-existente, das características do edificado, coloca-se em evidência o anonimato da «casa agrícola», com a inerente desvalorização dos aspectos simbólicos, individuais, sendo introduzidos “valores” na construção da casa de emigrante, por vezes com uma panóplia de referências e de «arquitecturas», remetendo para posições de excesso de individualismo. Para além da

carga simbólica presente nas arquitecturas do «retorno», existem outras transformações que os levantamentos permitem evidenciar. Analisando a “base” da estrutura de organização e composição espacial, através das “plantas” reflecte-se, na sua génese, uma forma que parte de um princípio funcional, com origem num rectângulo, a partir do qual se compõem as formas “anexas”, quando existem, designando-se, por isso, para efeitos da classificação do objecto como «casa-bloco». Verifica-se, assim, uma correspondência entre a opção estética e a componente utilitária da casa, revelando a organização da «estrutura familiar», a que irá influenciar a distribuição funcional.

São vários os elementos que podem ser reunidos para apresentar um critério classificativo sobre o *tipo* de «casa de brasileiro», distinguindo-se, na análise dos “dados” da amostra dois aspectos fundamentais para o reconhecimento de tipo. Por um lado, revela-se factor de comparação, entre os diversos edifícios identificados, a localização do edifício, correspondendo nestes casos a questões de morfologia. Por outro lado, reconhecem-se os vários elementos que participam da forma, incluindo nestes os elementos decorativos que configuram, no seu todo, uma estética. Estas questões estão mais directamente relacionadas com a definição de *tipologia*.

A recolha e selecção de elementos apresentados, presentes nas fichas de caracterização, baseia-se sobretudo no levantamento em registo fotográfico (realizado em 2004/2005), com uma actualização recente (2010/2011), e nos elementos gráficos, cartografia do território em diversas escalas de representação, fornecida pelos serviços de planeamento, o que permitiu, para além da simples localização, estabelecer quadros de síntese, “estatísticos”. Foram também realizadas algumas “entrevistas”, no contacto directo com os proprietários, recolhendo testemunhos sobre o percurso dos antepassados, de algumas das casas.

Do processo de consulta, no Arquivo do Município de Oliveira de Azeméis, efectuado com o objectivo de obter informação gráfica sobre os projectos das casas, esta revelou-se infrutífera, confirmando a generalizada ausência de “projectos” na construção dos edifícios, com atribuição de «licença de construção». Através do município de S.º João da Madeira foram recolhidos levantamentos de dois edifícios pertença da edilidade, tratando-se do “*Palacete do Rei da Farinha*” e da “*Casa do Castelo*”, este último pertença do Conde António Dias Garcia.

A dificuldade verificada na reunião de elementos gráficos, projectos ou outros elementos gráficos, sobre as casas de «brasileiros» confirma a ausência de “técnicos” no processo de elaboração do projecto, resultando a generalidade da arquitectura produzida de opções do promotor, suportadas pela sua experiência pessoal, de descoberta dessas “arquitecturas”.

No decurso do “trabalho de campo” é ajustada à realidade reconhecida a respectiva pesquisa bibliográfica, procurando o necessário enquadramento. Este tanto se traduz nos

aspectos directamente dependentes das características sociais associadas aos promotores das casas, os emigrantes, quer na percepção das características arquitectónicas, reflectindo e comparando com os possíveis modelos, ou tipos, que permitam enquadrar a arquitectura das casas. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica é orientada para as diversas áreas do conhecimento que se inter-relacionam com o fenómeno da «casa-de-emigrante», reforçando um conhecimento dos temas directamente ligados com a emigração, para o período de tempo sujeito a análise, relacionando essa temática quer com a história local quer com a «evolução» do programa da casa, da moradia unifamiliar, constituindo este último o tema preferencial já que permite fixar o conhecimento, sobre a arquitectura de um tipo de edifício no contexto de uma realidade local potenciando igualmente o conhecimento sobre a história e a teoria da arquitectura portuguesa, superando o mero contexto local.

1.5 – Sobre a casa do emigrante Luso-Brasileiro - contributos para uma Bibliografia.

A pesquisa sobre o objecto de estudo, a casa construída pelo emigrante luso-brasileiro, depende da diversidade própria aos diversos âmbitos disciplinares que desenvolvem conhecimento sobre este tema. Nesse sentido, a pesquisa de bibliografia é orientada no sentido de respeitar com as diversas “entradas” temáticas que participam na construção da “problemática” e que informam, e confirmam, a necessária interligação, para uma melhor compreensão do tema, entre a História, a Emigração e a Arquitectura.

Destes três temas entende-se que o que influi directamente na compreensão dos objectivos é o relacionamento entre a emigração e a arquitectura, já que será sob ação do emigrante que se produz esse *facto* que é a materialização da casa. Neste tema privilegiou-se, tanto quanto possível, a interdisciplinaridade entre as duas áreas do conhecimento, a arquitectura e a sociologia.

Num recente trabalho publicado, dedicado ao estudo sobre a “Casa”, que poderá enquadrar metodologicamente o presente trabalho, ainda que não reflecta sobre as “arquitecturas importadas” decorrentes da emigração, corresponde à tese desenvolvida pelo investigador, Rui Jorge Ramos, publicada com o título “*A Casa – Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*”. Na parte do trabalho que permite reconhecer a metodologia da investigação, o autor identifica um dos factores que poderá estar na origem da “história” não abordar as “arquitecturas marginais”, como será o caso da «casa de brasileiro». Segundo Ramos “*A tradição da crítica e da historiografia da Arquitectura Moderna sempre valorizou a compreensão do fenómeno arquitectónico, a partir daquilo que definiu como sendo exemplos-chave na ilustração do seu discurso.*” (Ramos 2010:18).

O reconhecimento de uma limitação da investigação àquilo que se reconhece como “*elementos chave*”, deixa de fora todas as arquitecturas que, não correspondendo a uma

determinada “linha de pensamento” estão automaticamente excluídas. *“Esta história da arquitectura reconhece-se hoje como uma postura monologante que se distanciou de arquitecturas que lhe eram exteriores, num fenómeno de exclusão dos elementos heterogéneos, na procura da constituição da sua própria estrutura. Esta concentração monódica da história da arquitectura sobre si mesmo, levou a que fossem rejeitados do seu universo de obras, autores, correntes, ideias, incompatíveis com os critérios por si definidos.”* (Ramos 2010: 18).

Estamos em crer que será esse o reflexo da ausência de uma maior diversidade de estudos que incidam sobre a «casa de emigrante», uma vez que, de facto, correspondem a edifícios que estão excluídos de uma análise num contexto alargado da historiografia. Esta situação tanto se torna evidente no âmbito da investigação em Portugal como no Brasil, sendo tanto mais incompreensível quanto a história dos dois países é marcada, na sua sedimentação cultural e social, por sucessivas vagas de emigração, de imigração e de «retorno».

No domínio dos estudos que se relacionam com o âmbito profissional, através da verificação de estudos de caracterização do panorama da construção, regista-se o trabalho recente sobre o *“Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal”*. Considerando os objectivos presentes neste amplo trabalho de caracterização da realidade da arquitectura portuguesa no século XX, com um programa orientado para a «arquitectura moderna», confirma, apesar dos objectivos programáticos do levantamento, a ausência de uma crítica que contemple o tipo de arquitectura correspondente à «casa de emigrante» enquanto objecto apto a incorporar, na transição do século XIX para o XX, a História da Arquitectura portuguesa.

Resta a verificação de dados sobre o território objecto de estudo partindo do princípio, que a sua história, enquadrada no contexto de uma região, revela determinados factores que podem ter potenciado o fenómeno da emigração. Desta forma, observam-se factores de que contribuem para um aumento do número de casas resultado da emigração que reflectem dados de carácter geográfico, de uma maior demografia, onde não será indiferente a história local, com a sede administrativa do concelho, Oliveira de Azeméis, a par da freguesia que detém um desenvolvimento “paralelo”, a freguesia de Couto de Cucujães²⁹, esta última favorecida pela proximidade à anterior freguesia, e actual concelho, de S.º João da Madeira. Na generalidade do processo de pesquisa desenvolvida, esta é dirigida para a validação dos “factos” que dependem da História, seja na vertente específica da «história de arte» ou da «história da arquitectura», subentendendo nesta área a presença da teoria da arquitectura, indispensável ao confronto das ideias, e das «teorias».

²⁹ Nesta freguesia fixa-se, no século XII, o convento beneditino que dá nome à freguesia, por disposição régia de D. Afonso Henriques, ficando este mosteiro sob alçada do “senhor da Feira”, território que de resto continua a manter a designação de “Terras de Santa Maria da feira”.

1.5.1 – A arquitectura e a emigração.

No percurso de consulta das principais «referências bibliográficas», baseadas sobretudo em publicações impressas, que suportam o processo de pesquisa para o presente objectivo, confirma-se a ausência de uma reflexão crítica, com relevância para a historiografia ou para a teoria da arquitectura, que tenha como objecto de estudo as “arquitecturas de emigrante”, com incidência na área disciplinar da Arquitectura.

Como referido anteriormente, é no domínio das ciências sociais, dos estudos suportados pela área da sociologia, que se confirma a validade do tema objecto de investigação, através dos estudos científicos publicados, sendo vários os centros de investigação que se têm vocacionado ao estudo da emigração (o “*transoceanismo*” como uma marca indelével da cultura portuguesa). Neste domínio científico, regista-se um dos estudos pioneiros, que incide sobre a região Norte do país, trabalho de investigação publicado com o título “*Maisons de Rêve au Portugal*”³⁰. No prefácio, da autoria de Nuno Portas, este introduz a “problemática” do tema da «casa de emigrante», a difícil reflexão que se subentende na tentativa de incluir as «arquitecturas» de emigrante numa historiografia moderna. Segundo PORTAS “*Il esta facile de faire le procès dès «maisons» en montrant do doigt les cas les plus extravagants et de dénoncer les incohérences vis-a-vis de la morphologie locale; il esta facile, à linverse, de faire l'éloge de cet exotisme en le considérant comme le nouveau vernaculaire chéri par l'éclectisme post-moderne, qui le legitime au nom de ses differences. Rappelons que, dans la première moitié de ce siècle, le Portugal a également été envahi par les maisons, nom moins exotiques ou éclectiques, dès «Brésiliens» (émigrés rentrés du Brésil). Ces maisons ont été tout autant critiquées par les intellectuels bien pensants même si aujourd'hui on essaie de les conserver.*” (op.cit). No capítulo designado por “*Du Brésilien au Français: portraits de lémigrant au cours du siècle*”, as autoras do estudo identificam os aspectos formais que se distinguem na arquitectura das casas dos emigrantes brasileiros, e que podem ser objecto de comparação com as casas construídas pela emigração que se dirige à França e à Suíça, na década de 60, objecto de estudo nesse trabalho. Entre os mais significativos aspectos *formais* que se reconhecem na imagem das casas está a: “*visibilité*”; “*volume de éléments de façade*”; “*matériaux et couleurs utilisés*”; “*décoration intérieure*”.

As sucessivas vagas de gerações que emigram para o Brasil são consideradas em vários estudos, sobretudo no domínio da Sociologia, com investigadores como Miriam Halpern Pereira³¹, ou Jorge Alves³², entre outros, que desenvolvem trabalhos de investigação

³⁰ Villanova, Roseyne; Leite, Carolina; Raposo, Isabel, *Maisons de Rêve au Portugal*, Éditions Créaphis, Paris 1997. Segundo título traduzido para “Casas de Sonho em Portugal”.

³¹ Pereira, Miriam Halpern, *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*, Editorial A Regra do Jogo, Lisboa 1981.

identificando fontes para pesquisa que constituem referências fundamentais nesta área do conhecimento. Entre os «centros de investigação» que produzem trabalho científico neste domínio distingue-se, para a área geográfica coincidente com a emigração para o Brasil, a região Norte, o CEPESE³³, cuja coordenação está a cargo de Fernando Sousa. Através deste «centro de estudos» reconhece-se um trabalho dedicado a uma “personalidade” da cidade do Porto que, na qualidade de «brasileiro», nos negócios que estabelece a partir do Rio de Janeiro na ligação com a cidade do Porto, através de uma empresa de transportes de mercadorias e de passageiros, vai fundar um pequeno “império” familiar. Trata-se da história, e respectivo percurso de vida, da Agência Abreu (1840) e do seu fundador Bernardo Luís Vieira de Abreu.

No domínio das referências bibliográficas que permitem reconhecer a importância do “brasileiro” na actividade económica são inúmeros os trabalhos com carácter monográfico que se podem revelar, apresentando, a sua generalidade, o retrato do percurso de vida do emigrante e do sucesso que este alcança, normalmente partindo de uma insignificante condição de vida. Podemos citar o trabalho monográfico sobre a vida, e obra, do «Visconde de Salreu», de seu nome Domingos Joaquim da Silva, natural da freguesia de Salreu, localidade que confina com as freguesias posicionadas a sudoeste do município de Oliveira de Azeméis. A monografia desenvolvida por Maria de Jesus S. O. e Silva apresenta uma breve caracterização sobre a emigração nos meados do século XIX, recorrendo sobre as «*elites locais*»³⁴. Sobre a personalidade objecto deste estudo, o «Visconde de Salreu», a autora apresenta-nos uma faceta comum a muitos dos emigrantes de «torna-viagem», que no processo de regresso investem as suas poses na construção da casa, que neste caso se verifica no mesmo lugar de onde partiu, promovendo a valorização do seu património financeiro com investimentos diversos, revelando uma faceta de filantropia, através das inúmeras benfeitorias que prestam à população da freguesia.

³² Alves, Jorge Fernandes, Brasil, Terra de Esperanças – Utopia e realidade na emigração portuguesa, Edições Quasi, Famalicão 2007.

³³ CEPESE – Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, cujo presidente actual é o Professor Doutor Fernando de Sousa, Catedrático da Universidade do Porto

³⁴ Silva, Maria de Jesus Sousa de Oliveira, As Elites locais e a sua influência nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936).

- Outra personalidade que foi objecto de estudo monográfico, Adriano Telles, natural da freguesia de Alvarenga do concelho vizinho de Arouca e que revela idêntico processo de valorização para a sociedade de final de século, apresenta como particular curiosidade o facto de ter sido o principal impulsionador da comercialização do café, sendo o fundador das casas de venda de café, no Porto e em Lisboa, “A Brasileira”. Os estabelecimentos comerciais que inauguram a venda de café, bem como a sua “prova” directa, com a “*venda de bebida em chávana*” são amplamente divulgados na imprensa nacional, e regional, de acordo com as investigações desta autora: “(...) a 4 de Maio de 1903 abre o estabelecimento A Brasileira, casa especial de café do Brasil, no n.º 71 da Rua de Sá da Bandeira, sob o nome da firma Telles e Cª, fundado com o “fim exclusivo de abastecer do café do Brasil das melhores procedências o mercado portuense.” (Rocha 2002: 36). Após o período de expansão assente numa forte divulgação, que decorre de norte para sul do país, é fundada a casa de Lisboa, sendo autor do “projecto” do estabelecimento o arquitecto Norte Junior “ (...) a 19 de Novembro de 1905 abriu na Rua Garrett, n.º 120 uma outra Brasileira, a do Chiado.” pag. 59, Telles, Maria Tomé Rocha, Irmandade Rainha Santa Mafalda, Coleção Estudos e Factos, Arouca 2002.



Fot. 2 – Hospital de Estarreja, em Salreu, patrocinado pelo Visconde.

Fot. 1 –

Casa do “Visconde de Salreu”.
Construída no mesmo lugar onde estava a casa onde nasce.

Considerando a literatura no apoio à «revisão bibliográfica», surge incontornável a referência do escritor Ferreira de CASTRO³⁵, apresentando a particularidade de ser natural do concelho de Oliveira de Azeméis, da freguesia de Ossela. Entre as suas obras destaca-se «A Selva», a par dos «Emigrantes», constituindo fontes originais sobre o retrato do emigrante «brasileiro», a condição social e o percurso que realizam desde a «partida» até à «chegada». A partir das obras literárias deste autor recolhe-se informação sobre o território que sustenta a actividade do emigrante antes da partida, neste caso Oliveira de Azeméis, revelando, através da miserável condição económica, a motivação para este emigrar.

Na narrativa da «Selva», romance de génese autobiográfica, o autor revela a dimensão da conquista que o «português» tinha que realizar, sobretudo quando confrontado com o território da *selva*, apresentando um retrato muito diferente da imagem de sucesso que se retém sobre o percurso de alguns dos emigrantes.

Os inúmeros relatos que se produzem através dos emigrantes, sobretudo para as primeiras gerações, revelam a dimensão da sua condição, do percurso pessoal. O emigrante representa, no seu tempo e na actualidade, para a sociedade portuguesa, um produto da realidade profusa da História do país, à qual se sobrepõe a realidade do país de destino, onde este se confronta com outras culturas, num processo cultural, e social, em curso, que está na origem do *tipo* (social) designado por «brasileiro».

Na mesma “linha” de investigação, ainda que de forma mais sistemática, atendendo à abrangência da área de estudo, destaca-se o trabalho desenvolvido por Miguel Monteiro, que dedica a sua investigação sobre a emigração para o Brasil, na região do Minho. O trabalho de investigação realizado apresenta a particularidade de incidir sobre a escala de

³⁵ José Maria Ferreira de Castro (1898-1974), natural de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, autor de vários livros entre os quais *A Selva* (1930), *Emigrantes* (1928), *A Curva na Estrada* (1947), entre outros.

um município, tratando-se da cidade de Fafe, território a partir do qual revela as implicações das ações dos emigrantes, como as “marcas do sucesso”, nas quais se destaca a construção da «casa», e do espaço envolvente, bem como de vários edifícios públicos.

Um dos aspectos significativos que se retira da metodologia deste intenso trabalho de investigação, compilado na publicação de autor “*Fafe dos Brasileiros*”³⁶, tem a ver com identificação das intervenções que os emigrantes dessa vila, e do concelho, introduzem com a construção das suas casas. A vila de Fafe transfigura-se com a chegada dos emigrantes, algo que sucede com outras vilas (sendo o caso de Oliveira de Azeméis), transportando uma vivência urbana, a partir do Brasil, que se organiza através do território que representa o espaço «doméstico» de cada família, ou nos lugares públicos que estes patrocina, como os teatros, ou os grémios literários.

O conjunto de iniciativas que decorrem através do trabalho de investigação desenvolvido por Miguel Monteiro está patente na fundação de um *Museu da Emigração*, na cidade de Fafe, a partir do qual se têm promovido acções de divulgação, com encontros temáticos sobre a emigração. A partir do espólio documental que se pode aceder no «museu virtual» deste *Museu*, permite-se a consulta de textos de diversos investigadores, sendo o caso de Neide Marcondes e Manuel Belloto, da Universidade de São Paulo, autores da publicação “*Turbulência Cultural em Cenário de Transição – O Século XIX Ibero-Americano*”. Desta publicação extrai-se um excerto “*Representações Materiais do “Brasileiro” e Construção Simbólica do Retorno*” que se relaciona com o presente estudo, e que remete para a “representação” que está presente na arquitectura da «casa de brasileiro», no processo de transformação que se opera no edifício, quer dependendo dos significados implícitos ao percurso pessoal que o emigrante, que tem sucesso, empreende, quer nos “novos” formatos de habitar, onde a “representação” material equivale à “representação” social. Neste excerto da publicação, disponível no site do museu³⁷, os autores apresentam uma distinção “valorativa”, que depende da observação directa das casas, uma vez que as “variantes” existentes incidem sobre a forma dos edifícios, distinguindo a tipologia entre “*duas categorias: uma tipo vertical e outra horizontal ou palácios.*” Numa breve síntese os autores pretendem distinguir algo que se consumou na estrutura urbana, nas cidades costeiras brasileiras e nas vilas do Norte portuguesas, identificando para esse efeito o estudo desenvolvido por Veiga de Oliveira e Fernando Galhano³⁸, em que comparam as “*Casas Esguias do Porto*” com os do “*Sobrados do Recife*”. Apesar das possíveis relações de forma que existem, de facto são múltiplas as influências que se podem estabelecer, para ambas as cidades, sobre a origem

³⁶ Monteiro, Miguel, *Fafe dos Brasileiros*, Edição de Autor 2000.

³⁷ www.museu-emigrantes.org

³⁸ Oliveira, Ernesto Veiga, Galhano, Fernando, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife* (1961-62b) *Trabalhos de Antropologia e Etnologia de Perto*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1994.

das formas das “casas verticais”, quer porque Pernambuco, Estado a que pertence Recife, é temporariamente ocupada pelos holandeses, transportando este povo as suas influências para os processos construtivos, quer porque as condições topográficas das duas cidades, ainda que apresentem semelhanças, revelam-se, no caso da cidade do Porto, muito dependentes da exiguidade dos lotes disponíveis para construção, já que a cidade vivia «entre-muros». No entanto, desta designação de «casa vertical», presente nas «arquitecturas» transportadas pelos emigrantes, subentende um formato de casa urbana, construída de raiz, ou aproveitada de edifícios já existentes, na continuidade da forma urbana pré-existente. Esta poderá adquirir factores de distinção das restantes casas através do revestimento a azulejo, ou de outros sinais evidentes característicos do «retorno».

A distinção entre o domínio “vertical” e horizontal”, na disposição das casas, remete, de facto, para o processo evolutivo que esta irá apresentar, sendo indissociável desta análise a localização no terreno, já que as formas “evoluem” em função da localização que ocupam, seja em contexto urbano, seja no contexto rural.

No caso da «casa de brasileiro», atendendo à sua localização, e ao tipo que está associado, esta revela uma assimilação entre um desenvolvimento do tipo “horizontal” e do tipo “vertical”, sobretudo porque reúne no seu espaço uma família «grande», adoptando o carácter de casa que Gilberto Freyre nomeia por “Casa Grande”. De acordo com análise estabelecida por esses investigadores, pode afirmar-se que: *“A primeira tipologia [a vertical] constitui uma solução de continuidade estrutural desde os séculos XVI. Esta solução apresenta-se, no século XIX, com uma fachada e interiores enriquecidos, localizadas nas áreas de expansão da cidade. (...)”*

Propomo-nos olhar a arquitectura e demarcar outras tipologias nesta cidade e em espaços urbanos, bem como nas vilas e aldeias do Norte: a casa apalaçada e o palacete.” (Marcondes , 16)



Fot. - 3

O “palácio” no limite urbano da Vila – Fafe. Exemplo do eclectismo com a presença do estilo neoclássico sobrepondo-se a torre na fachada – leitura “vertical”.



Fot. 4 – O Palacete urbano no centro da vila – Fafe. O revestimento a azulejo na fachada principal – leitura “horizontal”.

A designação de palacete, ou de palácio, apresenta-se como factor de distinção social apesar do tipo de casa se enquadrar nos mesmos formatos de construção da «casa de brasileiro». O género de edifício distingue-se na estrutura urbana, e na continuidade de tipos de casas existentes, sobretudo na intenção de afirmação de estatuto social. As descrições que surgem para o palácio, identificadas pelos mesmos investigadores, decalcam a arquitectura do neoclássico, de edifícios que “ (...) *apresentam fachadas amplas, numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas de rés-do-chão, andar nobre, e mezzanino, ou piso complementar de serviço onde são visíveis artifícios arquitectónicos que os mascaram. (...) As fachadas, umas vezes aparecem lisas ou revestidas a azulejo, outras ajustadas aos limites das vias e ainda outras vezes recuadas. Nestas, a fachada principal dá directamente para a via pública e as laterais e posteriores para um jardim, pátio, parque ou quinta adjacente, onde se destacam as palmeiras como símbolo da vivência no Brasil*”. (Marcondes , 16)

Para os palacetes, surgem outras referências já que estes apresentam outra versatilidade nas opções formais, e de ocupação do lote, podendo optar o «promotor» entre o gosto “clássico”, erudito, ou o gosto mais “romântico”, com a assimetria que caracteriza o gosto ecléctico, estando presente a torre como elemento formal, e espacial, indissociável da composição estética do edifício. “*O palacete é edificado nas primeiras décadas do século XX e referido na época como casa de campo, constitui o objecto arquitectónico mais interessante, dado que, quer no Brasil, quer em Portugal, não podia ser construído dentro da cidade. (...) o palacete apresenta-se com quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando aos edifícios uma forma quase cúbica. Outras vezes, marcado numa base de assentamento quadrado, a assimetria é acentuada por torres e minaretes que lhe dão verticalidade estrutural gótica.*” (Marcondes , 17)

A pesquisa desenvolvida nesta temática, entre os relatos dos percursos de vida e obras promovidas, e o tipo de edifício que constroem num processo de retorno, permite confirmar a existência de um conjunto de elementos, que estão presentes na «casa de brasileiro», que comportam um processo singular de investigação para o domínio concreto da disciplina da teoria (da arquitectura) e da análise conceptual dos edifícios.

O segundo subtema identificado mantém uma dependência do domínio das ciências sociais, na área da História, com uma multiplicidade de referências bibliográficas a suportarem o trabalho de pesquisa. Considera-se que deverá integrar a análise dos factos a «história geral», relacionando a História de Portugal e a História do Brasil, numa intenção de «história comparada», até à confrontação com os temas específicos da «arte» e da «arquitectura», desenvolvidos por historiadores que vão particularizar para as respectivas áreas temáticas.

Entre os vários autores e publicações sobre a «História de Portugal» referenciam-se duas que permitem o confronto de “ideias” para o presente objecto de estudo. Trata-se da «História de Portugal», de A. H. Oliveira Marques, vol.1, “Das Origens às Revoluções Liberais” e, num trabalho mais extenso, desenvolvido pelo historiador Rui Ramos, sob coordenação de José Mattoso «A Segunda Fundação (1890-1926)», Vol. VI.

Da visão comum aos investigadores portugueses, onde se estabelece uma leitura que obedece à “verdade” sobre os factos que definem a História da nação, retira-se desta leitura dos factos o período de tempo no qual decorre a emigração, de meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, com o objectivo de estabelecer uma comparação com a “visão brasileira” dos mesmos factos históricos. Sucede, neste caso, que existe uma manifesta ausência de publicações relativas a uma «História do Brasil», desenvolvida por historiadores brasileiros. A publicação próxima de um «manual de história», objecto de consulta, corresponde ao “*Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*”³⁹, da autoria de Angela Botelho e Liana Reis. Através deste *Dicionário* confirmam-se vários factos, com datas precisas, contribuindo para enquadrar, no decurso da História, o período de tempo em que o português que emigra, processo correspondendo à «ida e retorno», irá construir a «casa de brasileiro».

Ainda no domínio das Ciências Sociais, através dos estudos desenvolvidos por Manuel Villaverde Cabral⁴⁰, permite-se contextualizar, através de um retrato económico e social preciso, com dados económicos estatísticos, sobretudo tratados por A. O. Salazar sobre o “ágio de ouro”, as motivações para emigrar, para além de reforçar determinadas condicionantes sobre o momento histórico que ocorre na transição entre séculos. Num tema desenvolvido no livro «*Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico 1890 – 1914*», com o título “*Descalabro financeiro e emigração*”⁴¹ o

³⁹ Botelho, Angela; Reis, Liana, *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*, Autêntica editora, Belo Horizonte, 2008.

⁴⁰ Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico 1890 – 1914*, Editorial Presença, Lisboa 1997.

⁴¹ “Mas quando se diz Brasil, na realidade é na emigração que se deve pensar. Por outras palavras, o desmoronamento da cotação da moeda brasileira, devido não só aos acontecimentos políticos e sociais de 1888 e 1889 (abolição da escravatura e, depois, a proclamação da República), mas também à queda do curso do café, o desmoronamento financeiro do Brasil, dizíamos, não fez mais que revelar o carácter absolutamente estrutural tomado pela emigração no conjunto do processo de desenvolvimento do capitalismo na formação social portuguesa.”. (Cabral 1997:30). idem

autor remete para a situação de falência económica do país a consequência directa de um aumento exponencial da emigração, relacionando a «dívida pública e a emigração».

Importa referir que as datas que delimitam o período de tempo do trabalho, efectuado por esse investigador, correspondem com as estabelecidas para o presente estudo «1890 – 1914», apresentando este espaço de tempo o significado próprio ao momento histórico, sendo que para 1890 coincide com o fervor nacionalista que o Ultimato provoca, e o fim da monarquia no Brasil, correspondendo a 1914 ao início da 1ª Guerra Mundial, e á consequente mobilização de população europeia com o abrandamento, ou paragem, generalizada da actividade económica.

Desta forma, torna-se pertinente estabelecer uma comparação, dentro dos objectivos para este trabalho, nos diferentes âmbitos de investigação, da visão dos autores dessas pesquisas, permitindo confirmar as implicações para os dois ambientes culturais, isto é, que influências suportam a acção do emigrante «brasileiro» que se reflectem na construção em território nacional, após adquirir um determinado conhecimento, um “estádio cultural”, considerando que desde o início do século XVI o colono português contribui para a sedimentação cultural do Brasil.

A verificação dos factos históricos, sejam numa vertente sociológica ou antropológica, seja numa vertente cultural/artística, revela-se indispensável atendendo à sedimentação cultural com que o emigrante é confrontado, no seu percurso pelo Brasil, deste que parte da sua «terra», com as limitações que lhe são reconhecidas, até alcançar um determinado patamar de realização e participar na construção «doutro país».

O território brasileiro, na sua diversidade física e social, constitui o espaço de fixação de um ideal próprio ao imaginário do emigrante, estando na origem da construção material e simbólica da «casa de brasileiro», e cujo processo decorre através do contacto com o legado histórico deixado pelos «colonos» portugueses, sobretudo das casas que estes constroem para si, as inúmeras “fazendas” dispersas por várias províncias, bem como dos edifícios religiosos, onde estão presentes as formas de arte, que os «religiosos» auxiliados por um exército diligente permitiu edificar num processo de “refundação” da nacionalidade lusitana. Estabelece-se como referência fundamental para a compreensão deste processo de «colonização», através duma visão sociológica, e antropológica, a obra incontornável de Gilberto Freyre, “*Casa-Grande e Senzala*”⁴², publicada pela primeira vez em 1934. Sobre o processo de «formação» da ex-colónia, nos seus hábitos e matriz sociológica, este autor

⁴² “Até meados do século XIX, quando vieram as primeiras estradas de ferro, o costume nos engenhos foi fazerem os meninos os estudos em casa, com o capelão ou com mestre particular. As casas-grandes tiveram quase sempre sala de aula, e muitos até cafua para o menino vadio que não soubesse a lição. Muitas vezes, aos meninos se reuniam crías e muleques, todos aprendendo juntos a ler e a escrever; a contar e a rezar.” (Freyre, 575). Freyre, Gliberto, *Casa-Grande & Senzala*, 13ª edição, José Olympio Editôra, Rio de Janeiro 1966.

confere às «casas-grandes» o valor de unidades que fundam uma ordem, dominando sobre um vasto território.

A construção da «*casa-grande*» constitui a primeira referência de tipo de «casa»⁴³ que se pode indicar a partir do Brasil, relacionada com o colono português. A adaptação da casa às condições climáticas, sociais, que são próprias à formação da estrutura edificada, e social, do Brasil, revela uma diversidade própria a uma ocupação permanente com povos de vários continentes, sobressaindo, no entanto, a cultura europeia como modelo cultural, à semelhança do que se passa na metrópole.

A «*casa-grande*» corresponde à unidade «física e simbólica», territorial, onde floresce a família colonial, a partir da qual se estabelece a afirmação da propriedade sobre a terra, e sobre os escravos, na realidade sobre “tudo” o que está sobre protecção da casa, «debaixo do seu tecto». As características construtivas da casa tradicional, que o colono português transporta do seu país, são adaptadas às condições climáticas, bem como à organização social e económica que estas casas representam, constituindo uma das principais forças de poder, comparado ao da Igreja, que de resto por vezes integra no espaço da casa.



Fig. 1 –
Ilustração da “Casa - Grande” de Cícero Dias. Fonte: Freyre.

⁴³ “ A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e nos lados, telhados caídos num máximo de protecção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atitude agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou “transoceanismo”, tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem económica e social; o criador de um novo tipo de habitação.” (Freyre 1966: 36).

Para o contexto do presente trabalho, a «casa-grande» constitui essencialmente um símbolo de poder que se traduz na organização espacial de uma casa «onde tudo cabe». A partir deste tipo de casa, que apresenta semelhanças com a arquitectura da «casa chã» portuguesa, permite-se estabelecer o referencial histórico de arquitectura da casa enquanto espaço que reflecte a organização da «família rural»⁴⁴, que convive com o clero secular, e “alimenta” um número indeterminado de escravos, e que prevalece até ao período imperial, aquando da chegada dos primeiros contingentes massivos, nos quais se incluem os portugueses, a partir de meados do século XIX.

Quanto às implicações da presença do colono português na sedimentação cultural, das influências artísticas que este transporta, destacam-se os estudos em torno da «arte», sobretudo produzidas no período “joanino” (reinado de D. João V), produzida no auge da exploração aurífera, sobre domínio da Coroa portuguesa e da expansão comercial no território das “índias”, no qual se produz uma arquitectura “barroca”.

Através das pesquisas levadas a por Robert C. Smith⁴⁵, contratado pelo recente formado organismo de defesa do património brasileiro – SPHAN, em 1936, “descobre-se”, através de inúmeras publicações produzidas por esse organismo público, a «arte brasileira» destacando-se claramente a arquitectura religiosa, sobre domínio das congregações religiosas, as quais, sendo também centros de formação, permitem a divulgação do legado cultural e patrimonial. O trabalho desenvolvido por este investigador norte-americano, objecto de uma ampla exposição em 1998, resume uma intensa e profícua actividade dedicada ao tema que o apaixona, o Barroco, destacando-se na sua vasta obra a predilecção pelo «arquitecto do Porto»⁴⁶ Nicolau Nasoni, a par do «arquitecto de Braga»⁴⁷, André Soares.

No barroco “nacional”, que se desenvolve sobretudo na região Norte do país, sobre o domínio da ordem beneditina e jesuíta, destaca-se o empenho de “artistas locais” no manuseamento dos materiais, e técnicas de construção, entre a «talha e o granito». A utilização recorrente destes materiais, e de determinadas técnicas, sobretudo transferidas para o Brasil através da actuação dos oficiais do exército, que detêm formação, constitui uma das principais marcas da presença portuguesa no Brasil, permitindo um

⁴⁴ “Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas – e mais tarde por eles realizada no Paraguai – da espanhola e da francesa. Claro que esse domínio de família não se teria feito sentir sem a base afrícola, em que repousou entre nós (...)”. (Freyre 1966: 31)

⁴⁵ Smith, Robert C. (1912-1975) apresenta a vigésima tese de dissertação em Harvard, em Janeiro de 1935, com o título original “The Architecture of Joao Frederico Ludovice and some of His Contemporaries at Lisbon, 1700-1750” Catálogo da exposição, pag. 23. É autor da primeira história de arte, apresentada nos Estados Unidos da América, em 1968 - “The Art of Portugal 1500 – 1800”.

⁴⁶ Smith, Robert, Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto (1691 – 1773), Livros Horizonte, Lisboa 1973.

⁴⁷ Guia Oficial do Congresso Internacional d Estudos «A Arte em Portugal no século XVIII», de homenagem a André Soares, Braga 1973.

reconhecimento pelo emigrante iletrado, sem formação específica, pela “simples” associação de formas “*mais de 100 oficiais de infantaria com o exercício de engenheiro atuaram no Brasil entre 1549 e 1822*”. (Smith 1998: 95)

É precisamente no domínio construtivo que o recurso a determinados materiais, a madeira e a pedra combinada com argamassas “caliças”, e respectivas tecnologias de “fabrico” e de manuseamento, vão sobressair, na generalidade das obras, de arquitectura civil e religiosa, consistindo numa das marcas de participação dos «portugueses», influenciando os autóctones brasileiros, sendo disso testemunho a obra do “Aleijadinho”⁴⁸, em Minas Gerais.

Num ensaio desenvolvido por Rafael Moreira, sobre a obra de R. Smith, presente na publicação «A investigação na História de Arte», intitulado «A Arquitectura Colonial Brasileira», este historiador dá a conhecer, numa síntese, o percurso profissional do investigador norte-americano, sobretudo a importância de que se revestem os levantamentos realizados no Brasil, os primeiros sobre «arte», particularmente dedicados ao estudo do edificado, sendo seguido, no processo de inventariação da realidade brasileira pelo director do *Louvre*, Germain Bazin, que após a 2ª Guerra Mundial procede a “*um empenhado estudo sistemático da arte e da arquitectura religiosa barroca brasileira e bom conhecedor de Portugal*”. Segundo este historiador, apesar do cerne da investigação de Smith incidir sobre a arquitectura religiosa e a arte sacra, relacionando o edificado com os variados elementos decorativos que participam na composição do “espaço litúrgico”, este historiador também desenvolve análises parcelares sobre a arquitectura civil, sobretudo sobre o programa das «casas simples»⁴⁹, identificando influências e características que podem remeter para um tipo de habitação «brasileira»;

Noutro trabalho que divulga a arquitectura das casas, numa perspectiva histórica «Casas Portuguesas e Brasileiras. Duas visões, dois testemunhos.»⁵⁰, os autores estabelecem o objecto do estudo entre a caracterização histórica das famílias e as respectivas casas, assumindo aqui, a casa, um destaque próprio, tanto mais que o trabalho desenvolve uma diacronia desde o século XVIII até o século XX. Este trabalho de investigação, articulando as ciências sociais com a arquitectura, apresenta a particularidade de resultar numa parceria entre um investigador português e uma investigadora brasileira, ambos partilhando o mesmo

⁴⁸ Germain Bazin publica dois estudos dedicados a arquitectura barroca, incluindo a obra de António Francisco Lisboa, o “escultor” mulato – “aleijadinho” - que é responsável, entre outras obras, pelo Santuário do Senhor de Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas do Campo, em Minas Gerais. *L'Architecture religieuse Baroque au Brésil* (1º vol. 1956 e 2º v. 1958), e *Aleijadinho* (1963).

⁴⁹ “Só após lermos esses densos capítulos que Robert Smith dedica à arquitectura civil luso-brasileira (e também à arquitectura pública e de Estado) nos apercebemos de até que ponto a nossa visão comum da arte do Brasil colonial como predominantemente religiosa foi poderosamente condicionada pela obra de Germain Bazin. É um outro mundo que Smith nos revela, mais laico, mundano, de pés assentes na terra, mas não menos requintado e culto (no que podemos encontrar eco nas leituras de Gilberto Freyre e da escola pernambucana de sociologia.”⁴⁹ (Moreira 2000: 175).

⁵⁰ Sampaio, Jorge Pereira, Botelho, Candida de Arruda, *Casas Portuguesas e Brasileiras, Duas visões dois testemunhos*, Edições Inapa, Lisboa 2000.

quadro referencial, a arquitectura da «casa» construída em Portugal e no Brasil. O trabalho revela um particular interesse, para o âmbito da presente investigação, ao identificar «famílias», e respectivas casas, que se constroem, ou recuperam, resultado da emigração para o Brasil. A propósito de um dos emblemáticos “palácios” construídos neste processo, por «brasileiros», SAMPAIO identifica na Quinta da Regaleira todo o programa ecléctico que os emigrantes transportam consigo, por vezes interligando-se com os “neos” nacionais, como o manuelino. “No romântico ambiente de Sintra, coroada pelo fabuloso Palácio da Pena, surge então o Palácio da Regaleira, lembrando um cenário gigantesco, de grande dramatismo, onde não faltam uma torre de menagem e outra de vigia, entre uma “floresta de pináculos de contra-fortes, de gabletes, gárgulas e de rendilhados. (...) O interior da casa é igualmente majestoso, entre cantarias de recorte sofisticadíssimo, mosaicos de desenho minucioso e as pinturas de parede e madeiramentos.” (Sampaio, Botelho 2000: 84). Na síntese deste “levantamento” o co-autor esclarece que: “ Não existe (...) um estilo único a que se possa dar o epíteto de «casa de brasileiro» porquanto, entre as casas de influências barrocas, rococó e neoclássica e os chalés, carregadíssimos de «neos», são vários os géneros arquitectónicos, havendo porém, uma certeza: aos emigrantes de torna-viagem regressados do Brasil deve-se alguma da boa arquitectura civil construída em Portugal na viragem do século.” (Sampaio, Botelho 2000: 84).

Segundo a sua co-autora, Candida Botelho “A história da decoração e da formação das casas brasileiras começa a partir da mudança da corte [portuguesa] para o Brasil.” (Botelho 2000: 98).

Na verificação, e eventual confirmação, das influências artísticas que são reconhecidas na afirmação de uma estética própria, através da «casa de brasileiro», Ana Milheiro reconhece, no percurso histórico com implicações para a formação de cultura brasileira, a importância que se reveste a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, em 1808, e a posterior contratação da *Missão Francesa*⁵¹ para fundar o ensino das artes. Neste período está em curso na Europa a divulgação e valorização de uma corrente artística cujos princípios estéticos reproduzem a cultura Clássica, greco-romana, movimento designado por neoclassicismo. Os «artistas» contratados, liderados por Le-Breton⁵², vão transportar os valores culturais em vigor, com um «gosto francês», parisiense, como modelo a adaptar para um território cujas referências à cultura europeia são muito ténues, estando estas, sobretudo, enraizadas nas «missões» religiosas que são uns dos principais meios de assegurar a conquista liderada pelos portugueses.

⁵¹ “Deve-se ao Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo – então no auge da sua influência na Corte do Rio de Janeiro por ocupar a pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos – a ideia de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, para a qual seriam procurados artistas na Europa, ou melhor, em França, país ao qual este ministro sempre estivera culturalmente ligado. Era então embaixador junto de Luís XVIII o marquês de Marialva.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império, 6ª edição – Autêntica, Belo Horizonte 2008.

⁵² “Através de Joachim Le-Breton, secretário recém-demitido da Classe de Belas Artes do Instituto de França, foi organizado um pequeno grupo de artistas por ele chefiado: Nicolas Antoine Taunay, pintor, Auguste-Marie Taunay, escultor, Jean Baptiste Debret, pintor e Auguste-Henri Victor (Grandjean de Montigny) arquitecto. Os artistas franceses foram acolhidos no Rio de Janeiro pelo Conde da Barca em 1816 a 26 de Março.” idem

Nos objectivos pré-estabelecidos através do léxico formal do *neoclássico*⁵³, os artistas da *missão* procuram introduzir uma ordem que, para os brasileiros e emigrantes portugueses presentes, é desconhecida (ou menos valorizada), estando na origem da afirmação de um estilo que, segundo vários autores, entre os quais MILHEIRO, dificilmente poderia vingar.

Num trabalho de investigação realizado por Andrea Triana e Evaristo Marcos Silva, no âmbito de um «Programa de Pós Graduação em Arquitectura e Urbanismo» da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado «Arquitectura Neoclássica [no Brasil]»⁵⁴, os autores confirmam a presença do estilo no meio urbano, no “litoral” e, por outro lado, a difícil adesão a um estilo que em quase tudo dependia do comércio com os países europeus, com a importação de materiais, dificultando o processo de construção.

“É possível afirmar que a influência neoclássica se deu no Brasil em dois níveis diferentes: nos centros maiores do litoral, especialmente no Rio de Janeiro, Belém e Recife que tinham contato direto com a Europa, desenvolveram um nível mais complexo de arte e arquitectura se integrou nos moldes internacionais da sua época;”

“(...) Com a independência, os senhores de terra [ligados à cultura do café] e os escravos assumiram as responsabilidades diretas da expansão europeia nesta área;”

“Com uma arquitectura que estava na dependência de importação de matérias e mão-de-obra especializada ou que apenas disfarçava com aplicações superficiais a precariedade da mão-de-obra escrava, o neoclássico não chegou a corresponder a aperfeiçoamento maior na construção no Brasil, ainda que tenha provocado transformações de importância, no plano formal. As inovações seriam introduzidas com o Eclétismo, durante a segunda metade do século XIX. (Debates, pag. 144)”



Fig. 2 –
“Palácio do Barão de Rio Negro” –
1889. Fonte: Botelho, Sampaio

⁵³ “No Brasil, a novidade que representa o neoclássico é contrabalançada pelo “antigo”, por uma prática corrente, interiorizada, que o prolongamento temporal dos métodos coloniais permite. Resiste-se à inovação que os arquitectos da Academia trazem através do traço neoclássico de Grangjean de Montigny. (...) O que aqui se identifica como pouca compatibilidade é, afinal, a manifestação de diferentes sensibilidades que constituem forças em franca oposição. Subsiste, portanto, uma tradição forte e expressiva. Reconhece-se a presença de um constrangimento que obriga, ou obstrui, a aplicação de uma cultura urbana neoclássica erudita.” Milheiro, Ana Vaz, “A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa”, pag. 78, publicações FAUP, Porto 2005.

⁵⁴ Triana, Andre, Silva, Evaristo Marcos, Ideia, Método e Linguagem – Arquitectura Neoclássica, Universidade Federal de Santa Catarina.



Fig. 3 -
“Fazenda Morro Azul” – S. Paulo.
Construída por colonos portugueses.
Data provável de construção, finais do
séc. XV Fonte: Botelho, Sampaio
Fonte: Botelho, Sampaio

A investigação realizada por Ana V. Milheiro, contextualizada nos temas específicos da história da arquitectura, desenvolve um amplo trabalho de pesquisa sobre as implicações do transporte de uma “cultura arquitectónica portuguesa” para o Brasil, e o incremento do “modernismo” através da personalidade central deste movimento, Lúcio Costa, num processo de construção de uma «história da arquitectura brasileira». O trabalho de investigação, publicado com o título “*A Construção do Brasil. Relações com a cultura arquitectónica portuguesa*” remete para a evidente transposição de determinados valores próprios à cultura portuguesa, e de que forma estes foram absorvidos, ou não, numa cultura arquitectónica brasileira.

No processo de verificação da alteração do tipo de arquitectura que se pratica no Brasil, na transição do século, e da sua relação com as consequências do transporte de influências «culturais» pelos imigrantes, no mesmo trabalho de investigação, a autora revela o momento “de viragem”, em que assume um «estilo colonial»⁵⁵, atitude que revela, por parte dos «colonos» portugueses, um reforço da sua identidade, do seu património histórico enquanto «brasileiros». Sobre as possíveis “migrações” deste estádio cultural, de transição de referências culturais, torna-se evidente que o emigrante de «torna-viagem» português irá aderir a esse processo de assimilação de «novos valores», de um «novo imaginário»⁵⁶ cujo campo de experimentação, e de observação é o território adoptado, o Brasil.

Considerando o processo de evolução da arquitectura próprio ao dinamismo de uma permanente migração de valores, seja com concepções estéticas, seja na solidez das características físicas das construções, o período de emigração em que participam os

⁵⁵ “consciência histórica migrará do eclético importado, que o Gabinete de Leitura em Pernambuco também representa, para uma realização que contenha valores patrimoniais e culturais inequivocamente locais. A intenção realizar-se-á, em termos ilustrativos, num neocolonial ilustrativo, que possibilitará regressar a uma certa configuração colonial.” (Milheiro 2005: 157).

⁵⁶ “Os portugueses emigrados que, muito provavelmente aprendem a ser ecléticos no Brasil – transportarão para a velha ex-metrópole um novo imaginário arquitectónico. Ainda antes do moderno brasileiro, o eclectismo representa um primeiro retorno, uma primeira lição que atravessa o Atlântico, mesmo que estilisticamente não sistematizado, porque se realiza sem intervenção corporativa.” (Milheiro 2005: 164).

portugueses, sobretudo após a segunda metade do século XIX, reflecte essa mutação, sobretudo evidenciada por alterações profundas na vivência das populações, revelando distintas vocações, e ambições, por parte dos emigrantes que participam neste processo. É neste contexto que se desenvolvem novas atitudes perante o significado das construções, num processo de integração do eclectismo, resultando numa valorização do que é «internacional». Paralelamente, no final do século, o processo de migração de uma renovada opção estética, que germina numa procura dos significados próprios à arquitectura nacional, em ambos os países, que reflecte um acerto conjuntural, introduz o discurso acerca da «Casa Portuguesa». Este processo, que remete inicialmente para preocupações antropológicas, “contamina” os restantes sectores da intelectualidade nacional, entre os quais engenheiros e arquitectos, colocando o discurso sobre a «Casa» nas «origens», e do seu significado, com o motor do desenvolvimento teórico, e prático da arquitectura na transição de século. Emerge desta problemática a obra singular⁵⁷ de Ricardo Severo. Natural de Lisboa, em 1869, este passa a infância no Porto adquirindo aí a sua formação de engenheiro, e onde vai realizar os primeiros trabalhos, como autor de projectos.

A obra de Ricardo Severo, que se destaca neste particular período de tempo, é objecto de um amplo estudo, investigação realizada por Joana de Mello⁵⁸, no âmbito de uma Tese de Mestrado que apresenta na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, em 2005. Este trabalho de investigação, que culmina na publicação sob o título «Ricardo Severo, da Lusitânia ao Piratininga», relaciona a obra «construída» com a importância da sua personalidade, no contexto de uma sociedade urbana em plena expansão, económica e social.

A influência deste engenheiro, e autodidacta noutras áreas, nomeadamente como antropólogo, tem início em S. Paulo, com uma prolífica intervenção ao serviço de um dos principais gabinetes de projecto, o «Escritório Técnico». Este irá também estar associado ao Liceu de Artes e Ofícios de S. Paulo, no qual mantém funções administrativas. A abordagem que pratica na construção corresponde a uma prática profissional que introduz novos paradigmas sobre a arquitectura, mais liberta de preocupações formais e estéticas, introduzindo a valorização da construção no território onde irá exercer a sua actividade.

A escassa intervenção realizada em Portugal, será, no entanto, conhecida através da realização de um projecto e correspondente obra, na Rua do Conde, no Porto, conjugando no mesmo edifício elementos comuns à arquitectura vernácula, alcançando para esta habitação “moderna” um elevado valor discursivo, quer para os arquitectos quer para os

⁵⁷ “ É por isso que a Casa do engenheiro Ricardo Severo da Fonseca Costa (1869 – 1940) na Rua do Conde, no Porto – que retorna do Brasil na década de 90, apesar de anunciar a nova discussão em torno da tradição local, é correctamente confundida com um exemplar da “arquitectura brasileira.” (Milheiro 2005: 165).

⁵⁸ Mello, Joana, Ricardo Severo da Lusitânia ao Piratininga, Equações de Arquitectura, Dafne Editora, Porto 2007

engenheiros e “críticos”, sobre a «Casa Portuguesa», ainda que seja, simbolicamente iniciada, esta “discussão”, por uma única obra.

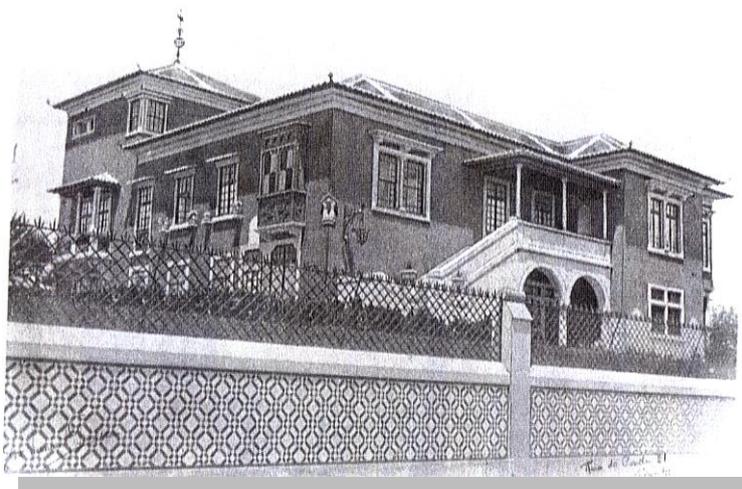


Fig. 4 -
Casa “Ricardo Severo”, Porto.
Rua do Conde – 1901
Fonte: Mello, Joana



Fig. 5 -
Casa “Numa de Oliveira” - Ricardo
Severo. Avenida Paulista, São Paulo
1916. Fonte: Mello, Joana

A integração, na cultura arquitectónica (internacional), de conceitos inerentes ao «discurso crítico» nacional é observada através de algumas publicações, produzidas em momentos diferentes. Sobre as questões de linguagem, considera-se o trabalho de Bruno Zevi «Saber ver a Arquitectura» e, mais recentemente, numa revisão do trabalho publicado anteriormente «A Linguagem Moderna da Arquitectura», estudos essenciais para a compreensão dos processos de evolução da estética. Considerando as definições que estão associadas aos diversos significados sobre arquitectura, formulados a partir do século XX, estas, embora divergindo entre si quanto ao seu sentido, traduzem distintas e complementares abordagens, com asserções que traduzem o pensamento parcelar em arquitectura, como sejam a visão cultural, social, simbólica, técnica, funcional, espacial, temporal, linguística, metalinguística, etc.... Estas definições, reflectidas por ZEVI, incorporam um elemento comum na sua abordagem, de resto intrínseco à arquitectura, que é o *desenho*, elemento que permite reconhecer o objecto de comunicação.

No processo de interpretação dos significados da arquitectura, destaca-se a consulta de “*Entender la Arquitectura*”, de ROTH, uma vez que relaciona os «elementos da arquitectura» com os «significados históricos da arquitectura». A introdução de MONTANER esclarece sobre a importância de um livro sobre arquitectura que consegue conciliar dicotomias próprias ao campo disciplinar: “ (...) Roth consigue un libro que sintetiza conceptualización e historia; en una misma obra consigue superar la dicotomía entre diacronia e sincronia que fue establecida por la lingüística estructural de Ferdinand de Saussure, reelaborada por Roman Jacobson y utilizada a fondo por antropólogos como Claude Lévi-Strauss. Esta capacidad de conciliar las interpretaciones diacrónicas, típicas de historiadores, con las sincrónicas, propias de antropólogos, etnólogos y teóricos, há sido un deseo de buena parte de la crítica de la arquitectura.” (Roth, Montaner, 2003, 30).

Através deste «manual» contextualiza-se o período histórico em que ocorre a emigração, sobretudo reflectido sobre os significados próprios aos movimentos artísticos, culturais e arquitectónicos, que irão influenciar o emigrante, uma vez que este desenvolve a sua ação num movimento eclético em declínio, com o surgir de outras estéticas que se irão sobrepor, como a «Arte-Nova».

A referência histórica que coloca a arquitectura no centro do discurso crítico sobre os modos de operar tem início com o movimento das «*Arts and Crafts*», liderado pelos ingleses William Morris⁵⁹ e por John Ruskin⁶⁰. A partir de meados do século XIX, este movimento pugna por uma contínua valorização do «manual» em detrimento do «mecânico». Contudo, será a mecanização a impulsionar a arquitectura, com novos métodos de fabrico de materiais, e de processos de construção. A «casa» deixa de estar associada a um edifício “irrepetível” sendo gradualmente transferido o seu processo de fabrico para meios de representação, e de construção, “totalmente” mecanizados. Neste sentido, a prática construtiva ainda que decalque gestos e modos de construir recorrendo a tecnologias tradicionais, irá gradualmente integrar materiais “copiados”, nas fachadas das casas, nunca antes utilizados, sobretudo na “arquitectura civil”, sendo o caso dos azulejos, dos vitrais com motivos decorativos e florais, da utilização de elementos estruturais produzidos em série, entre outros elementos que permitem reconhecer a transformação da imagem das casas.

O anúncio de uma preocupação funcional com o programa da casa, bem como de uma «cultura» que promove o utilitário em detrimento do «belo», surge com o movimento de contestação, de grupos de artistas formados espontaneamente, as *guildas*⁶¹, convergindo

⁵⁹ William Morris (1834-1896). Autor da “Casa Vermelha” (1859-1860), em parceria com Philip Webb, construída para sua habitação própria próximo de Londres. Roth, Leland M., *Entender la Arquitectura, sus elementos y significado*, Editora GG, Barcelona 2003.

⁶⁰ John Ruskin (1819-1900). Autor de vários livros entre os quais “As sete lâmpadas da Arquitectura” (Londres, 1894). idem

⁶¹“O movimento das Artes e Ofícios encontrou uma expressão concreta nas várias sociedades e organizações que se formaram na Inglaterra na segunda metade do século XIX. A Century Guild, uma oficina de arquitectura

separadamente num movimento que será transversal a vários países da Europa apresentando designações diferentes, reflexo da especificidade linguística, mas cujo significado é comum, o estilo. É o caso de Jugendstyle, na Alemanha, o Modern Style, na Inglaterra, ou o Liberty e Floreale na Itália. Estando inicialmente confinados aos seus próprios países, a exteriorização destes irá impulsionar um movimento mais vasto, internacional, o modernismo, movimento cultural, artístico, social e económico, com forte expressão na Europa, e que confirma o *novo século XX*.

Para além das implicações deste movimento, e dos seus reflexos, com um gradual confronto entre «artesanato» e a «industrialização», é nas implicações deste nos formatos de ensino artístico, e das “artes e ofícios” que se repercute, com sucessivos reflexos. No contexto nacional, este movimento é acompanhado pela introdução da estética da «Arte Nova», que só poderá ser desenvolvida através de um ensino qualificado.

“Analisando atentamente o conjunto das suas obras [dos grandes nomes da nossa arquitectura do final do século XIX e do início do século XX], constatamos que não ficaram indiferentes ao grande momento da Arte Nova, no qual podem ser integradas algumas das suas melhores criações.”
(Fernandes 2008:21)

A expressão deste movimento em território nacional coincide com a inauguração de várias escolas industriais (a partir de Decreto de 1852 para Lisboa e Porto, e de 1884 para outras cidades, TORGA, 1993), algumas promovidas por agentes locais, por industriais, permitindo por isso abordar uma estética que escapa ao controlo do âmbito de formação instituído pelas escolas de Belas-Artes (de Lisboa e do Porto). Será o caso da produção de edifícios com este tipo de linguagem em Leiria, através do risco de Korrodi, ou, no caso de Aveiro, de Francisco R. Silva, seu discípulo. Sobre estes arquitectos existem publicações individuais, referenciando-se, atendendo à proximidade geográfica, o trabalho de investigação desenvolvido por Maria João Fernandes *“Arquitectura Arte Nova Uma Primavera Eterna – Francisco de Silva Rocha (1864-1957)”*⁶².

Subjacente a este movimento, está o desejo de regresso a um passado, recente, no qual os objectos eram construídos com recurso à manufactura, conferindo-lhes qualidades estéticas, visuais, com características diferenciadoras, pessoais, atitude que permite unir diversos grupos de intelectuais em torno de uma figura central, uma referência artística, como por exemplo sucede com Mackintosh⁶³.

Esta distinção serve de pretexto para a burguesia empreender a sua “fuga” para os limites do espaço urbano, ou para o «campo», numa atitude que expressa um ideal que a casa

de interiores, foi fundada em Londres em 1882 por Arthur Heygate Mackintosh e Selwyn Image (1849-1930).”
Pag.32, FAHR-BECKER, Gabriele, A Arte Nova,

⁶² FERNANDES, Maria João; *Arquitectura Arte Nova – Uma Primavera Eterna* (Francisco Rebelo da Silva – 1864-1957), edição Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro 2008.

⁶³ Charles Rennie Mackintosh (1868 – 1928), Glasgow, autor da Escola de Arquitectura de Glasgow-

permite consagrar. Esta concepção, própria da sociedade inglesa, que se enraíza na sua cultura, adoptada sobretudo pela classe social emergente, a burguesia, distingue-se, para a mesma época, no decurso do século XIX, do que será o desenvolvimento urbano das cidades francesas, nas quais se põe em prática uma clara valorização de uma «cultura urbana» com a construção de prédios de «rendimento».

Identificam-se, assim, dois pólos opostos de uma mesma realidade, protagonizados pela classe social em ascensão, ficando a valorização do programa doméstico a cargo dos ingleses. Estes privilegiam a continuidade com o tipo de parcelamento de propriedade, estabelecendo-o como modelo desde do período medieval, a partir do qual: *“Londres vitoriana, capital do maior império do mundo, sofreu enormes transformações demográficas ao longo do século XIX que provocaram um substancial incremento populacional. Contudo esse aumento “não se traduziu na construção de edifícios de apartamentos mas antes na expansão urbana e suburbana de habitações unifamiliares”.* Este movimento, com raízes numa ideologia de regresso a um estágio “primitivo”, aplicada à arquitectura da casa, será designado por *“English Picturesque”*⁶⁴. Segundo Rui Ramos: *“Esta casa surge como síntese entre a casa agrícola e a casa de retiro ou de férias das classes altas, inicialmente designada como cottage orné, caracterizada pelo uso de materiais rústicos e composição assimétrica, que remontam a edificações como Le Hameau de Marie Antoinette em Versalhes. (...) Este tipo de edificação vai encorajar a perda da simetria na composição dos volumes.”*⁶⁵

O afastamento da casa «da burguesia» do centro urbano reflecte, também, uma preocupação de inserção no espaço envolvente, a natureza, reflectindo preocupações estéticas e, simultaneamente, higiénicas. A revolução em curso, resultado da industrialização, que uma excessiva concentração de edifícios no espaço da “cidade histórica” gera uma promiscuidade entre as áreas de trabalho e de residência, constitui um dos principais argumentos para a procura do “refúgio”, desenvolvendo no contexto do movimento artístico em curso, o Romantismo, a procura de um “lugar perdido”, ideal. A casa, considerada no ideário deste movimento artístico/intelectual surge associada à fundação do lugar “original”, remetendo para a recriação desse lugar através da ruína. A partir da obra de Downing, Rui Ramos confirma esse desígnio:

“A casa é, para Downing, uma construção retomada da tradição, lugar central da vida, mas que tem igualmente de responder à presente condição dos seus habitantes. A relação entre arquitectura e habitante, natureza e liberdade individual, aponta para uma valorização da experiência de vida, que,

⁶⁴ Expressão retirada de “A Casa – Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português”, capítulo – A Construção do Espaço Doméstico. Ramos, Rui Jorge Garcia, publicações FAUP, Porto 2010

⁶⁵ idem

*tal como na obra poética de Walt Whitman (1818-1889), se transforma no eixo central da obra de arquitectos como Richardson, Sullivan ou Wright.”*⁶⁶

É baseada nesta concepção que a casa, entendida num contexto de uma sociedade cujos valores culturais, e económicos, são consagrados, também, através da moradia unifamiliar, liberta-se, gradualmente, na sua etapa de concepção de formalismos de desenho que condicionam a sua plena fruição, espacial e funcional.

Esta concepção, que se instala nos países europeus sobretudo através do Romantismo tardio, que culmina na arquitectura na «arte-nova», será transportada para o continente americano, primeiro para os países influenciados pela cultura anglófona e, depois, para os países como o Brasil, cujo projecto de desenvolvimento depende da capacidade de admissão de emigrantes.

O emigrante português, indiferente a conceitos ou intelectualidades, reconhece neste programa um desígnio das elites, razão pelo qual o transporta consigo, para o seu país, particularmente para locais que ainda revelam um escasso desenvolvimento social e económico o que se irá reflectir numa leitura depreciativa desse tipo «individual» de casa.

As transformações que ocorrem no território objecto de investigação, o município de Oliveira de Azeméis, reflectem os processos de alteração dos significados que os emigrantes transportam, e que se vão transformar num marco cultural que ainda subsiste nas características formais da arquitectura da casa de brasileiro. Por isso, importa verificar que informação já se terá produzido que permita relacionar-se com o tema, para além de permitir uma compreensão de alguns indicadores de caracterização desse território.

Oliveira de Azeméis localiza-se numa região de transição do “centro” para o “norte” do país, constituindo um dos municípios que integram o distrito de Aveiro. Geograficamente, integra a região Norte onde se vai promover a «arte-nova», com o aparecimento de escolas de ofícios, e de indústrias, sobretudo cerâmicas, indústrias que, entre outros materiais, vão fabricar os azulejos de “estampilha” e de outros tipos, utilizados no revestimento e na decoração das fachadas das casas, bem como nos “interiores”. Em publicação recente, no Boletim Municipal Cultural do Município de Aveiro, podemos confirmar a importância deste tipo de actividade, cerâmica, reflectindo-se nas publicações produzidas com diversos artigos onde os autores informam sobre a importância da utilização do azulejo na viragem do século. Nestes permite-se confirmar a utilização dos azulejos, pela primeira vez, enquanto revestimento de fachada, numa casa recuperada por emigrantes luso-brasileiros, actual Associação de Municípios de Aveiro⁶⁷.

⁶⁶ Ibidem

⁶⁷ “Em Aveiro o primeiro edifício a ter a fachada revestida na sua íntegra por azulejos surgiu em 1857, propriedade do “brasileiro” Sebastião de Carvalho de Lima. In «15x15» Aveiro, a essência colorida do azulejo, edição Câmara Municipal de Aveiro, 2008.

Entre os vários artigos publicados no boletim, destaca-se o da autoria de Rafael Salinas Calado “*A Tradição do Azulejo como Revestimento*”⁶⁸. Segundo este historiador: “*É no Brasil que se descobre a sua nova dimensão de revestimento exterior. Ao regressar, como “azulejo de torna-viagem”, pôde pela mão dos emigrantes “brasileiros” desenvolver as capacidades de animação das fachadas, criando então verdadeiras “ruas de cerâmica”.*” (Calado 2001:30)

Sobre Oliveira de Azeméis referencia-se uma publicação que sintetiza um levantamento realizado às “estruturas de secagem”, designado por “*Os Espigueiros na paisagem de Oliveira de Azeméis – Análise tipológica, morfológica e contexto urbano*”. Este estudo é antecedido por trabalho idêntico, dedicado às «estruturas de moagem», ambos realizados pelo autor do presente estudo em 2002, tendo sido editados pela Câmara Municipal de Oliveira e Azeméis. Os levantamentos realizados permitem compreender a evolução do território numa vertente de urbanismo. Sobre este município são também objecto de referência as publicações do Arquivo de Estudos Regionais, do Museu Regional de Oliveira de Azeméis, sob coordenação eo M. Antonino Fernandes.

Confrontando a evolução no território, de proximidade e do próprio município de Oliveira de Azeméis, dos reflexos da construção das «casas de brasileiro» nas casas dessa região, depreende-se uma adaptação no terreno das «marcas do retorno», sobretudo com a transferência de certos aspectos encarados como “decorativos” para as casas construídas pelos “construtores”. Num trabalho publicado sobre um desses construtores, tendo ficado conhecido na região devido a uma prolífica actividade, correspondendo a Francisco Farinhas, e respectiva família (herdeiros), Domingos Tavares⁶⁹ desenvolve uma abordagem sobre os reflexos desse tipo de “arquitectura” e que eventuais tipos de casas estão relacionados com essa referência histórica, da arquitectura da «casa de brasileiro».

Os autores citados, e respectivas publicações, pretendem enquadrar um complexo tema, difuso, com o objectivo de confirmar a existência de uma arquitectura produzida sobre influência do emigrante luso-brasileiro, da sua validade. Esta «revisão bibliográfica» parte de uma concepção abrangente incluindo a análise do território «eleito», considerando que este será adequado integrando o número suficiente de casas para integrar uma amostra válida.

⁶⁸ AAVV, Boletim Municipal de Cultura, Câmara Municipal de Aveiro, Ano XIX, n.º 37, Aveiro 2001.

⁶⁹ Tavares, Domingos, Francisco Farinhas Realismo Moderno, Equações de Arquitectura, Dafne Editora, 2008.

2 – FACTORES QUE PARTICIPAM NA FORMULAÇÃO DO MODELO DE «CASA DE BRASILEIRO».

2.1 – Factos históricos que ocorrem no Brasil e em Portugal – síntese comparativa;

Considerando essencial para o presente estudo a compreensão dos factos históricos que se processam entre os dois países é, também, através da sua verificação que se reforça o conhecimento, e conseqüente afirmação, do modelo de arquitectura que o emigrante introduz na paisagem urbana, no país. Torna-se, por isso, necessário proceder a uma verificação dos factos significativos que permitem estabelecer uma comparação entre as duas realidades, reforçando a importância destes na compreensão das intervenções desenvolvidas pelo emigrante luso-brasileiro, que significados comportam para a cultura portuguesa e brasileira.

A convergência no mesmo edifício, ou no mesmo tema objecto de investigação, das realidades próprias a dois países, remete para a necessária verificação em “paralelo”, comparando os factos históricos relevantes, nos quais podemos conhecer o percurso do promotor, que é comum à trajectória da emigração, nesse período, permitindo relacionar o tipo de arquitectura existente nesse país, e a que é construída sob a acção do emigrante.

Para a convencional análise histórica, numa leitura diacrónica, o Brasil deve o seu “descobrimento”, pelo menos para uma interpretação própria à cultura ocidental, aos portugueses, em 1500⁷⁰. Deste facto resulta, para os dois países, uma justaposição, em determinados períodos, particularmente no que respeita à época em que o Brasil era uma *colónia* portuguesa, que afectam o percurso político e social dos seus habitantes.

A presença contínua do colono português permite transferir para esta «colónia» aspectos singulares próprios à cultura portuguesa, sobretudo no período de tempo correspondente à *colónia* e ao *império*, estabelecendo as raízes do contexto socioeconómico, e cultural, que determina o carácter do «brasileiro» que o emigrante luso-brasileiro, que se desloca em meados do século XIX, também incorpora, tornando-se também um produto da História.

Centrando-se o presente trabalho de investigação na «casa de brasileiro», e estando esta associada à condição de emigrante do seu promotor, e tratando-se de um país em que os portugueses puderam aplicar os seus conhecimentos ao nível do urbanismo, de fundação de aglomerados urbanos, numa época áurea, de desafogo económico, e de construção de uma identidade, importa reconhecer na ocupação do território os aspectos mais marcantes que, em parte, vão influenciar o emigrante que chega ao Brasil no século XIX.

Na construção deste imenso território participam, desde o início, os principais membros da sociedade, representados pela nobreza e a aristocracia, o clero e o povo. A ocupação do

⁷⁰ Processo de expansão marítima portuguesa com o “objectivo de impor o controlo português sobre o comércio das especiarias e implantar o catolicismo no Oriente, além de assegurar a posse de terras demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, o rei D. Manuel I, o venturoso, organizou uma frota para as Índias (...) coube ao almirante Pedro Alvares Cabral, que partiu de Portugal a 9 de Março de 1500.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico do Brasil: Colónia e Império, 6ª edição – Autêntica, Belo Horizonte 2008.

Brasil é feita após as experiências verificadas em África e na Índia, a partir das quais se acumulam experiências diversas. Por isso, os portugueses que participam na expedição e, posteriormente, na ocupação do território transportam um conhecimento que será aplicado numa prática de ocupação humana cuja base depende da concepção da experiência urbana, do *tipo* de urbanismo praticado nas outras colónias⁷¹.

Na fundação da Capitania Real de S. Salvador⁷², capital da colónia até ao século XVIII, expõe-se a estratégia de expansão marítima portuguesa, seleccionando lugares costeiros com condições naturais favoráveis a uma rápida e segura expansão. A sua localização favorecida na relação entre o «mar e a terra», reflecte a determinação deste tipo de lugares seguros, com uma enseada para formar o porto natural. No lado da terra, localizam-se topografias com “morros” para defender essas enseadas nos acessos à costa. A cidade do Rio de Janeiro⁷³, fundada em igual período, apresenta idênticos pressupostos de expansão. Esta complementa, no período da “conquista”, a função predominantemente administrativa que se destina a S. Salvador, destinando-se à cidade do Rio um “simples” entreposto comercial, razão pela qual não irá apresentar investimentos urbanísticos significativos, levando a um crescimento espontâneo, menos ordenado, pelo menos até ao século XVIII. No ano de 1763 a capital da colónia será transferida para esta cidade. A sua importância revela-se na extensão do território que abrange a sua diocese. Esta estende-se até ao limite sul, até à *Província* de S. Pedro de Rio Grande do Sul.



Fig. 5 –
Desenho indicativo da relação
da proporção e posicionamento
geográfico no planisfério de
Portugal e do Brasil.
(Desenho do autor).

⁷¹ “(...) é numa abertura de espírito a outras realidades humanas, e a sua capacidade de adaptação a diferentes condições físicas, desenvolvida por sucessivas gerações ao longo de um século nas costas de África e do Oriente, que permitiu a fácil adaptação dos Portugueses à realidade brasileira a partir de 1500.” Teixeira, Manuel C.; Valla, Margarida, *O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII*, Portugal - Brasil, pag. 215, Livros do Horizonte, Lisboa 1999.

⁷² S. Salvador e Bahia de Todos os Santos, Capitania Real estabelecida em 1534.

⁷³ “S. Salvador perde o lugar de sede administrativa colonial para o Rio em 1763, no período pombalino”. *ibidem*

Os traços mais significativos deixados pelos portugueses, no período da *conquista*, que se traduzem na arquitectura e no urbanismo, correspondem ao carácter religioso que marca a ocupação, os inúmeros conventos e respectivas igrejas, construídos sobre influência do Barroco. Este estilo é inicialmente “adaptado”, em Portugal, às condições de construção existentes, com a utilização de determinados materiais como o granito, sobretudo na região norte onde será predominante. A transposição das referências artísticas deste estilo para o Brasil, que ocorre no mesmo período de tempo em que se está a “praticar” em Portugal, reflecte uma ausência de “artistas” para a generalidade das obras sendo introduzidas as necessárias adaptações *artísticas* que as congregações religiosas irão realizar através dos *monjes-arquitectos*⁷⁴, para além da participação dos engenheiros “oficiais de infantaria”.



Fig.6 – Câmara de Minas Gerais. Ouro Preto
O estilo barroco na arquitectura civil, séc. XVIII
Fonte: Smith, Robert

Fig. 7 -
Igreja de S. Francisco de Assis em Ouro Preto. Minas Gerais, de António Francisco Lisboa.
A presença do Barroco na arquitectura religiosa, séc. XVIII
Fonte, Smith, Robert

A forte presença que as congregações religiosas vão ter no território da colónia, estando entre as mais expressivas, devido à quantidade de conventos fundados, os *Benedictinos* e os *Jesuítas*, irá traduzir-se numa relevante influência cultural, repercutindo-se na expansão dos aglomerados, nas formas de desenvolvimento urbano. À semelhança do que se verificará em Portugal, o núcleo conventual representa um pólo aglutinador de formação urbana, de fixação e expansão de novos aglomerados.

⁷⁴ “Entre 1549 e 1600 contam-se entre os padres Jesuítas no Brasil 6 arquitectos e mestres-de-obras, 6 pedreiros, canteiros e marmoreiros e 13 carpinteiros, entalhadores e marceneiros.” Teixeira, Manuel C.; Valla, Margarida, O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII, Portugal - Brasil, Livros do Horizonte, Lisboa 1999.

Na verificação das intervenções públicas, e de carácter privado, que decorrem na *colónia*, que podem contribuir para a definição dos tipos de arquitectura que precedem a afluência dos emigrantes brasileiros confirma-se, no século XVIII, o período de investimentos pela Coroa portuguesa, de maior relevância. Nessa época, os monarcas D. João V e, posteriormente, D. José I, vão contratar equipas de «engenheiros militares»⁷⁵ estrangeiros, franceses e italianos, para promover o desenvolvimento urbano das principais cidades, “integrados nas expedições demarcatórias”⁷⁶.

“ Em resumo, poder-se-ia dizer que o fantástico crescimento do Brasil e a sua opulência durante o século XVIII assentaram em três pilares principais [ouro e diamantes, açúcar e escravos], mas também numa variedade enorme de outros produtos, cujo número não cessava de aumentar. O fim da era do ouro e dos diamantes estimulou a criação de gado bovino e o crescimento das plantações de açúcar, tabaco e algodão.”⁷⁷ (Marques, 1973: 597)

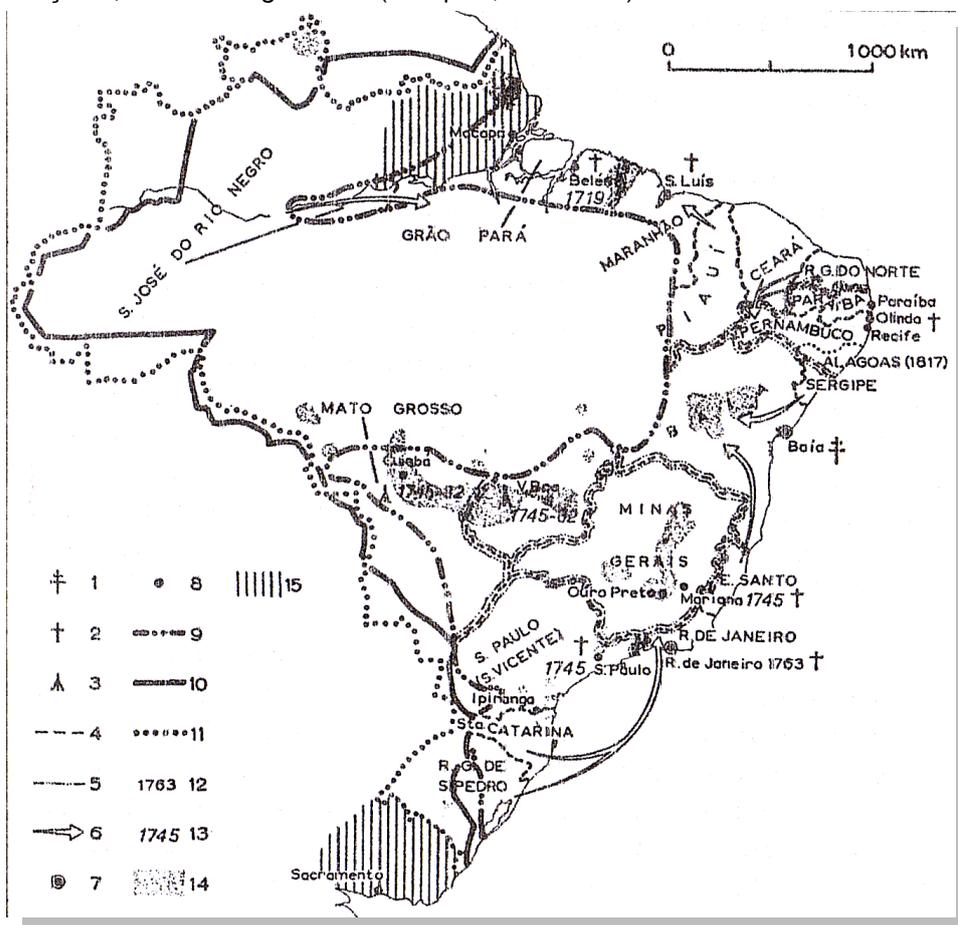


Fig. 8 – Mapa do Brasil no século XVIII.

Fonte: Marques

1 – Sede de Arquidiocese; 2 – Sede de diocese com bispo; 3 – Sede de diocese com prelado; 4 – Limite de capitania; 5 – Limite de diocese; 6 – Relação entre capitâncias; 7 – Cidades capitais; 8 – Cidades mais importantes; 9 – Limite da área efectivamente colonizada; 10 – Fronteira segundo o Tratado de Madrid; Fronteira actual; 12 – Datas políticas; 13 – Datas Religiosas; 14 – Principais áreas mineiras (ouro e diamantes); 15 – Territórios em litígio.

⁷⁵“(…) verifica-se ao longo dos séculos XVII e XVIII a presença de engenheiros militares estrangeiros contratados pela Coroa portuguesa servindo o Brasil. Entre eles, o italiano Baccio de Filicaya, na Baía, no final do século XVI, ou os franceses Miguel de L’Escol e Jean Massé, que exerceram a sua actividade no Rio de Janeiro.” idem

⁷⁶ Ibidem

⁷⁷ Marques, H. Oliveira, *História de Portugal*, Vol. I, Edições Ágora, Lisboa, 3ª edição 1973.

A partir desta data, a cidade do Rio de Janeiro constitui um dos principais focos de atracção para os colonos portugueses. A proximidade entre as cidades do Rio de Janeiro e S. Paulo vai gerar uma grande atractividade, promovendo o crescimento exponencial entre estas duas cidades. No caso da cidade de S. Paulo, esta será favorecida pelas características geográficas, território conhecido por *planalto de Piratininga*, tornando-se um dos principais destinos da emigração para os diversos países que participam na ocupação do país, até meados do século 20.

Para a compreensão dos factos históricos, de natureza social e política, que caracterizam a sociedade na qual participa o emigrante luso-brasileiro, que fazem parte da cultura da actual República Federal do Brasil, e da República Portuguesa, considera-se o período que antecede a formação do estágio político correspondente à República, período designado por *Império*. Este ocorre a partir da Independência do Brasil da Coroa portuguesa, com a proclamação do Império do Brasil em 1822, através do regente D. Pedro⁷⁸, com o conhecido “*grito de Ipiranga*”, na tomada de posição contra a Metrópole portuguesa, através da posição pessoal do *Cumpra-se*⁷⁹.

Com a independência da colónia verifica-se um gradual afastamento político entre os dois países, já que as decisões passam a ser assumidas pelo Imperador e respectiva Corte brasileira, apesar dos laços de sangue que unem as famílias reais, convergindo para ambos os países a realidade própria ao continente em que inserem.

Uma das primeiras iniciativas da política que o monarca D. João VI irá empreender no ano em que chega ao Brasil, em 1808, e que se reveste também de um carácter simbólico, corresponde à «*abertura dos portos*»⁸⁰, favorecendo o comércio com os outros países europeus e americanos, extinguindo os privilégios que a corte portuguesa exigia à colónia. Esta medida representa o início da autonomia económica, com reflexos na administração do “novo” país, sobretudo devido ao franco comércio que o império inglês irá impor, *diplomaticamente*, onde se denota o ascendente que mantém na corte portuguesa.

⁷⁸ Filho de D. João (VI), nomeado pelo seu pai como regente, com o regresso da Corte portuguesa à Metrópole, em Abril 1821. Este irá manter-se como regente até à sua saída em 1831, para defrontar o seu irmão, D. Miguel, liderando as tropas do exército liberal, em Portugal. Ventura, António, *Da Revolução vintista à guerra civil (1820-1834)* in *História de Portugal – Portugal Liberal*, vol. X, Edição Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, Amadora 2004.

⁷⁹ “Os acontecimentos se precipitaram quando, após a convocação de um Conselho dos Procuradores das Províncias do Brasil, com a finalidade de uni-las, D. Pedro aceitou o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Além de decretar o *Cumpra-se*, ele, a pedido dos procuradores, convocou a Assembleia Constituinte (3 de Junho de 1822) para elaborar a primeira Constituição brasileira.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, *Dicionário Histórico do Brasil: Colónia e Império*, 6ª edição – Autêntica, Belo Horizonte 2008.

⁸⁰ “Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas: decreto assinado em 28 de Janeiro de 1808, estabelecendo o livre comércio entre o Brasil e as nações amigas de Portugal. (...) Inspirado nas ideias económicas liberais de Adam Smith, o decreto acabava com o pacto colonial, rompendo com o monopólio metropolitano sobre o comércio e contribuindo para fortalecer a presença e predomínio económico inglês no Brasil.” *idem*.

As alterações de governação política que ocorrem nos dois países acompanham a tendência que se verifica nos países europeus sob o efeito da *Revolução Francesa*⁸¹, de 1789. Esta revolução está na origem de correntes políticas *liberais* que propõem o fim da monarquia enquanto sistema *absoluto*. As propostas apresentadas pelos diversos movimentos de cidadãos, que se formam espontaneamente em torno de entendimentos sobre a concepção de organização social e política, tendem a anular o poder centralizador do monarca, distribuindo o poder de decisão pelas diversas representações “políticas”. No entanto, o poder monárquico constitucional conserva-se, no Brasil, como regime político até à instauração da *República*⁸², facto que se confirma em 1889.

A expansão da actividade económica está directamente relacionada com o aumento de população, constituindo um dos principais motivos de atracção dos imigrantes. O período que decorre entre a década de 40, de 1800, e o termo da monarquia corresponde à “campanha” da migração, da entrada de milhares de imigrantes provenientes de várias latitudes, particularmente de portugueses que se mantêm um dos principais contingentes a contribuir para o reforço populacional do Brasil. Este período, compreendido entre as décadas de 40 e de 60 do século XIX, corresponde ao incremento da actividade industrial, ficando conhecido pela “Era Mauá”⁸³.

O rápido crescimento populacional, impulsionado pela imigração, a par da população residente, os cidadãos brasileiros, que juraram fidelidade⁸⁴ ao Imperador, vai favorecer a expansão das cidades existentes, estando também na origem de novos centros urbanos, sobretudo nas Províncias mais periféricas. De acordo com o *Censo Geral do Império*⁸⁵, realizado em 1872, a população do Brasil era composta por 10.112.061 cidadãos registados. O censo realizado confirma a tendência, avassaladora, de aumento de população através da entrada de imigrantes. No período compreendido entre 1850 e 1889, sobre o qual se concentra parte significativa da emigração portuguesa, entraram no Brasil aproximadamente um milhão de imigrantes.

⁸¹ “A Assembleia constituinte estabelece princípios novos de valor universal – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão -; derruba o conjunto das instituições e empreende uma completa renovação em França.” Roux-Lanier, Catherine, Pimbé, Daniel, e outros: *A Cultura de A a Z*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa 1991.

⁸² República - sistema político através da representação de governantes eleitos pelos cidadãos. “A primeira aplicação é a criação dos Estados Unidos da América do Norte, em 1787.” Idem.

⁸³ Corresponde ao primeiro surto industrial do país. “A partir de meados do século XIX, a sociedade brasileira passou por mudanças significativas, como o crescimento das cidades e a instalação de inúmeras indústrias. Foram inauguradas, entre 1850 e 1860, 70 fábricas de tecidos de algodão, de cerveja, sabão, chapéu (...). Foram fundados 14 bancos, três caixas económicas, 20 companhias de navegação a vapor, (...)”. O Barão de Mauá, figura célebre desse período, Irineu Evangelista de Souza, adquire em 1846, em Niterói, um estaleiro, estando na origem de uma franca actividade económica e financeira, estabelecendo sucursais nos principais centros económicos desse tempo, nos EUA e Inglaterra. Ibidem

⁸⁴ Em 1823 é emitido um Decreto que “manda considerar súbdito do Brasil os portugueses aí residentes (14.1.1823)”. Em 1824 é publicada Portaria que “manda sair do Brasil os portugueses eu não jurarem fidelidade ao Império (3.1.1824).” Sousa, Fernando, *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, CEPESE, Coleção Portugueses no Mundo, Fronteira do Caos Editores, Porto 2009.

⁸⁵ “Censo Geral do Império: no período compreendido entre 1820-1890, entraram no País 360.224 italianos, 313.025 portugueses, 75.299 alemães, 45.834 espanhóis e 193.079 de outras nacionalidades.” idem

A contínua ocupação das principais cidades com emigrantes provenientes de vários países europeus permite a introdução de determinadas actividades industriais e o exercício de diversas profissões liberais, anteriormente inexistentes. Contribui-se, assim, para o reforço da sociedade assente na burguesia com a expansão do comércio, que rapidamente suplanta, em população, a representação da sociedade dependente dos agricultores. As assimetrias existentes na sociedade, que se geram a partir de uma nova cultura urbana, contribuem para o fomentar das disputas entre os diversos estratos sociais, em torno de «causas» que são discutidas no decurso deste século, que o emigrante português participa.



Fig. 9 -

Mapa do Brasil no período correspondente ao Império, no século XIX. Definição das Províncias. Fonte: Dicionário Histórico do Brasil, Angela Vianna Botelho, Liana Maria Reis

No domínio da cultura, nas atitudes e gostos que a nobreza e as restantes elites exibem, e que irá determinar, neste século, uma das principais referências para a sociedade brasileira, confirma-se a eleição dos ideais próprios à cultura francesa, que o *ocidente* adopta.

A dependência cultural do “velho” continente será mantida, também, através de relações comerciais, valorizando os produtos que chegam das Cortes dos países europeus.

No início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, são introduzidas alterações significativas no urbanismo da capital da colônia com o objectivo de renovar a estrutura urbana, à imagem de uma metrópole. Para a concretização destes objectivos contribui a presença da *Missão Artística Francesa*⁸⁶ que, num revisitado espírito iluminista, D. João VI dirige à equipa francesa para se instalar na cidade do Rio de Janeiro. Esta *missão* é constituída por pintores e arquitectos, cujo *líder* artístico é *Joachin Lebreton*.

A presença da *missão artística*, que se instala em 1816, revela como objectivo principal fundar o ensino artístico através de uma escola de *Belas Artes*⁸⁷, à semelhança do que se verifica nos principais centros de cultura da Europa (inexistente nesse tempo em Portugal), formando técnicos para acompanhar e desenhar as inúmeras obras que urge realizar.

A presença dos pintores e arquitectos, inclusive de engenheiros, irá impor, através da formação que estes adquirem em Paris, a cultura do *neoclassicismo*, uma vez constitui a formação estética que esta equipa conserva, já que alguns desses artistas, sendo o caso de *Debret*, são os precursores da introdução desse ideal no ensino ministrado na *École de Beaux-Arts de Paris*.

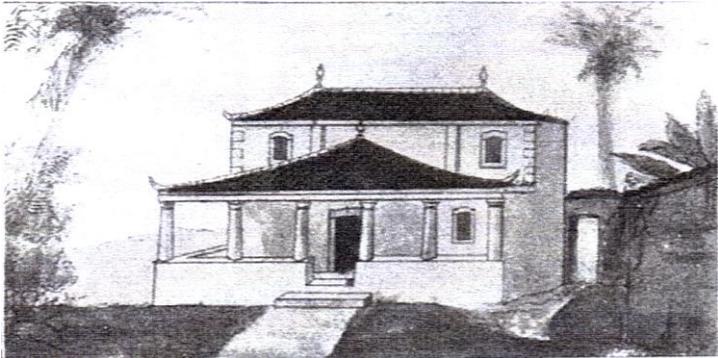


Fig. 10 -
Desenho de Bebret, Jean Baptiste.
Casa dos subúrbios do Rio de Janeiro
1822. Fonte: Mello, Joana.

Com a transição política que se verifica, da passagem de *colônia* para *império*, reforça-se o poder da corte, mantendo, no entanto, a hierarquia pré-estabelecida nos estratos sociais através dos relacionamentos entre as elites, conservando-se a cúpula de decisão na figura do rei e na respectiva Corte. Apesar da manutenção desse *status quo*, a estrutura da sociedade brasileira revela-se multifacetada, composta por diferentes tipos raciais, e com diferentes relações com o território que ocupam.

⁸⁶ “A Missão Artística, que integra e traz Grandjean para o Brasil [liderada por Joachin Lebreton, Auguste Marie Taunay, Charles Simon Pradier, Jean Baptiste Debret e Nicholas Antoine Taunay] representa uma cultura europeia que irá, não sem dificuldades, impor-se face a uma tradição que já existia. Isto acontece muito embora as bases do neoclassicismo tivessem desembarcado antes.” Pag. 55, MILHEIRO, Ana Vaz; A Construção do Brasil – Relações com a cultura Arquitectónica Portuguesa, publicações FAUP, 1ª edição 2005.

⁸⁷ A Academia Imperial de Belas Artes é “instituída por decreto de D. João VI, de Agosto de 1816, vinculada à missão artística francesa, encarregada de organizar uma academia de artes no Brasil conforme o modelo francês. Designada originalmente Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.”. Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império, Edição Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

É baseada na mistura racial que se estrutura o perfil do cidadão comum, o *brasileiro*⁸⁸, ou *brasílico*⁸⁹, cuja herança genética será, em parte, devedora do «*Homem negro*», que sucessivas vagas de tráfico de escravos transferem de um continente para outro.

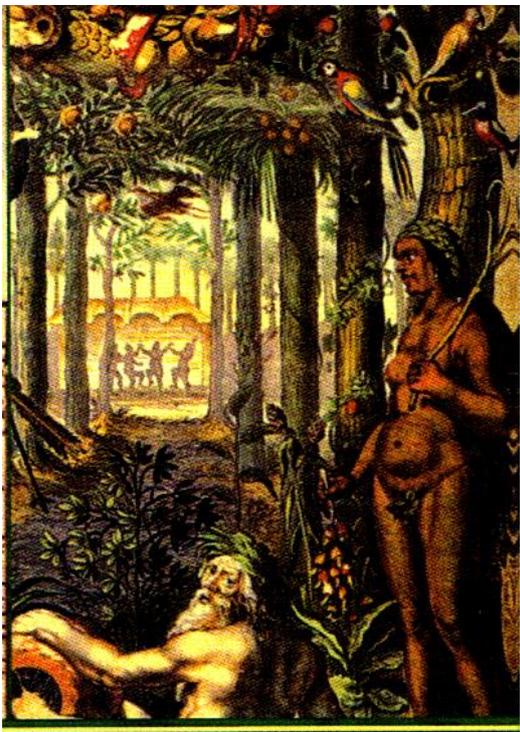


Fig. 11 –
Historia Naturalis Brasiliae – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Fonte: Capa do Dicionário Histórico do Brasil

Deve-se a este facto, de um contraste significativo nos tipos que formam a sociedade do Brasil, com a presença de uma minoria de população escolarizada, já que, para este período (1872), mais de 80% da população seria analfabeta, que o estilo erudito, *neoclássico*, importado do contexto europeu, terá pouco sucesso, entre outros factores como a dependência externa de materiais e de tecnologias a utilizar. A influência deste estilo na arquitectura, com a sua aplicação nos edifícios públicos, e também de iniciativa privada, mantém-se com a presença da Corte imperial, decaindo, enquanto referência estética, com inauguração do novo regime político, a *república*.

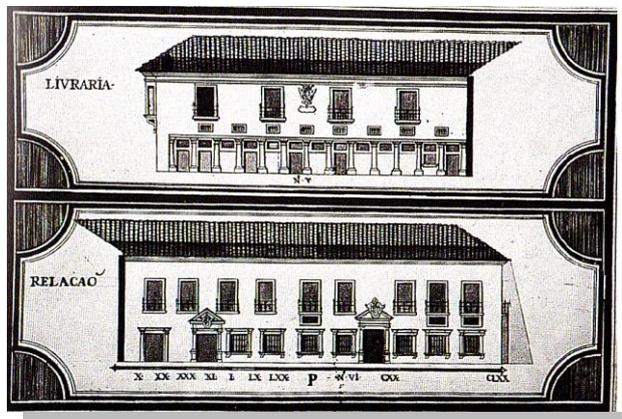


Fig.12 - Referências eruditas na arquitectura dos edifícios públicos em 1800. Biblioteca e Palácio da Relação em Salvador, Bahia

Fonte: Smith, Robert

⁸⁸A palavra *brasileiro* é, inicialmente, utilizada para designar o comerciante de *pau-brasil*, ou *pau-vermelho*.

⁸⁹ O mesmo que “nascido no Brasil”. Dicionário Histórico do Brasil.

Se no domínio das artes, e no que concerne à influência da *Missão Francesa*, mantém-se uma fidelização das elites, sejam os agricultores abastados, seja a burguesia em ascensão, no que concerne à luta pelas liberdades individuais a sociedade brasileira irá revelar uma emancipação, tendo na “causa” da abolição da escravatura uma das principais disputas com os detractores dos direitos de «igualdade» e de «fraternidade». A disputa sobre a causa da abolição do «tráfico negreiro» no Brasil constitui, neste século, uma das lutas de maior significado histórico, envolvendo todos os sectores da sociedade civil, no meio rural e no contexto urbano, envolvendo os imigrantes.

O primeiro registo de legislação sobre o fim do “tráfico negreiro” tem início através da apresentação nas Cortes da *Convenção*⁹⁰, em 1830. A *Lei*, pela qual irá ficar conhecida mais tarde a causa abolicionista, que visa erradicar em definitivo o “tráfico negreiro”, tem o nome do ministro que irá defender e promover a iniciativa legislativa, *Lei Eusébio Queirós*⁹¹. Apesar de Portugal constituir um dos primeiros países europeus a defender, e a aderir, ao fim do comércio de escravos⁹², em parte devido à forte pressão exercida pelo “eterno” aliado, a Inglaterra, subsiste até ao fim do século XIX uma atitude de conivência com os detractores que defendem esta forma de “economia”, em Portugal e no Brasil.

O «Decreto de Abolição»⁹³ da escravatura no Brasil só acontece em 1888, nas vésperas da implantação da república, sendo um dos últimos países “livres” a aderir à lei abolicionista.

Paralelamente ao assumir da causa abolicionista pela sociedade brasileira, surgem outros factos históricos que se revelam fundamentais para a conformação do regime político actualmente vigente, a República Federal. Estes resultam das disputas que visam a alteração do sistema político, estando na origem da implantação da *república*. Entre os vários movimentos de pressão, que se organizam nos principais centros urbanos, e que visam introduzir um regime democrático republicano, encontra-se o exército. As forças militares representam, para a sociedade civil, um grupo numeroso que se alia à promoção

⁹⁰ Convenção de 1830: acordo firmado no Rio de Janeiro, a 13 de Março de 1827, pelo qual o Brasil comprometia-se a não permitir o embarque de escravos nas costas da África em navios brasileiros.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*, Edição Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

⁹¹ Em 1850 é apresentado um projecto de lei, n.º 581, aprovado pela “Assembleia Geral”, pelo ministro da Justiça, Eusébio Queirós, a 4 de Setembro de 1850, e que decretava a “abolição do tráfico negreiro para o Brasil.” idem.

⁹² “Na sequência do tratado de Viena (1815), a Inglaterra e Portugal assinaram um acordo que tinha por fim atenuar o tráfico de escravos nas possessões portuguesas. (...) O tratado de 1842 entre Portugal e a Grã-Bretanha suprimiu por completo o tráfico de escravos nas possessões ultramarinas dos dois países. (...) Os escravos pertença do Estado foram os primeiros a ser emancipados, seguindo-se os dos municípios, misericórdias e igrejas (1856).” Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, Edi. Presença, Lisboa 1995.

⁹³ “Lei Áurea: lei de 13 de Maio de 1888. Assinada pela princesa Isabel, que substituíra provisoriamente o imperador (D. Pedro II, seu pai) aboliu a escravatura do País. (...) A Lei Áurea libertou cerca de 750.000 escravos, que representavam perto de um décimo da população negra do Brasil.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*, Edição Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

deste movimento. É o exército que conduz a entrega desse “novo” poder político ao «povo», estando na origem da sublevação⁹⁴ que retira os poderes ao imperador.

Na fundação do ideal republicano participam vários “agentes” sociais, que se manifestam no país independentemente das hierarquias sociais instituídas desde o período colonial, revendo-se neste processo a participação e influência da maçonaria⁹⁵.

Na mesma década em que se efectiva a independência do Brasil regista-se a elaboração da *Carta Constitucional*⁹⁶ em Portugal, processo conturbado que acontece num período de um certo vazio de poder. Este coincide com o regresso do monarca D. João VI, do seu exílio, e da corte portuguesa, no Brasil, em 1821, e da necessária organização de forças políticas que tinham assumido a governação através das *Cortes*⁹⁷ (sob influência da diplomacia inglesa), após o fim da ocupação francesa.

Será em torno da elaboração da *Carta*, promulgada em 1826, a 31 de Julho, que se expõem as disputas políticas, que estão na origem de diversos conflitos, marcando profundamente a sociedade portuguesa de oitocentos. A instabilidade que se verifica na sociedade, aliada a uma economia débil, está na origem de uma emigração massiva para o Brasil.

A década de 80 de 1800 é fértil em acontecimentos que reflectem os antagonismos e as fragilidades do pulsar do país. O seu início é marcado por um acontecimento de celebração, facto histórico que motiva um certo fulgor patriótico. Este acontecimento, de âmbito nacional e internacional, celebrado sobretudo nos países de expressão portuguesa, deve-se às comemorações do «tricentenário camoniano» (1.7.1880). Uma das personalidades que assume o protagonismo na comemoração das celebrações é o pedagogo Oliveira Martins⁹⁸. Este desenvolve, pela primeira vez, para a literatura portuguesa, uma obra fundamental de valorização da nação a partir da interpretação dos textos de Camões, produzindo uma reflexão que sintetiza a história da pátria a partir dos *Lusíadas* –

⁹⁴ “A proclamação da República deu-se no Rio de Janeiro (...), na praça da Aclamação, hoje praça da República, quando um grupo de militares do exército brasileiro, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, deu um golpe de estado, sem o uso de violência, depondo o Imperador do Brasil, D. Pedro II, e o presidente do Conselho de Ministros do Império, o visconde de Ouro Preto.” <http://pt.wikipedia.org>

⁹⁵ “Em 1797, foi fundada na Bahia a Loja dos Cavaleiros da Luz. Após 1808, várias lojas foram abertas no RIO de Janeiro, outras na Bahia e em Pernambuco. No ano de 1813 surgiu o primeiro Grande Oriente Lusitano sob direcção de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império, Edição Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

⁹⁶ “A grande realização das Cortes foi a Constituição. Inspirada nas suas congéneres francesa de 1791 e de Cádiz (1812), compunha-se de 6 títulos com 240 artigos. (...) A monarquia como forma de governo não era posta em causa: «o governo da Nação Portuguesa é a monarquia constitucional hereditária» (art.º 29), cabendo a chefia do Estado ao rei, designado por sucessão hereditária na dinastia de Bragança (Art.ºs 3,31 e 141).” Ventura, António, Da Revolução vintista à guerra civil (1820-1834) in História de Portugal – Portugal Liberal, vol. X, Edição Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, Amadora 2004.

⁹⁷ As Cortes surgem após a derrota do exército francês deixando um “vazio” de poder uma vez que o rei estava exilado no Brasil. As “juntas” que estão envolvidas na vitória vão selar um acordo que está na origem dessas Cortes, das quais o rei será parte integrante. “idem

⁹⁸ Joaquim Pedro Aires de Oliveira Martins (1845 - 1894) Autor de livros como *Portugal e o Socialismo* e a *Teoria do Socialismo*, participa conjuntamente com Antero de Quental no jornal *A República*, publicado entre Maio e Julho de 1870. Nele participam também Eça de Queirós, Batalha Reis, António Enes e Manuel de Arriaga, grupo que irá estar associado ao *Cenáculo*. Nota biográfica de Amadeu Carvalho Homem, História de Portugal – Portugal II; Monarquia Constitucional I, coordenação de Medina, João, SAPE – Edita Ediclube, Amadora 2004.

“O que tenho como verdadeira compreensão deste povo é que ele não é uma nação natural (geográfica – etnográfica), mas sim uma nação moral, não é uma criação da natureza, mas sim uma criação da consciência.” Opus cit. Oliveira Martins

No Brasil, as celebrações do «tricentenário evocativo a Camões»⁹⁹ também irão decorrer, correspondendo ao acto simbólico de colocação da “primeira pedra” do novo edifício para instalar o acervo da biblioteca do *Real Gabinete Português de Leitura*, construído na cidade do Rio de Janeiro. As comemorações vão decorrer com a presença do Imperador e da respectiva Corte.

Outro facto histórico relevante, que coincide com o regresso dos emigrantes na última década deste século, relaciona-se com as disputas territoriais com o aliado inglês. Na origem do conflito está a definição dos limites das possessões das colónias africanas. A situação é despoletada quando a diplomacia portuguesa expõe na *Conferência de Berlim*¹⁰⁰ uma proposta de união territorial através de uma *mapa*¹⁰¹ entre as suas principais colónias, Angola e Moçambique. O extremar das posições diplomáticas culmina no *Ultimato Inglês*¹⁰² que a Coroa inglesa apresenta em 1890, impondo a retirada das tropas portuguesas dos territórios reclamados pelas tropas inglesas. Esta situação, de conflito eminente, denuncia a fragilidade política e económica¹⁰³ que se vive nesse período. Converte, na opinião pública, uma dúvida sobre a capacidade política, e económica, do país resolver com os seus próprios meios as imensas dívidas que tem, contraídas sobretudo por empréstimos cedidos pela Coroa inglesa, que ameaça liquidar com a questão do *Ultimato*.

⁹⁹ “No dia 18 de Junho de 1879, o Presidente [do Gabinete Português de Leitura], o Presidente Eduardo Lemos apresentou o programa das comemorações do Centenário de Camões a realizar no dia 19 de Junho de 1880, quando seria colocada a pedra fundamental do Gabinete. A família imperial foi convidada a participar na solenidade, conforme a ata de 12 de Maio de 1880.” Raquel, Ana M., *Real Gabinete Português de Leitura: preservação e integração cultural*, fonte <http://members.fortunecity.com/Realgabineteportuguesdeleitura.htm>

¹⁰⁰ “Conferência de Berlim” (1884-85) “tem três importantes consequências para Portugal, a) retira-lhe o controlo sobre a foz Congo, deixando-lhe um pequeno enclave em Cabinda; b) recusa o direito histórico como critério de ocupação e estabelece o princípio da livre navegação dos rios internacionais. c) confirma internacionalmente a França e a Alemanha como potenciais coloniais ...; Telo, António José, “Um Sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa de África (1879 – 1891), in *História de Portugal – Portugal Liberal*, vol. XI, Edição Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, Amadora 2004.

¹⁰¹ “Em 1887, o ministro dos negócios Estrangeiros, Henrique Barros Gomes, apresentava à Câmara dos Deputados um mapa da «África Meridional Portuguesa», segundo o qual Angola e Moçambique apareciam ligadas. Como a totalidade das possessões se achava colorida em tom rosado, o mapa passou à história com o nome de Mapa Cor-de-Rosa.” Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, pag. 551, Editorial Presença, Lisboa 1995.

¹⁰² “Entre os dois aliados, as relações deterioraram-se com rapidez e, em 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês de Lord Salisbury enviava um ultimato a Portugal, exigindo-lhe a retirada imediata de todas as forças actantes na região do Chire (Niassalândia) e das terras, quer dos Macololos quer dos Machonas (actual Zimbabwe). A alternativa era uma quebra de relações diplomáticas, com o provável recurso à força. Face à ameaça de guerra, o governo português submeteu-se e mandou evacuar os territórios em questão.” Pag. 552 idem.

¹⁰³ “A estas dificuldades de natureza financeira veio juntar-se o aumento espectacular do défice comercial, que passa de cerca de 10.000 contos em 1885 a mais de 20.000 contos em 1890. (...) O Ultimato (...), não ajudou com certeza a resolver estes problemas. Tanto assim que, quando o Banco Central tentou negociar um crédito especial em Paris e Bruxelas, e mais tarde em Londres, não conseguiu ultrapassar as dificuldades conjunturais próprias às praças financeiras europeias da altura, nem sobretudo a desconfiança em relação às condições económicas e financeiras portuguesas que já então reinava.” Cabral, Manuel V., *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, pag. 31, Editorial Presença, Lx.

2.2 – A emigração para o Brasil.

Na relação que se estabelece entre o Brasil e Portugal, relativa ao fenómeno da migração, verifica-se uma desproporção na dimensão do território, acentuando os desequilíbrios demográficos, potenciando a deslocação de mais de um milhão de portugueses no decurso do século XIX. Este processo efectua-se em crescendo, podendo distinguir-se duas etapas. A primeira etapa, compreendida entre 1834 a 1851, e a segunda etapa de 1851 até 1908. Estas datas correspondem essencialmente às alterações de ordem política que ocorrem em Portugal, já analisadas anteriormente, e que sucintamente se traduzem, para a primeira etapa, na instabilidade política, com diversas alterações da ordem social que se sucedem até ao período designado por *Regeneração* (1851) e, a partir desta data, até ao *Regicídio*¹⁰⁴ (1908), que irá culminar no fim da monarquia e a instauração da República em 1910.

Para a generalidade do século XIX, pode afirmar-se que a emigração¹⁰⁵ para o Brasil corresponde a uma sequência “natural”, de factores de ordem política, com reflexos na economia do país, que alimentam um fluxo de saída de população.

Paralelamente aos distúrbios políticos, que recorrentemente surgem na sociedade portuguesa, neste século, a partir da *Independência* do Brasil, e com o pressuposto de reforçar o poder da monarquia, o *governo* brasileiro, em parceria com agências privadas, desenvolve uma política própria de ocupação implementando uma campanha de angariação de imigrantes, criando para o efeito a *Sociedade Central de Imigração*¹⁰⁶. Estas campanhas são efectuadas com acordos de regência, com outras Coroas, sobretudo da Europa, permitindo identificar os tipos sociais, e raciais, “adequados” para as tarefas de que o país carece. A colónia emigrante italiana¹⁰⁷ e germânica irá constituir, para o período imperial, a par da portuguesa, uma das mais numerosas, ocupando precisamente as províncias mais carentes de povoação, como a de Santa Catarina e de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

As campanhas de imigração sucedem-se com múltiplos objectivos, para além de procurar suprir uma persistente ausência de “braços”. Estas são também impulsionadas com o propósito de contrariar o predomínio do sangue do «homem negro», numa atitude de

¹⁰⁴ Regicídio – corresponde ao assassinato do Rei D. Carlos I e do filho em Lisboa no ano de 1908.

¹⁰⁵ “Na diferença que Joel Serrão estabelece entre colonização e emigração, entre o colono do século XV e seguintes e o emigrante do século XIX, entre o que abandona a Pátria devido a uma «iniciativa do Estado» e o que abandona por livre iniciativa e, muitas vezes, contra as decisões estatais, pela busca de melhores condições de vida situa-se uma fractura que estabelece, relativamente à segunda acepção, aquilo que actualmente se entende por «emigração». “O Emigrante «Brasileiro» dos séculos XIX e XX”, Silva, Maria de Jesus Sousa, Ul-Vária – Arquivo de Estudos Regionais, Museu Regional de Oliveira de Azeméis, Tomo I, 1994.

¹⁰⁶ “Entidade fundada no Rio de Janeiro, em 1883, com o objectivo de incentivar a vinda de europeus para o Brasil, a serem instalados principalmente no Sul e também no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em S. Paulo, por incentivo do governo imperial e das províncias, bem como por empresas privadas (Brazil Development and Colonization e Sociedade Hamburguesa de Colonização).” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império, Edição Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

¹⁰⁷ Actualmente considerada a maior comunidade de imigrantes com mais de 25 milhões de naturais descendentes dos italianos.

*eugenia*¹⁰⁸ própria deste período, com a valorização racial associada aos *nacionalismos*, bem como ao equilibrar da população residente nas regiões mais desertificadas a partir das quais se verificam constantes contendas com os países vizinhos.

As campanhas de angariação de imigrantes decorrem através de “sociedades” constituídas para esse efeito, aliando-se o interesse privado ao interesse público, como é exemplo a criação da *Sociedade Promotora da Imigração*¹⁰⁹ que surge na província de S. Paulo.

Os contrastes que existem nos dois países acentuam-se no decurso deste século, agravando, para Portugal, o desequilíbrio populacional. Se, do lado do Brasil, se confirma uma total disponibilidade para receber mão-de-obra, que deverá, uma parte maioritária¹¹⁰ (entre 60 a 70%) ficar como população residente, do lado de Portugal, após a guerra civil (1832-1834), e no decurso do século até ao seu término são escassos os motivos que justificam a permanência da população.

Após a independência do Brasil, e com o fim da guerra civil, identifica-se o “problema” relacionado com a contínua saída de população jovem em direcção ao Brasil, num processo de clandestinidade. Um dos primeiros políticos, e “compilador” da História de Portugal, Alexandre Herculano¹¹¹, manifesta-se publicamente sobre este fenómeno, revelando-o à “comunicação” através de um *texto alusivo ao tema “A Emigração para o Brasil”* (12.1.1836). Com este texto, o autor pretende elucidar sobre as implicações que se reflectem para o país dos efeitos de uma contínua saída da população, uma vez que são os mais jovens, portanto os mais aptos, que constituem a maioria dos emigrantes, num país que apresenta, na 1ª metade do século XIX, uma reduzida população para a sua extensão territorial (cerca de 3 milhões de habitantes).

A compreensão do impacto económico, e social, relacionado com a emigração constitui um dos principais motivos na implementação de medidas de carácter administrativo, como o controlo das saídas criando-se, para esse efeito, o registo de *passaporte*¹¹². A partir deste registo permite-se, para a época, efectuar o reconhecimento “oficial” do número de emigrantes. Para a formação de uma opinião com base em dados “oficiais”, uma estatística,

¹⁰⁸ Eugenia – corresponde à procura de uma unidade racial, suportada por elementos da mesma “raça”

¹⁰⁹ “Associação fundada em São Paulo em 1886, dirigida por grandes fazendeiros do oeste paulista, propunham promover por todos os meios a introdução de imigrantes e a sua colocação na Província, mediante auxílios e subsídios determinados na lei; chegou a distribuir na Europa 80.000 exemplares de *A Província de S. Paulo*, traduzida para alemão e italiano.” idem

¹¹⁰ “A emigração começou a partir de 1853 e oscilou entre 4.000 e 10.000 por ano até 1888. A partir desta data subiu a mais de 30.000, tendo atingido mais de 60.000 antes da guerra a talvez 100.000 no pós-guerra, se se contarem os clandestinos. Uma parte não ia para sempre. Calculam-se os retornos em cerca de 30 a 40% das saídas.” Mattoso, José (cord.); História de Portugal, Editorial Estampa

¹¹¹ Figura história relevante da 1ª metade do século XIX, Alexandre Herculano promove a cultura de Portugal desenvolvendo os primeiros e significativos estudos sobre a História de Portugal. O primeiro Volume da *História de Portugal* é lançado em 1846.

¹¹² A concessão de passaportes para o exterior do Reino é registada no Código Administrativo em 1836.

constitui um importante contributo o *Inquérito à Emigração*¹¹³ efectuado em 1843. Este inquérito dirigido às *Províncias* nacionais, permitiu recolher informação sobre o impacto da emigração, nos diversos lugares das províncias, quais os eventuais grupos de população associados a este movimento. O fenómeno da emigração, a forte atractividade que está associada a um “rápido enriquecimento”, limita a expansão da industrialização, tanto mais que a compensação no vencimento auferido pelo «proletariado» não cativa o abandono das terras, limitando, segundo opinião de alguns historiadores a progressão da industrialização. Segundo os relatos oficiais emitidos pelas “*Juntas Gerais Distritais*”, confirma-se a prevalência dos distritos do Norte, entre os principais, o Porto, Braga, Aveiro e Viana do Castelo, que lideram os contingentes de emigração no continente. Nas informações produzidas são constantes as referências à população indigente que pretende emigrar, constituindo um «benefício» para as localidades de onde são “naturais” a generalidade dessas saídas. De acordo com relatos da “Junta” recolhe-se a seguinte informação:

*“Quanto ao mapa de 1842-1843, a Junta acrescenta que 609 pessoas que requerem passaporte não tinham profissão. A Junta presume que a maior parte dessas pessoas pertenciam às classes sociais “que proviam os conventos e as igrejas”. Eram os filhos segundos das classes “remediadas”, que devido ao sistema de enfiteuse não tinham “partilha no património paterno”, sendo, deste modo obrigados a emigrar.”*¹¹⁴

Segundo análise de vários investigadores deste fenómeno, como «*Herculano, Oliveira Martins* ou *Afonso Costa*» converge a mesma opinião, resultando a emigração para o Brasil um benefício para o país que, nas palavras de Oliveira Martins, «*constitui a nossa melhor indústria*»¹¹⁵.

Com implantação da República no Brasil, em 1889, instala-se um sentimento negativo que a população urbana brasileira manifesta contra os portugueses que «não param de chegar». O final de século corresponde a um período marcado por imensos contrastes. Neste contexto socioeconómico o imigrante luso-brasileiro instalado, com posses, vê-se impelido a participar activamente numa atitude de auto-promoção do «povo português», conjuntamente com os membros reconhecidos da sociedade, empreendendo inúmeras acções de promoção, de Bem-público. É neste contexto social que o imigrante português, que contribui para o crescimento económico do país com a sua actividade, promove várias iniciativas, que se revestem de um espírito filantropo, de benemérito, ficando registadas através de acções como a construção de escolas, de hospitais e bairros sociais, etc.

¹¹³ “(...) em 28 de Junho de 1843 foi aprovado pela Câmara dos Pares um requerimento de Sá da Bandeira relativo à emigração, que este na origem de uma portaria do Governo de 7 de Julho do mesmo ano, enviada aos governos civis (...)”. Sousa, Fernando, *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, CEPSE

¹¹⁴ Extracto do Relatório da Junta do Porto, Idem, pag. 43

¹¹⁵ “A principal fonte de riqueza consiste na criação e exportação de gente para o Brasil”, *O Repórter*, vol. II, Lisboa, Guimarães & Ca., 1957, retirado de artigo “As Elites Locais e a sua influência nos fins do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX”, Silva, Maria de Jesus Sousa, *UI-Vária*, Tomo I, Oliveira de Azeméis, 1994.

Surgem outras acções, estas mais diplomáticas, como é o caso emblemático da construção do *Real Gabinete Português de Leitura*¹¹⁶, (já referido), que a pretexto de valorização da língua portuguesa, permite consolidar o estatuto social perante as elites culturais e da sociedade, nesse período. Esta atitude é reforçada através da construção de obras de carácter eminente social, como as *Beneficências*¹¹⁷, que funcionam como asilos de apoio aos imigrantes lusos, entre outros.

Na estratégia de «regresso» ao país de origem, o emigrante abastado reproduz estas acções com idêntico espírito, ainda que os motivos para intervir, neste caso, se revistam de um carácter nacionalista, já que são inúmeras as carências que a população apresenta, reflectindo-se estas na quase total ausência de infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento de água, entre outros inúmeros aspectos.

Na transição do século XIX para o século XX um dos dados mais relevantes que se relaciona com a emigração, que se identifica nos vários trabalhos publicados dedicados ao estudo da emigração neste período, refere-se à importância económica de que esta actividade se reveste, contribuindo para equilibrar a balança comercial, atenuando o deficit externo português¹¹⁸. Este facto é retractado nas várias etapas da emigração, ao longo do século XIX, particularmente quando se torna evidente a necessidade de mão-de-obra para o crescimento industrial, no período do *fontismo*¹¹⁹, ao qual corresponde um significativo aumento da actividade industrial em Portugal, que será, também, equivalente no Brasil.

Na análise das características arquitetónicas das casas construídas pelos emigrantes importa reter a relação que se estabelece entre as datas de saída e conseqüente regresso (quando se verifica), e o contexto histórico em que esse movimento migratório ocorre. É o factor *tempo* que permite distinguir os diferentes períodos que se podem analisar sobre a “arquitetura da casa de emigrante”.

Na verificação dessa relação, estabelece-se, para o presente estudo, como período de saída do emigrante as décadas de 40 e 50 de 1800, a avaliar pela média de idades, aproximadamente pelos 15 anos, e o tempo necessária para arremeter um determinado património que possibilitasse investimentos milionários (apesar de alguns “golpes de sorte” que possibilitam um rápido enriquecimento, como o matrimónio), como os que se verificam na construção das casas, num processo de retorno.

¹¹⁶ Biblioteca fundada no Rio de Janeiro a 14 de Maio de 1837. Idealizado por Francisco Eduardo Alves Vianna, que doou seus livros para iniciar o acervo, o Real Gabinete foi estabelecido por imigrantes portugueses, e em 1881 contava com 50 mil volumes.” Botelho, Angela Vianna, Reis, Liana Maria, *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*, 6ª edição – Autêntica, Belo Horizonte 2008.

¹¹⁷ Participam na construção da Beneficência do Rio de Janeiro ilustres brasileiros naturais de Oliveira de Azeméis e de S. João da Madeira, como é o caso do Conde de Santiago de Riba-UI.

¹¹⁸ “José Hermano Saraiva e Oliveira Marques consideram as remessas de emigrantes, oriundas do Brasil, que afluíram a Portugal, no ano de 1910, a quarta parte das receitas totais do Estado português, orçando a sua importância em cerca de vinte mil contos de réis.” Letícia, Maria Eva, José Maria Ferreira de Castro, *uma vivência de emigrante nas terras do Brasil – Castriana – Centro de Estudos Ferreira de Castro*, vol.2, 2004.

¹¹⁹ Alusivo a Fontes Pereira de Melo, ministro do reino.

Considerando o estudo da casa de emigrante a partir da observação das transformações que ocorrem nos dois territórios, Brasil e Portugal, esta irá depender da concepção estética própria ao tempo em que estas se edificam. Ao momento histórico-cultural associam-se os aspectos referidos anteriormente, nos quais se destaca a condição socioeconómica do promotor, com meios financeiros, convergindo através do indivíduo múltiplas interpretações sobre os significados inerentes ao seu percurso, a partir dos quais a casa *germina*.

Para a confirmação de um eventual *tipo* que esteja associado à construção destas casas, revela-se fundamental a identificação de características comuns, de preferência num território alargado, com uma amostra significativa. Após a recolha de informação levada a cabo no município de Oliveira de Azeméis, é possível registar, na diversidade de casas construídas no mesmo período de tempo, dependentes da iniciativa dos emigrantes luso-brasileiros, um conjunto de semelhanças, apesar das aparentes diferenças que estas expõem, já que será através de uma imagem “diferente” que se reconhecem os traços singulares, identitários, que os promotores destas casas exibem a sua preferência estética.



Fot. 5 -

Casa de brasileiro – Quinta de Vera Cruz - Pinheiro da Bemposta – As “marcas” do sucesso através do portão de entrada principal, e da torre, que se destaca como volume “principal”.

2.2.1 – A condição de emigrante e o «território de partida».

A escolha de um determinado território para desenvolver um «*case study*»¹²⁰ sobre o fenómeno da emigração e os seus reflexos na transformação da casa, no contexto alargado da historiografia da arquitectura, não surge de forma casuística.

O município seleccionado para desenvolver a amostra, Oliveira de Azeméis, a partir do qual se confronta, no território de partida, o estado “original” de onde o emigrante parte, a casa que mais tarde edifica localiza-se, geograficamente, na região Norte do país, mais especificamente do *noroeste*, região que já tinha contribuído com inúmeros *colonos* e *marinheiros*, na etapa de colonização.

Este município integra uma parcela do território que está compreendida numa estreita faixa litoral que vai da sub-região do Entre - Douro e Vouga até ao Minho, entrando pelo Douro Litoral, isto é, desde o Distrito de Aveiro ao de Viana do Castelo, incidindo localmente nalgumas terras do “interior”, como será o caso dos concelhos de Fafe e de Famalicão na região do Minho.

No critério de selecção do município poderá questionar-se o que este revela de “notável”, para além de ter tido um significativo número de habitantes a participar na diáspora, para se proceder a uma análise pormenorizada das casas construídas sobre acção dos emigrantes? Esta questão remete para a pertinência do processo de «investigação» com o objectivo de compreender os significados contidos num determinado *tipo* de arquitectura, ainda insuficientemente estudado, e as transformações que se operam na paisagem urbana a partir deste. Que influências terá recolhido o emigrante para, no «regresso», expor uma arquitectura tão distinta numa paisagem “conservada”, através da casa que edifica para si, remetendo para uma erudição e uma atitude individualista que anteriormente, nos locais de onde partem, não se observa.

Para a estrutura da sociedade que caracteriza o país em meados do século XIX, verificam-se alguns factores determinantes que, analisados isoladamente, confirmam a decisão para emigrar. Um dos aspectos mais significativos relaciona-se como o rendimento das famílias. Para a sociedade da época, meados de *oitocentos*, a condição social em que se insere a maioria da população, o «*campesinato*», cuja economia base resulta do cultivo da terra, e que dependente da organização familiar, revela-se factor potenciador da emigração. A saída do país é encarada como um desejado recurso económico, de que irá depender a família que fica “na terra”. Os inúmeros elementos, sobretudo os filhos jovens, que participam nessa economia, sobram nos poucos rendimentos das famílias que dependem da agricultura de

¹²⁰ Segundo terminologia adoptada por Robert Yin no conhecido estudo *Case Study Research*.

subsistência e cujas parcelas de terreno são, na maioria das vezes, cedidas a empréstimo pelos proprietários, num sistema de exploração que reflecte anteriores predomínios sociais. Outra das principais razões para a antecipação da saída, para os jovens e para os pais, para o sexo masculino, sobretudo para os jovens com idade inferior a 14 anos, reside na fuga ao *serviço militar obrigatório*¹²¹, aos custos inerentes que representam para as famílias a perda no apoio à economia familiar, ou do pagamento eventual para solicitar a dispensa.

A convergência destes factores coincide ao longo da década de 40 de 1800, segundo estudo coordenado por Fernando Sousa¹²². De acordo com as datas de registo de nascimento dos emigrantes da área objecto de investigação [Município de Oliveira de Azeméis], confirma-se a década de 50, de 1800, como referência de tempo, para a generalidade dos emigrantes que correspondem à “1ª geração” na saída do país.

Os traços caracterizadores, que permitem reconhecer elementos comuns, estatísticos, no emigrante que se desloca para o Brasil em meados do século XIX revelam que são maioritariamente jovens, do sexo masculino, solteiros e sem recursos económicos. O gradual aumento do contingente de emigrantes traduz-se numa alteração das características do perfil do emigrante, ampliando-se o espectro da população que emigra, incluindo todas as faixas etárias e diferentes níveis de formação, sobretudo no final do século XIX.

*“A província do Minho é aquela que mais trato e ligações sustenta com o Brasil: nela não existe uma única família que deixe de ter mais ou menos parentes naquele Império: desta província até são naturais grande parte dos seus altos funcionários públicos; não haverá talvez uma única freguesia aonde se não recebam mensalmente valiosos e importantes recursos de parentes estabelecidos no Império.”*¹²³ (Representação da Associação Comercial do Porto, de 18 de Novembro de 1842).

Nos factores que favorecem o emigrante português na antiga colónia, na oferta de trabalho, destaca-se a “juventude” que se traduz na instrução mínima, o saber “fazer contas” e saber “ler e escrever”. O jovem emigrante que revela alguma escolaridade tem por opção própria, ou decidida por familiar, ou *engajador*¹²⁴, um lugar numa qualquer actividade comercial, permitindo pagar os custos inerentes à viagem de quem, na partida, a terá financiado. Estes factores tornam-se preponderantes na preferência de actividades relacionadas com o comércio, constituindo a principal oferta de trabalho, sendo empregues maioritariamente como marçanos, caixas, etc.

¹²¹ “A fuga ao serviço militar desempenhava um papel crucial nestas práticas emigratórias: dadas as condições de grande desigualdade na obrigação de prestar recruta (que durava cerca de seis anos), e que, até aos anos 80, podia ser contornada por apresentação do substituto ou pagamento para remissão da obrigação, legitimava socialmente as famílias mais pobres a enviarem cedo os filhos para o Brasil, antes da prestação das primeiras garantias do seu cumprimento...” ALVES, Jorge F., Brasil, Terra de Esperanças – Utopia e Realidade na Emigração Portuguesa, pag. 18, Quasi Edições, 1ª edição, Vila Nova de Famalicão 2007.

¹²² Sousa, Fernando, A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840), CEPESE.

¹²³ *idem*.

¹²⁴ *Engajador* – segundo expressão retirada do livro de Ferreira de Castro, Emigrantes.

O processo de pesquisa, baseado na descrição dos factos históricos, permite construir uma justificação para o «retorno» que coincide num fim-de-cíclo de emigração com um fim-de-século. Os emigrantes que regressam nesse período confirmam histórias de sucesso com a acumulação de um poder económico significativo, contrastando com a situação financeira da generalidade da população, que se vê gradualmente empobrecida, inclusivamente as elites.



Fot. 6 – “Escola Progresso” em Cucujães. Patrocínio do Visconde de Carregoso. Foto do autor.

Os actos de benemerência para com a sociedade, que o emigrante abastado vai realizar, financiando a construção de infra-estruturas, de arruamentos, de escolas, de indústrias, etc., são gratificados pelo rei que, imbuído de um espírito patriótico, irá atribuir títulos nobiliárquicos e de louvores¹²⁵, o “barão”¹²⁶ ou o “visconde”, entre outros, revelando para esta geração de emigrantes uma característica invulgar de ascensão social.

- António Gomes Brandão (184 - 189) – Visconde de Carregoso (1869) – “ Capitalista e benemérito, a cujo auxílio se deve a reconstrução do convento da Madre de Deus em Xabregas [Lisboa]”.
- José Joaquim Godinho (1836 – 1885) – Visconde de Santiago de Riba-UI (1882).
- Manuel Soares de Oliveira Cravo (1844 – 1896) – 1º Barão de Loureiro, agraciado pelo Rei D. Carlos I. Vai para o Brasil com 15 anos. Casa com Joaquina Rosa Nunes Silva.
- Manuel Brandão (1846 – 1916), o vasto património, incluindo a casa, é transformado em *Fundação Manuel Brandão* onde actualmente funciona uma IPPS, na freguesia de Cucujães.
- Sebastião Pinto Leite () e esposa Clementina Libânia Pinto Leite – Viscondes da Gandarinha, posteriormente elevados a *Condes da Penha Longa*.
- Albino Francisco Correia (1850 – 1923) – Visconde de S. João, pelo rei D. Carlos I, (1902). Embarca com 12 anos, em 1862, é responsável pela fundação da Associação dos *Varejistas* do Rio de Janeiro.
- António Dias Garcia (1859 – 1940) – Agraciado com o título de *Conde*, proprietário da *Casa do Castelo*.

¹²⁵ “Entre 1792 e 1910 houve mais de 2000 mercês de concessão, sucessão ou alteração de títulos, tendo os direitos de mercê saltado de 600 000 reis (1836) para mais do triplo nos últimos anos da Monarquia. Aos quais havia que acrescentar outros emolumentos (mais de cerca de 25% em 1905).” Vasconcelos, Francisco; *A Nobreza do Século XIX em Portugal*, Centro de Estudos de Genealogia, Universidade Moderna do Porto.

¹²⁶ Bastos, Manuel Pires, *Os Barões de S. João de Loureiro*, Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, Loureiro 2005

2.3 – O «território de partida» – sobre o local objecto de delimitação do «estudo de caso»;

A partir do conhecimento dos factos que correspondem à emigração, numa vertente sociológica, a compreensão das transformações que ocorrem no território de onde partem os emigrantes, caso se trate de um contingente significativo, passam a estar sujeitos a essa realidade, às implicações induzidas pela saída e correspondente regresso. Os factos que se sucedem no final do século XIX traduzem a sequência de «ida e retorno» a partir da qual se constata a alteração da paisagem urbana, seja com a construção de casas para alojar os recém-chegados emigrantes e respectivas famílias, ou que antecipadamente mandam executar a partir do Brasil, seja na construção de outros edifícios, como fábricas para continuarem as suas actividades, construção de escolas e de cantinas escolares (Cantina Rizzo Terra em S. Martinho da Gândara), edifícios públicos para servir a população da freguesia ou do concelho, incluindo os hospitais, como será o caso do hospital de Oliveira de Azeméis, cuja construção é patrocinada pela família Alegria, ou o de Estarreja, pelo Visconde de Salreu, ambos construídos com o apoio dos emigrantes «brasileiros».

Para a prossecução do objectivo do presente estudo, de compreender as transformações que ocorrem na casa a partir do «regresso»¹²⁷ do emigrante, importa reconhecer nas características de um determinado espaço urbano a presença de uma “comunidade” de emigrantes, e a importância que esta revela na sociedade desse aglomerado urbano, para se proceder à confirmação, ou refutação, dos factos que se relacionem com as intervenções que estes vão realizar. A relevância que a comunidade de emigrantes tem no tecido social desse aglomerado está presente na generalidade dos aglomerados urbanos, onde estes se instalam, nas casas que constroem, a partir do qual decorre a transformação do programa estabelecido para a habitação unifamiliar, que resulta na construção da «casa de brasileiro». Certas características que permitem ainda reconhecer esse processo histórico, de transformação da paisagem urbana num determinado contexto geográfico, por ação da emigração, sobretudo ao Norte do país, ainda estão presentes no município de Oliveira de Azeméis. Este, conjuntamente com o município que confronta a norte, e que foi a sua anterior vigésima freguesia, S.º João da Madeira¹²⁸, reflecte esse passado, pela quantidade de imóveis construídos, dispersos nas várias freguesias do município. Estes municípios reúnem um grupo numeroso de casas, construídas no Retorno, mantendo-se em bom estado de conservação. A preponderância deste tipo de arquitectura marca a história local, da região onde se insere, que é reforçada pelos percursos de vida dos emigrantes.

¹²⁷ Para algumas das casas identificadas existem relatos de descendentes sobre o financiamento da casa a partir do Brasil sem que o “proprietário” alguma vez tenha visto o produto final do seu investimento.

¹²⁸ A separação desta freguesia efectiva-se em 1926, aquando da entrada em vigor do regime político conhecido por *Estado Novo*.

A opção de seleção do território das «*Terras de Azeméis*» como o *estudo de caso*¹²⁹ acompanha o critério levado a cabo por outros investigadores, como é o caso de Miguel Monteiro¹³⁰ para a Vila de Fafe, localidade igualmente conhecida por «terra de brasileiros». Com base nos estudos desenvolvidos por este investigador, reconhece-se no destino para o Brasil, e respectivo regresso, o impulso que permitiu à pequena vila minhota, em tudo semelhante à escala da Vila de Oliveira de Azeméis (em 1820), a transformação numa dinâmica económica com significativa importância à escala local e regional. Deste desenvolvimento resulta um enriquecimento patrimonial, e cultural, singular permitindo, a partir das alterações que ocorrem no território, com destaque para a imagem dos edifícios, compreender as mentalidades que estariam associadas a este tempo.

Relacionando a realidade física, demográfica e socioeconómica, do concelho de Oliveira de Azeméis, com o fenómeno da emigração, importa proceder a uma verificação das condições “naturais” que eventualmente estão associadas à motivação para a saída. Estando perante a ausência de estudos monográficos que operem este tipo de conhecimento, que descrevam a génese da organização do território e respectiva evolução até ao fenómeno da emigração eclodir, no século XIX, apresenta-se uma breve síntese sobre as características físicas, geográficas, que determinam o desenvolvimento económico. Esta descrição visa, essencialmente, enquadrar a análise das transformações dos processos construtivos e respectivas simbologias associadas à casa unifamiliar, disseminada no território do município, revelando-se, neste processo, o tipo de *arquitectura* que terá na «casa de brasileiro» o elemento de fractura de um tempo histórico.

O município de Oliveira de Azeméis apresenta uma área aproximada de 163 km², com uma população de 71.000 habitantes (segundo censo de 2001). À dimensão do concelho de Oliveira de Azeméis acresce o de S.º João da Madeira e respectiva população, perfazendo um total de cerca de 100.000 habitantes em 170 Km². Segundo o *Inventário Artístico de Portugal*¹³¹ elaborado para o distrito de Aveiro, para a Zona Norte, da autoria de GONÇALVES, Oliveira de Azeméis surge referenciada na: “(...) *alta Idade-Média, no incerto diploma de doação, do ano de 922, do rei Ordonho ao bispo Gomado. (...) Pertenceu à Terra da Feira. A 5 de Janeiro de 1779 foi elevada a vila por D. Maria I, separando-se do termo antigo. Em 1885, pela extinção do concelho da Bemposta, passaram para aqui algumas das suas freguesias [Bemposta (Pinheiro), Loureiro, Travanca, Macinhata da Seixa, Palmaz].*” (Gonçalves, 1991: 122)

A toponímia de *Oliveira de Azeméis* revela uma das características marcantes das gentes que habitam estas *terras*, reforçando as origens deste território enquanto “divisão

¹²⁹ Segundo terminologia referenciada para a realização de determinados tipos de trabalhos de investigação; *Case Study Research – Design and Methods*, fourth edition, Yin, Robert K, SAGE, vol. 5, USA, 2009.

¹³⁰ Monteiro, Miguel, “Migrantes, Emigrantes e ‘Brasileiros’ (1834 – 1926), Fafe, ed. de Autor, 2000.

¹³¹ Gonçalves, A. Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Aveiro, Zona Norte – Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa 1991.*

administrativa”. O topónimo “azemel” será sinónimo de almocreve, o que reflecte, nos usos associados ao território, um local de atravessamento, seja por motivos de comércio de produtos, seja na deslocação em direcção às cidades de maiores dimensões que se situam a norte deste concelho, como a cidade do Porto, e cuja passagem seria forçada por condicionantes topográficas. Na descrição presente no *Inventário Artístico de Portugal* revela-se esta condicionante geográfica: “A própria formação e importância do agregado da vila [Oliveira de Azeméis] veio-lhe da respectiva implantação num ponto forçado da passagem do caminho tradicional, que a via romana havia definido, assentando no cume da pequena colina orientada de sul a norte”.¹³²

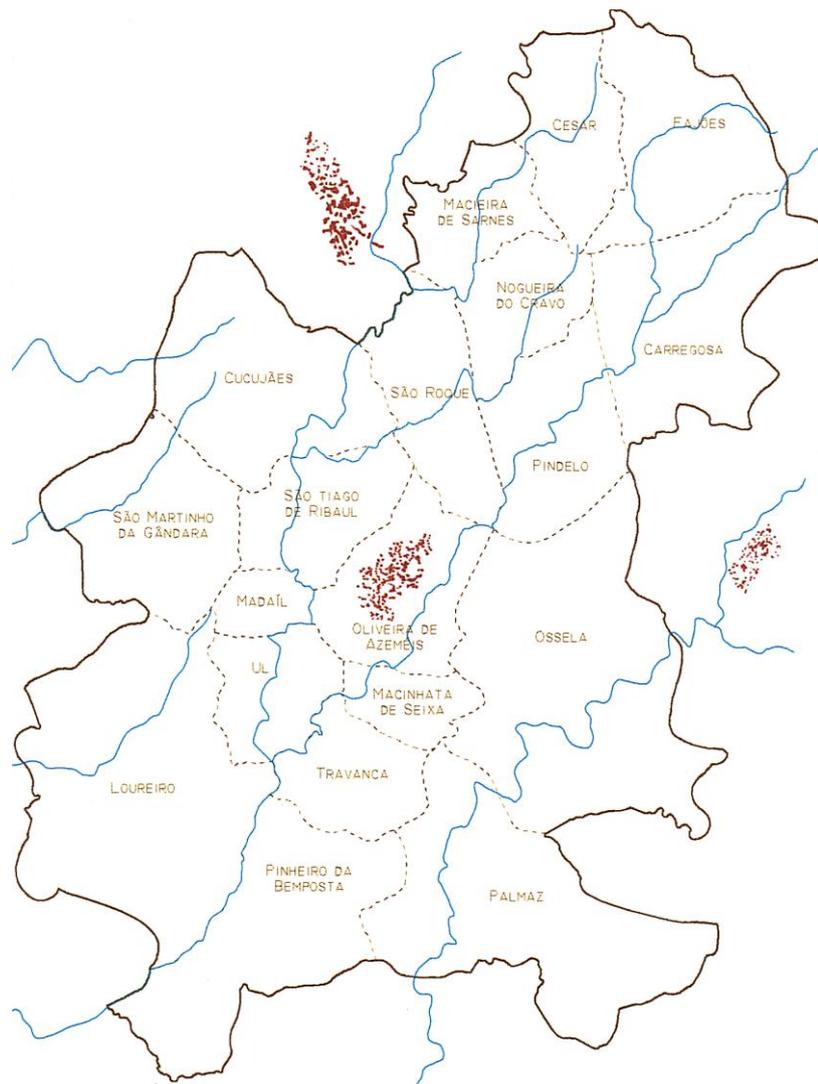


Fig. 12 –

Mapa administrativo de Oliveira de Azeméis, com localização das freguesias. Na parte superior, ao centro, posiciona-se a cidade de S. João da Madeira. Na direita, na direcção do aglomerado de Oliveira de Azeméis encontra-se a cidade de Vale de Cambra. (Desenho do autor). S/ esc.

Com mais rigor, pode afirmar-se que o município de Oliveira de Azeméis: “ (...) localiza-se na sub-região geo-administrativa chamada de *Entre Douro e Vouga*, nomeada “*Cambra*” por Amorim

¹³² idem

Girão. Encontra-se claramente numa área de transição, em que podemos descrever traçando sobre um mapa dois eixos perpendiculares. No sentido sul-norte aumenta a densidade populacional, fenómeno provavelmente ligado à presença do Convento Beneditino do Couto de Cucujães desde o século XII. No sentido oeste-este a cordilheira das Serras da Freita e Arestal, apenas a quinze quilómetros do litoral, separa uma paisagem plana de uma montanhosa. A Estrada Nacional N.º 1, e o itinerário IC 2, que acompanham esta cordilheira, traçam uma delimitação entre as freguesias a oeste, de topografia menos acidentada, das situadas nos territórios de montanha. Na divisão administrativa estas localizam-se entre Estarreja/Ovar e Arouca/Vale de Cambra.” (Deus,2002:23).¹³³

As direcções descritas confirmam a disposição ancestral norte-sul, (desde a *romanização* que se supõe passar perto da localidade de Oliveira de Azeméis a “*Estrada Real*”) o eixo nacional rodo-ferroviário que percorre longitudinalmente o país, disposto paralelamente à linha de costa, e que se sobrepõe na sede do município, confirmando uma disposição, uma *forma* que, por sua vez, determina a fixação dos principais aglomerados urbanos, o centro administrativo, a cidade de Oliveira de Azeméis, e as Vilas nas freguesias com maior densidade populacional. Sobre esta disposição confirma-se uma outra, a do fluir das águas dos rios na direcção norte-sul, como o Rio Ul, o rio Antuã e o rio Caima, integrando a bacia hidrográfica do Rio Vouga.

O processo de formação urbana do concelho, o urbanismo presente, reflecte uma transformação do espaço entre uma dependência das actividades agrícolas, mantendo parte da população em contexto rural, em aglomerados com reduzida urbanidade, até meados do século XX, e uma contínua transformação dos lugares com a construção de fábricas, dinamizando-se, a partir destas, o processo de conversão dos espaços (rurais) aos quais se associa a construção de edifícios para habitação e comércio.

Ao nível da estruturação da paisagem, a percepção que subsiste, após inúmeras análises e levantamentos ao tipo de edificado presente, é de que a principal transformação da paisagem urbana, numa vertente de valorização e de qualificação estética dos edifícios, coincide com a emigração da população para o Brasil, e o seu regresso, através da iniciativa dos brasileiros de «*toma-viagem*». Neste período, na transição do séc. XIX para o séc. XX, promovem-se edifícios para habitação familiar de escala “colossal” que contrastam com a escala das construções existentes, genericamente de génese rural, associadas à base da economia local, a lavoura.

¹³³ Deus, António Afonso, Machado, Ana Durão, Martins, Luis Martins, Memória das Águas do Rio – Moinhos, Moleiros e Padeiras da Freguesia de Ul, Edição da CMOA e Reviver editora, Oliveira de Azeméis, 2002.

2.3.1 - O território e a casa – o programa da casa entre a «casa de lavoura» e a «casa de brasileiro».

Os *tipos* de edifícios que integram a estrutura urbana do município permitem identificar as etapas mais significativas que se desenvolvem ao longo do tempo, e que acompanham a transformação que se desenrola no território. Os momentos mais significativos de desenvolvimento, que traduzem uma mais intensa actividade económica, são devidos à emigração, e respectivo retorno, coincidindo este fenómeno com transformações bruscas nos processos de trabalho, com a introdução, gradual, da «proletarização» da população reflectindo-se essas alterações na estrutura da sociedade, e na condição económica, influenciando o tipo de arquitectura que se pratica no município.

Para o longo período que corresponde o suporte da economia dependente da agricultura, verifica-se a presença de um tipo de casa, a «casa de lavoura», apresentando como característica principal o facto de relacionar no mesmo edifício a habitação com as actividades que suportam a economia das famílias que nela habitam. Reconhece-se neste tipo de casa, disseminada nas diversas freguesias do município de Oliveira de Azeméis, e dos concelhos vizinhos, estando identificada no trabalho de caracterização dedicado à arquitectura popular, da autoria de GALHANO e OLIVEIRA¹³⁴, características *morfo-espaciais* comuns às casas rurais no litoral norte, da região do Douro Litoral. Estas casas revelam, genericamente, uma volumetria composta por dois pisos, em que o piso térreo é vocacionado para as actividades agrícolas integrando várias dependências, sendo o piso superior destinado a habitação da família. Este *tipo* de casa é designado, por estes autores, por «*casa-bloco*»¹³⁵.

A configuração comum deste tipo de casa apresenta um volume único, através do qual se inter-relacionam os anexos de apoio à actividade agrícola, como os palheiros, a casa do forno ou o espigueiro, favorecendo um espaço exterior/interior “encerrado”, permitindo o desenvolvimento das diversas actividades em torno de um terreiro, ou pátio, que traduz a essência da vivência destas casas. Dependendo estas casas da «economia lavoura», será a partir da maior relevância desta actividade que cada família irá expor a sua importância nos respectivos aglomerados rurais. A dimensão da casa condiz, por isso, com a capacidade

¹³⁴ Galhano, Fernando; Oliveira, Veiga, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Coleção Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1994.

¹³⁵ “(...)ocorrendo tanto nos aglomerados urbanos como isolada no meio da respectiva unidade agrícola, mas, em ambos os casos, à face da qualquer caminho público ou particular – rua, estrada ou quelha -, é um edifício de arquitectura singela e lisa, em linhas horizontais, de planta rectangular e telhado regular de quatro águas, composto de rés-do-chão e andar, tendo no piso térreo as lojas e outras dependências de arrecadação relacionadas com a agricultura, e no andar sobradado a parte de habitação. (...) O acesso de fora faz-se sempre exclusivamente por um largo portal de serviço, previsto nomeadamente para a entrada de carros de bois, rasgado quer na própria fachada da casa. (...) A porta de entrada da habitação propriamente dita nunca dá para o caminho: fica nessas traseiras, por vezes no rés-do-chão, abrindo para o mencionado quinteiro (...).” idem

produtiva, reflectindo-se também no agregado familiar que esta permite albergar, sendo escassos os elementos decorativos que relacionam estes factores.

A arquitectura da casa da burguesia rural, incluindo nesta categoria as escassas casas existentes edificadas pela aristocracia (rural), revela um consensual *anonimato*, integrando-se na estrutura urbana ao longo dos arruamentos, libertando o espaço da “propriedade” para o pátio e hortas de proximidade da casa. Na generalidade das situações, a propriedade é cercada por um muro que separa a propriedade do contacto com o espaço público, contribuindo para definir a divisão entre o espaço público e o espaço privado, quase não havendo do lugar a “espaços de transição”.

Para a generalidade dos lugares identificados, onde se localizam as «casas de brasileiro», ainda se presente o espírito do lugar, o *genius locci* que estará na origem da sua formação. É neste contexto, ainda profundamente marcado por uma paisagem com vocação agrícola, que o emigrante vai construir a sua casa, num processo de alteração de códigos sociais mantendo como principal termo de comparação, desse território, a «casa de lavoura».

Identificam-se, desta forma, as características arquitectónicas das casas que são objecto de comparação formal com as «casas de brasileiro», que são construídas na transição do século, edificadas no processo de emigração. A estrutura espacial, e funcional, da casa de lavoura define-se, conforme descrito no texto, através da horizontalidade, desenvolvendo-se os compartimentos, e as várias dependências, de acordo com um eixo horizontal, a partir do qual se relacionam as funções que estão reunidas no mesmo espaço habitacional e de trabalho.



Fot. 7 – “Casa Resende” – Macieira de Sarnes

Característica formal do pátio em articulação com o volume da casa; acesso aos compartimentos de apoio às actividades agrícolas no piso térreo, e a ligação ao piso superior, para habitação, com escada exterior.

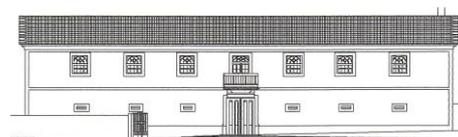
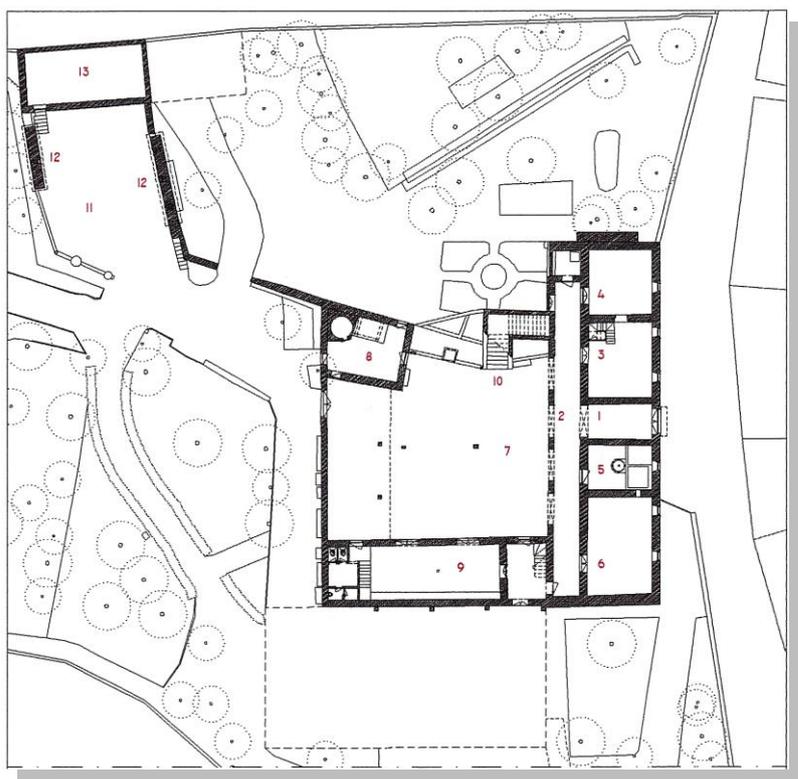


Fig. 12 –
Fachada da “Casa Resende”.
Desenho do autor. S/ esc.

Fig. 13 –
Planta da “Casa Resende”. Oliveira
de Azeméis.
Desenho do autor. S/ esc.

1 – Entrada com Portal; 2 – Arcada; 3 – Loja das Arcas; 4 - Loja; 5 - Adega; 6 – Apoio a adega; 7 – Pátio; 8 – Forno; 9 – Cortes para gado; 10 – Escada para habitação; 11 – Eira; 12 – Espigueiros; 13 – Palheiro.

Na transformação que ocorre no território suportada pela diversidade de actividades económicas, que se traduzem na construção de edifícios, permite-se identificar os «elementos constantes», os *tipos* de edifícios que conservam os traços originais que permanecem relacionados com o contexto agrícola. Neste meio, a casa é considerada como o local nuclear da família, acumulando as tarefas que fazem depender toda a economia do agregado familiar, confirmando a condição social das gentes do meio rural.

O processo de afirmação colocado na construção da casa do emigrante luso-brasileiro traduz um conhecimento do “passado”, dele se distanciando, assumindo, através das características formais das casas, o contraste que reflecte a alteração de posição social. Esta atitude denuncia, para a maioria das casas identificados uma forte *impressão* que a paisagem brasileira (natural e urbana) irá exercer sobre estes. São inúmeros os aspectos que se podem reconhecer retirados da localização geográfica em que se situa o Brasil. Um dos mais evidentes, o clima, oposto ao clima continental/atlântico característico das regiões do litoral norte, ou das ilhas, de onde se deslocam os emigrantes portugueses, permite transpor para o seu país o *tropicalismo* que marca a paisagem desse país.

Um dos factores distintivos, de maior relevo, que se expõe na arquitectura destas casas é o seu cromatismo. A «casa de brasileiro» apresenta um factor diferenciador nunca antes utilizado na casa unifamiliar, já que este processo, de colorir as fachadas das casas, revela o *individualismo* do seu proprietário, diferenciando-se dos seus demais vizinhos. O conjunto

destas opções, que são invulgares para a tradição da construção em Portugal, permitem estabelecer um dos principais elementos de reconhecimento da arquitectura da casa de emigrante, já que esta denuncia a “proveniência” do proprietário da casa.



Casa “Corte-Real” (1697) – Oliveira de Azeméis
Exemplar da “Arquitectura Chã”- sobre o *horizontal*



Fot. 9

Fot. 8 -

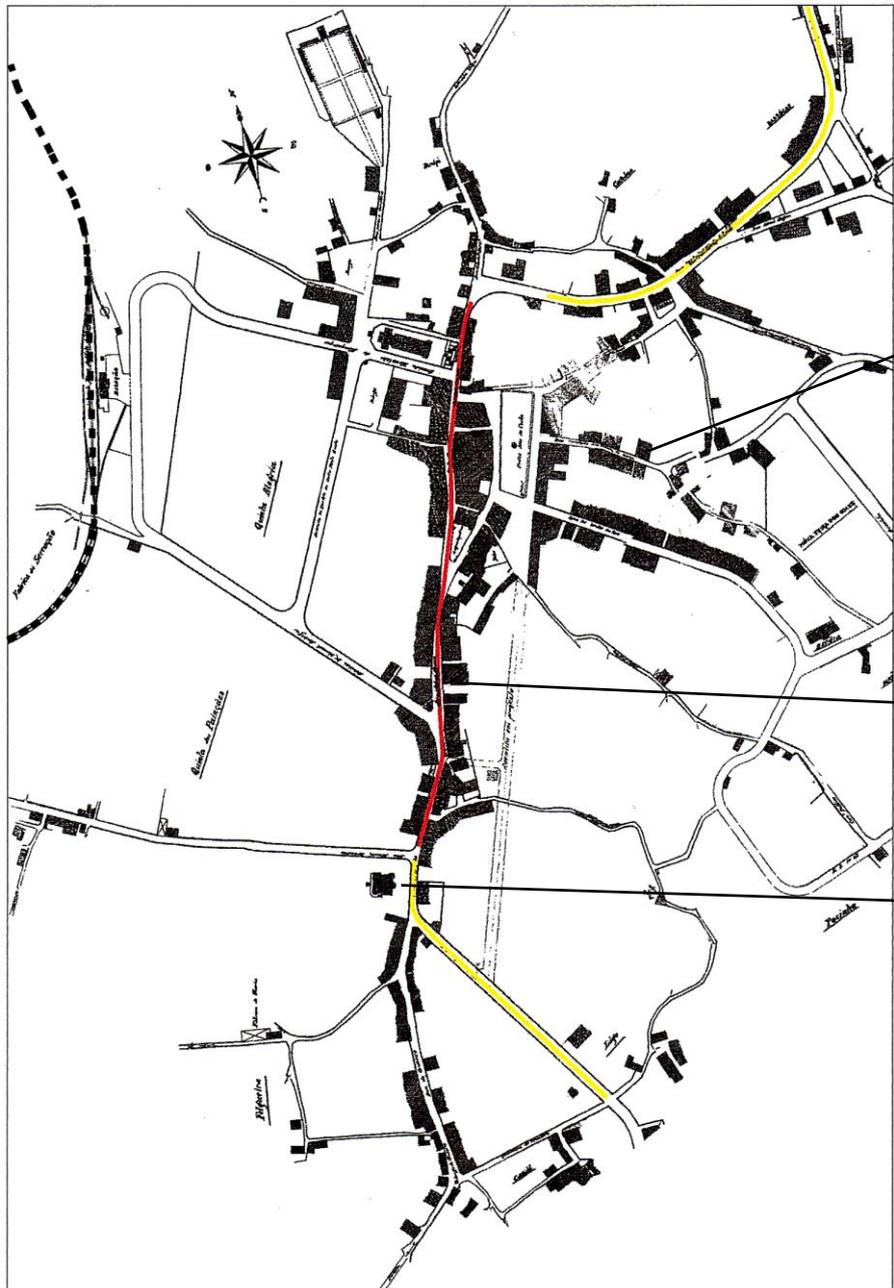
Casa “Ramiro Alegria” – Oliveira de Azeméis
A “verticalidade” da casa de brasileiro.

Numa observação “directa”, revela-se uma valorização formal deste tipo de casas, em que se expõe uma concepção complexa, integrando vários volumes, destacando-se, por vezes, um volume, o “torreão”, que permite alcançar, devido à sua altura, «longas vistas».

A estratégia de exposição, na qual a casa assume uma leitura vertical, acentuando a sua presença no aglomerado urbano, contraria a ancestral tendência da arquitectura portuguesa, da *casa chã*. A verticalidade que a casa apresenta “coincide” com a ascensão social do seu promotor, introduzindo para o programa da habitação privada o factor de «representação», que reflecte um “ideal”, seja da conquista económica seja, sobretudo, de ascensão social.

No reconhecimento dos valores patrimoniais e culturais presentes no município de Oliveira de Azeméis, através dos edifícios construídos pelos emigrantes, revelam-se as suas estratégias de afirmação, transformando a paisagem, nos seus aspectos físicos, urbanos, bem como de representação social. A transformação dá-se com a preferência dada pelos emigrantes na localização das casas, maioritariamente na proximidade das principais estradas, afastadas do contacto directo com o arruamento ou passeio, permitindo expor a “grandiosidade” da casa, como se torna evidente na planta da vila de Oliveira de Azeméis. As casas construídas neste aglomerado urbano, que no final do século XIX corresponde a um simples arruamento, uma antiga “rua direita”, revelam a transformação através do perfil que os edifícios têm, estando expressas diferentes opções formais, tornando-se evidentes no acabamento das fachadas, com os elementos decorativos empregues. É o caso identificado no palacete «Manuel Brandão», do palacete «António Alegria» ou, mais distante do arruamento principal, do palacete «Ramiro Alegria», ambos brasileiros de «torna-viagem» (ver quadro síntese comparativo sobre a «configuração» do *tipo* de casa).

“Outros lugares privilegiados para a construção da casa do “Brasileiro” eram as Vilas Novas, sedes da nova administração liberal, localizadas em sítio de passagem e circulação, que tinham a sua matriz fundadora em lugares de feira ou cruzamento de vias.” (Monteiro, 1999: 17)



CENTRO URBANO COM ALGUMAS RUAS PROJECTADAS - OLIVEIRA DE AZEMÉIS (1920). ESC: 1/5000
 - - - LINHA FÉRREA DO VOUGA. - - - RUAS DE LIGAÇÃO À ESTRADA NACIONAL E.N.1.
 - - - RUA BENTO CARQUEJA E ANTÓNIO ALEGRIA.



Fot. 10 – Casa de Brasileiro - Ramiro Alegria



Fot. 11 - Casa de Brasileiro – António Alegria



Fot. 12 - Casa de Brasileiro – Manuel Brandão.

Fig. 14 – Planta da vila de Oliveira de Azeméis – 1920

As diferentes opções perante o lugar de implantação da casa. No lote de terreno “isolado”, exterior ao núcleo urbano, a casa adquire uma posição de destaque, expondo a sua “torre” numa das arestas do volume principal. A leitura da casa que acompanha o arruamento, dentro do perímetro urbano, respeita o alinhamento e adopta uma concepção mais sóbria, em estilo neoclássico.

2.4 – Enquadramento teórico disciplinar na formulação do *tipo* de «casa de brasileiro».

Após a verificação dos factos históricos que, como vimos, permitem reconhecer no tempo, e no espaço, a acção que decorre a partir do emigrante luso-brasileiro, para o presente caso de estudo, e no enunciar de uma “problemática” que o tema suscita, enquadra-se no «tempo histórico» o contexto cultural e artístico, onde se promove a estética da arquitectura. Será através dos movimentos estéticos ligados às artes, que apresentam correspondência com os factos fundamentais da sociedade que percorre o século XIX, para a cultura europeia, que se referencia, no ideal estético, a «casa de brasileiro», para além de se revelarem os atributos psicológicos, o “sentir” do *Homem* de oitocentos.

No relacionamento cultural que se estabelece com a antiga colónia, confirma-se a presença, através da arquitectura dos edifícios, de dois movimentos artísticos e culturais, com reflexos na arquitectura, que reproduzem a ocorrência desses movimentos nos seus locais originários. Estes correspondem ao estilo «barroco» e ao «neoclássico».

Desde o século XVIII que os valores próprios à cultura europeia são transferidos para este continente, adquirindo os respectivos colonos as especificidades próprias ao território que ocupam, e à maior ou menor valorização da cultura dos povos nativos que os colonos irão preservar. O fenómeno da emigração, que se intensifica no século XIX, corresponde ao processo de sedimentação cultural, das antigas «colónias», agora já como organizações de *Estados*, com uma política própria, num processo de afirmação de identidade económica, social e cultural.

Com o contínuo aumento dos contingentes de emigração, no decurso do século XIX, transfere-se um estilo próprio à cultura centro europeia para um continente que apresenta níveis de desenvolvimento completamente diversos, afirmando-se, no processo de colonização dos diversos países «americanos» uma cultura “superior”, que irá influenciar o futuro desenvolvimento urbano, e paisagístico, desses países. É num contexto de profundas transformações sociais, económicas e políticas, que o espírito normalizador do classicismo, encarado nesta época como um «estilo internacional», se divulga reproduzindo os princípios da cultura e da civilização europeia.

“A passagem do século XIX para o século XX marca talvez a ruptura mais impressionante que a história da arquitectura (compreendida no sentido comum do termo, que a associa ao trabalho especializado do arquitecto) terá conhecido desde que nasceu com o aparecimento das cidades nos Impérios e nas Cidades - Estado da Antiguidade (...).” (Freitag, 2004: 53).

À semelhança do que se verifica noutras colónias de povos europeus, no Brasil, é através do «colono» português que se fixam as referências artísticas, e culturais, que se praticam na metrópole (que reflectem a cultura europeia). Apesar do reconhecido atraso que Portugal

apresenta nestes domínios, perante os países congéneres europeus, será, no entanto, na condição de colonizador que irá transportar o estilo neoclássico como *referência* cultural.

A corrente estética em curso, no período em que o “jovem” emigrante se desloca para o Brasil, acompanha o profícuo período de ideais e de realizações, com profundas alterações políticas que se reflectem no plano económico, que são indissociáveis da «industrialização» e da «comercialização» recorrendo a meios e tecnologias nunca antes utilizados. É no seio deste processo “revolucionário” que se compõe um estilo arquitectónico, que apresenta múltiplas referências históricas, e que converge numa designação comum, o *eclectismo*. Como limite deste «tempo» estabelecem-se os alvares do modernismo que se anuncia no final do século XIX, período no qual uma “arte-nova” permite transpor as referências artísticas do século passado, o século dos «*historicismos*».

O eclectismo não apresenta uma definição de linguagem artística, revelando-se mais como um conjunto de acções que se podem dividir em três períodos distintos. O primeiro corresponde ao surgir do movimento republicano nos Estados Unidos da América, e à sua instauração enquanto regime político com a figura tutelar de Thomas Jefferson (1743-1826). Segundo ROTH¹³⁶, na hora de identificar um tipo de arquitectura que ilustrasse o “novo” sistema político para o Estado da Virgínia, o primeiro a instaurar esse regime, o «presidente-arquitecto» elege a arquitectura da antiguidade, onde a *democracia* surge pela primeira vez enquanto ideal de representação dos cidadãos, de cidadania, isto é a arquitectura da civilização grega. O «*Capitólio do Estado da Virgínia*» (1785-1796) representa assim o primeiro momento de «eclectismo», já que recorre à arquitectura de um «*modelo histórico específico*», designando este período, que percorre a segunda metade do século XVIII, por «*eclectismo associativo*».

O período de transformações políticas, que ocorre na sequência das revoluções (a «francesa» e a «americana») que sucedem com ligeiro desfasamento de tempo, no final do século XVIII, traduz-se na dispersão dos povos para novos contextos geográficos, ainda num processo de colonização, transportando as “imagens”, e as técnicas construtivas, do «seu tempo», provenientes do “velho continente”. Através da contínua transposição de referências estéticas, que a percepção *histórica* dos factos, e das «imagens», irá reforçar, quer no contexto europeu, quer nas «colónias», onde as culturas locais também são objecto de “descoberta”, supera-se o sincronismo inicial, ecléctico, de eleger um único estilo, sobrepondo-se várias referências, conjugando-se, por vezes, no mesmo edifício. Este período de eclectismo [1755-1815] ROTH designa-o por «sintético». Um terceiro momento corresponde ao «eclectismo racionalista», estando associado ao aparecimento das escolas

¹³⁶ Roth, Leland M., Entender la Arquitectura – sus elementos, historia y significado, Editorial Gustavo Gilli, Barcelona 2003.

de «belas artes» e de «artes e ofícios», no século XIX, com a «*École des Beaux-Arts*¹³⁷» de Paris a estabelecer a “medida” de todas as outras. O conceito de «arte», próprio à actividade artística desde o século XVIII, período no qual se sobrevalorizam as «artes»¹³⁸ como um ideal em si mesmo, é incorporado no «ensino artístico».

O neoclassicismo corresponde à primeira “forma” (ou conjunto de formas) do eclectismo, que se desenvolve numa concepção «funcionalista», em que a uma nova percepção do espaço se alia o conhecimento de tecnologias inovadoras, recorrendo a materiais como o aço e o vidro, que se combinam com os materiais e tecnologias do «passado», num espírito de obediência às linguagens «históricas». Ilustram este período eclético, que tem início em finais do século XVIII e chega às primeiras décadas do século XX, diversas opções de estilo, sendo os mais característicos o “neo-clássico” e o “neo-gótico”. Os principais edifícios públicos são construídos com base no código formal neoclássico, conservando, ainda no panorama urbano, a actualidade desse período como é exemplo o *Parlamento inglês* (1836-1870), recuperando o «palácio de Westminster», dos arquitectos Charles Barry e Augustus Pugin, e do *Museu Altes*¹³⁹ (1825), de Karl Schinkel, entre outros variados edifícios.

Estabelece-se, desta forma, o momento “histórico” no qual germina um pensamento que se filia na formação «académica», com ideais estéticos pré-estabelecidos, a sobreporem-se à singularidade de atitudes que possam reflectir um pensamento diferente, «original» para o seu tempo. É neste contexto que algumas vozes críticas aparecem, denunciando a rigidez do sistema académico, que impõe a utilização de uma arquitectura com um reportório «histórico», eclético na diversidade de opções, em detrimento de uma arquitectura “moderna”, com a utilização expressa dos novos materiais e de novos conceitos de espaço. Um dos principais defensores do «racionalismo funcionalista», contrariando o espírito da academia, é o francês Viollet-de-Duc. Este “teórico” é um dos primeiros a introduzir no discurso teórico, na segunda metade do século XIX, a necessidade de adoptar novos conceitos, onde se revele uma “arquitectura moderna”, própria ao seu tempo:

“As was mentioned, he [Éugen Viollet-de-Duc] was disturbed by the inability of the nineteenth century to find its own style and felt that the answer must lie in the creation of forms “true to the programme and true to the structure”.¹⁴⁰ (Curtis, 1992: 18).

Confirma-se, para o tempo de construção da «casa de brasileiro», um período de transformações sociais e culturais resultando a idealização da nova morada para a

¹³⁷ Fundada no reinado de Luis XIV, em 1671, designada então por *Real Academia de Arquitectura*, é renomeada por *École des Beaux-Arts*, no período da Revolução Francesa, passando a ser a “entidad que o lo largo del siglo XIX pasó a ser la escuela más importante e influyente del mundo”. Roth, Leland, *Entender la Arquitectura – sus elementos, historia y significado*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1999.

¹³⁸ “From ancient times to the Renaissance, the status of all kinds of knowlegde had been systematised; but in the eighteenth century a new realm of the *beaux arts* became the principal subject to this ordering, and the modern category of “Art” its ultimate foundation. Leach, Andrew, Macarthur, Jonh, A&S/books, Bélgica 2009.

¹³⁹ De Friedrich Thiele, depois de Karl Friedrich Schinkel – *The Altes Museum – Museu de Berlim*.

¹⁴⁰ Curtis, William J. R., *Modern Architecture since 1900*, Phaidon, London 1992.

burguesia, classe social na qual se incluem os emigrantes que alcançaram a riqueza desejada, o reflexo das alterações em curso, em que se procede a uma constante «montagem e desmontagem» desse «tempo» com a omnipresença dos estilos históricos sobre influência do movimento correspondente ao *Romantismo*.

Se no domínio do “exercício” da arquitectura, na vertente teórica e prática, podemos afirmar que o período sujeito a análise é enquadrado no «eclectismo», no contexto cultural e social, para o mesmo período de tempo, convergem dois dos mais importantes movimentos intelectuais, com reflexos na produção das «artes», que precedem o «modernismo», principal movimento artístico que se afirma na segunda década do século XX. O primeiro corresponde ao «racionalismo», que procede da “idade da razão”, sobre a qual emerge o período artístico, sobretudo traduzido na arquitectura, por «neoclassicismo». O segundo corresponde ao «romantismo», movimento intelectual, artístico e literário, que surge como reacção aos excessos de racionalidade que caracterizam a época anterior (que percorre o século XVIII até meados do século XIX). Ambos os movimentos transportam para arquitectura visões antagónicas que se vão confrontar no século XIX. No caso português, por falta de tradição cultural, reflexo da sua posição geográfica relativamente ao contexto europeu, de “país periférico”, verifica-se uma fraca adesão a qualquer um destes movimentos artísticos e intelectuais, sobretudo que traduzam o modelo que cada um permite adoptar. Isso é confirmado por textos produzidos na época:

“Em resultado de não termos uma história geral da arte portuguesa, devidamente sistematizada e integralmente documentada em cada um dos capítulos, vemos grassar, não só entre o vulgo mas entre pessoas de saber, o erro criminoso, profundamente desmoralizante, de que somos um povo inestético, incapaz de concepções artísticas originais.” (Ortigão, 1896 [2006]: 71)¹⁴¹

A utilização da «gramática» de composição do estilo neoclássico, considerando a diversidade de elementos que o integram (*frontões, cornijas, colunas que traduzem as “ordens”, entablamentos, rusticação, etc.*) está limitada a dois significativos constrangimentos que implicam com o seu desenvolvimento. Esta limitação reflecte-se na “simplificação” dos elementos e dos significados próprios à sua concepção, que incide no plano formal e criativo, limitando-se a generalidade das obras a «copiar» os elementos da «gramática», que se vulgarizam através de obras ou de publicações “técnicas”. No caso português, segundo apreciação de críticos das principais obras construídas neste período, verifica-se uma fidelização ao neoclassicismo italiano, país que mantém um ascendente cultural no domínio musical, sobre a *Corte*, resultando na importação dos músicos do “belo canto”, a ópera, bem como de cenógrafos, que serão necessários na decoração de interiores e de cenários, influenciando uma “opinião pública” culturalmente pouco ilustrada.

¹⁴¹ Ortigão, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Esfera dos Livros, editore Esfera do Caos, Lisboa 2006.

É neste contexto artístico que se desenvolve o programa das principais obras de «estado», como os teatros nacionais, sendo exemplo o Teatro São Carlos (1792)¹⁴², ou o Hospital de Santo António (1770) no Porto, obra do arquitecto inglês Jonh Carr.

A débil situação económica do país, após a independência do Brasil, reflecte-se na dificuldade para continuar a promover obras “públicas” recorrendo a equipas técnicas numerosas associadas ao «projecto», bem como a respectiva concretização da obra, limitação de recursos que está na origem da ausência de um ensino artístico, promovido por iniciativa da corte portuguesa. A formação técnica existente está dispersa e dividida nas “artes” estritamente necessárias para a prática, reflexo da necessidade urgente, que surge no processo de recuperação da cidade de Lisboa após o Terramoto de 1755. O “ensino” técnico está concentrado na «Casa do Risco», onde se pratica a «construção», mais do que o desenho. Segundo MILHEIRO: “*A cultura artística na metrópole – cuja formação se divide entre a Casa do Risco, Academia do Nu, Aula Régia de Escultura e Aula Régia de Gravura – não vive período animador. (...) Dados levantados por Adrien Balbi (1782-1848), na segunda década de Oitocentos, demonstram a rarefacção de alunos, a carência de docentes e a insatisfatória preparação de profissionais.*”¹⁴³

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, e numa atitude de “refundação” da metrópole, verifica-se uma alteração das influências e da abordagem quanto à necessidade de dispor de técnicos habilitados para o exercício profissional, do «projecto». É nesse contexto político, de uma liberdade de ação a partir do “*novo-mundo*” que o monarca D. João VI dirige o convite a um conjunto de artistas franceses com o objectivo de promoverem o ensino artístico, criando, para esse efeito, uma “escola”. Este facto, de deslocação da Corte para a capital da antiga colónia, resulta no aparecimento do ensino artístico no Rio de Janeiro, antecipando a sua instalação relativamente à metrópole. A primeira designação que vai ter «*Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*», fundada em 1816, será posteriormente alterada, em 1820, para “*Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Architectura Civil, entre 1821 e 1824, Academia de Belas Artes e, a partir de 1826 até 1891 Academia Imperial de Belas Artes.*”¹⁴⁴

Confirma-se, neste facto, a expansão de um estilo de arquitectura que se «universaliza» para a cultura ocidental, com as realizações eruditas que a *missão artística* propõe para a

¹⁴² Da autoria do arquitecto José da Costa e Silva. “O projecto do teatro de lisboeta, que tem sido apontado como modelo do Teatro de São João. No Rio de Janeiro, é síntese de duas peças italianas – o *Scala* de Milão e *San Carlo* de Nápoles – confirmando que o imaginário classicista italiano era exercitado ao nível da justaposição de referências (...)” Milheiro, Ana Vaz, *A Construção do Brasil, Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa*, pag. 69, Publicações FAUP, Porto 2005.

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Botelho, Angela Vianna; Reis, Liana Maria, *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*, edições Autêntica, Belo Horizonte 2001.

capital do Reino, a cidade do Rio de Janeiro. Em Portugal, só após o fim da Guerra Civil (1834), no ano de 1836, é criada a *Academia de Artes e Ciências*.

No contexto da cultura arquitectónica, o Neoclássico surge, enquanto *estilo* artístico, como uma reacção à degeneração que o barroco revela, com a utilização de um excesso de decoração, o *Rococó*, reflexo das demandas de reis que imperam sobre um poder absoluto, político e cultural. Aos movimentos sinuosos, densos, que as formas aplicadas pelos arquitectos do barroco traduzem para a arquitectura civil e religiosa, contrapõem-se as formas da antiguidade clássica, com um léxico formal claro, que obedece à razão “física” das construções e que ilustra, simultaneamente, a importância da história, suportada pelo conhecimento que a arqueologia acrescenta sobre as civilizações “perdidas”.

*“A medida que se iban acumulando las evidencias arqueológicas, apoyadas por los escritos de Winckelmann, empezó también a tomar cuerpo la percepción de las sucesivas fases de la historia. Si bien el concepto de las distintas fases todavía no estaba totalmente desarrollado, hubo quien, como Winckelmann, clamó en favor de la superioridad de la arquitectura griega sobre la romana, por considerarla más antigua y pura.”*¹⁴⁵ (Roth 2002: 435)

O desejo de alcançar uma arquitectura “pura”, liberta da densidade estrutural e decorativa dos artifícios do Barroco leva inúmeros *teóricos*, entre os quais LAUGIER¹⁴⁶, a proporem o regresso às formas depuradas da antiguidade, *“(...) la arquitectura, en contraste con las decoraciones rococó, es el arte de la estructura pura, cuyos elementos esenciales son la columna, el arquivado y el frontón, los cuales han de cumplir sus funciones estructurales originales y no deben ser aplicados como ornamento.”*¹⁴⁷

As formas lineares propostas para o exterior têm idêntica relação para a definição dos espaços interiores, baseando a sua organização em eixos «grandiosos», perpendiculares entre si, a partir dos quais se revelam os compartimentos, numa relação de simetria e de harmoniosa proporção. É a redescoberta dos cânones estabelecidos pelo conhecimento da geometria, das Ordens, que permitem desenhar “correctamente” as fachadas e os diferentes elementos que estas integram. Para se obter com precisão estes objectivos, a composição arquitectónica passa a estar dependente do desenho, sem o qual não será possível reproduzir esses modelos correctamente. *“Na realidade o projecto é «arquitectura pura», individualização espacial; (...) pode neste mesmo sentido considerar-se obra de arte completa, em*

¹⁴⁵ Segundo diversos autores, o historicismo está associado à descoberta das cidades italianas soterradas pelo Vesúvio, sendo o caso de Pompeia e de Herculano (79 d. C.), e que serão tema principal para o ensaio teórico produzido por Winckelmann, crítico de arte alemão a viver em Roma. Autor de “História da Arte Antiga” (1764).

¹⁴⁶ Marc-Antoine Laugier (1713-1769) crítico, padre jesuíta, desenvolve um estudo *Essai sur l'architecture*, Paris, Duchesne, 1753 (2ª ed. 1755). “El Essai estuvo a la vanguardia en las tres cuestiones principales del momento: composición arquitectónica, urbanismo y arquitectura paisajística. (...) Por la misma época en la que Jean-Jacques Rousseau exploraba el mito del buen salvaje a fin de determinar los fundamentos de la naturaleza humana y de la sociedad, Laugier se volvió hacia los orígenes de la arquitectura, basándose en la lógica estructural y formal del templo griego, para establecer los principios del diseño arquitectónico.” Pag. 138 AAVV, Los Tratados de Arquitectura – De Alberti a Ledoux; serie Arquitectura, Crítica e Historia dirección Fernandez-Galiano, Luis; Architectural Publications, Inc, Hermann Blume, 1988, Madrid.

¹⁴⁷ Idem, pag. 434

que o arquitecto já disse tudo; assim o fenómeno da criação arquitectónica, enquanto problema teórico da estética, completa-se no projecto e através do projecto” (Zevi, 1997:128).

O neoclassicismo reveste-se, por isso, no campo das artes, na fixação da ideia através do projecto, reflexo da observação, do espírito racional, obedecendo ao léxico formal baseado nas *ordens arquitectónicas*, que uma crítica ilustrada faz questão de recuperar, sobretudo após a divulgação da obra de *Vitruvio*¹⁴⁸. Uma interpretação exaustiva de “*De Architectura*”, com aplicação em obra, é realizada por *Palladio*¹⁴⁹. A arquitectura traduz-se, neste período, na «arte» de ilustrar¹⁵⁰ o tempo histórico, mais do que a arte de interpretar esse tempo:

“*También a principios del siglo XVIII, Kent [William] y Robert Adam proyectaron varias casas de campo, poniendo en práctica las proporcionadas geometrias de los diseños de Palladio. Para Burlington [Lorde] esta arquitectura antibarroca englobaba los ideales de equilibrio de la oligarquía whig en el poder.*” (Roth 2009:431).

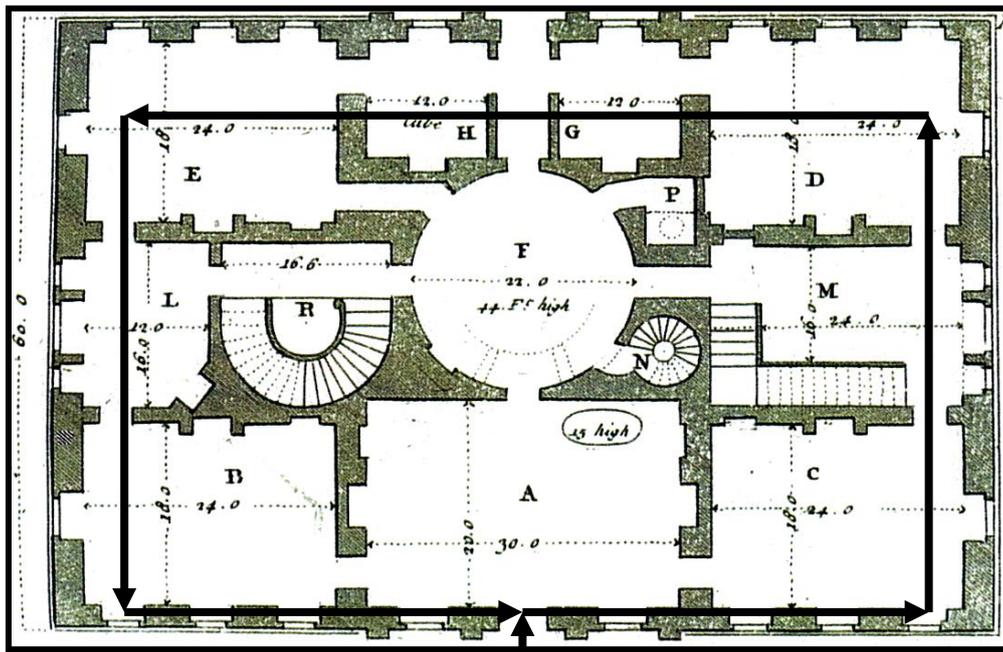


Fig. 15 – Planta de uma villa palladiana ideal com uma cúpula. (2ª ed. Londres 1759). Fonte: Taschen – Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos dias.

Legenda:

Planta da «casa» de acordo com os pressupostos do estilo neoclássico. Os compartimentos são ligados entre si não dispondo de um espaço de circulação autónomo, a não ser através das comunicações verticais, normalmente coincidindo com o centro da casa, nos eixos de simetria da mesma. A geometria proposta para a casa, neste caso com uma “cúpula”, estabelece uma proporção que relaciona o volume do edifício, definindo o número de pisos.

¹⁴⁸ VITRUVIO, Marco Polio; LOS DIEZ LIBROS DE ARQUITECTURA, introdução por RUIZ, Delfin Rodríguez; Edição espanhola por DOMINGO, José Luis Oliver; Alianza Forma, 2000 Madrid.

¹⁴⁹ Andrea Palladio (1508-1580), I quattro libri dell'Architettura. Primeira tradução inglesa em 1715. Roth, Leland, Entender la Arquitectura – sus elementos, historia y significado, Editorial GG, Barcelona 1999.

¹⁵⁰ “Los Seguidores de esse movimiento, conocido globalmente como la “Ilustración” (Lumières, en francés; Enlightenment, en inglés), tenían una fe implícita en la razón humana, a la luz de la cual, creían, se disiparían las tinieblas de la humanidad.” Idem.

Contrariando os excessos de formalismo, de “razão”, e num processo de esgotamento do léxico clássico surge, em finais do século XVIII, uma corrente «romântica», com o contributo de uma visão mais “profunda”, filosófica, onde se destaca a obra de Rousseau¹⁵¹. Será através da obra deste filósofo que se transporta para a «cultura artística» a reflexão sobre a essência do «ser», que actua nos diversos domínios do conhecimento, e do pensamento, de que a «obra de arte» será testemunho desse espírito.

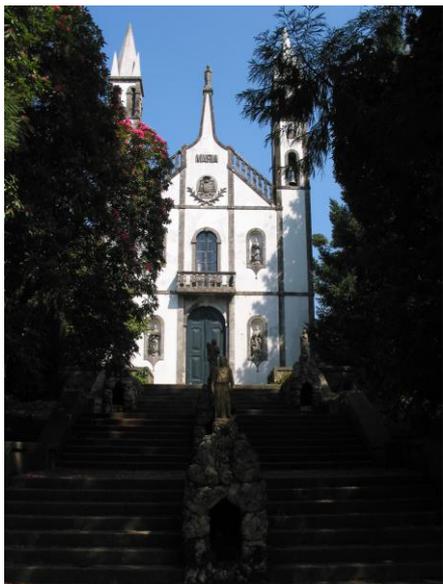
O *Romantismo*¹⁵², encarado como movimento cultural, vai ter enormes repercussões no domínio da literatura, sendo expoente máximo a obra de Goethe¹⁵³, através do seu livro *Fausto*, repercutindo-se nas expressões artísticas, como a pintura a escultura e a música, em que o “Homem” aparece como um ser solitário, empreendendo a aventura da descoberta pessoal, do seu ser. Esta corrente cultural, e intelectual, afirma-se a partir da Alemanha, onde se interligam os diferentes saberes, como a filosofia, a literatura, a poesia e a música, estabelecendo-se uma forte identidade entre as elites intelectuais e o «povo», estado de espírito que contribui para o forte nacionalismo que reforça a influência geográfica deste país como “líder” europeu.

No domínio da arquitectura, o «romantismo» apresenta como tema de eleição o reencontro com a natureza no seu estado «original», promovendo as paisagens com ruínas, envolvidas por uma natureza luxuriante, com escassa presença da civilização humana. A concepção estética que promove este estado de espírito relaciona os elementos físicos, que participam na construção, como pilares, revestimento de paredes, vãos de portas, entre outros, com os elementos vegetais. Esta união com a natureza, com evidentes simbolismos, passa a constituir tema de composição do conjunto edificado, que será adoptado quer no domínio da decoração, com inúmeros elementos alusivos à natureza, quer espacialmente, com a criação de lugares para contemplação da natureza (belvederes, miradouros, grutas artificiais, lagos, etc).

¹⁵¹ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). “ (...) apresenta-se desde logo [aos quarenta anos] como um adversário das Luzes, ao redigir, sob ímpeto de inspiração súbita, o *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1755).” A principal obra, *Contrato Social* (1762) “mostra que a soberania só pertence ao povo e que só são verdadeiras as leis de que todos são legisladores e a que, ao mesmo tempo, também estão sujeitos.” AAVV, A Cultura Geral de A a Z, Plátano Edições Técnicas, Lisboa 2001.

¹⁵² “O termo romantismo surge na Alemanha, a partir de 1798, nos irmãos Schlegel (...). Começa por designar a literatura medieval inspirada na cavalaria e no cristianismo por oposição ao espírito clássico dos séculos XVII e XVIII (...).” pag.349, idem.

¹⁵³ “Em Goethe e em Rousseau dá-se o nascimento grandioso e magnífico de um novo mundo: o romantismo.” O Pensamento e a Filosofia Romântica, Carneiro, José Manuel, O Imaginário Romântico da Pena, pag. 18, Publicações Chaves Ferreira, Lisboa 2009.



Fot. 13 e 14 -

Santuário consagrado a N.ª Senhora de Lourdes, recriando uma atmosfera romântica, desenvolvendo-se na propriedade da Quinta da Costeira, Carregosa.

A aplicação do «paisagismo» como técnica de intervenção na natureza, incluindo nesta os espaços agrícolas, está associada aos avanços científicos e tecnológicos da indústria, que se reflectem na agricultura, que se desenvolve sob pressão do exponencial aumento de população nos centros urbanos. Através da contínua intervenção da paisagem “natural”, com implicação directa sobre o conceito de «paisagem», promovem-se as «*exposições internacionais*» onde se revelam esses avanços, a par do conhecimento “científico” das “*práticas agrícolas*”, expondo a «maquinaria agrícola mecanizada». À vertente produtiva alia-se a componente estética, o controlo da imagem dos espaços verdes onde se reflecte um crescente conhecimento da diversidade de espécies vegetais, com novo domínio de conhecimento, a Botânica, a suscitar o interesse pelos espaços “naturais” onde se divulgam as “raridades”. Este conhecimento desenvolve-se “em paralelo” com os estudos dedicados à «teoria evolucionista», sendo apresentado à comunidade científica o trabalho original de Darwin «A Origem das Espécies»¹⁵⁴, em 1859.

Neste contexto surgem novas construções, as *estufas*, onde se alia um conhecimento técnico específico, com o domínio da construção de amplos espaços luminosos, permitindo o crescimento “controlado” das espécies vegetais, sob o olhar atento do Homem. Um dos países a liderar este processo, a Inglaterra, irá apresentar «ao mundo» a “*Primeira Exposição Universal*”¹⁵⁵ recorrendo a um edifício único, totalmente construído em ferro.

¹⁵⁴ Charles Darwin apresenta conjuntamente com Alfred Russel Wallace, em 1858, pela primeira vez na Linnean Society of London, a “Origem das Espécies”, sendo publicada em 1859. Fonte www.wikipedia

¹⁵⁵ Roth, Leland, Entender la Arquitectura, sus elementos, historia y significado, pag.473, Editorial Gustavo Gilli, Barcelona 2003.

O edifício ficará conhecido por *Palácio de Cristal*¹⁵⁶, numa evidente alusão à luz filtrada pelo cristal, em que se alia ao conhecimento tecnológico, motivo da “exposição universal”, o construtivo apresentando pela primeira vez um edifício com paredes em vidro “*totalmente desmontável e sem limites visuais*”.

Noutra vertente do conhecimento, no «romantismo» revisita-se a espiritualidade e os simbolismos das épocas cuja arquitectura permite enaltecer esses valores, como será o caso da Idade Média, ou do Renascimento. Do período histórico “medieval” recupera-se o léxico formal do gótico, de elementos que participam na linguagem formal, como os arcos em ogiva, adaptando também referências a um simbolismo esotérico, no qual a *luz* surge como elemento de composição do espaço.

No mesmo período em que a ciência é encarada com um estatuto “divino”, desenvolve-se um movimento que integra a natureza como estética *filosófica*, a *Naturphilosophie*¹⁵⁷.

“A natureza aparece, assim, na sua estrutura teológica, como um revelação gradual de Deus, a Natureza encontra-se dividida e Deus faz-se Natureza, de tal forma bem que a ciência adquire, da mesma maneira, um significado religioso.” (Carneiro, 2009: 20)

Esta concepção *filosófica*, de convergência espiritual com os elementos da natureza é recorrentemente utilizada pelos artistas do romantismo, enquanto tema de composição, sendo transpostos para a arquitectura através de motivos decorativos com evidentes alusões a esses motivos. A presença destes motivos na arquitectura reflecte uma estética que enaltece a natureza, nas suas distintas apreciações, a saber: visual (estética); simbólica (espiritual); orgânica (biológica).

Um dos principais impulsionadores desta estética, que se pretende reproduzir, com base em interpretações geométricas, através de meios mecânicos, é o teórico, e botânico, Christopher Dresser¹⁵⁸ (1834-1904). Este teórico vai encetar a liderança de uma “estética” que combate a visão “artesanal” de Ruskin dando início, na década de 60 de 1800, ao aparecimento do movimento artístico designado por *Art Nouveau*.

¹⁵⁶ O “Crystal Palace” de Sir Joseph Paxton, corresponde ao 1º palácio de cristal. É inaugurado em 1851 em Londres no Hyde Park, para a “exposição universal de produtos industriais”, a primeira que se realiza em todo o mundo, por iniciativa do príncipe inglês.” Ver Roth pag.473

¹⁵⁷Ver Carneiro, José Manuel, O Imaginário Romântico da Pena, Publicações Chaves Ferreira, Sintra 2009.

¹⁵⁸ “Where design and decoration were concerned, drawing, and the teaching of drawing, had been the locus of a prolonged and fierce exchange of ideas conducted between two irreconcilable positions. On the one hand there was the drawing based upon the observation of ‘natural facts’, as put forward by Ruskin, and on the ‘conventional’ drawing proposed by the Department of Science and Art, whose principal theoretician was Christopher Dresser.” Brett, David, C. R. Mackintosh – The Poetics of Workmanship, Harvard University Press, Reaktion Books, London 1992.

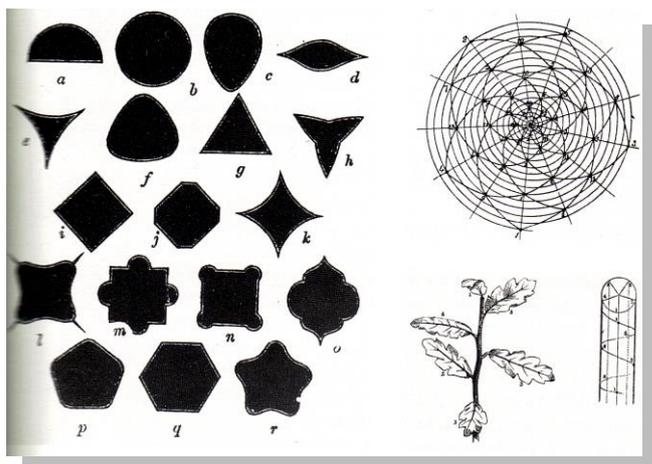


Fig. 16 -
Diagramas de Christopher Dresser's (1862) –
The Art of Decorative Design.

Fonte Brett, David, C.R. Mackintosh.

Na verificação destes conceitos, com carácter artístico e cultural, aplicados na construção da «casa de brasileiro», depreende-se a presença dos dois movimentos estéticos que ocorrem, respectivamente, na relação temporal em que estes se manifestam nos países mais aptos a aderir a estas transformações. Assim, desde 1890 até à segunda década do século XX, confirma-se a presença de referências eruditas na arquitectura da «casa», e do espaço envolvente, o jardim, com os edifícios construídos no final do século a revelarem a tendência «clássica», do neoclássico «sintético», e os construídos no início do século XX a revelarem a influência do «romantismo», com a presença de elementos decorativos enquadrados na estética «arte-nova».

A relação temporal da estética utilizada nas casas é igualmente traduzida para os jardins, revelando concepções próprias à corrente em curso. O espaço que envolve a casa, por vezes de grandes dimensões, é tratado numa relação directa com o tipo de casa, da arquitectura que este adopta, sendo criados jardins com linguagens de desenho que se relacionam com a arquitectura do edifício.

Para a casa que reflecte o ideal neoclássico, o jardim apresenta uma concepção estática, à semelhança do desenho preconizado para o edifício, recorrendo ao arbusto do *buxo*, já anteriormente utilizado nos jardins dos palácios do barroco. Este arbusto permite, ao «jardineiro», o recorte rigoroso, geométrico, estabelecendo no terreno uma ordem, fixando um centro, ponto imaginário que se concretiza na abstracção deste espaço, que reproduz uma hipotética origem do «universo».

A repetição presente nos desenhos abstractos destes jardins reproduz a técnica utilizada no revestimento a azulejo, tendo evoluído, provavelmente, desse material. A reprodução de um padrão tem como intenção valorizar a imagem do conjunto que antecede a entrada na casa. No dizer de RODRIGUES¹⁵⁹, que desenvolve um estudo em que reflecte as relações da «Arte, Natureza e Cidade», corresponde a este tipo de construção, vegetal, recorrendo ao

¹⁵⁹ Rodrigues, Jacinto, Arte, Natureza e Cidade, Edição Câmara Municipal do Porto, Divisão de Ambiente.

buxo, o “*geometrismo topiário*” no qual se introduz uma ordem espacial que anuncia uma opção conceptual para a construção do espaço para “habitar”.



Fot. 15 -

Jardim de buxo da Quinta da N.^a Senhora do Brasil – S. Martinho da Gândara.



Fot. 16 - Jardim de buxo da Quinta do Troncal - S. Martinho da Gândara

No jardim que adopta a concepção do «romântico», este surge mais “espontâneo”, com elementos vegetais que “decoram” os percursos, em que se recorre a uma diversidade de espécies recriando, ou simulando, ambientes “espontâneos” com grutas e nascentes de água, numa alusão à recriação do lugar original, o Éden, constituindo o refúgio, de proximidade, para o “dandy” que deambula pelo espaço livre. O “cenário” natural cria uma atmosfera que se relaciona com o «anti-formalismo» que a casa anuncia.

Numa descrição que RODRIGUES desenvolve a partir de vários desenhos, e projectos, da exposição realizada no Porto, em 1993 dedicada a esta temática, este clarifica as influências que os jardins revelam, em função da sua estrutura vegetal, ou seja da sua estética. Assim, distingue-se o formalismo associado ao desenho do jardim neoclássico em que este apresenta a influência do «jardim à francesa», do Barroco, reconhecendo no «jardim inglês», o “ideário” do período «romântico», através do qual se recria a natureza, estabelecendo uma “ordem” apesar da aparente desordem: “*Mas é o chamado «parque inglês» do séc. XVIII que se distancia desse carácter geometrizarante.(...) É o espaço mágico e estético que se valoriza. O elemento romântico que povoa o lugar. As brumas envolvem grutas artificiais e as grandes árvores são como bosques sagrados que envolvem templos revivalistas de Deuses Pagãos.*” (Rodrigues 1993:41)



Fig. - 17
Caspar David Friedrich – Abadia ao
Amanhecer 1809/10.
Fonte: Bietoletti, Silvestra

Através do movimento romântico, que se desenvolve sobre influência germânica, sendo difundido enquanto expressão estética pelos principais países europeus, que anteriormente adoptam os conceitos estéticos sobre domínio francês e italiano, revisitam-se as expressões do passado, os heróis da antiguidade, os “históricos” como os da mitologia greco-romana, e os *nacionais*, sendo enaltecidas as suas qualidades quer pela poesia e pela literatura, quer pelas expressões plásticas, a escultura ou a pintura. Neste contexto, a nível nacional desenvolve-se, na pintura, a corrente artística do «naturalismo»¹⁶⁰ com pintores e escultores a privilegiarem os motivos naturais, sem artifícios decorativos, ilustrando cenas do quotidiano, as expressões das pessoas simples, do «povo».

A nível nacional são escassas as implicações que se fazem sentir para a cultura portuguesa, das correntes estéticas e filosóficas, que constroem o panorama da cultura europeia no século XIX. Atendendo ao contexto social, às fragilidades anteriormente identificadas para a sociedade, somente as elites intelectuais, e em reduzido número, através da literatura da pintura e da escultura, contactam com os movimentos artísticos em curso.

Confirma-se, neste contexto, uma singular excepção correspondendo ao Palácio da Pena, edificado em Sintra. Esta obra de “autor”, dirigida pelo seu promotor e habitante, D. Fernando Coburgo¹⁶¹ introduz em Portugal a corrente simbólica, mística, própria ao pulsar do romantismo germânico, tão distante das considerações estéticas que a habitação portuguesa reúne até esse período. O príncipe D. Fernando, conotado por uma vastíssima cultura, que recebe desde o «berço», detém igualmente a particularidade de conviver com um dos arquitectos reconhecidos deste período, Karl Shinkel¹⁶².

¹⁶⁰ Movimento artístico, sobretudo centrado na pintura e escultura, onde se contraria o espírito romântico, aderindo a um «realismo». São figuras centrais deste movimento artístico Henrique Pousão, Soares dos Reis.

¹⁶¹ D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha, príncipe consorte, contrai matrimónio com D. Maria II.

¹⁶² Karl Friedrich Schinkel (1781 – 1841). “É nesta época [1810 ..] que Schinkel vai começar a desenvolver a sua actividade como arquitecto.” pag. 60, idem.

Resulta, por isso, numa influência fundamental, na sua formação como *esteta*, o contacto com personalidades da cultura alemã, em particular das intervenções que Schinkel desenvolve para o «palácio residencial» do seu tio, o «Duque Ernesto I de Coburgo», ficando «*para sempre, como arquitecto consultor do Duque Ernesto I*».

Fot.17 -

A simbologia *fantástica* utilizada como motivo decorativo na entrada do Palácio de Pena – Sintra.

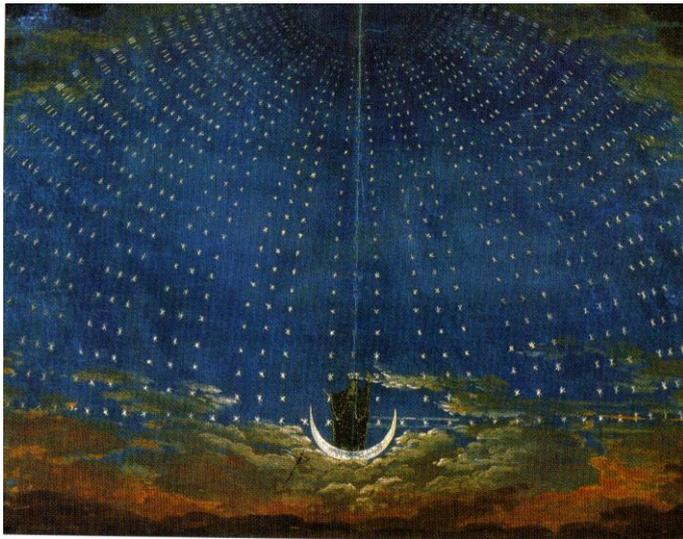


Fig. 18 –

Karl Schinkel – The Arrival of the Queen of the Night – 1815. Desenho realizado para o cenário de Mozart para a “Flauta Mágica”.

Quanto ao Brasil, às implicações que incidem sobre este país destes factos culturais, apesar da distância que se verifica ao “centro” da Europa, será através dos imigrantes, que afluem às dezenas de milhar dos países europeus, que se transfere, em parte, o momento cultural e espiritual que se vive na centúria de oitocentos.

Considerando o movimento migratório em curso, pode-se conjecturar que será devido aos massivos contingentes de emigrantes, que incluem o cidadão português, que lhe permitem contactar com outros povos e, em particular, com a cultura que estes transportam, destes recolhendo conhecimentos que não poderiam adquirir no seu país.

Constrói-se, desta forma, uma continuidade no tempo das referências historiográficas sobre a arquitectura, através das influências artísticas que são introduzidas no Brasil, quer sobre influência dos colonos portugueses, no período correspondente à colónia, com a introdução do barroco, quer no período após a independência, em que o Império do Brasil constrói a sua própria história sobre influência da cultura francesa e do centro da Europa, recorrendo a uma política de imigração.

2.4.1 – A evolução do programa da «casa» no contexto artístico e cultural do Romantismo.

As transformações que ocorrem nos diversos domínios do conhecimento, em particular no domínio artístico e cultural, são transpostas para a concepção da casa, reproduzindo a diversidade de experiências e descobertas que surgem no decurso do século XIX, Estas alterações revelam-se no desenho dos edifícios, com o aparecimento de novos espaços, como será o caso do tema dos «jardins de inverno», com volumes que se adocam ao volume principal, cuja funcionalidade evolui a partir das estufas. Neste contexto, recorrendo a uma maior liberdade para definir “espaços” surgem as “janelas arqueadas”, as «bow-windows», que traduzem saliências a partir dos espaços «de estar». Estes “novos” espaços revelam para o programa da habitação outras preocupações. Neste caso, à componente formal/espacial alia-se a funcional, com a necessidade de melhorar o conforto, traduzindo estes espaços, para o interior da habitação, uma “climatização” natural, como se tratassem de colectores de calor, devido a uma maior exposição aos raios solares, recorrendo à utilização de uma «superfície envidraçada».

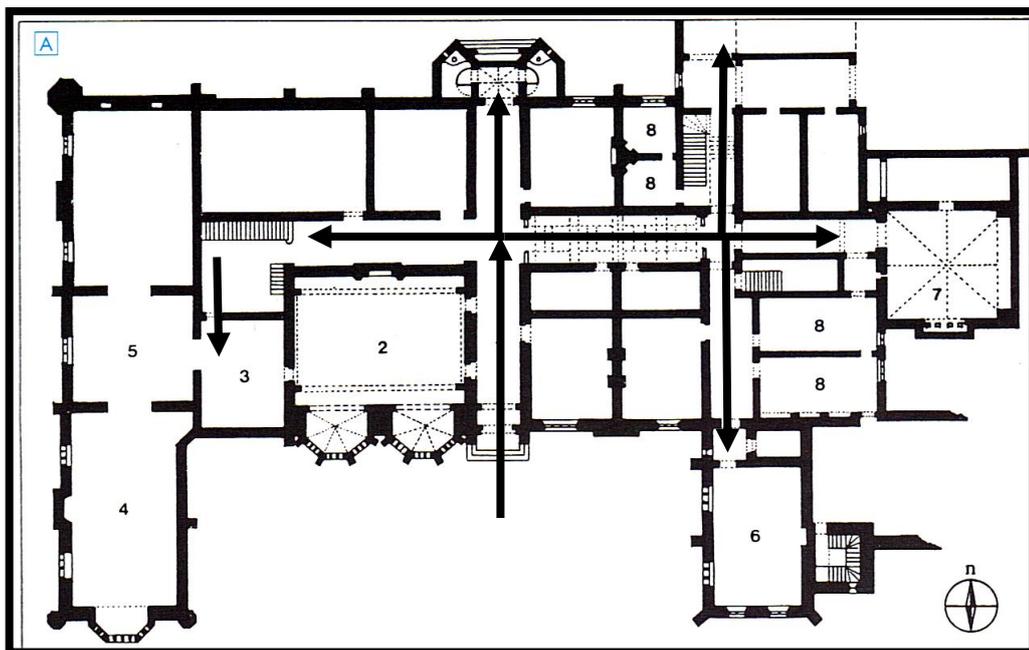


Fig. 19 - O sentido «orgânico» da arquitectura romântica – Scarisbrick Hall, Lancashire, 1837-1884.

Fonte: História da Arte Ocidental e Portuguesa; Pinto, Lídia; Meireles; Cambotas, Manuela

Legenda:

Planta de palácio inglês, no qual se expõe uma distribuição dos compartimentos através de um corredor, funcionando como meio de organização espacial. Confirma-se a nova “ordem” funcional.

Na transformação que se opera no programa espacial da casa, cuja referência do período do barroco será o palácio da aristocracia, verifica-se um gradual encerramento dos espaços com uma definição do programa pensado através de um percurso interior com origem no

espaço de recepção da casa. De uma cultura que valorizava o «colectivo», os grandes espaços “indefinidos” dos palácios, que se constroem sobre o impulso de uma sociedade que domina os valores artísticos, alteram-se esses valores para o culto do pessoal, do «individual», admitindo a diversidade de espaços uma «individualidade» própria.

No mesmo período em o programa da casa é pensado para um “grupo” de pessoas mais restrito, «familiar», as cidades tornam-se nos espaços colectivos por excelência, confrontando-se a «aspiração» individual com o anseio da expansão [comercial e financeira] colectiva. Estas aspirações são transpostas para o espaço da casa, criando-se um compartimento com a função de receber pessoas de fora, podendo acumular também a função de área de trabalho, específico para o proprietário. Este compartimento figurará, doravante, como o «escritório».

As alterações sociais em curso são lideradas pelas sociedades mais “avançadas”, tecnológica e industrialmente, nas quais se promove uma classe emergente, a burguesia, que irá liderar esses processos. Destaca-se, neste caso, o predomínio da sociedade inglesa, cujos tipos sociais estão dispersos por todos os continentes, o que permite expandir o modelo do desenvolvimento económico, liberal, promovendo um “ideal” de vivência em sociedade no qual o edifício para habitação privada – a «casa da burguesia» - representa a sede do núcleo familiar.

O programa da casa inglesa evolui a partir da concepção do “*English Picturesque*”¹⁶³, que surge no contexto da paisagem bucólica inglesa, no início do século XIX, no qual o edifício aparece liberto de formalismos de desenho, apresentando vários volumes e espaços exteriores, como as varandas, e alpendres como complemento dos espaços interiores.

“ *O Picturesque surge como um eclectismo, reunindo diversos elementos e variações sobre o mesmo elemento.*” (Ramos 2010: 80).

As características que as casas revelam, com uma grande versatilidade conceptual e construtiva, rompe com a tradição que faz depender a construção de uma referência artística, num determinado estilo de arquitectura. Neste caso, a concepção espacial, e formal, aparece liberta das referências históricas, sendo pensada para um determinado tipo de vivência, mais familiar, e num contexto rural, ou de periferia urbana, portanto despreziosa. Este modelo de habitação, designado por *cottage*¹⁶⁴, vai disseminar-se nas diversas colónias onde está representada a Coroa inglesa, particularmente para países em formação como é o caso dos Estados Unidos da América.

¹⁶³(...) o *Picturesque*, como salienta Hitchcock, favorece uma composição da arquitectura das casas com volumes assimétricos que força igualmente uma assimetria da organização do espaço interior, encorajando uma diferenciação funcional da disposição dos compartimentos e do seu tamanho.” Ramos, Rui, *A Casa – Arquitectura e Projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, Publicações FAUP, Porto 2009.

¹⁶⁴

Os significados contidos na «casa da burguesia» devem-se, também, às alterações que ocorrem na estrutura familiar, onde se reflecte uma organização que promove a gradual especialização dos compartimentos da habitação, bem como uma preocupação com o conforto, adoptando uma diversidade de compartimentos com funcionalidades específicas, não “indiferenciados” como sucedida anteriormente, para além de apresentar, com o programa pré-estabelecido, uma “liberdade” na inserção no terreno. Este «modelo» de habitação unifamiliar, atendendo à versatilidade construtiva, e conceptual, que apresenta, tanto é adaptado em contexto rural (sucedâneo da *villa italiana* segundo análise de Downing), como em contexto urbano. Para todos os efeitos, este modelo de casa recria um “ideal” com um universo próprio, proporcionando o “refúgio” num espaço «natural», no qual se revê o ser romântico.

No reconhecimento dos temas que enquadram o estudo da «casa de brasileiro» a nível nacional, destacam-se as questões que abordam o discurso crítico sobre a arquitectura portuguesa, na viragem do século, as quais se desenvolvem “em paralelo” com a construção de uma crítica sobre a arquitectura que se produz nesse período, a nível internacional. Em concreto, a questão que emerge, no final do século XIX, que relaciona a arquitectura e a cultura do «povo» português, corresponde a uma tentativa de definição sobre a existência de um tipo que permita definir a «*casa portuguesa*».

A questão sobre a «*casa portuguesa*» tem origem no domínio científico da antropologia, através de estudos que Henrique das NEVES¹⁶⁵ leva a efeito, sistematizando informação a partir de levantamentos etnográficos que realiza na região das Beiras. A partir de um estudo que desenvolve, cujo tema central é a «Cava de Viriato», este apresenta uma “definição”, numa nota de rodapé, sobre determinados aspectos construtivos que podem indiciar um tipo de construção que poderá estar na origem de um tipo de casa, que se dissemina por várias regiões do país, sobretudo na região do *Norte*. Segundo LEAL¹⁶⁶ “(...) *as observações de Henrique das Neves terão um eco que o próprio não esperaria. Enquanto que o livro em si cai no esquecimento, a nota de rodapé, pelo contrário, ganha rapidamente uma vida própria, sendo sucessivamente transcrita, sob a forma de artigo, em A Arte Portuguesa (1895) e, por fim, em 1915 – ano da morte de Henrique das Neves – em A Arquitectura Portuguesa (1915).*” (Leal, 2000: 110)

O tema sobre a «*casa portuguesa*» germina numa cultura exterior ao âmbito disciplinar da arquitectura, relacionando as características físicas, geográficas, com as características das construções das casas rurais, interligando o espaço físico com os seus habitantes, numa clara vertente de análise antropológica. Distinguem-se alguns autores que estão na origem

¹⁶⁵ Henrique das Neves (? – 1915), militar de carreira, desenvolve também a actividade de “antropólogo físico”.

¹⁶⁶ Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870 – 1970)*, Cultura Popular e Identidade Nacional, Colecção Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.

deste processo, como «*Rocha Peixoto*¹⁶⁷ e *João Barreira (1866-1961)*», deixando um legado para próximos investigadores continuarem este trabalho, dentro deste domínio do conhecimento, sendo o caso dos estudos desenvolvidos por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, publicados sob o título «*Arquitectura Tradicional Portuguesa*».

No final do século XIX inicia-se uma profícua actividade de publicação de textos, e de ensaios, quer de carácter generalista quer em revistas de “especialidade”, revelando o surgir de uma crítica no domínio da arquitectura. Nalgumas das revistas, como «*A Construção Moderna*», ou «*Arquitectura Portuguesa*», permite-se contactar com os temas “actuais”, que reflectem a existência de uma crítica¹⁶⁸ em formação, seja por personalidades que representam a intelectualidade na sociedade, como Ramalho Ortigão¹⁶⁹, quer por especialistas consagrados como é o caso de Joaquim de Vasconcelos, que no seu conhecido ensaio «*Arte Decorativa em Portugal*», «*consagrou ao tema da casa portuguesa uma passagem*».

No início do século XX, e no seu decurso até aos anos 50, o tema sobre a «casa portuguesa» adquire outros contributos críticos, para além da problemática inicial, centrada nas características etnográficas. No seguimento dos estudos desenvolvidos pelo núcleo central de investigadores, permite-se alargar o tema para outros domínios do conhecimento “(...) ganhando a simpatia de um outro grupo de protagonistas, constituído sobretudo por arquitectos, engenheiros e construtores civis, fundamentalmente interessados na experimentação prática das virtualidades arquitectónicas do ideal de um tipo português de habitação.” (Leal, 2000: 111).

No domínio da vertente “conceptual” o “primeiro” registo de ocorrência do “tipo” que configura a «casa portuguesa», iniciando a discussão neste domínio conceptual, dá-se através casa projectada por Ricardo Severo¹⁷⁰, construída na Rua do Conde, no Porto, em 1904. A procura de uma leitura de uniformidade, que alguns críticos encetam, atitude contrariada por Rocha Peixoto, irá dividir o discurso crítico em duas facções, os que admitem a presença de uma diversidade na paisagem humanizada portuguesa, e os que repudiam que se possa imiscuir o universo «rural» no universo «urbano», propondo tipos de casas para cada um desses meios.

¹⁶⁷ Rocha Peixoto (), (...) edita em 1904 o artigo «A Casa Portuguesa». Pag. 111, idem

¹⁶⁸ Sobre este tema ver Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, Edições Colibri – IHA, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2007.

¹⁶⁹ Ortigão, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Companhia das Letras, Lisboa, 1ª edição 1897, edição actual Lisboa 2009.

¹⁷⁰ Ricardo Severo (1869-1940). Em nota de rodapé Leal apresenta interessante justificação sobre a interpretação de Rocha Peixoto sobre a arquitectura alcançada por na casa de Ricardo Severo. “ (...) o artigo de Rocha Peixoto não hostiliza o projecto. Mas sublinha, com uma argumentação etnograficamente muito cerrada, o modo como essa casa só seria portuguesa porque tinha justamente renunciado a reproduzir um modelo único, para operar como uma espécie de *pastiche* de diferentes elementos regionais e históricos, numa espécie de «hibridismo etnológico e arqueológico» que seria a melhor confirmação da impossibilidade de se falar um estilo nacional de arquitectura. Em resumo, «de modo nenhum» haveria lugar para falar «duma casa ou casas de indefectível estilo nacional.” Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 2000.

Com o regresso dos arquitectos do seu período formativo, processo comum para a generalidade dos arquitectos portugueses que se formam neste período de transição, este tema agudiza a fractura já existente entre uma visão «regionalista» da arquitectura, compreendendo o amplo universo “humanizado” da paisagem agrária, e a visão da arquitectura através de um léxico formal, excluindo a diversidade regional. Estas posições serão assumidas por *Raul Lino*, que na sua passagem pela Alemanha, na qualidade de “discípulo de *Albrecht Haupt*”, irá receber influências do «romantismo» ainda em curso, e a posição assumida por *Ventura Terra*, cuja formação parisiense, das «*beaux-arts*» o inibe de interpretar o código formal que a «casa rural» também pode encerrar.

Na opinião de ALMEIDA, com base na «arquitectura» produzida por José Luís Monteiro, onde estão presentes duas posições em si complementares: a «culturalista» preconizada pela arquitectura e teoria que Raul Lino irá empreender, e a «progressista», preconizada por Ventura Terra, representando o espírito académico que será amplamente difundido na arquitectura urbana no início do século XX, sobretudo nos principais centros urbanos.

“Assim, os dois vectores progressista e culturalista¹⁷¹ que estavam como que amalgamados em Monteiro, vêm dar origem a duas orientações distintas que, de maneira um tanto artificial e muito em consequência da circunstâncias políticas, vão marcar os caminhos bipartidos da arquitectura nacional.” (Almeida 2009:122).

No mesmo período em que o emigrante luso-brasileiro edifica a sua casa que, como vimos, está associada a um intenso regresso, verificando-se com maior incidência na última década de 1800, a discussão em Portugal sobre a «casa» revela-se distinta do programa eclético em curso, que o emigrante que regressa do Brasil reforça, ao transportar consigo determinadas referências artísticas. No enquadramento do tema da «casa portuguesa», LEAL estabelece que “(...) o movimento da casa portuguesa conheceu quatro tempos principais no seu processo de desenvolvimento. Um primeiro tempo estende-se genericamente de 1893 – data da publicação de Henrique das Neves sobre um tipo português de habitação e também das principais pesquisas arquitectónicas em torno do tema – a 1909.” (Leal, 2000: 114).

Considerando a validade desta classificação, para o «primeiro tempo», compreendido entre 1893 – 1909, em que se inicia o discurso crítico sobre a «casa portuguesa», tema central da teoria da arquitectura em torno do qual gravita uma opinião especializada até à realização dos *inquéritos*¹⁷², nos anos 30/40 do século XX, verifica-se que coincide com uma intensa actividade de construção civil, sobretudo de iniciativa privada, dando-se início aos programas de alojamento social, promovido maioritariamente pelos industriais, em simultâneo com o programa de habitação para as classes em ascensão social, nomeadamente a burguesia constituída pelos industriais.

¹⁷¹ Segundo definição atribuída por Françoise Choay.

¹⁷² Inquérito realizado à “Habitação Rural”, coordenado por Henrique Barros e Eugénio Castro Caldas, ambos professores do Instituto Superior de Agronomia, é publicado em 1940, decorrendo ao longo da década de 30.

O incremento da indústria da construção civil vai despertar, e potenciar, uma *crítica* que se apresenta dispersa por diferentes tipos de “comunicação”, seja imprensa diária, sejam publicações técnicas que divulgam essa actividade a nível nacional, acompanhando idêntico processo em curso a nível internacional. O «discurso crítico» que se constrói nesse período confirma o desacerto entre os «significados» que a arquitectura da casa do emigrante luso-brasileiro transporta, que se inscreve, como vimos, no eclectismo, e a crítica que se encontra em curso na sociedade portuguesa com o claro propósito de valorizar a «cultura portuguesa». Apesar disso, através da arquitectura da casa do emigrante luso-brasileiro confirma-se um momento histórico “passado”, cuja influência, em parte, provém do Brasil, com evidentes alusões ao estilo neoclássico, e um momento actual, no qual a casa importa determinadas referências dos estilos que se vulgarizam sobretudo no contexto europeu, com o despontar da “arte-nova”, o “*liberty*” que como a própria designação do “estilo” indica rompe com os processos criativos que dependem da academia.

Comparando o tipo de edifício para habitação que se constrói no final do século XIX, a nível nacional, realça-se a “distância” que se verifica entre a problemática da casa que é construída sobre um determinado código estético, que se promove para uma classe social de que o emigrante faz parte, e as preocupações sobre a fixação de uma cultura “nacional”, que integre a arquitectura portuguesa na diversidade dos tipos existentes, em particular a arquitectura vernacular, cujas referências estéticas permitem fixar uma realidade atemporal. O período de tempo que antecede o fim do século XIX confirma uma reduzida concretização de arquitectura através do exercício “liberal”, da encomenda privada, destacando-se as intervenções, na capital, de obras públicas, como o “*Palácio para a Exposição Agrícola de Lisboa*”¹⁷³, exposição inaugurada em 1884, projecto de Pedro de Ávila¹⁷⁴, ou a *Estação do Rossio* (1886-87) e o *Hotel Avenida Palace* (1890-92), ambos projectos de José Luís Monteiro¹⁷⁵, construídos no *Rossio* de Lisboa. Em texto incluído no catálogo de “*Exposição Documental de Lisboa Oitocentista*”¹⁷⁶, FRANÇA relata a situação endémica da produção de arquitectura em Portugal, de que Lisboa é exemplo: “*Poucos nomes sobressaem, com efeito, dum mar de mestres-de-obras preferidos pelos capitalistas construtores: depois de Cinatti e de Pézerat, vemos D. Parente e L. P. de Ávila e J. A. Gaspar, que estudaram em Paris nos anos 60 e, já pelos anos 80, J. L. Monteiro, autor da Estação do Rossio e do Palacete vizinho.*” (França 1975:12).

¹⁷³ Construído num estilo “Eclético Romântico” o *palácio* para exposições integra um tipo de arquitectura “comemorativa” que permite expor a influência artística, o romantismo, integrando a “Arquitectura do Ferro” que será projectada através deste tipo de edifícios. Ver Ferreira, Carlos Antero, *O Palácio de Exposições*, Passado Presente, Colecção Património, Lisboa 1987

¹⁷⁴ Luiz Caetano Pedro de Ávila nasce “nos territórios portugueses da Índia cerca de 1840”.

¹⁷⁵ José Luis Monteiro (1848-), inicia os estudos em Paris na *École des Beaux-Arts* em 1873, “Só cerca de 1880 o diploma em si mesmo se vai revestir de prestígio suficiente, que o autonomiza.” Pag. 117 Almeida, Pedro Vieira, *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa 2008.

¹⁷⁶ França, José Augusto, *Separata da Academia Nacional de Belas Artes – Exposição Documental de Lisboa Oitocentista – contribuição para as Manifestações do Ano Europeu do Património Arquitectónico*, 1975, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1976.

No Brasil, na capital Rio de Janeiro, as intervenções conhecidas de arquitectos portugueses, realizadas em igual período, reproduzem o eclectismo que vigora na capital da antiga metrópole, sobretudo utilizando referências dos estilos históricos, “nacionais”, como é o caso do “manuelino”. Confirma-se esta opção estética na construção do *Real Gabinete Português de Leitura*¹⁷⁷, obra do arquitecto português Rafael da Silva e Castro, inaugurado em 1887, cujo programa estético se desenvolve em estilo “*neomanuelino*”.



Fig. 20 –
Real Gabinete Português de Leitura – 1887
Rio de Janeiro.
Fonte: Milheiro, Ana Vaz



Fot. 18 –
Torre “decorativa” utilizando o estilo neo-manuelino.
Limite da Quinta da “Casa do Castelo”, do Conde Dias
Garcia - S.º João da Madeira.

Outra obra contextualizada com o programa ecléctico, o Teatro de Manaus, corresponde a uma das principais referências do estilo neoclássico, construído na capital do Estado do Pará, a cidade de Manaus, ficando esta obra conhecida por *Teatro Amazonas*. O teatro é inaugurado em 1896, tendo sido contratado o «*Gabinete Português de Engenharia e Arquitectura de Lisboa, em 1883*». Participam na realização do obra, para além de técnicos e artistas portugueses, outros artistas contratados ficando a “(...) *decoreção interna a cargo de Crispim do Amaral, com excepção do salão nobre, área mais luxuosa do prédio, entregue ao artista italiano Domenico de Angelis.*”¹⁷⁸

A generalidade das intervenções descritas contextualiza-se no programa da arquitectura ecléctica, sob influência do «romantismo», integrando elementos “decorativos” históricos, que correspondem à formação que os arquitectos adquirem nas *Escolas de Belas Artes* com

¹⁷⁷ “O Real Gabinete Português de Leitura é uma instituição notável (...) pelo prestígio nos meios intelectuais. A instituição foi fundada em 1837 por um grupo de quarenta e três imigrantes portugueses para promover a cultura entre a comunidade portuguesa (...). O edifício da actual sede foi projectado pelo arquitecto português Rafael da Silva e Castro, foi erguido entre 1880 e 1887 em estilo manuelino.” Fonte: <http://www.cycity.com/rio-de-janeiro/cultura/arquitectura-e-urbanismo>.

¹⁷⁸ idem

planos de estudo que incorporam disciplinas sobre as arquitecturas históricas. Num texto alusivo à formação de J. Luis Monteiro, ALMEIDA identifica os professores e disciplinas que faziam parte dos curricula do estudante de arquitectura em Paris, e respectivas «facções»:

“Com efeito, a seguir à reforma de 1863 de Napoleão, isto é dez anos antes da ida de J. Luis Monteiro para Paris, são escolhidos para professores de Arquitectura, Alexis Pacard, Constant-Dufeux, Jean-Charles Laisné, representam na École o equilíbrio entre as tendências Clássica, Neogrega, Neogótica, como que dando resposta simultânea à facção Blondel ou Quatremère de Quincy, à facção David Leroy, à facção Viollet-de-Duc.” (Almeida, 2007: 116)

Na arquitectura de transição do século XIX, em particular a partir da «casa de emigrante», das obras de encomenda privada expressam-se novos valores que se relacionam com uma alteração da condição de vida, permitindo ao emigrante aspirar a uma arquitectura de “catálogo”. No entanto, para a análise no território nacional, é através da escala das casas, do *tipo* de imagem que adoptam, dos significados que contêm, onde se reflecte um processo de “idealização”, que o emigrante luso-brasileiro demonstra a intenção de fixar um programa próprio, revivalista na maioria dos casos, contudo inovador para o contexto onde se inserem as casas. A consagração da “arquitectura” da casa do emigrante luso-brasileiro traduz, sobretudo, o transporte de renovados valores de cultura que os emigrantes absorvem, ainda sobre domínio do eclectismo, permitindo introduzir no programa da casa as inovações desejadas, quer no domínio da estética, quer na definição de uma nova *espacialidade*, reproduzindo vivências e hábitos mundanos.

O impulso que o emigrante sente ao reproduzir as *imagens* que observa, presentes na arquitectura dos edifícios públicos e privados, numa percepção de “arte pública” sem ter conhecimentos para analisar as origens das mesmas vai traduzir-se, mais tarde, na imagem da casa que constrói para si. A casa resulta, desta forma, na conquista desejada, reflectindo-se a partir desta uma imagem que corresponde a um «ideal», com os significados e *signos* próprios ao período em que é construída.



Fot. 19 – Casa “N.ª Senhora do Brasil” - Referência estética às casas de Toscana italiana. S. Martinho da Gândara.

3 – FORMULAÇÃO DE TIPO DE «CASA DE BRASILEIRO» A PARTIR DO «ESTUDO DE CASO»

O reconhecimento de um tipo de «casa de brasileiro» está enquadrado num período de tempo, cerca de 20 anos, compreendido entre as décadas de 1890 a 1910, confirmando-se neste hiato de tempo a transformação das casas que se constroem sobre o mesmo processo, de emigração para o Brasil e do «retorno» ao país de origem. As diferentes gerações de portugueses que emigram para o Brasil vão reflectir diferentes processos de “assimilação” de influências, ou de valores culturais que adquirem, traduzindo-se essa assimilação de gosto nas casas que vão construir. Assim, para as primeiras gerações, que chegam ao Brasil em meados do século XIX, constitui uma referência de estilo o «neoclássico», programa estético ainda em curso nesse território e que marca uma arquitectura de “Estado”, reproduzindo-se nas elites da sociedade. No decurso do século XIX até ao seu *términus*, as diferentes importações de “estilo” reflectem o gradual abandono da primeira referência, o neoclássico, reproduzindo imagens de arquitecturas de outros espaços, nomeadamente da “Europa”. Esta alteração deve-se ao gradual fluxo comercial, e industrial, que o Brasil mantém com variados países europeus, para além de conservar uma “primeira” referência cultural resultado de uma importação de um estilo europeu.

Para a formulação do tipo de «casa de brasileiro» concorrem, por isso, para além dos diversos factores reconhecidos nos levantamentos, que correspondem a «permanências» e a «elementos comuns», os factores históricos, de um país em construção, em que o emigrante português participa, também, como «brasileiro».

Considerando as características do edifício objecto de estudo, a «casa», esta reflecte diversos âmbitos no relacionamento com a estrutura urbana, reproduzindo os “ideais” das classes sociais que as promovem. Reconhece-se, assim, um dos meios da pesquisa a desenvolver, na relação de *morfologia* do objecto. Através desta análise referencia-se o posicionamento da casa perante a estrutura urbana, se está “isolada” ou inserida em aglomerado urbano, revelando, o promotor, na estratégia de posicionamento da casa, a sua «situação», isto é, a sua «condição».

Noutro domínio do processo de reconhecimento das características do edifício, sobressaem as relações que se verificam entre a imagem que o edifício traduz e a organização espacial que este encerra, permitindo reconhecer a *tipologia* funcional. Esta tipologia distingue-se, de forma quase imediata, no contacto visual com os edifícios, através do número de pisos que as casas apresentam. As casas cujo volume principal é definido por dois pisos correspondem a uma variante do tipo, com influência do «neoclássico», destacando-se das casas que apresentam três pisos, sob influência da «casa torre». A “leitura” do volume reflecte a distinção que se estabelece *a priori* entre as casas “horizontais” e as casas “verticais”. Através das «persistências», permite-se estabelecer uma categorização dos elementos que participam na linguagem do edifício e na sua composição formal/espacial.

Na verificação da implantação das casas, para o território sujeito a análise, destacam-se duas variantes principais a que correspondem as variações de *tipo* de arquitectura. Por um lado, temos a casa construída reflectindo as influências do “neoclássico”, a «casa-bloco», evidente importação “brasileira”, em que o edifício se destaca na paisagem afirmando uma presença estática. Coincide para este tipo de edifício, que tanto se localiza afastado do arruamento, como à sua face, um respeito pelos alinhamentos pré-existentes, os arruamentos, destes retirando “linhas de força” para afirmar a sua presença. Esta “regra” traduz-se na geometria que se desenha nos elementos que participam da construção da «casa», sobretudo através do muro de vedação principal, com a localização do portão a eixo a casa, quer no desenho do «jardim de buxo», para as casas afastadas do arruamento.

A outra variante de «casa de brasileiro» reflecte as influências do programa do romantismo, com uma casa que se liberta dos formalismos do desenho abstracto, em que a casa adopta uma “torre”, um volume saliente vertical, que contraria a imagem rigorosa que a casa do neoclássico traduz. Esta «casa torre», atendendo às características do seu volume, tendo presente ou não a *torre*, afasta-se da proximidade do limite do terreno, denotando imposições urbanísticas, de compartimentação do solo urbano, localizando-se por isso nas periferias dos aglomerados urbanos, por vezes em evidente contexto rural. Esta “imposição”, de afastamento, é reflectida na valorização estética do edifício, resultando por isso numa «causa-efeito» permitindo realçar a verticalidade de alguns elementos da casa, por vezes absorvida noutros volumes, como é exemplo nos telhados excessivamente inclinados.

A envolvente destas casas reflecte idêntica estratégia, com um jardim “informal”, por vezes meticulosamente pensado nos seus simbolismos, recriando um estado natural, com que na realidade convive. Na estratégia de «situação», estas casas não reflectem uma imagem de ordem «imediata» estando, no entanto, reflectida com eixos que se prolongam desde o portão principal, que formaliza a entrada, até ao espaço que antecede a entrada na casa.

Para ambas as referências, do estilo identificado, reconhece-se um ligeiro desfasamento temporal, correspondendo a arquitectura das «casas de brasileiros», com presença de referências do «neoclássico», às primeiras casas a aparecer construídas sobre acção dos emigrantes luso-brasileiros.

Na observação da localização das casas no «contexto urbano», para o território objecto de estudo, confirma-se que se verifica uma preocupação em participar da “urbanidade” em curso, localizando-se as casas do centro das vilas em processo de expansão, ou inserindo-se mesmo na estrutura urbana, sobretudo para os emigrantes que regressam mantendo a actividade comercial que já detinham no Brasil.

As freguesias que apresentam mais população, como Cucujães e S.º João da Madeira, vão liderar o processo de crescimento, verificando-se uma grande concentração de «casas de

brasileiro» na proximidade dos arruamentos principais, que se encontram «em construção», sendo as actividades industriais reconhecidas na actualidade para estas localidades reflexo dos investimentos iniciados nesse período.

Para sede do concelho, Oliveira de Azeméis, também se verifica esse crescimento sendo, no entanto, diluído numa estrutura urbana pré-existente, e na qual se reflectem protagonismos de outras «vilas», com algumas freguesias a rivalizarem com a sede de concelho. É o caso, para além da Vila de Cucujães, da Vila de Cesar e de Nogueira do Cravo, bem como da antiga sede de concelho (da Bemposta), a Vila de Pinheiro da Bemposta.

A estrutura do arruamento principal de Oliveira de Azeméis, formado pelas ruas “Bento Carqueja” e “António Alegria”, que reflecte a organização de uma «rua direita»¹⁷⁹, revela uma valorização urbana ao adoptar uma designação [sem existir qualquer “classificação”] de «núcleo histórico». Aqui concentram-se os investimentos da burguesia, seja através de uma segunda ou terceira residência, para as famílias brasonadas (os «Côrte-Real» e os «Sequeira Monterroso»), seja na abertura do estabelecimento comercial, o que revela anteriores protagonismos sociais e económicos que transformam este arruamento na principal referência comercial do concelho, da sede administrativa.

¹⁷⁹ “A denominação de «rua direita é, porém, enganadora. Raras vezes a rua assim designada era efectivamente direita, pois como já vimos não era essa a norma (...). A rua direita deve o seu nome ao facto de ir directamente de uma das portas a outra. Digamos, que era o principal da urbe, e não raro, a ela iam desembocar outras artérias secundárias.” Pag. 35, Carvalho, Sérgio Luís, “Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo”. Livros Horizonte, Lisboa 1989.

3.1 – O “guia de observação” – critérios estabelecidos para fundamentar a amostra.

A diversidade de elementos que informam sobre as referências arquitectónicas sujeitas a recolha, que permitem constituir uma amostra, implicam com o estabelecer de um critério de selecção para que se possa efectuar uma correspondência entre os “objectos” ou elementos decorativos construídos e os possíveis “modelos” que os enquadram nesses «estilos».

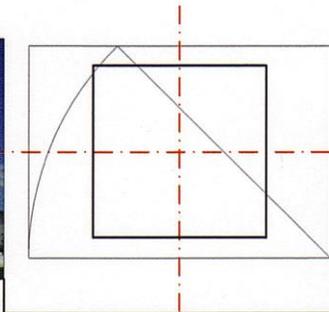
Considerando os aspectos formais que participam na legibilidade do objecto, sobretudo indicados através de elementos decorativos e, também, os aspectos funcionais que permitem compreender uma transformação do programa da habitação, será através destes elementos que se permite comparar opções estéticas e funcionais, o que nas fichas de caracterização, presentes em “anexo”, se designa por «configuração» e por «Situação». Estes elementos são, genericamente informados, por exemplo, para as casas com referência ao estilo neoclássico, a simetria e a proporção do volume, reconhecendo-se uma intenção de proporcionalidade entre as partes que o compõem, relacionando a proporção da planta com a altura. Elementos decorativos como o desenho do vão, a sua proporção (largura x altura) estão também reflectidos nos alçados neste tipo de casas. O desenho abstracto que está associado ao estilo neoclássico, sobretudo enaltecido no plano da fachada, favorece a manutenção de elementos como o remate do telhado, evitando a saliência do beirado, surgindo por isso as “platibandas”.

As casas que denotam uma aproximação às referências arquitectónicas próximas de um estilo “arte-nova” apontam para a verticalidade, com volumes que não reflectem preocupações de composição baseadas na proporção dos elementos, de simetria. Os volumes salientes ao volume principal indicam essa valorização, com é o caso dos alpendres e das escadarias que se prolongam pelo caminho.

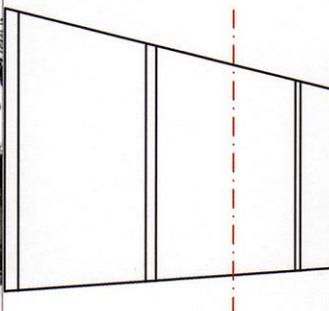
A presença da escada, elevando a casa um piso, reflecte também a intenção de transferir para um piso afastado do contacto directo com o terreno o andar “nobre” com a entrada das pessoas para os compartimentos com vocação “social”. Este programa, já anteriormente observado no período de construção do «solar barroco», no século XVIII, poderá corresponder à transferência desses hábitos, de valorização do espaço doméstico para a sociabilização, sobretudo para as casas mais afastadas de um contacto com o meio urbano.

A presença de outros volumes salientes, nomeadamente varandas ou mesmo as «águas-furtadas» nos telhados, são anunciadas com elementos decorativos, sobretudo com a presença de azulejos ou elementos de remate dos vãos em cantaria com desenhos nos quais a tendência é a introdução de “linhas curvas”, ainda que respeitando com geometrias regulares.

Referências do estilo neoclássico (Concepção "estática")



simetria/proporção

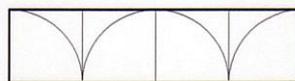
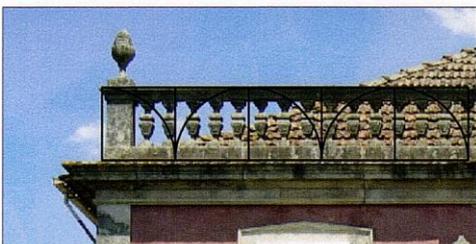


a "ordem" definida pela coluna

separação dos planos da fachada



relação de proporção confirmada no vão da janela



platibanda no remate da fachada

repetição de elementos a afirmar o ritmo

Referências do estilo "Arte-Nova" (Concepção "dinâmica")



assimetria/sobreposição de volumes



a afirmação da entrada sobreelvada, com utilização de piso/cave



os metais utilizados na reprodução de elementos figurativos "naturais"



utilização de linhas curvas reforçadas por elementos decorativos



3.2 – Análise dos levantamentos realizados;

Após o registo efectuado para a generalidade das casas do município de Oliveira de Azeméis, incluindo o município de S.º João da Madeira, referenciadas como «casas de brasileiros», confirma-se que existe uma relação entre a localização do “lote” de terreno e a configuração da casa, verificando-se, por isso, uma «permanência» entre elementos de classificação com afinidade (ver Quadro síntese da relação de morfologia na definição de *tipo* para («configuração» e «situação»).

Através da observação da dimensão e localização dos lotes, e respectiva “implantação” da casa, confirmam-se duas situações, genericamente. A primeira corresponde aos lotes de maior dimensão, abrangendo espaços para produção agrícola dentro do seus “muros”, estando a casa afastada da proximidade do acesso principal, o «portão» da propriedade. Esta característica demonstra-se através da “Fundação Manuel Brandão” ou da “Casa do Sol”, em Cucujães; a “Quinta do Troncal”, em S.º Martinho da Gândara, e a “Quinta de Santiago de Riba-Ul”, estando estas entre as mais expressivas, revelam-se casas com uma concepção formal, ou «configuração», com referências ao estilo neoclássico, estando entre as casas que se construíram nas décadas de 70/80 de 1800. Esta opção formal revela, igualmente, a particularidade de ser adoptada em processos de ampliação de casas existentes, normalmente já na posse da família, sendo intervencionadas aquando da chegada dos emigrantes, adquirindo a “nova” concepção arquitectónica.

A estratégia de valorização da casa está patente na aproximação da casa à frente da propriedade, deixando a casa “antiga” para a parte posterior. É o que confirma a casa da “Quinta de Santiago de Riba-Ul” ou da “Casa do Sol”, ou, também, embora com outro variante do tipo de arquitectura, a “Casa do Barão de S.º João de Loureiro”, a “Casa das Camélias”, em Madaíl, ou a “Casa da Estrada” em Pindelo.

Estes «brasileiros» confirmam, desta forma, a importação do léxico formal, a gramática própria do neoclassicismo, integrando-o em casas cuja principal referência arquitectónica, quanto à sua localização, é estarem contextualizadas com o “mundo rural”. O facto da generalidade das casas se inserirem em espaços de “quintas” confirma a preponderância das actividades económicas ligadas à economia da «lavoura», bem como ao facto de participarem no processo de emigração diversos estratos sociais, entre os quais a aristocracia, ou a burguesia rural, constituindo, esta última classe, uma das que integram o contingente de emigrantes com a opção de «ida e regresso», isto é a «torna-viagem», revelando o interesse em aumentar o seu pecuniário associado à sua actividade comercial.



Fot. 19 -
Casa da Quinta do Troncal – 1879. Casa “ampliada”
com referências ao estilo neoclássico.
S. Martinho da Gândara

Fot. 20 –
Casa da “Fundação Manuel Brandão” 1897 –
Casa construída “de raiz”. Cucujães



Fot. 21 -
A aspiração social reflectida no plinto que António
Sol elege a si próprio, afrontando o vizinho
«brasileiro», Manuel Brandão. Cucujães



Fot. 22 -
A difícil articulação entre volumes da casa antiga
com a casa “nova”. Quinta de Santiago de Riba-Ul.
Visconde de Santiago de Riba-Ul

No mesmo contexto de implantação no terreno, afastadas de referências urbanas, surge uma outra variante da arquitectura de «brasileiro», reflectindo estas influências da cultura europeia, as “casas com torre”. Estas casas estão claramente conotadas com o “programa” da arquitectura do emigrante «brasileiro», correspondendo a casas que são construídas na transição do século, ou já no século XX. São as casas que se destacam na paisagem com a presença da torre, revelando outras referências arquitectónicas, opostas à arquitectura do neoclássico. O seu afastamento ao arruamento remete para a estratégia de afirmação da «família-território» traduzindo a arquitectura da casa, o “palacete” na maioria das situações, o processo de distanciamento conservando uma presença de destaque no contexto social onde se inserem. Mantém-se uma relação destas famílias com as famílias poderosas desses lugares, ainda que por vezes apareça um “intruso” que revela a sua poderosa fortuna, sem antes da condição de emigrante ter qualquer expressão social nesse aglomerado.

Este “tipo” de arquitectura, de «casa de brasileiro», revela a sobreposição de várias referências, sendo uma das mais evidentes a concepção do romantismo, corrente estética que, como vimos, sobrevive até às primeiras décadas do século XX. A este movimento cultural sobrepõem-se a importação de influências artísticas que estão em curso através de uma «arte-nova». É nesse contexto estético, com o desenvolvimento do ensino artístico, com a utilização de materiais “novos”, como o ferro, ou a utilização de materiais de revestimento produzidos com recurso a uma mecanização, como o azulejo de estampilha, que a casa irá revelar a sua modernidade, adquirindo, em muitas delas, opções decorativas nas fachadas, ou nos volumes salientes, com utilização de painéis decorativos sobre as janelas, ou em molduras, nas cimalthas, de remates de telhados.



Fot. 21 -
Palacete do “Rei da Farinha”
S.º João da Madeira.



Fot. 22 -
Apontamento decorativo com painel de azulejo.



Fot. 23 –
Quinta de Vera Cruz. Casa de Sebastião Lopes da Cruz – Pinheiro da Bemposta



Fot. 24 –
Pormenor de utilização da “arquitetura do ferro”
na escada de serviço. Casa totalmente revestido a azulejo
de “estampilha”.



Fot. 25 –
Quinta Verde –
Cesar



Fot. 26 –
Pormenor do desenho do portão
“principal” da casa.



Fot. 27, 28 - Casa em Cucujães; disposição de vários volumes,
como a “torre” na definição espacial. Pormenor de painel de azulejos sobre a janela dupla da torre.



As casas inseridas em quintas continuam a conservar uma ligação com as actividades agrícolas, apresentando duas ou mais entradas. Contudo, é através do portão que dá para a “rua principal” que se depreende a valorização do acesso, pensado, nalguns dos casos, para a entrada do automóvel. O portão, constituído por duas colunas em pedra “lavrada” e portas em ferro fundido, ou forjado, é o elemento que formaliza a entrada na propriedade privada, definindo o limite com o espaço público.



Fot. 29 - Casa Manuel Brandão.
Cucujães



Fot. 30 - Casa António Sol
Cucujães



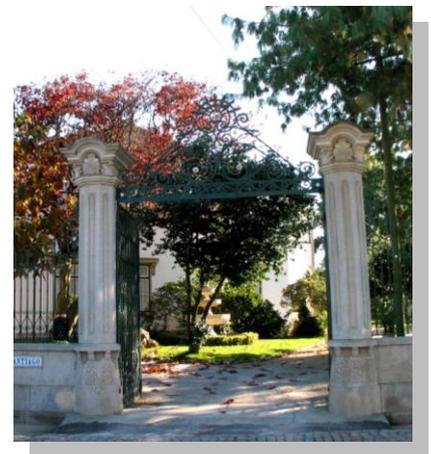
Fot. 31 - Casa N.ª S.ª do Brasil
São Martinho da Gândara



Fot. 32 - Casa das Camélias
Madaíl



Fot. 33 - Casa Amarela
Cesar



Fot. 34 - Quinta de Santiago
Santiago de Riba-UI

Para a outra disposição de casas, localizadas na proximidade do arruamento, estas revelam uma “obediência” ao traçado do arruamento existente, dispondo-se paralelamente, ou perpendicularmente, ao eixo da estrada ou, noutras situações, a eixo de estradas que se cruzam, para os lotes que se encontram em “gavetos”. Estas casas são construídas, quer à face da rua, quer mantendo uma distância “regulamentar”, cerca de 5 a 6 metros.

Da mesma forma que na casa que apresenta “torre” existe uma relação entre as características do “lote” e o tipo de arquitectura que a casa adopta. Nesta variante da «casa de brasileiro» a casa revela uma maior obediência formal ao léxico do neoclassicismo, denunciando preocupações de escala relativamente ao espaço da rua, uma possível regra “dos 45º” que se enuncia (art.º 59 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas), limitando a “cércea” da casa em face da largura do arruamento (os arruamentos conservam uma largura que não excede os 5 metros). Atendendo à limitação da altura da casa, esta apresenta normalmente dois pisos, conservando o piso térreo a ligação directa para a rua. A maioria das casas que são construídas no processo de retorno vão apresentar esta disposição, sobretudo quando inseridas em contexto urbano, nas «vilas novas», ou nas cidades de maiores dimensões. Por esta razão, o “gosto” pelo revestimento a azulejo vai vulgarizar uma arquitectura de menor relevância estética, ainda que com valores “importados” do Brasil, adaptando em solo nacional algumas das características que as casas conservam. Assim, passamos a ter casas que denunciam certos elementos do léxico formal do neoclassicismo, como, em analogia, casas que adaptam a concepção do romantismo, com janelas em ogiva ou os “neos” do manuelino, revestindo a fachada, ou a globalidade das paredes da casa. Confirma-se, assim, uma prevalência de duas variantes na relação da morfologia urbana na estratégia de fixação da casa, correspondendo às casas com “torre” uma maior valorização estética, que não será indiferente a capacidade financeira para as construir. Revelam-se, seguidamente alguns exemplos de casas que conservam um afastamento ao espaço de rua, mantendo uma relação de “alinhamento” com a configuração existente:



Fot. 35 - Casa em Cesar (“propriedade horizontal”).



Fot.36 - “Casa Azul”, Cesar.



Fot. 37 - Casa em S.º Martinho da Gândara



Fot. 38 – Casa em Cucujães

A aplicação do azulejo na fachada das casas, ou como revestimento total, revela-se uma característica própria deste período, revelando uma preocupação com a valorização estética do edifício, sobretudo quando este apresenta uma forma “simples”, entre uma pretensa assunção da verticalidade e o desenvolvimento “horizontal” da casa no terreno que ocupa.



Fot. 39 - Casa “Justino Portal” em Cesar



Fot. 40 - Casa em Cesar



Fot. 41 - Casa das Camélias, Madaíl.



Fot. 42 - Casa “Diva Morais”, S.º Martinho da Gândara.

Conforme se pode constatar nas imagens, as casas conservam uma distância “regulamentar” ao limite estabelecido pelo arruamento, revelando uma transição entre o espaço público e o espaço privado, definido pela casa, localizando o “jardim” nesse “vazio”. Relativamente à verificação das relações de morfologia urbana, confirma-se uma outra variante, inerente à “situação”, confirmando a persistência dentro do tipo. Esta diz respeito à presença das «casas de brasileiro» à face do arruamento. Esta localização tanto pode corresponder a casas construídas “de raiz”, como a casas já existentes, intervencionadas no processo de retorno, por vezes sendo revestidas a azulejo, permitindo afirmar essa “novidade” que corresponde à presença no Brasil.



Fot. 43 – Casa em Cucujães - fachada



Fot. 44 - Casa em Cucujães, entrada “lateral”.

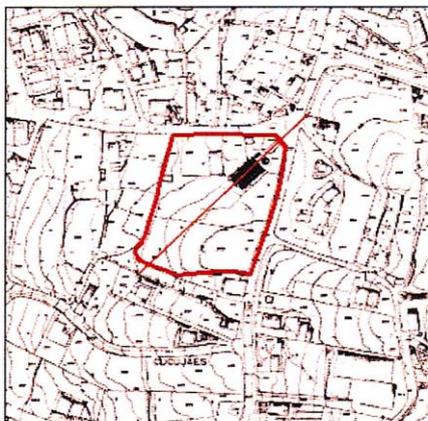


Fot. 45 -
Casa “António Alegria”
Oliveira de Azeméis



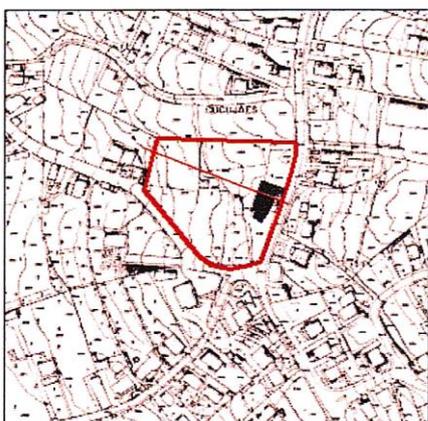
Fot – 46 -
Casa da Cultura / Antigo edifício da Câmara
Municipal de S. João da Madeira.

A análise da situação das casas, anteriormente descrita, é suportada pela cartografia disponível, correspondendo a cartas realizadas após levantamento aéreo efectuado em 1982. Sobre esta é assinalado o volume do edifício, bem como o limite do “lote”.



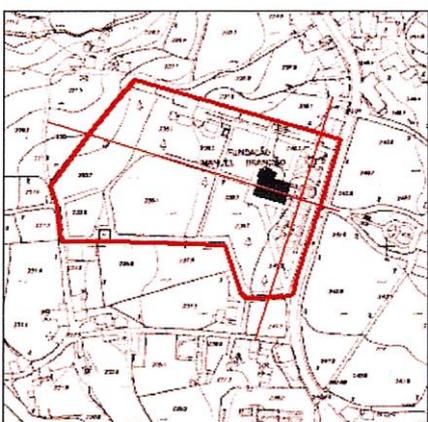
1 -

Posicionamento da casa na mediatriz do terreno que revela uma configuração de “gaveto”. Casa com torre, adquirindo uma situação mais rígida na relação com o acesso principal para o exterior. (Casa em Cucujães, casa com “torre”);



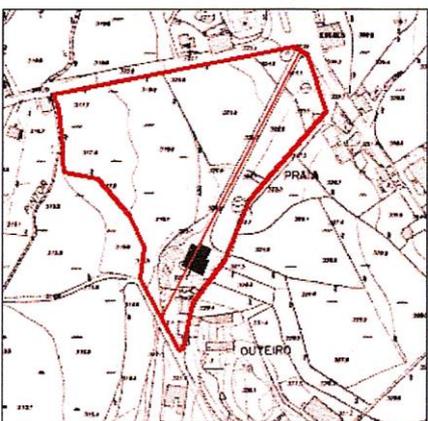
2 -

Posicionamento da casa numa relação de simetria com a frente do “lote” do terreno, valorizando essa relação com a proximidade à frente do lote (Casa em Cucujães, “casa-bloco”);



3 -

Posicionamento da casa a eixo do lote, correspondendo a arquitectura ao «neoclássico». A distância à frente do lote é gerida através de “jardim de buxo” (Casa em Cucujães, Fundação Manuel Brandão);



4 -

Posicionamento da casa afastada do arruamento principal, insinuando a sua presença através de uma “torre” (Casa em Cesar, Quinta Verde);

QUADRO SÍNTESE DE COMPARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO FORMAL DO TIPO - «CONFIGURAÇÃO»

FREGUESIAS	Casa-Bloco Horizontal (2 pisos)		Casa-Bloco Vertical (3 pisos)	
	S/ Azulejo (referência de neoclássico)	C/ Azulejo	C/ Torre	S/ Torre
Cesar	Casa da Herdade (alteração/ampliação)	Casa "Justino Portal"	Casa da "Quinta Verde"	"Casa Amarela"
		Casa na EN 327	"Casa dos Leões"	"Casa Azul"
		Casa "Villa Diogo"		"Casa Laranja"
Cucujães	Casa "Fundação Manuel Brandão"		Casa "Nicolau Costa"	Casa da "Quinta da Antoninha"
	Casa na Quinta do Sol (alteração/ampliação)		Casa do Torreão	
	Casa "José da Silva Pais"		Palacete "Pinto Leite"	
	Casa "João Q. Júnior"			
	Casa da "Quinta do Barreiro"			
Fajões				Casa "Verde" (c/ azulejos)
Loureiro				Casa do Barão (c/ azulejo na fachada)
Macinhata da Seixa	Casa "Major Vaz" (alteração/ampliação)			
Madail				Casa das Camélias (c/azulejo na fachada)
Nogueira do Cravo		Casa do "Levante"		
Oliveira de Azeméis	Casa "António Alegria" (inst. Câmara Municipal)		Palacete "Manuel Brandão"	Casa "Ramiro Alegria"
	Casa Fernandes Almeida (Arquivo Municipal)			Casa "Salvador Machado"
				Casa no Largo de St.º António
				Casa na Rua Bento Carqueja
Pindelo	Casa da "Estrada" (alteração/ampliação)			
Pinheiro da Bemposta			Casa "Quinta de Vera Cruz"	
			Casa no "Cruzeiro"	
Santiago de Ribaul	Casa "Quinta de Santiago"			Casa "Quinta de Carcavelos"
S. Martinho da Gândara	Casa "Quinta do Troncal" (alteração/ampliação)	Casa de «brasileiro»		Casa "Quinta N.ª S.ª do Brasil"
		Casa "Diva Morais"		
S. João da Madeira	Casa do "Castelo"	Casa "Duas Torres"	Palacete "Rei da Farinha"	
			Palacete "Direção Hospital"	

QUADRO SÍNTESE DA RELAÇÃO DE MORFOLOGIA NA DEFINIÇÃO DO TIPO - «SITUAÇÃO»

FREGUESIAS	Casa alinhada com a Rua/Estrada		Casa afastada da Rua/Quinta	
	Casa Equidistante	À face da rua	Com alinhamento	Afastada
Cesar	Casa dos "Leões"	Casa "Villa Diogo"		Casa "Amarela"
	Casa "Justino Portal"	Casa da Herdade		Casa na "Quinta Verde"
	Casa na EN 327			
	Casa "Laranja"			
	Casa "Azul"			
Cucujães	Casa da "Fundação Manuel Brandão"	Casa do Torreão	Casa "Nicolau Costa"	Casa da "Quinta da Antoninha"
	Casa "Quinta do Barreiro"	Casa "José da Silva Pais"		Casa da "Quinta do Sol"
	Casa "Pinto Leite"	Casa "José Q. Junior"		
Fajões	Casa "Verde"			
Loureiro				Casa do Barão de Loureiro
Macinhata da Seixa	Casa "Major Vaz" (alteração/ampliação)			
Madail	Casa das Camélias			
Nogueira do Cravo		Casa do "Levante"		
Oliveira de Azeméis	Casa "Manuel Brandão"	Casa "António Alegria"		
	Casa "Fernandes Almeida" (Arquivo Municipal)	Casa "Ramiro Alegria"		
		Casa "Salvador Machado"		
		Casa no Largo de St.º António		
Pindelo		Casa da "Estrada"		
Pinheiro da Bemposta			Casa "Quinta de Vera Cruz"	
			Casa no "Cruzeiro"	
Santiago de Ribaul		Casa "Quinta de Carcavelos"		Casa "Quinta de Santiago"
S. Martinho da Gândara	Casa "Diva Morais"		Casa "Quinta N.ª S.ª do Brasil"	Casa na "Quinta do Troncal"
	Casa de «brasileiro»			
S. João da Madeira		Casa "Duas Torres"	Casa "Rei da Farinha"	Casa do "Castelo"
		Casa "Direcção Hospital"		

Quanto aos aspectos relacionados com o tipo de «casa de brasileiro» dependentes da análise espacial/funcional, considera-se para o presente estudo duas variantes dentro do tipo de organização de espaço, e de «família», no interior da casa.

Essa concepção espacial está directamente relacionada com a opção formal, estética, que este apresenta. Conforme já exposto, as casas adoptam quer uma opção de estilo que corresponde ao léxico formal do neoclassicismo, quer uma disposição formal que introduz uma composição espacial própria ao romantismo, com umas ténues insinuações de «arte-nova».

Para ambas as concepções podemos recuperar a distinção, já mencionada neste trabalho, associada à «casa de brasileiro» entre a “casa horizontal” e a “casa vertical”. A horizontalidade está associada ao programa da casa neoclássica, “*palladiana*”, enquanto a casa que se desenvolve sobre eixo vertical está mais próxima da concepção ecléctica do século 19, revivalista, introduzindo uma valorização dos espaços a partir da sua ocupação interior, significando algo mais do que o desenho que o alçado, de natureza abstracta, quererá simbolizar.

Estas diferenças que as casas revelam a partir da sua referência estética, bem como da sua volumetria traduzem, também, a organização espacial, revelando-se no número de pisos da casa. Para a variante de tipo “neoclássico”, as casas mantêm, invariavelmente, dois pisos (eventualmente com uma cave disfarçada na topografia do terreno, podendo revelar “águas-furtadas”, mas sem uma valorização espacial, correspondendo a um aproveitamento do desvão do telhado. A casa “torre”, comprometida com o programa do “romantismo”, apresenta três pisos, no qual o terceiro piso está integrado no volume da “torre”. Os três pavimentos consideram-se desde o nível principal, o “hall” de entrada, verificando-se a ocorrência, generalizada, de um piso térreo para dispor compartimentos para arrumos ou, por vezes, alojando os compartimentos para os empregados permanentes.

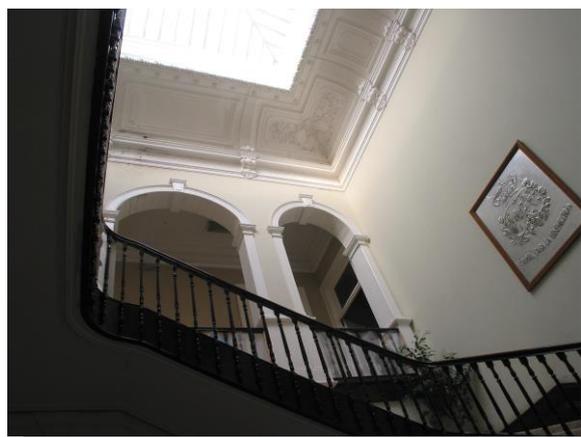
Para cada uma das variantes confirma-se, assim, uma organização distinta, baseando-se esta na disposição das áreas de circulação, de acesso aos compartimentos, desde o «exterior até ao sótão». Para a casa que integra as referências do neoclassicismo, esta apresenta-se mais rígida na distribuição espacial, com a escada a organizar o espaço através da área central da casa, revelando neste centro, por vezes, uma clarabóia, ou lanternim, reforçando o lugar central, unificador deste espaço na estrutura da casa.



Fot. 47 – Clarabóia da “Casa Manuel Brandão” – O. de Azeméis.

Fot. 48 – Lanternim da “Casa António Alegria” – O. Azeméis.

A centralidade associada a este espaço coincide com a distribuição “horizontal”, para os corredores laterais, e com a distribuição “vertical”, dando acesso ao piso superior (a escada principal, normalmente, não acede ao sótão, nem à cave, tendo estes pisos acessos próprios, relacionando também a distinção social no interior da habitação, uma vez que são os “criados” que circulam nestas escadas).



Fot. 49, 50 – O “saguão” interno no palacete Manuel Brandão – Oliveira de Azeméis.

A casa “vertical”, que é *afirmada* através das casas com torre, apresenta uma valorização dos espaços internos, também reforçada pelo elemento de ligação entre pisos, a escada. Nas casas com esta variante de tipo, a escada aparece contígua ao volume da torre, ou lateralmente, permitindo uma relação com uma das fachadas o que possibilita a abertura lateral de vãos, por vezes de dimensões generosas.



Fot. 51 - Escada na Casa "N.ª Senhora do Brasil" – S.º Martinho de Gândara.



Fot. 52 – Escada na Casa do Visconde de Santiago de RibaUI

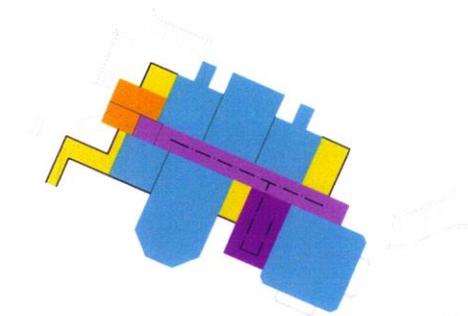
A escada constitui um importante elemento de composição do espaço traduzindo, para a maioria das casas, um elevado sentido cenográfico, revendo-se neste elemento de comunicação entre pisos a generosidade dos elementos decorativos, com lambrins e pinturas a «*tromp d'oeil*» ou com técnicas de fingidos (de "marmoreados" ou de madeira). Nesse sentido, a iluminação natural torna-se parte do discurso cénico que está presente na escada, permitindo, por vezes, uma maior dramatização dos diversos elementos que neste espaço são colocados.



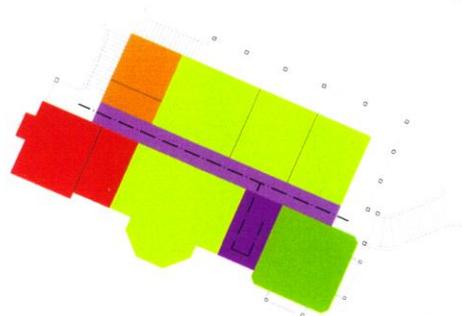
Fot. 53, 54 – Vitrail na escada de acesso ao piso dos quartos. Casa da Quinta Verde, Cesar.

Composição Espacial e Distribuição

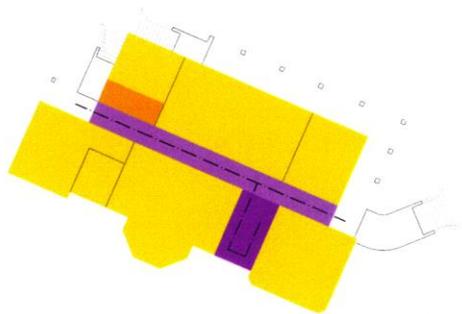
Modelo do programa baseado no imóvel: Palacete Rei da Farinha



Piso 2
Área Privada (Desvão do telhado)



Piso 1
Serviços e Áreas sociais

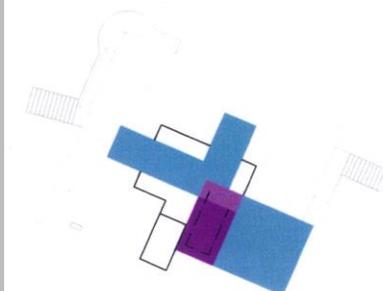


Piso 0
Área de Arrumos (Térreo)

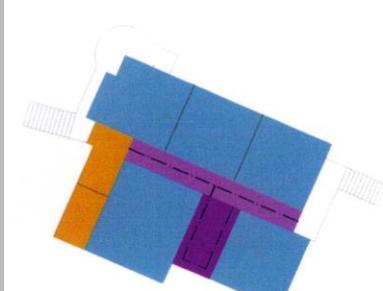


Composição Espacial e Distribuição

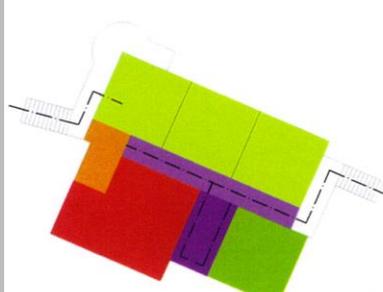
Modelo do programa baseado no imóvel: Casa da Quinta Verde



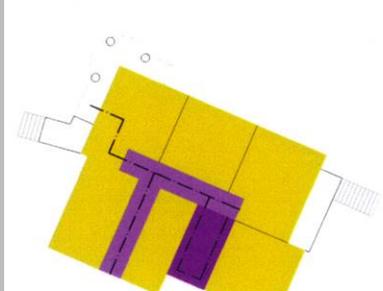
Piso 3
Área Privada (Desvão do telhado)



Piso 2
Área Privada



Piso 1
Serviços e Áreas sociais

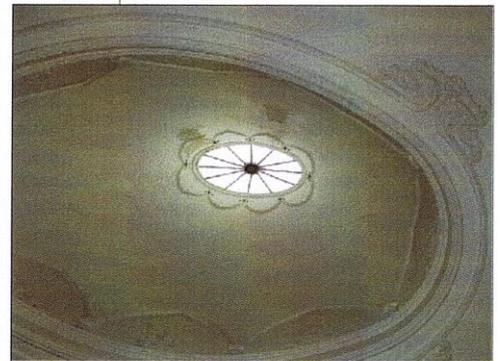
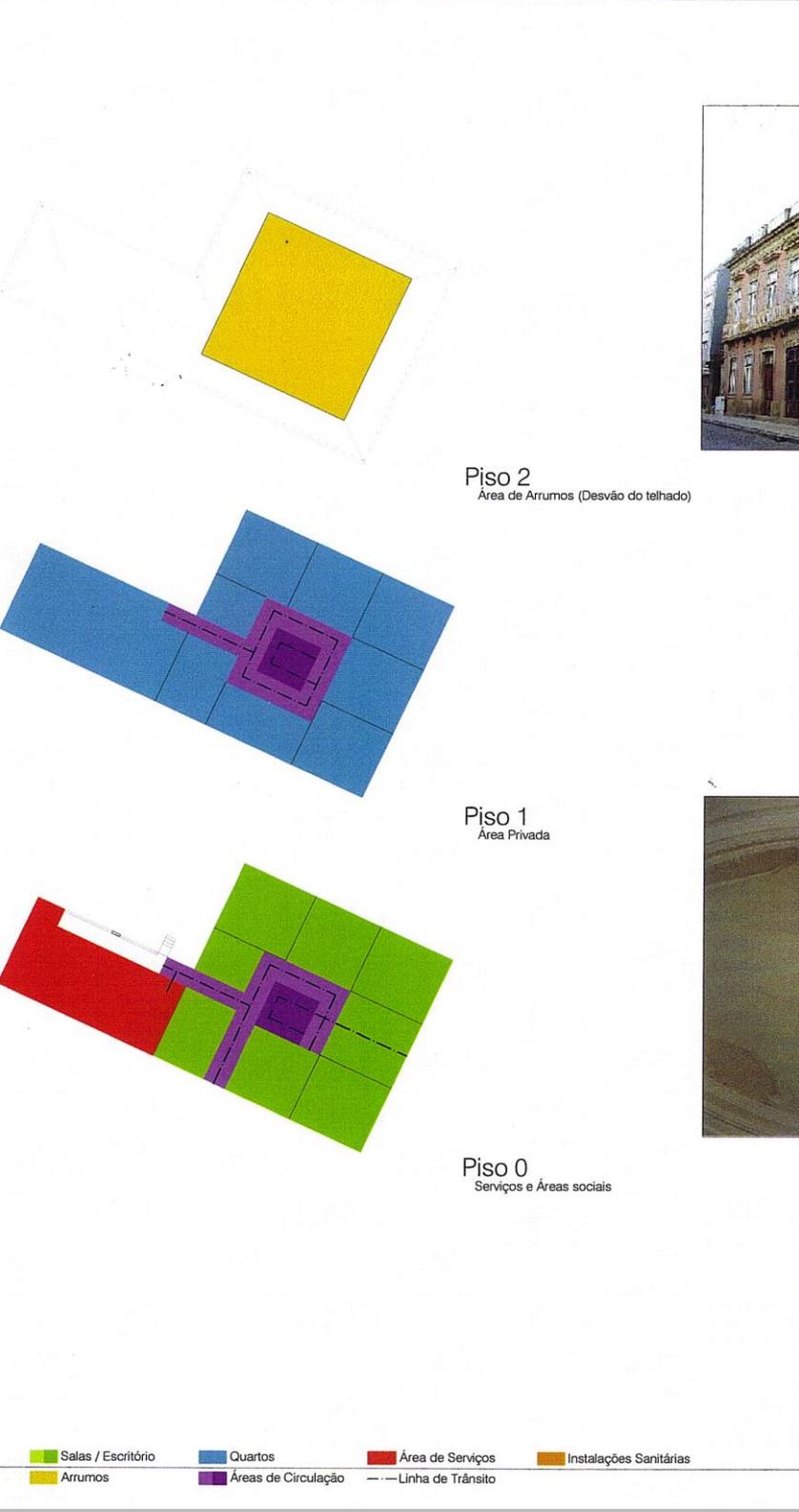


Piso 0
Área de Arrumos (Térreo)

- Salas / Escritório
- Quartos
- Área de Serviços
- Instalações Sanitárias
- Arrumos
- Áreas de Circulação
- Linha de Trânsito

Composição Espacial e Distribuição

Modelo do programa baseado no imóvel: Edifício do Antigo Liceu



Composição Espacial e Distribuição

Modelo do programa baseado no imóvel: Edifício do Arquivo Municipal



3.3 – Discussão dos resultados.

Em face dos levantamentos realizados, e da tentativa de clarificar quais as variantes que participam na definição de um tipo da «casa de brasileiro», confirma-se a existência de elementos persistentes, bem como de elementos comuns, que participam da mesma realidade. O factor que permite unificar a globalidade das «arquitecturas» corresponde ao emigrante, o promotor, uma vez que este transporta uma ação própria para o processo de construção conferindo determinados atributos que são resultado do seu percurso pessoal.

As diferenças presentes nas variantes do tipo correspondem, como vimos, ao decurso do tempo, uma vez que as casas reflectem diferentes momentos de construção, ainda que concentrados num período de tempo. Os diferentes significados que o emigrante luso-brasileiro transporta consigo são também resultado das alterações que se verificam na sociedade do qual participa, com reflexos evidentes na cultural, e no meio artístico, que induzem alterações para a arquitectura produzida.

Comparando as características formais das casas, estas, de facto, apresentam uma distinção elementar, sendo esta traduzida na disposição “horizontal” e “vertical”. Através desta disposição, que já reflecte uma intenção de afirmação, confirma-se a presença de uma evolução nos formatos que o emigrante traduz para o edifício, reflectindo um programa próprio de habitação. As opções formais permitem acentuar essa diferença, consistindo também no factor de ligação, uma vez que os elementos estéticos e decorativos empregues são reflexo do momento que se vive, e que o emigrante sobrevaloriza. Estas opções podem igualmente estar presentes noutras casas já não dependentes da «emigração». No entanto não é isso que constitui factor de relevo, já que a maioria das casas identificadas confirma a sua ligação à emigração para o Brasil, sendo os emigrantes os agentes dessas alterações.

Os resultados confirmam, no nosso entender, a presença de uma abordagem consciente sobre as opções disponíveis quanto à decoração a adoptar. Na ausência de interlocutores quanto à realização de um «projecto», e mesmo na sua presença, o emigrante escolhe a “arquitectura” que julga corresponder ao seu status, distinguindo-se dos demais conterrâneos através dessa opção. Por um lado, e num primeiro momento, este elege as imagens que observa de uma arquitectura “sólida”, que constitui opção das elites, no seu contacto com o Brasil, sobretudo nos principais centros urbanos como o Rio, reconhecendo a sobriedade de um código estético que o neoclássico generaliza.

Esta variante do tipo, com um estilo de arquitectura próprio como vimos, reconhece-se mais contextualizada com os princípios de uma urbanidade, podendo distinguir-se através da sua «situação», relacionando-se com o arruamento que lhe proporciona o acesso. A outra variante de casa distingue-se pela oposição a esta «situação» através de uma maior

liberdade de implantação, remetendo, no entanto, para as casas que devido às dimensões que apresentam, não poderem ser construídas dentro dos centros urbanos.

Entre estas duas variantes de uma arquitectura importada, que gradualmente adquire algumas feições da arquitectura da «casa portuguesa» confirma-se uma diversidade de opções decorativas, mantendo-se a presença de uma «casa-bloco», um volume único em que a opção de decorar a fachada com o azulejo permite conferir um aspecto diferenciador, sujeito ao critério de opção do seu promotor, apesar da regularidade presente na maioria dessas casas. Estas casas tanto surgem “isoladas”, dentro do programa da casa individual, como estão dispersas nos arruamentos dos centros das vilas, em edifícios de acompanhamento, alguns sujeitos a intervenção, de “recuperação”, com a chegada dos emigrantes.

Neste contexto, as casas existentes no concelho confirmam esta “obediência” ao tempo em que são construídas, e à valorização da arquitectura, adoptando para si, o emigrante, para a sua casa, num primeiro momento, os valores que reconhece pertencerem às camadas mais elevadas da sociedade, as “elites”. Num segundo momento, na transição de século, o emigrante já reflecte uma acção diferente, mais contextualizada com algumas alterações em curso, que tem conhecimento, sobretudo com a vulgarização de um programa para “casas” mais versátil, adaptando-se inclusivamente à liberdade criadora do promotor. Do código formal rígido, do neoclássico, em pouco mais de uma década elege-se a casa contextualizada com o romantismo para enaltecer os valores de um encontro com a “terra natal”, de acerto com a história. A casa passa a estar, assim, no centro de uma intensa afirmação das opções individuais, dos seus promotores, convidando «artistas» para o embelezamento da casa, uma morada que se quer eterna. As opções identificadas confirmam outras variantes dentro do “género” como a utilização de determinados elementos que reforçam a importância dessa família, destacando-se o torreão, ou, também, recorrendo à utilização de materiais vidrados como o azulejo com a intenção de valorizar esteticamente parte da casa, com o revestimento da fachada principal, ou a totalidade das paredes.

Os levantamentos efectuados, traduzidos sobre a forma de “fichas de caracterização”, presentes em anexo, permitem estabelecer esses elementos comuns, correspondendo estes à «situação» em que cada casa se encontra, e à organização espacial que se traduz numa «configuração». Esta última permite distinguir a “casa horizontal” da “casa vertical”. Através dos elementos registados, com base no processo de comparação, permite-se chegar a estas “conclusões” ficando aberta a hipótese a outras que se entenda acrescentar, contribuindo para reforçar, ou contrariar, as propostas agora formuladas.

4 – CONCLUSÃO

O estudo que incide sobre as «arquitecturas de emigrante», no qual se inclui a casa construída pelo emigrante luso-brasileiro, parte de uma dúvida, expressa na ausência de publicações e de uma divulgação própria à área disciplinar, sobre a validade da qualidade arquitectónica do edifício correspondente à «casa de brasileiro». Construída sobre influência de um romantismo tardio, movimento estético em que se “menoriza” a arquitectura, a casa edificada num processo de afirmação de identidade pelo emigrante, contraria um espírito de «tédio» que caracteriza a sociedade portuguesa, e europeia, no final do século XIX.

À luz de uma crítica pouco desperta para as sensibilidades individuais dos emigrantes, as casas que estes edificam, neste período em particular, transporta uma elevada carga simbólica com evidentes reflexos de uma cultura portuguesa, e do centro da Europa, que sucessivas vagas de colonos, e emigrantes, transportam para o Brasil.

Desta forma, a análise da «casa de brasileiro» compreende uma simultaneidade de referências, congregando em si um importante objecto de análise histórica, e sociológica, de que a casa, entendida como o «habitat» da família, será um testemunho singular. Um dos aspectos seguros sobre a validade da investigação, e não totalmente revelado, corresponde à importação cultural que o retorno do emigrante gera, e que a arquitectura da casa representa uma parte desse processo. Esta capacidade de transpor, para cada um dos países, um certo estágio cultural revela-se única para outras gerações e destinos de emigração. No Brasil o português fez-se brasileiro, regressando «brasileiro», algo que não se repete noutras etapas de emigração.

A compreensão da complexidade que está associada à natureza do emigrante, ao seu perfil psico-sociológico, levou a um maior desenvolvimento da pesquisa sobre a história, e de resultados de investigações sobre este processo. Essa pesquisa revelou-se gratificante, já que a conjugação dos vários estudos desenvolvidos, aliados a uma história nacional, que em parte constrói a do Brasil, permite reconhecer motivações e resultados do processo de «torna-viagem» que caracterizam o emigrante luso-brasileiro.

Sobre o “resultado” da emigração vertido na imagem das casas, e da sua composição espacial, também aqui se revela fértil o campo das ideias, por vezes em excesso, já que a diversidade presente na casa, de referências de “estilos”, não facilita o reconhecimento de uma casa construída sobre influência do emigrante luso-brasileiro. O método adoptado pretende colmatar a lacuna de uma difícil classificação dos “objectos”, que correspondem genericamente a um mesmo processo em curso, ainda que com diferentes referências, que reflectem rápidas transformações em curso que ocorrem nesse período de tempo.

Os estilos importados, com uma imagem mais contextualizada numa arquitectura ecléctica, referente ao «neoclássico», traduzem esse passar do tempo, em que o «fazer à maneira do Brasil» é alterado para um «fazer à maneira do Brasil, em Portugal», com a aplicação de

revestimentos nas paredes com azulejos, já que se reconhece a origem deste material como sendo próprio à arquitectura “nacional” e não “brasileira”. Por fim, e em simultâneo, a arquitectura da casa “enigmática” que altera a leitura horizontal, sobrepondo a “vertical”, valoriza o objecto inserido num contexto sem referências urbanas, reinventando a natureza com encantos “artificiais”, de jardins que relacionam espécies exóticas com as autóctones.

A casa de «brasileiro» revela-se de forma espontânea, num imediato encontro “á primeira vista”. Apesar das diferentes linguagens, traduzidas nas imagens das casas, ao analisarmos a organização espacial somos confrontados com uma maior coerência, confirmando-se uma valorização da funcionalidade da casa, pensada para a permanência de um agregado «familiar» alargado, talvez reminiscências de uma «casa-grande» [brasileira].

O plano de organização e distribuição funcional revela duas evidentes opções, reflectindo estas as características volumétricas das casas. A casa com referências do neoclássico, apresenta uma distribuição axial, revelando o espaço “central” através da escada, elemento aglutinador do espaço. São escassas as variações a este princípio. Esta casa revela, sobretudo, um volume marcado por dois pisos, assumindo uma geometria regular confirmada genericamente no remate em “platibanda”, recolhendo o telhado.

A outra distribuição espacial corresponde à “casa vertical”. Esta apresenta uma intenção de distribuir o mesmo programa funcional numa leitura vertical, ou seja, os hábitos e usos depreendem os mesmos gestos, contudo transfere-se para a «torre» um simbolismo algo enigmático, já que este volume não revela uma função distinta doutras existentes na “casa horizontal”. A verticalidade desta casa é reforçada pela presença da escada, normalmente colocada ao lado do volume da torre, quando este existe, concentrando neste elemento, de «comunicação vertical», toda a vitalidade do programa funcional.

Os significados presentes na casa «horizontal» e na casa «vertical», não são opostos, antes complementam-se, reflectindo, no entanto, a casa com torre, com volumes que se sobrepõem, um desejo de uma maior liberdade espacial, aproximando-se de uma linguagem funcionalista, ainda que traduzida numa articulação “vertical”.

Os passos seguintes que a arquitectura vai seguir, com o enunciar de uma modernidade própria, pensada a partir da Bauhaus, vão confirmar uma gradual especialização do espaço doméstico, a par de uma maior liberdade de movimentos com uma «planta livre». As características geográficas, de países que privilegiam o *horizonte*, como o que sucede nos Estados Unidos da América, vão favorecer a planta “horizontal”.

Pelo exposto, considera-se que, «no seu tempo», dentro de uma especialização que já relaciona a *funcionalidade* com a *composição*, o emigrante, bem como os construtores envolvidos, estavam na direcção correcta, mas que um persistente preconceito inibe observar, condicionando a sua incorporação na historiografia da arquitectura.

5 – BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA.

A bibliografia apresenta-se por áreas temáticas, tendo em consideração a diversidade de temas que participam na análise deste estudo, já identificados numa «revisão bibliográfica».

Cultura

BACHELARD, Gaston (1989). “A poética do espaço”. Edições Martins Fontes, S. Paulo.

BIETOLLETTI, Silvestra (2009). “Neoclassicism & Romanticism” Sterling Publishing, London.

LEAL, João (2000). “Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional”. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FREITAG, Michel (2004). “Arquitectura e Sociedade”. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FREYRE, Gilberto (1966). “Casa-Grande & Senzala”. José Olympio editora (1º e 2º Tomo), Rio de Janeiro.

Freixo, Manuel João V. (2009). “Metodologia Científica – Fundamento Métodos e Técnicas”. Instituto Piaget, Lisboa.

MADUREIRA, Nuno Luis (1992). “Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)”. Livros Horizonte, Lisboa [1ª edição 1896].

ORTIGÃO, Ramalho (2006)). “O Culto da Arte, Colecção Esfera das Letras”, Esfera do Caos, Lisboa.

POPPER, Karl (2006). “Conjecturas e Refutações – O Desenvolvimento do Conhecimento Científico”. Editora Livraria Almedina, Coimbra [1ª edição 1963, Karl Popper].

POPPER, Karl (1992). “Sociedade Aberta Universo Aberto”. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

STEINER, George (1992). “No Castelo do Barba Azul – Algumas Notas para a Redefinição da Cultura”. Colecção Antropos, Relógio D’Água Editores, Lisboa [1ª edição 1971, George Steiner].

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (2003). “Um Discurso sobre as Ciências”. Edições Afrontamento, 14ª edição, Porto.

SILVA, Augusto, JORGE, Vítor (1993). “Existe uma Cultura Portuguesa?”. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Edições Afrontamento, Porto.

Dicionários

Botelho, Angela Vianna; Reis, Liana Maria (2001). “Dicionário Histórico do Brasil – Colônia e Império”. Autêntica editora, Belo Horizonte.

Dortier, Jea-François (2006). “Dicionário das Ciências Humanas”. Coordenação de Climepsi Editores, Lisboa.

História de Portugal / Arte

CABRAL, Manuel Villaverde (1988). "Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914". Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa.

CARNEIRO, José M. Martins (2009). "O Imaginário Romântico da Pena". Publicações Chaves Ferreira, Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto (1990). "A Arte em Portugal no Século XIX". Bertrand Editora, 3ª edição (vol. I), Venda Nova.

FRANÇA, José-Augusto (1990). "A Arte em Portugal no Século XIX". Bertrand Editora, 3ª edição (vol. I), Venda Nova.

MARQUES, A. H. Oliveira (1973). "História de Portugal. Das Origens às Revoluções Liberais" (vol. I). Edições Ágora 3ª edição, Lisboa.

MATTOSO, José [Direcção] (1994). "História de Portugal – A Segunda Fundação" (vol. 6). Rosas, Fernando [coord.] Editorial Estampa, Lisboa.

MATTOSO, José [Direcção] (1994). "História de Portugal – O Estado Novo" (vol. 7). Rosas, Fernando [coord.], Editorial Estampa.

MEDINA, João [Direcção] (2004). "História de Portugal" Portugal Liberal (I) e (II) (vols. IX, X). SAPE, impressão Madrid.

SMITH, Robert C. (2000). "A Investigação na História de Arte". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

YIN, Robert K. (2009). "Case Study Research, Design and Methods". Fourth Edition, SAGE, (vol. 5), USA.

Arquitectura

ALMEIDA, Pedro Vieira (2008). "Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura". Livros Horizonte, Lisboa.

CALDAS, João Vieira. (1999). "A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII". FAUP publicações, Porto.

ESCRIG, Felix (1994). "La Cúpula Y la Torre". Fundación Centro de Fomento de Actividades Arquitectónicas, ETSA Sevilla.

FERNANDES, José Manuel Fernandes (1998). "Arquitectura Portuguesa – uma síntese". Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

FERNANDES, José Manuel Fernandes (2005). "Arquitectura Modernista em Portugal". Gradiva Publicações, Lisboa.

FERNANDES, Maria João (2008). "Arquitectura Arte Nova uma Primavera Eterna – Francisco da Silva Rocha (1864-1957)". Câmara Municipal de Aveiro.

FIGUEIREDO, Rute (2007). "Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)". Coleção Teses, Edições Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LIMA, Alexandra C. Pinto, GOMES, Paulo Dordio, ARAÚJO, Manuel (1996). "A Casa de Santiago de Vila Franca – Leça da Palmeira no final do Século XIX". Edições Afrontamento e Câmara Municipal de Matosinhos.

LINO, Raul (1992). "Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples". Edições Cotovia e Herdeiros de Raul Lino, Lisboa (1ª edição 1933).

MELLO, Joana (2007). "Ricardo Severo da Lusitânia ao Piratininga". Dafne Editora, Porto.

MILHEIRO, Ana Vaz (2005). "A Construção Do Brasil – relações com a cultura arquitectónica portuguesa". FAUP publicações, Porto.

MOTA, Nelson (2010). "A Arquitectura do Quotidiano, Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no final do século XIX". Edições edarq, Coimbra.

NORBERG-SCHULZ Christian (1985). "Arquitectura Occidental – La arquitectura como historia de formas significativas". Editorial Gustavo Gilli, Barcelona.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (2000). "Arquitectura Tradicional Portuguesa". Publicações Dom Quixote, Lisboa.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010). "A Casa – Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português". FAUP publicações, Porto.

REIS, Manuel Maria; PORTUGAL, António (2006). "Palacete Boaventura Rodrigues de Sousa – registo de uma recuperação". Edições Gémeo, Porto.

ROSSI, Aldo (2001). "A Arquitectura da Cidade". Edições Cosmos, Lisboa.

TEYSSOT, Georges (2010). "Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaio, Arquitectura e Urbanismo". Edições 70, Lisboa.

ROTH, Leland M. (2003). "Entender la Arquitectura, sus elementos, historia y significado". Editorial Gustavo Gilli (3ª edição), Barcelona,.

SAMPAIO, Jorge Pereira, BOTELHO, Cândida de Arruda (2000). "Casas Portuguesas e Brasileiras – Duas Visões Dois Testemunhos". Edições INAPA, Lisboa.

ZEVI, Bruno (1986). "Arquitectura in Nuce – Uma Definição de Arquitectura". Edições 70, Lisboa.

AAVV, (1980). "Arquitectura Popular em Portugal". Associação dos Arquitectos Portugueses (volumes 1,2,3), 4ª Edição, Lisboa.

Urbanismo

ASCHER, François (2010). "Novos Princípios do Urbanismo seguidos de Novos Compromissos Urbanos, um léxico"; Livros Horizonte, Lisboa.

CHOAY, Françoise (1965). "O Urbanismo – Utopias e Realidades, Uma Antologia". (3ª edição) Coleção Estudos, Editora Perspectiva, S. Paulo.

CHOAY, Françoise (1980). "A Regra e o Modelo – Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo". Coleção Estudos, Editora Perspectiva.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1997). "A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?". Edições Afrontamento, coleção Cidade em Questão/9, Lisboa.

MUMFORD, Lewis (1991). "A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas". Editora Martins Fontes, Brasil.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999). "O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil". Livros Horizonte, Lisboa.

Geografia

DAVEAU, Suzane (1995). "Portugal Geográfico", Edições João Sá da Costa, Lisboa.

GONZÁLEZ, Román (1999). "De Aldeas a Cidades – Urbanismo e Xeografía das Vilas Galegas". Coleção *A fraga*, Ir Indo Edicións, Vigo.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1998). "Geografia de Portugal, (vols. 1,2,3,4). Edições João Sá da Costa, 4ª edição, Lisboa.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1999). "A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana". Edições Afrontamento, coleção Cidade em Questão/8.

Emigração

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984). "Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa". ADERAV, Aveiro.

ALVES, Jorge Fernandes (2007). "Brasil, Terra de Esperanças – Utopia e Realidade na Emigração Portuguesa". Edições Quasi, Lisboa.

ROCHA, Maria Estela Tomé (2002). "ADRIANO TELLES – O Fundador D'A Brasileira". Edição Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, Arouca.

MONTEIRO, Miguel (2000). "Marcas Arquitectónicas do "Brasileiro" na Paisagem do Minho. O Brasileiro de Torna-Viagem". CNCDP, Lisboa.

SOUSA, Fernando (2009). "A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)". Coleção Os Portugueses no Mundo, CEPSE, Editores Fronteira do Caos, Porto.

De Âmbito Municipal

ANNAES DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (1909) – Coordenado por Grupo de Oliveirenses. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Porto.

UL – VÁRIA, Arquivo de Estudos Regionais, Tomo I, II,III, IV, V, Museu Regional de Oliveira de Azeméis.

DEUS, António Afonso (2003). “O espigueiro na Paisagem de Oliveira de Azeméis – Análise morfológica, tipológica e contexto urbano”. Edição Reviver e Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

DEUS, António Afonso, MACHADO, Ana Durão, MARTINS, Luís Manuel (2003). “Memória das Águas do Rio – Moinhos, Moleiros e Padeiras da Freguesia de UI”. Edições Reviver e Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

OLIVEIRA, Samuel de Bastos (1999). “Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis”. Edição da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

AAVV, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro, Zona Norte (1981). Sociedade Nacional de Belas-Artes, Lisboa.

6 – FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEIS QUE PARTICIPAM DO GUIA DE OBSERVAÇÃO (ANEXOS)

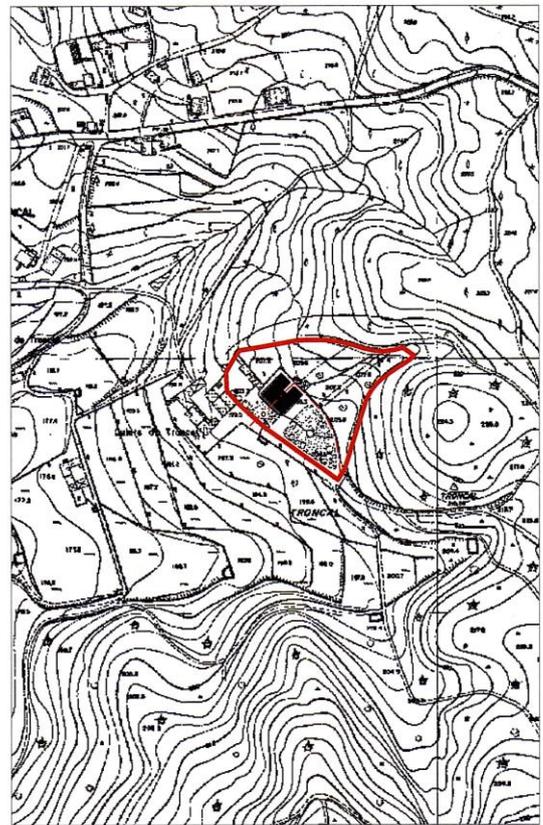
- INFLUÊNCIA DO NEOCLÁSSICO – primeiras “importações” de estilo.

- “Quinta do Troncal” – S.º Martinho da Gândara
- “Quinta do Sol” – Cucujães
- “Fundação Manuel Brandão” – Cucujães
- “Casa António Alegria” – Oliveira de Azeméis
- “Arquivo Municipal” – Oliveira de Azeméis
- “Casa José da Silva Pais” – Cucujães
- “Quinta do Barreiro” – Cucujães
- Casa “João Rodrigues Q. Júnior” – Cucujães
- Casa de «brasileiro» - S. Martinho da Gândara

Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
S. Martinho da Gândara
Designação do Imóvel
Casa da Quinta do Troncal
Proprietário (original)

Ano de construção
1878
Função actual



Planta de Implantação - Escala 1/5000

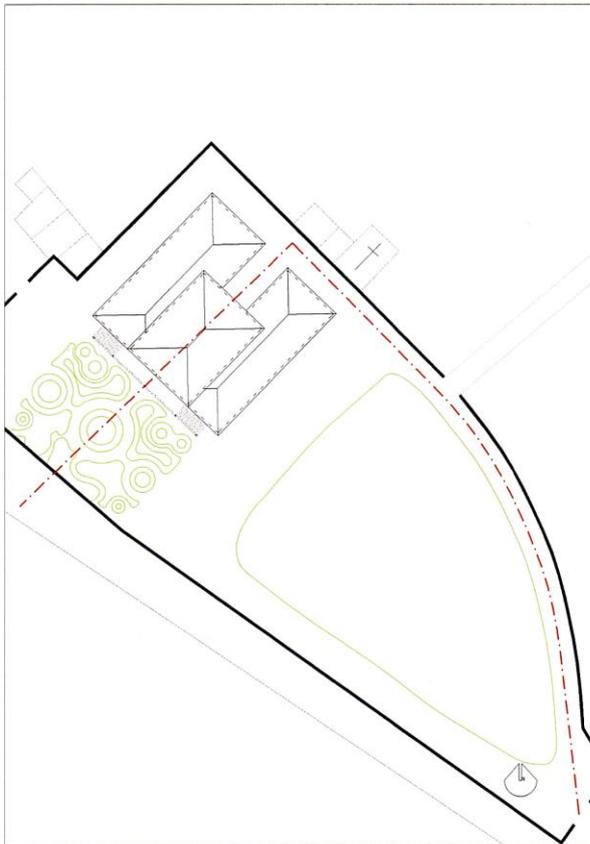
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal, com influência do Neoclássico (ampliação).

Situação:
Casa afastada (inserida em quinta).

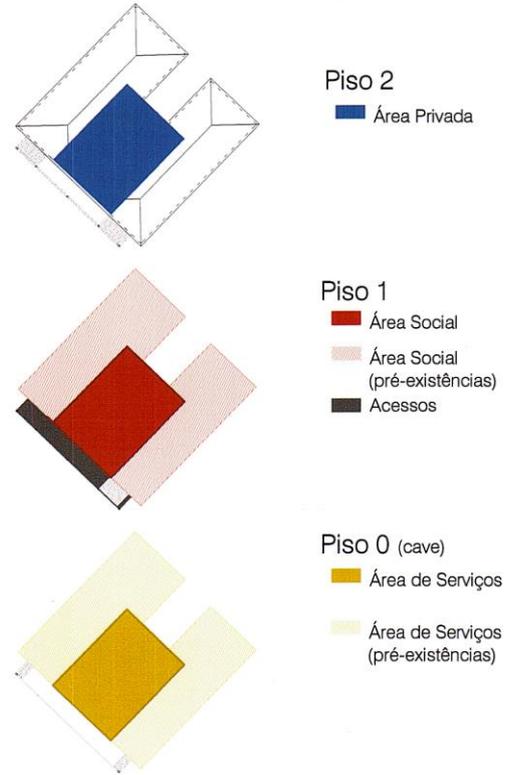


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Quinta do Sol
Proprietário (original)
António Sol
Ano de ampliação
1901
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

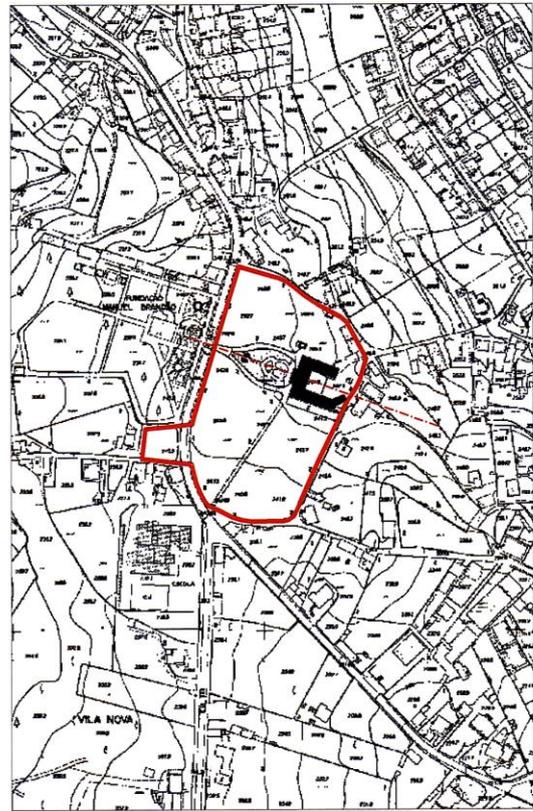
Configuração:

Casa "Bloco" horizontal, sem azulejo com influência do Neoclássico (ampliação)

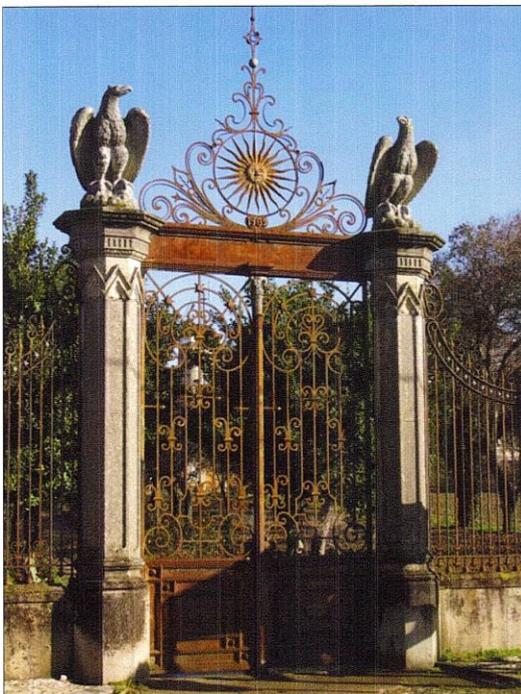
Situação:

Afastada mas alinhada perpendicularmente ao eixo da estrada.

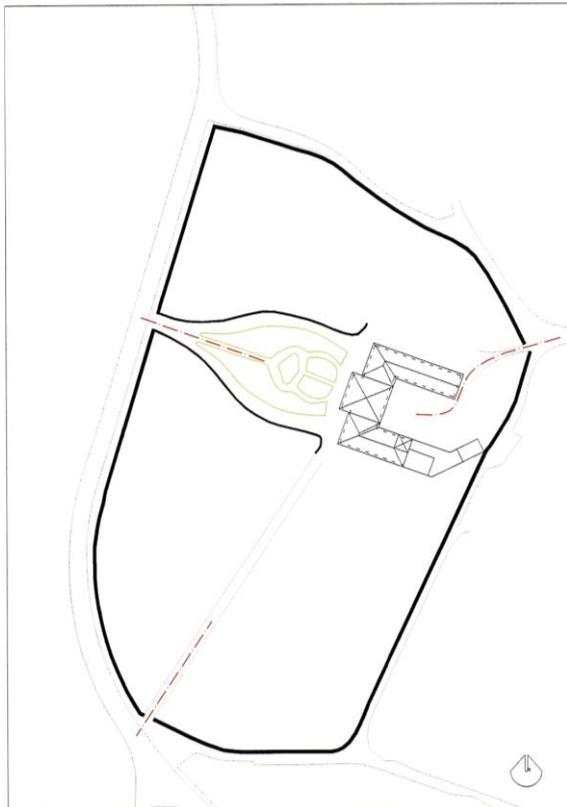
A localização original relaciona-se com caminho antigo (actual Rua do Sol).



Planta de Implantação - Escala 1/5000

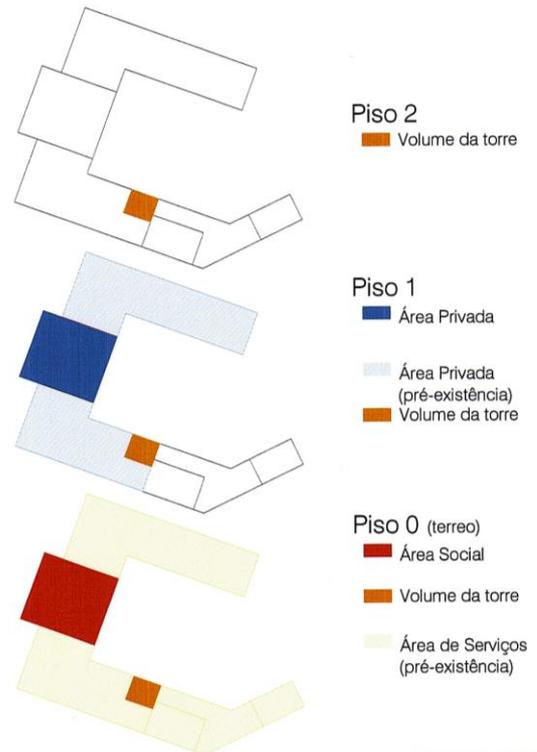


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/2000

Disposição de elementos de composição formas/espço



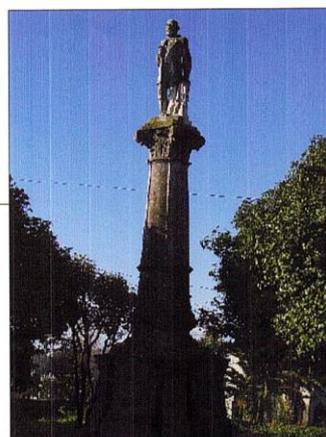
Escala 1/1000

Elementos de composição do espaço

Acessos



Elementos formais



Elementos simbólicos



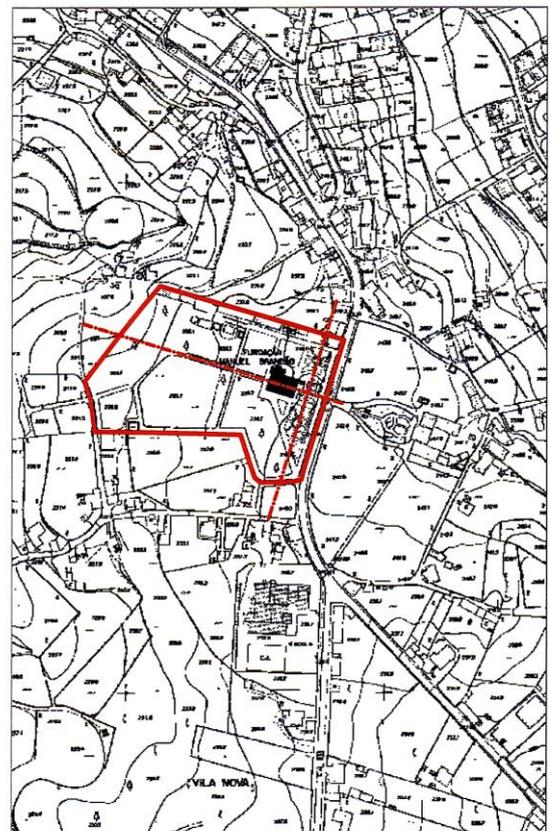
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Casa de Manuel Brandão
Proprietário (original)
Manuel Brandão
Ano de construção
1891/2
Função actual
IPSS - Fundação

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa "Bloco" horizontal, sem azulejo
(influência do Neoclássico).

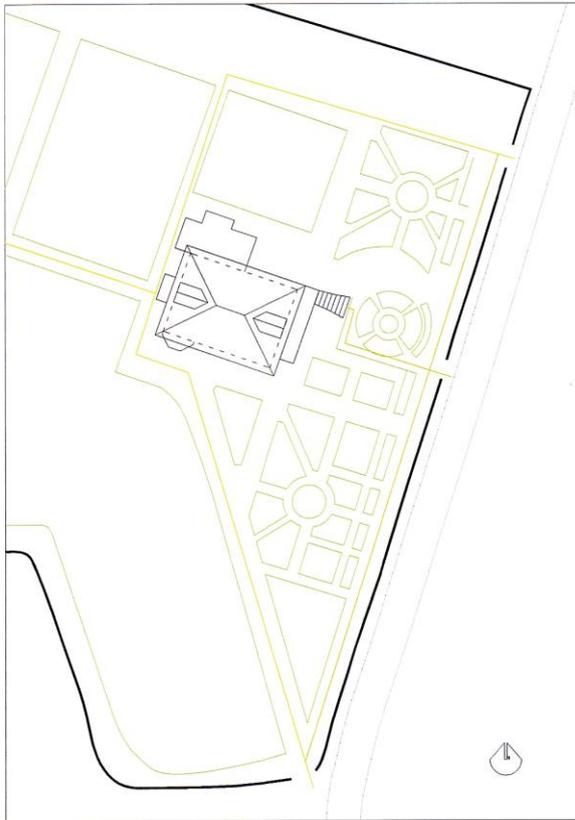
Situação:
Casa afastada mas alinhada com
arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

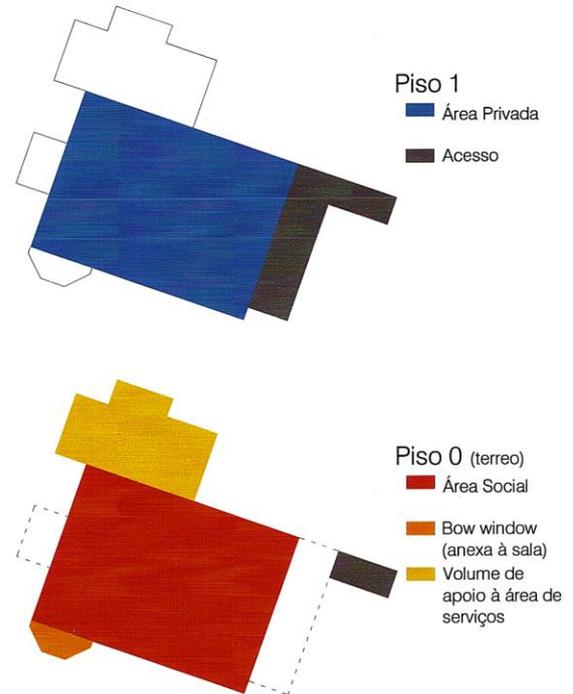


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos

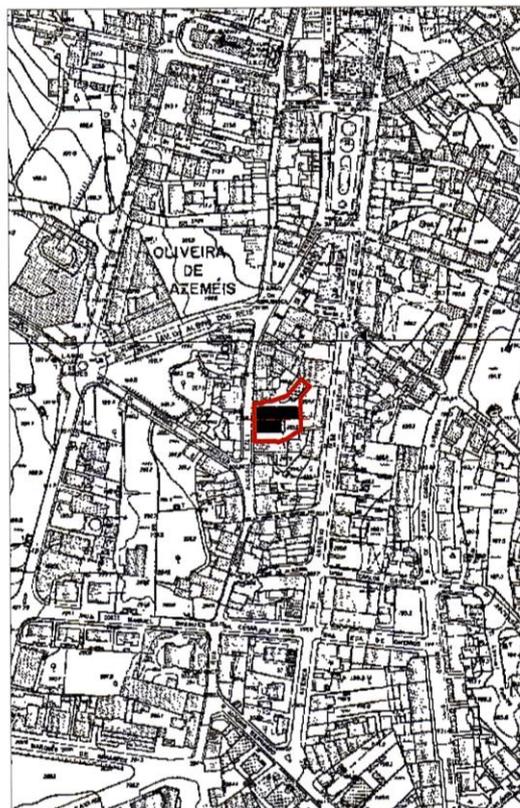


Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Oliveira de Azeméis
Designação do Imóvel
Casa António Alegria
Proprietário (original)

Ano de construção
188?

Função actual



Planta de Implantação - Escala 1/5000

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal, sem azulejo,
com influência do Neoclássico.

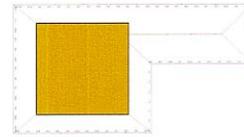
Situação:
Casa à face do arruamento.



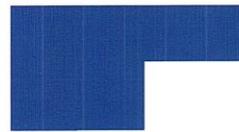


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

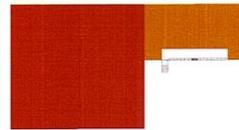
Disposição de elementos de composição formas/espço



Piso 2 (desvão)
■ Área de Arrumos



Piso 1
■ Área privada



Piso 0 (terreo)
■ Área social
■ Área de serviços

Elementos de composição do espaço

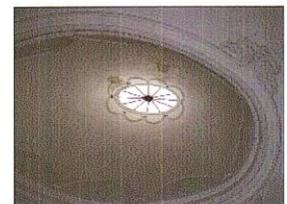
Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos



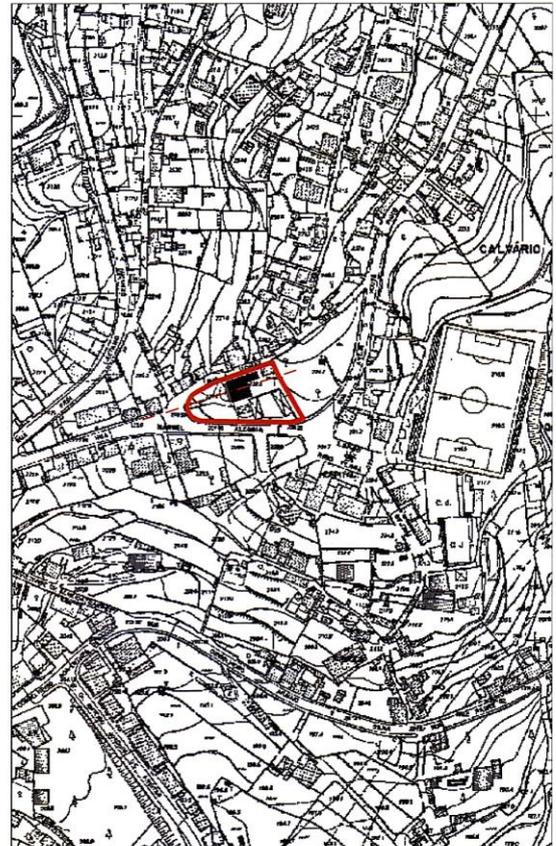
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Oliveira de Azeméis
Designação do Imóvel
Casa Fernandes de Almeida (Arquivo Municipal)
Proprietário (original)
Ano de construção
188...
Função actual
Equipamento

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal, sem azulejo,
com influência do Neoclássico.

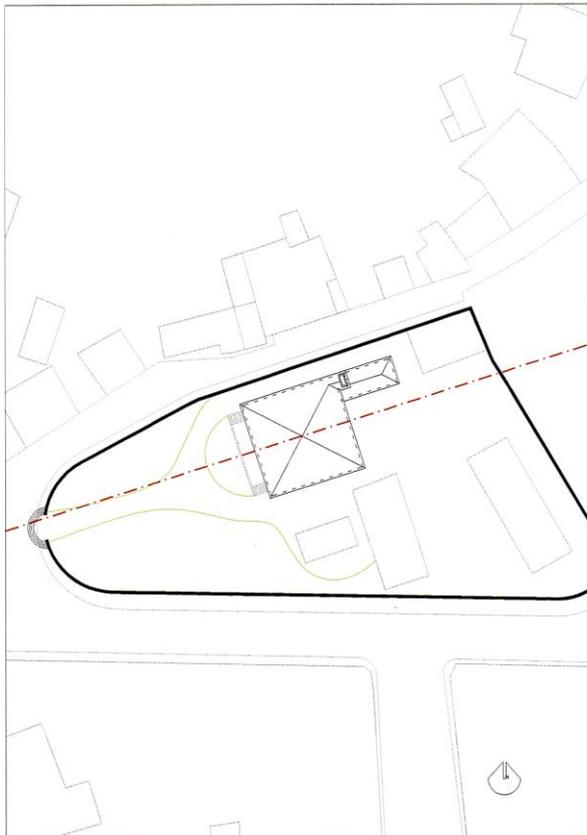
Situação:
Casa alinhada e equidistante do
arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

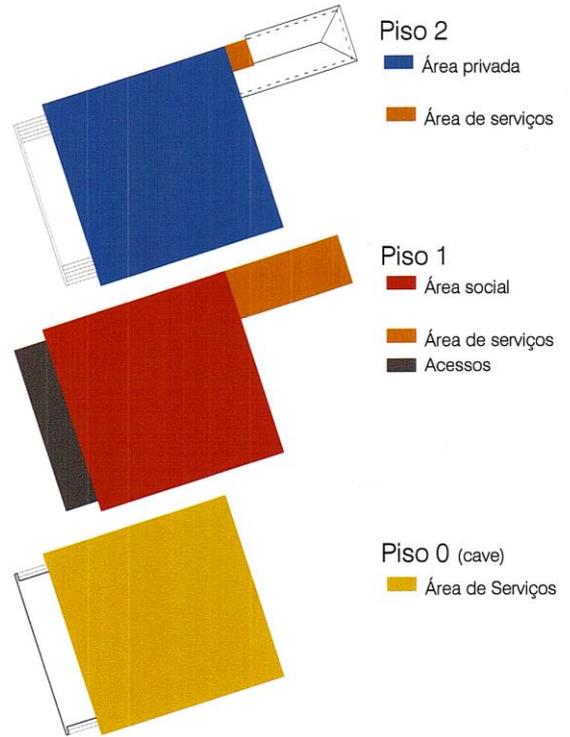


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



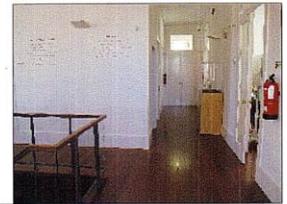
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos

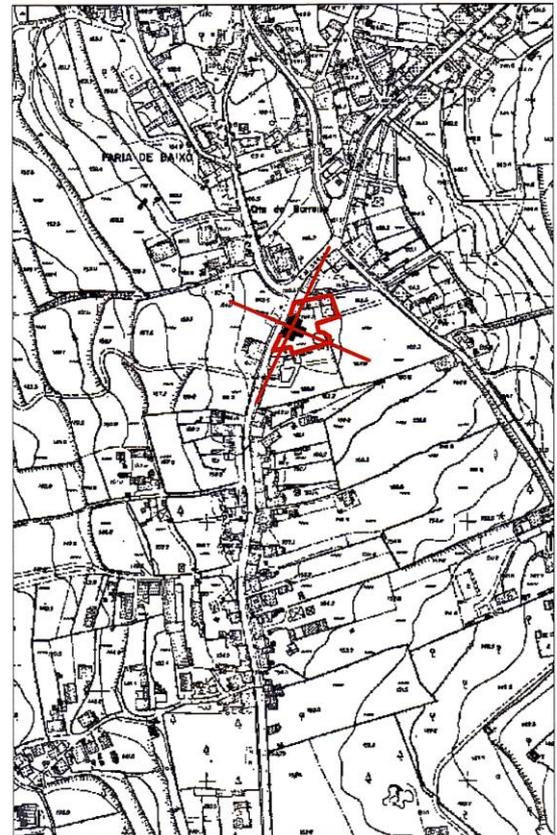


Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Casa Palacete
Proprietário (original)
José da Silva Pais
Ano de construção
~1850
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

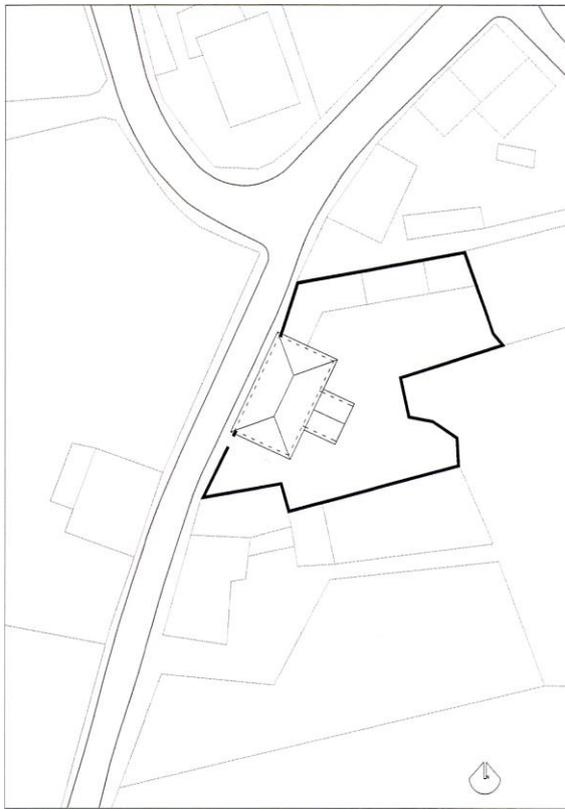
Configuração:
Casa "Bloco" horizontal, sem azulejo,
com influência do Neoclássico (ampliação).
Situação:
Casa à face do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

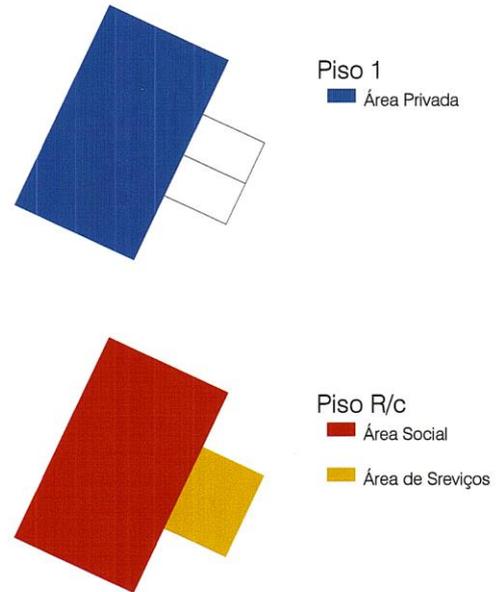


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

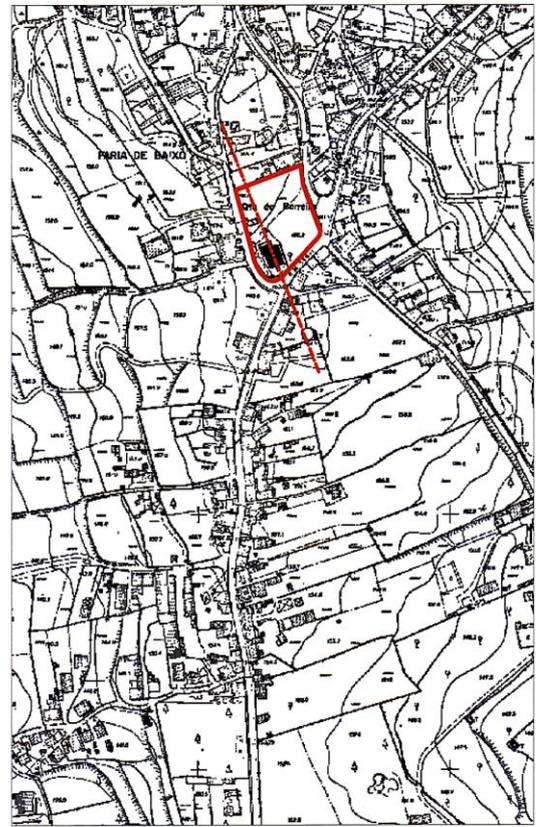
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Quinta do Barreiro
Proprietário (original)

Ano de construção
1901
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

configuração:
Casa "Bloco" horizontal, sem azulejo, com
influência do Neoclássico

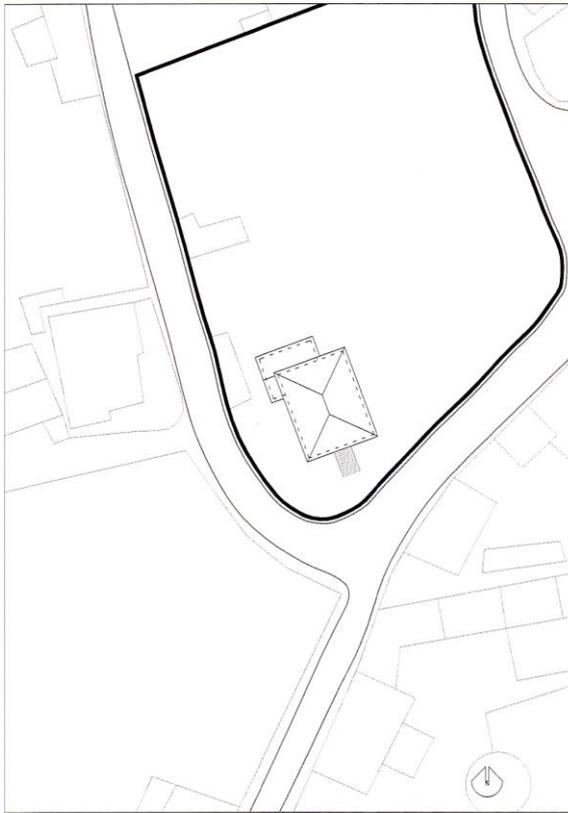
Situação:
Casa afastada alinhada paralelamente com
o arruamento



Planta de Implantação - Escala 1/5000

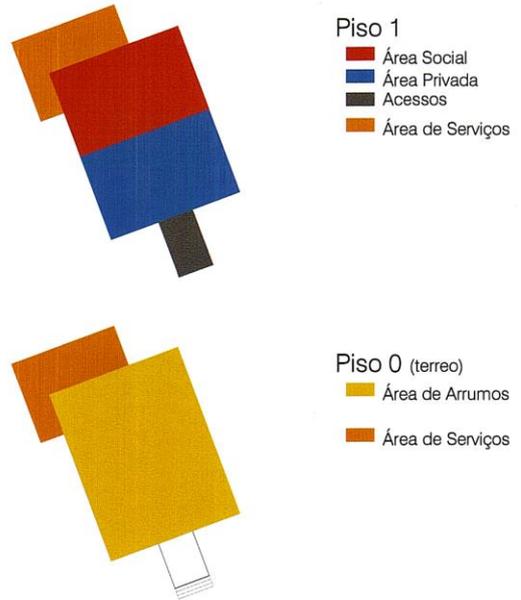


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

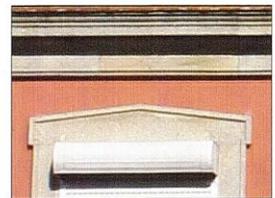
Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Casa da Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão
Proprietário (original)
João Rodrigues Quatorze Júnior
Ano de construção
1804 (alterada no dcurso da emigração)
Função actual
Habitação

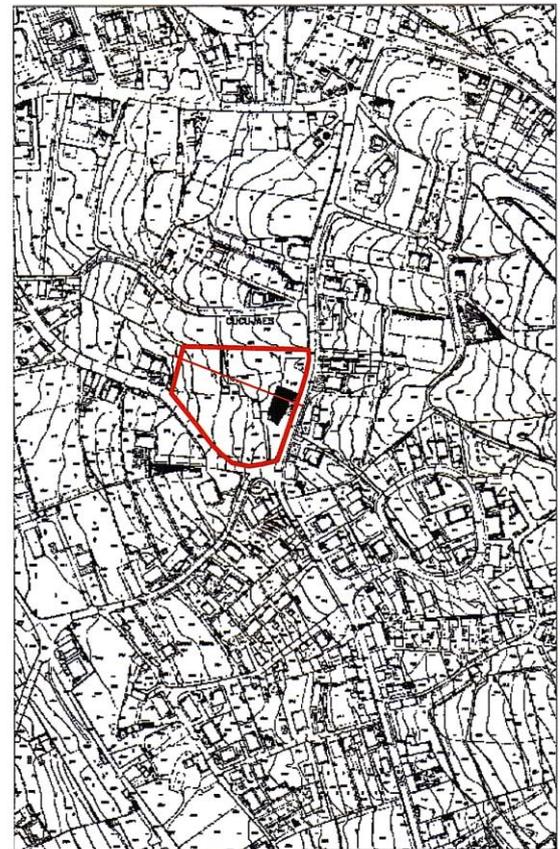
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:

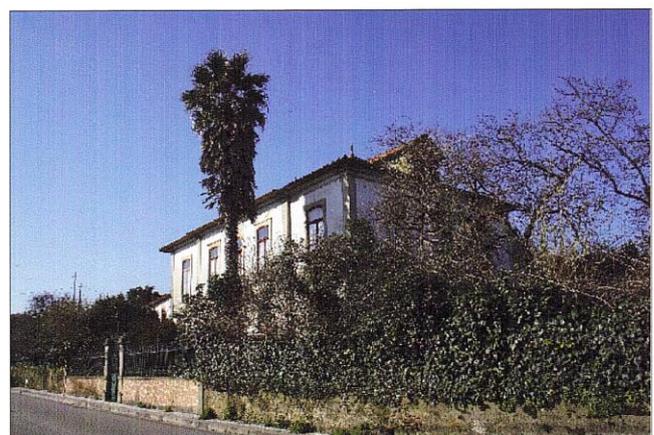
Casa "Bloco" horizontal, sem azulejo, com influência do Neoclássico (ampliação).

Situação:

Casa equidistante e paralela ao arruamento



Planta de Implantação - Escala 1/5000



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
S. Martinho da Gândara
Designação do Imóvel
Casa de "Brasileiro"
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal, com revestimento a azulejo.

Situação:
Casa equidistante com arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

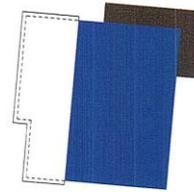


Ficha de Caracterização do Imóvel

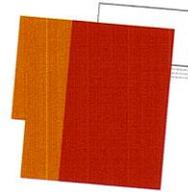


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 1
■ Área Privada
■ Acessos



Piso 0 (terreo)
■ Área Social
■ Área de Serviços

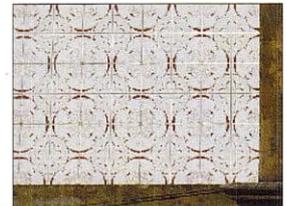
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



- O “ESTILO” PRÓXIMO DO SEU ESTADO “ORIGINAL” – a influência francesa e italiana.

- Casa “Manuel Brandão” – Oliveira de Azeméis
- Casa “Quinta de N.^a S.^a do Brasil” – S.^o Martinho da Gândara

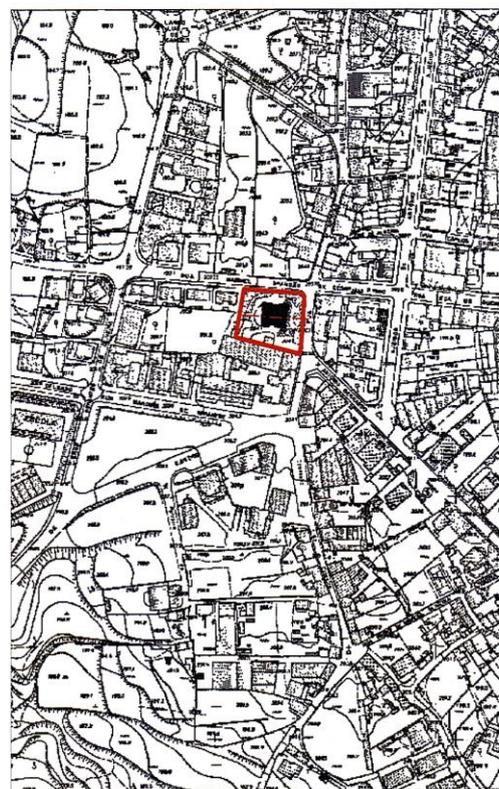
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Oliveira de Azeméis
Designação do Imóvel
Casa de Manuel Brandão
Proprietário (original)
Manuel Brandão
Ano de construção
1898
Função actual
Equipamento - Jardim de Infância

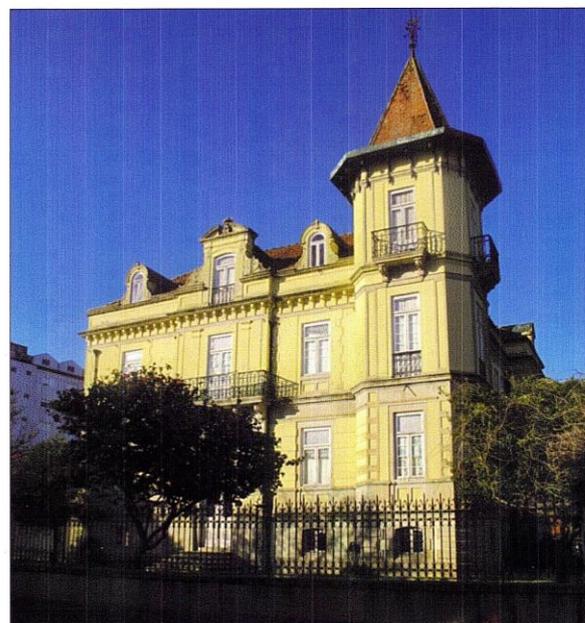
Elementos de Caracterização do "Tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, sem azulejo, com influência do Neoclássico (francês).

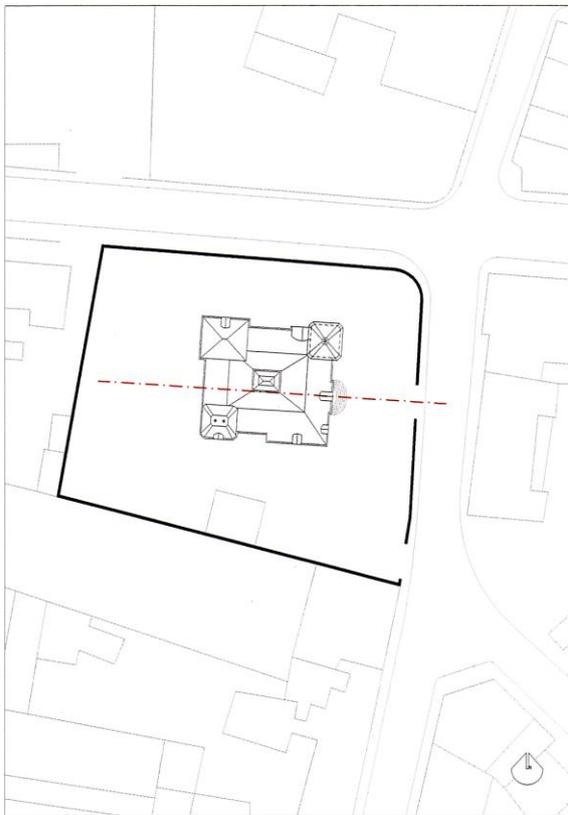
Situação:
Casa equidistante e perpendicular com o arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000



Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 3 (Desvão)
 ■ Área de arrumos
 ■ Acessos

Piso 2
 ■ Área privada
 ■ Acessos

Piso 1
 ■ Área social
 ■ Área de serviços
 ■ Acessos

Piso 0 (Cave)
 ■ Área de arrumos

Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

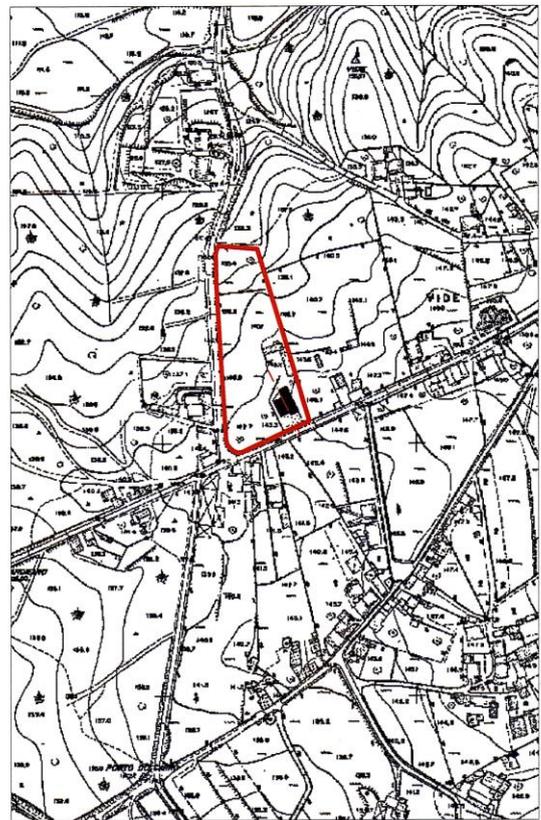
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
S. Martinho da Gândara
Designação do Imóvel
Casa N^a S^a do Brasil
Proprietário (original)

Ano de construção
1900
Função actual
Habitação

Elementos de Caracterização do "Tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, sem azulejo,
com influência do Neoclássico (Italiano).

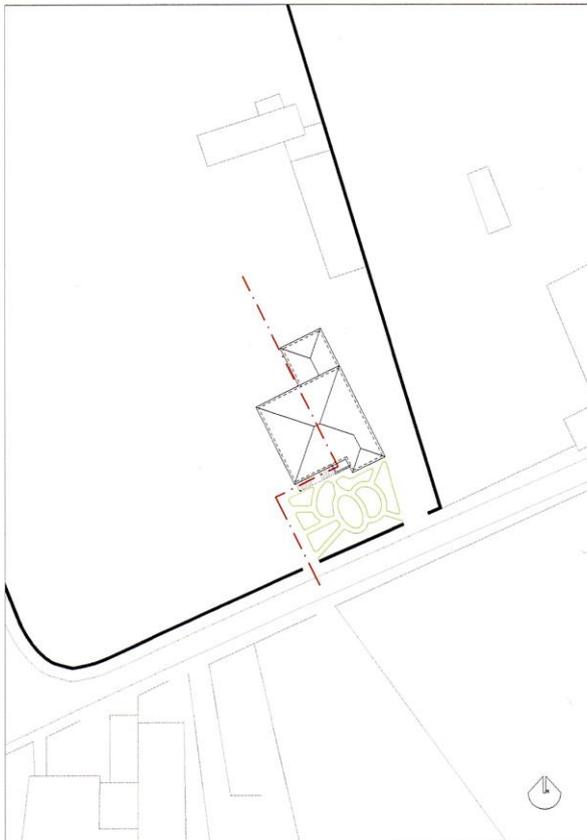
Situação:
Casa equidistante e perpendicular ao
arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

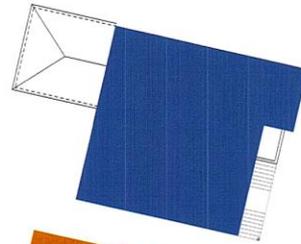


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 2
■ Área Privada



Piso 1
■ Área social
■ Acessos



Piso 0 (Cave)
■ Área de Arrumos
■ Área de Serviços

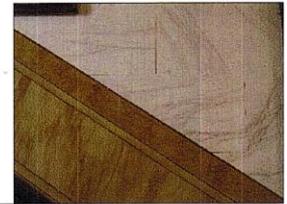


Escala 1/500

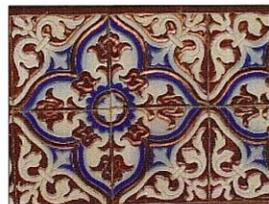


Elementos de composição do espaço

1 Acessos



2 Revestimentos



3 Elementos Decorativos

- A CASA AZULEJADA (2 pisos) – o cromatismo no revestimento das fachadas como uma das principais “marcas do retorno”.

- Casa “Diva Morais” – S.º Martinho da Gândara
- “Casa das Camélias” – Madaíl
- “Villa Diogo” – Cesar
- Casa “Justino Portal” - Cesar

Ficha de Caracterização do Imóvel

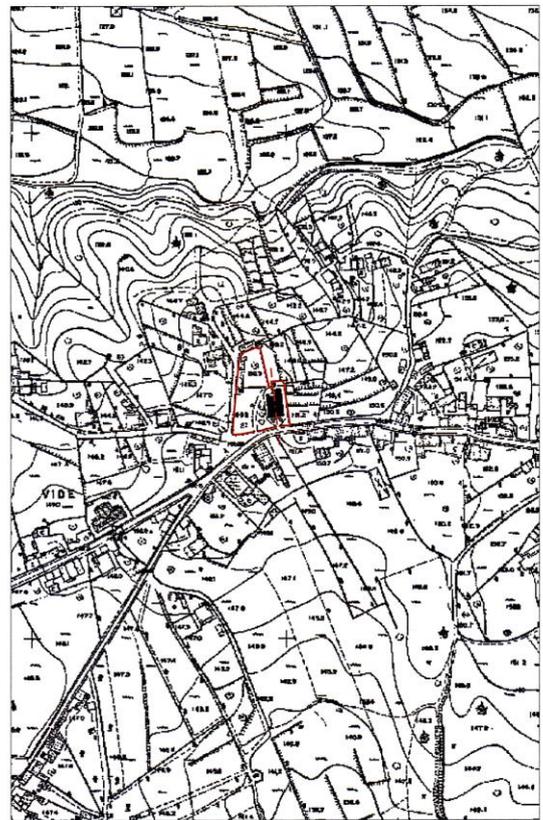
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
S. Martinho da Gândara
Designação do Imóvel
Casa D^a Diva Morais
Proprietário (original)

Ano de construção
1909
Função actual

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal, com revestimento a azulejo.

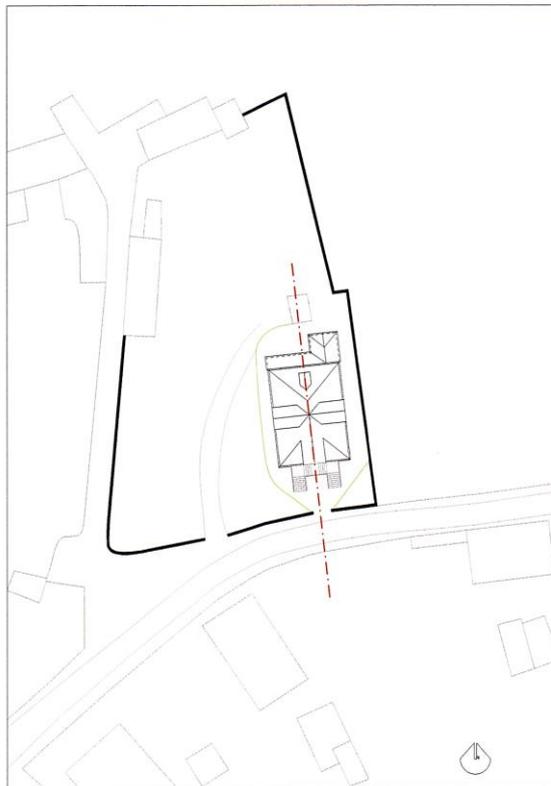
Situação:
Casa equidistante e perpendicular ao arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

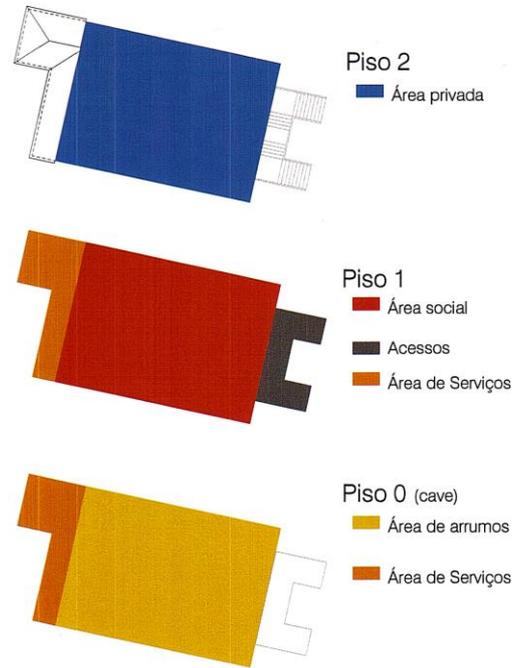


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



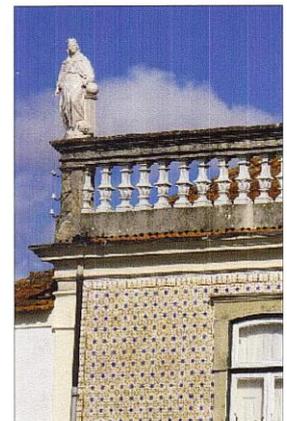
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



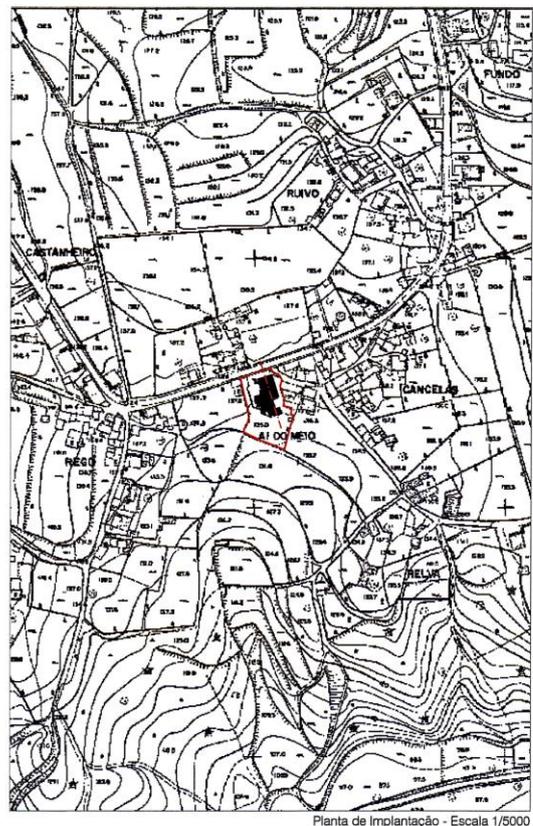
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Madaíl
Designação do Imóvel
Casa das Camélias
Proprietário (original)

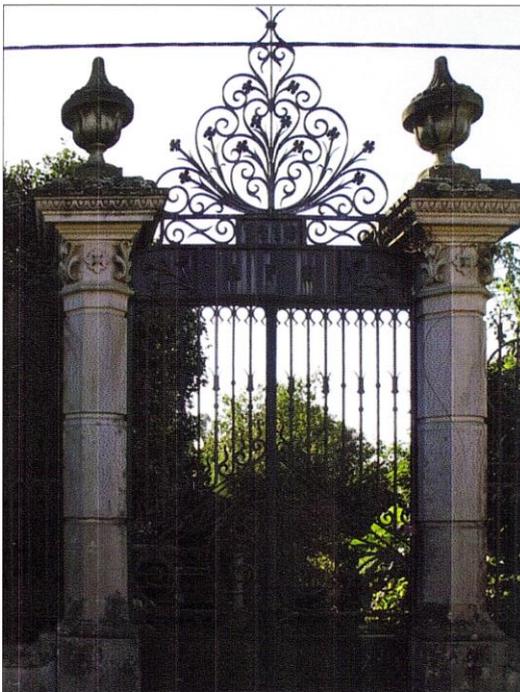
Ano de construção
1902/1910
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

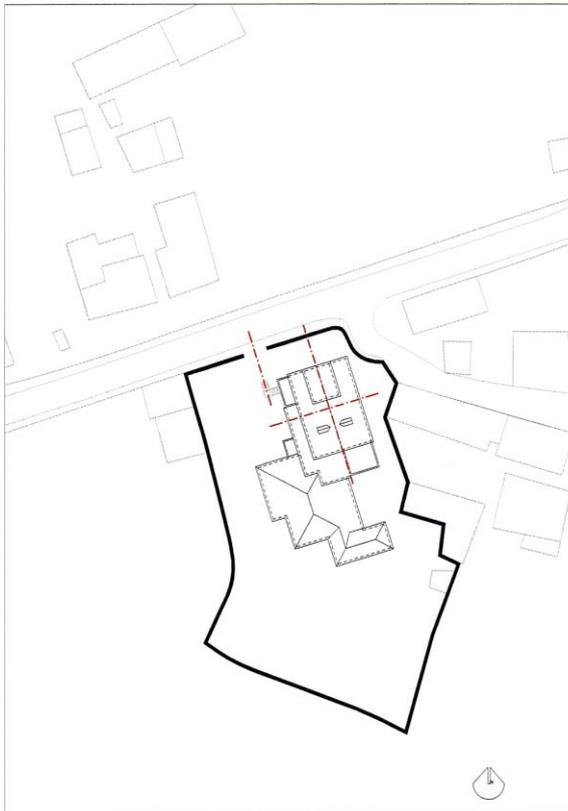
Configuração:
Casa-bloco vertical, com revestimento a azulejo (ampliação de casa existente);
Situação:
Equidistante e perpendicular ao eixo da estrada.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

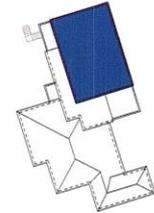


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

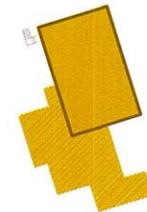
Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 2
■ Área privada



Piso 1
■ Área social
■ Área social (pré-existência)
■ Acessos



Piso 0 (terreo)
■ Área de Arrumos
■ Área de Arrumos (pré-existência)

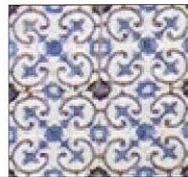
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

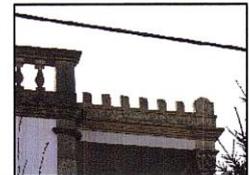
Os acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

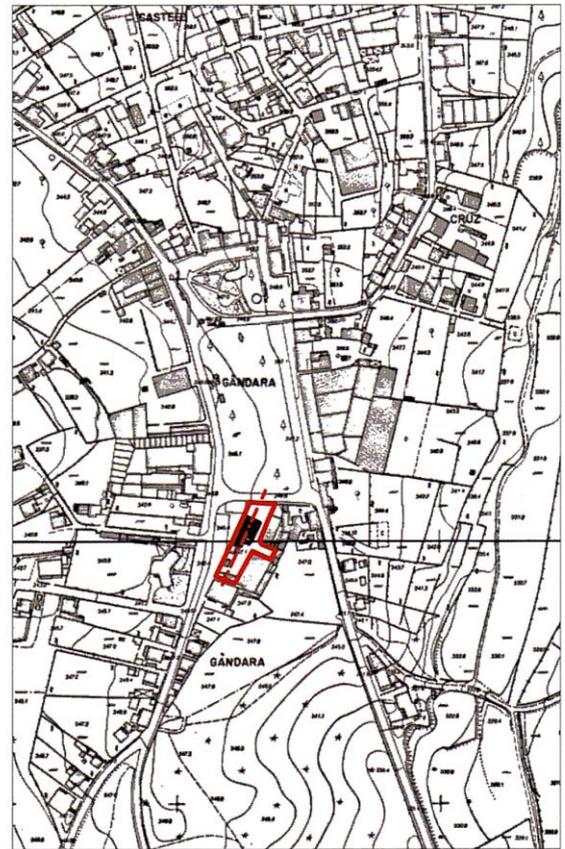
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Casa "Villa Diogo"
Proprietário (original)

Ano de construção
1906
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

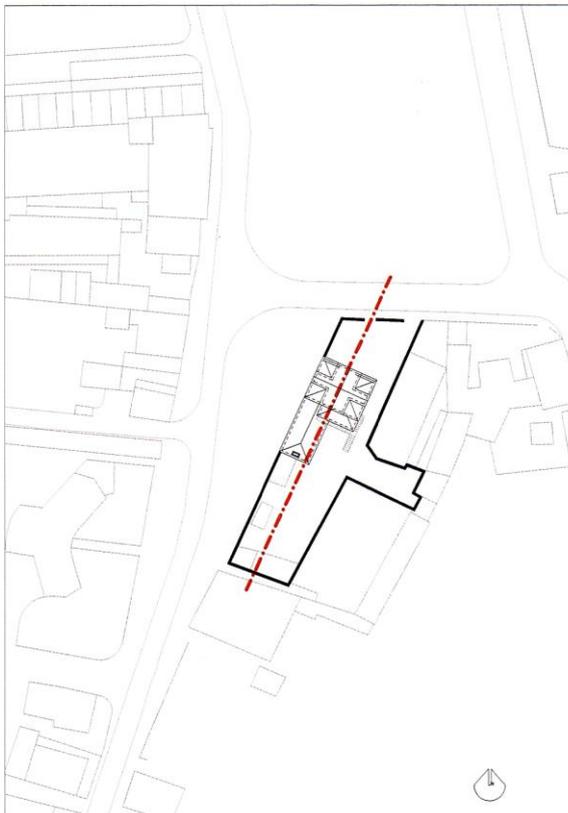
Configuração:
Casa-bloco com revestimento a azulejo.

Situação:
Equidistante e perpendicular ao arruamento.



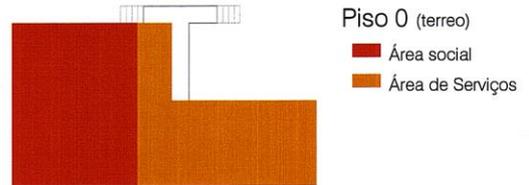
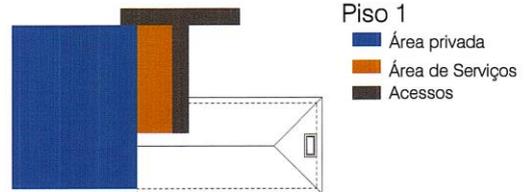
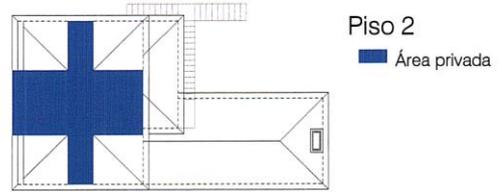
Planta de Implantação - Escala 1/5000





Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



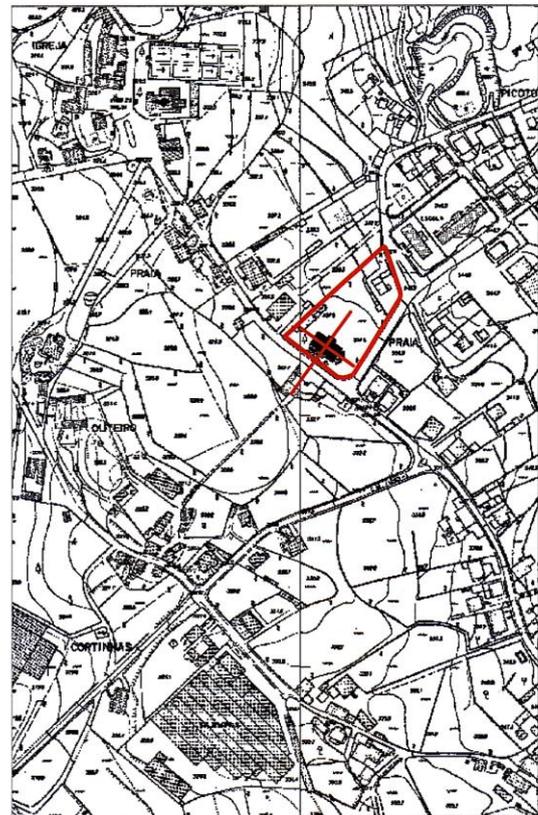
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Casa Justino Portal
Proprietário (original)

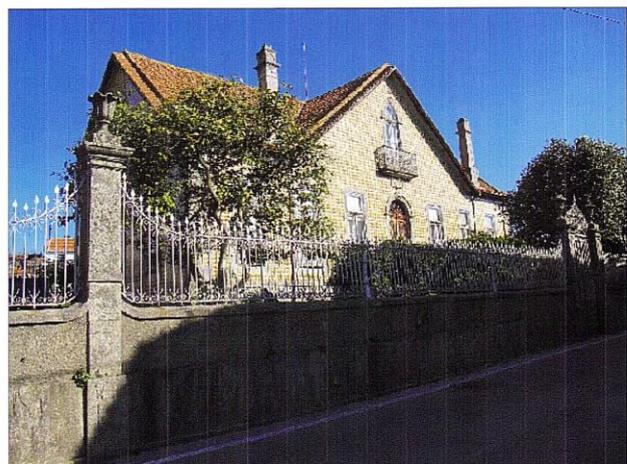
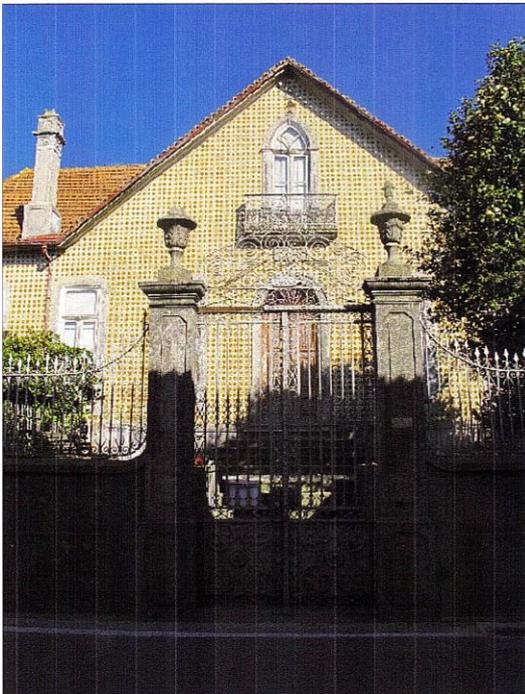
Ano de construção
1900
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

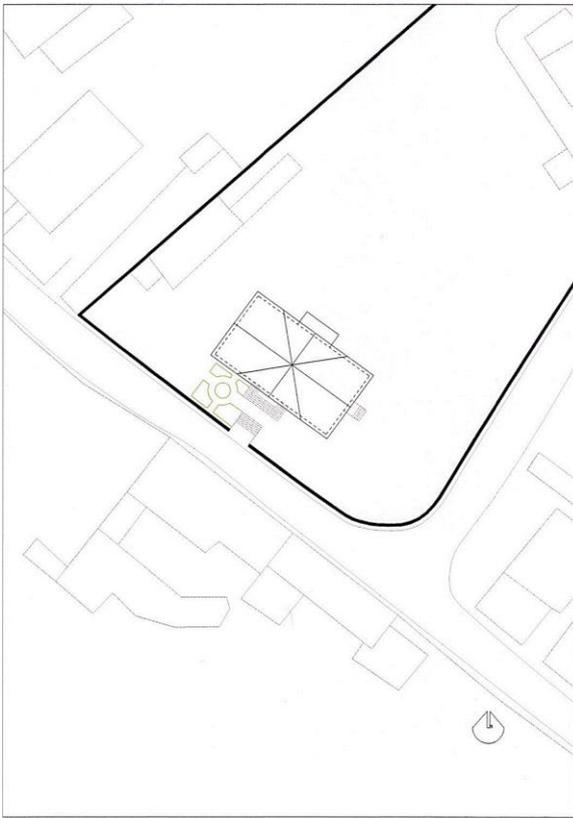
Configuração:
Casa-bloco horizontal com
revestimento a azulejo.
Situação:
Casa equidistante ao arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

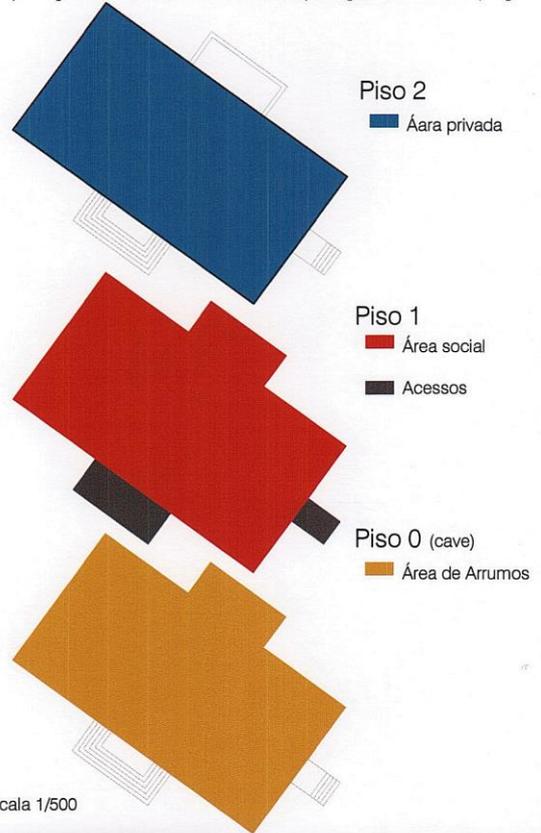


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



- A CASA COM TORRE, OU “CASA VERTICAL” (3 pisos) – construídas no início do século XX, já com aproximações ao contexto europeu, reproduzindo a “Arte-Nova”.

- Casa da “Quinta Verde” – Cesar
- Casa “Nicolau Costa” – Cucujães
- Casa “Rei da Farinha” – S.º João da Madeira
- Casa da “Quinta de Vera Cruz” – Pinheiro da Bemposta
- Casa “de brasileiro” – Pinheiro da Bemposta
- Casa da “Quinta Amarela” – Cesar
- Casa “Laranja” (EN 327) – Cesar
- Casa “Azul” – Cesar
- “Casa dos Leões” – Cesar
- “Casa Verde” – Fajões
- Casa “Ramiro Alegria” – Oliveira de Azeméis
- Casa da “Quinta do Barão de S. João de Loureiro” – Loureiro
- Casa “Salvador Machado” – Oliveira de Azeméis

Ficha de Caracterização do Imóvel

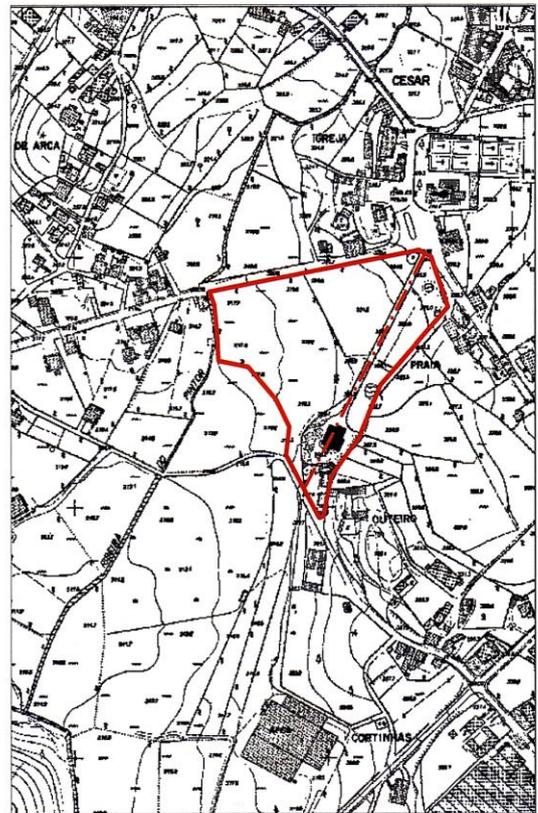
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Quinta Verde
Proprietário (original)

Ano de construção
1912
Função actual
Habitação

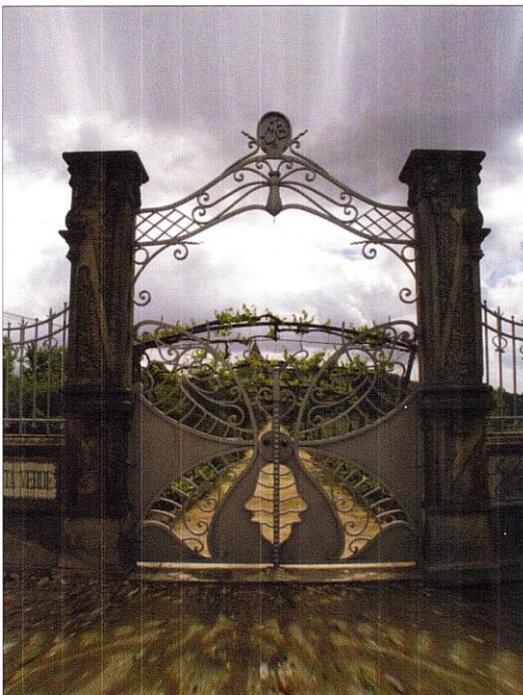
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, com torre.

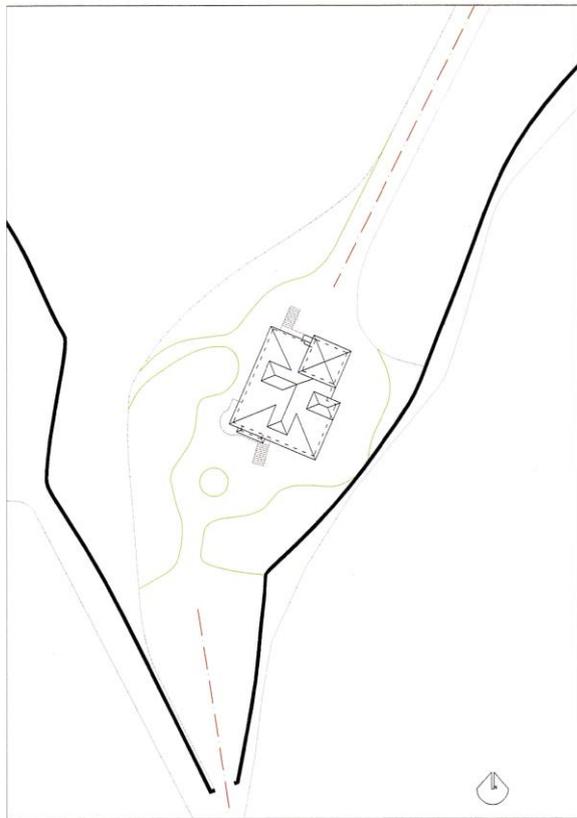
Situação:
Afastada do arruamento principal.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

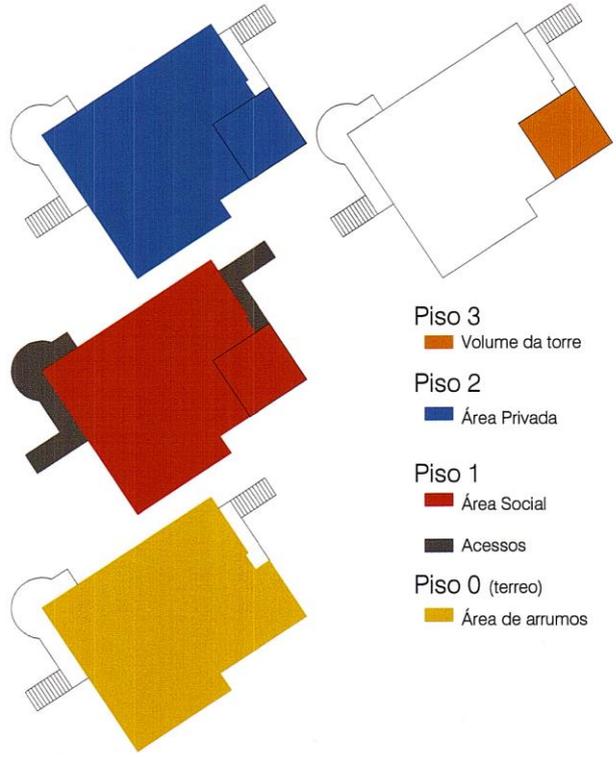


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

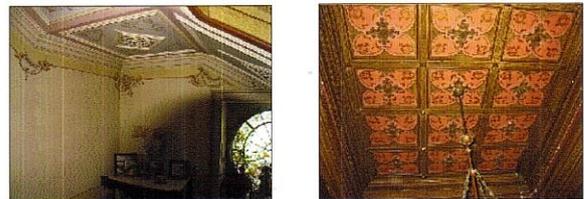
- Piso 3
■ Volume da torre
- Piso 2
■ Área Privada
- Piso 1
■ Área Social
■ Acessos
- Piso 0 (terreo)
■ Área de arrumos

Elementos de composição do espaço

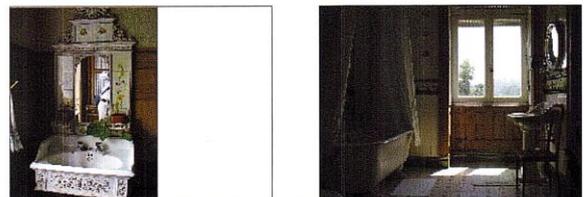
Acessos



Rvestimentos



Elementos decorativos



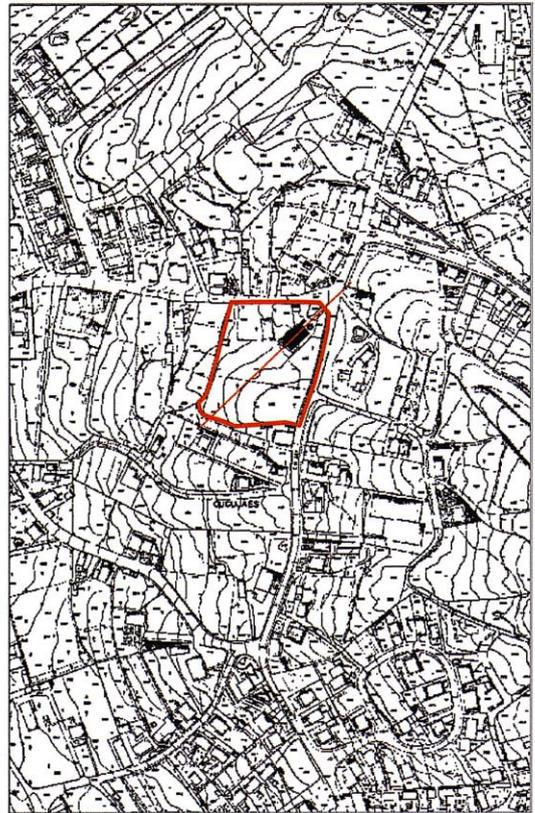
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Palacete de Brasileiro
Proprietário (original)
Nicolau Costa (Família)
Ano de construção
~1919
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa "Bloco" vertical, com torre.

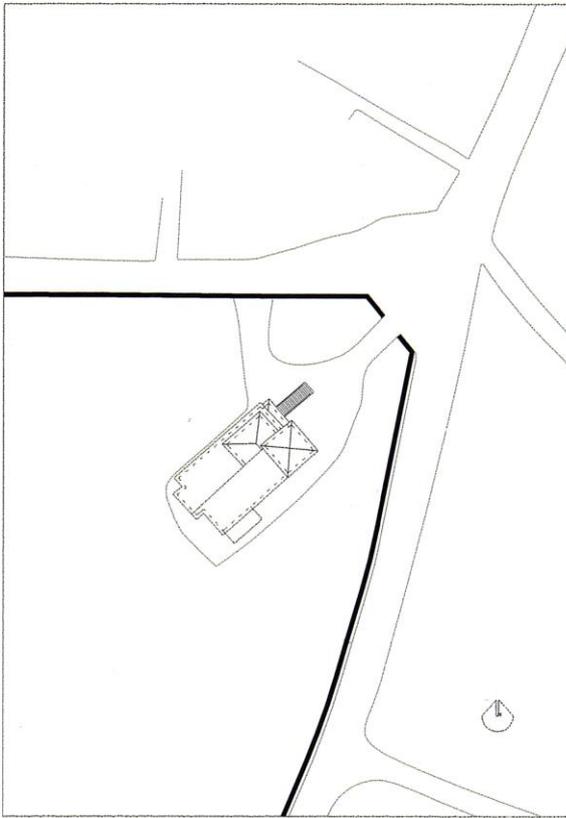
Situação:
Casa afastada do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

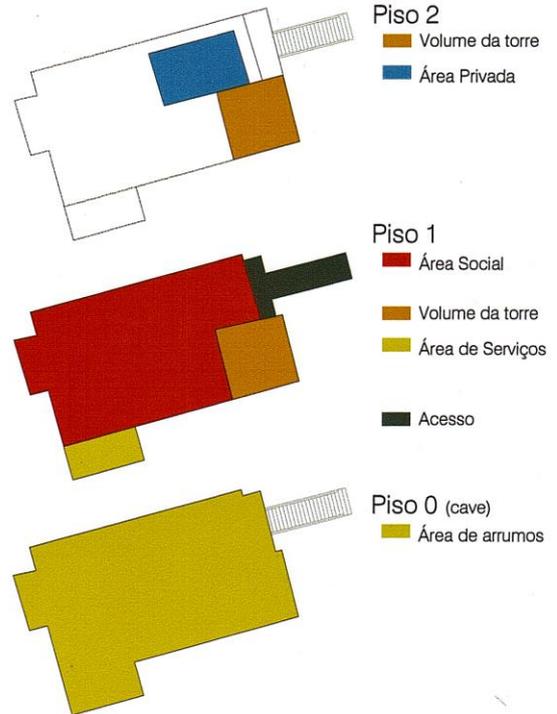


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
S. João da Madeira
Freguesia
S. João da Madeira
Designação do Imóvel
Palacete "Rei da Farinha"
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual
Equipamento - Centro de Arte de S. João da Madeira

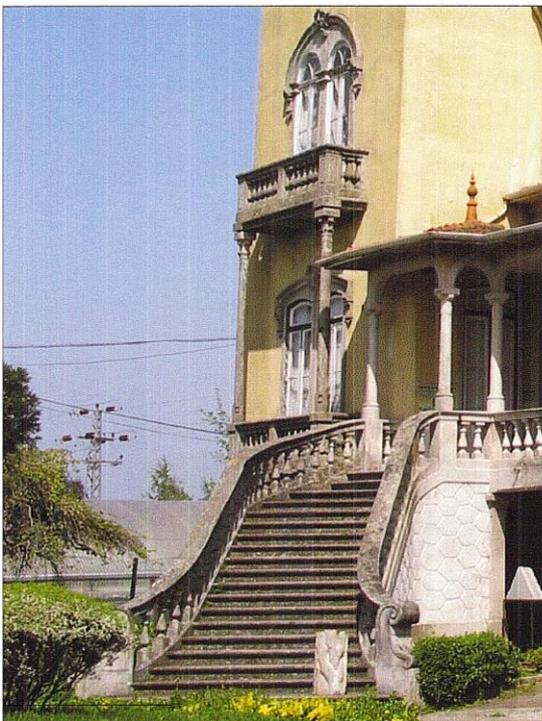
Elementos de caracterização do "tipo"

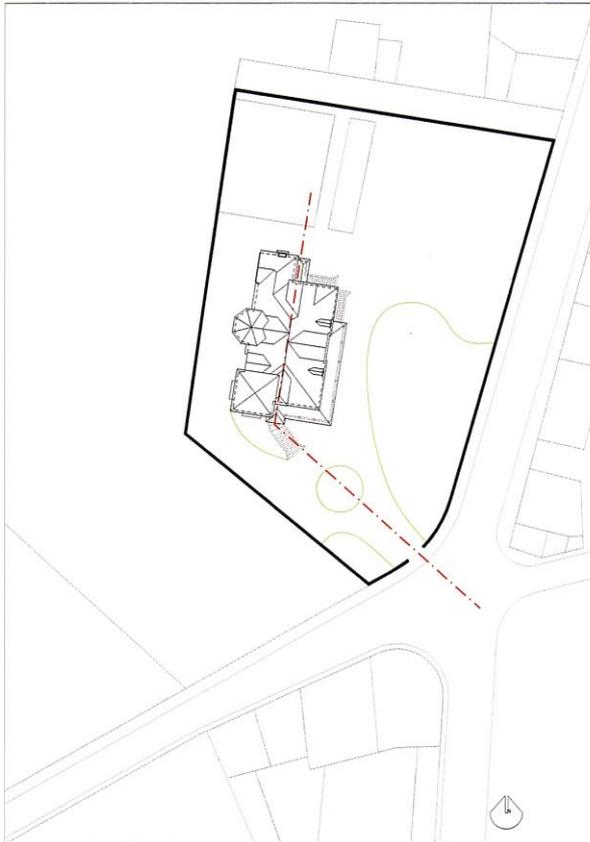
Configuração:
Casa-Bloco vertical, com torre.

Situação:
Casa afastada do arruamento.



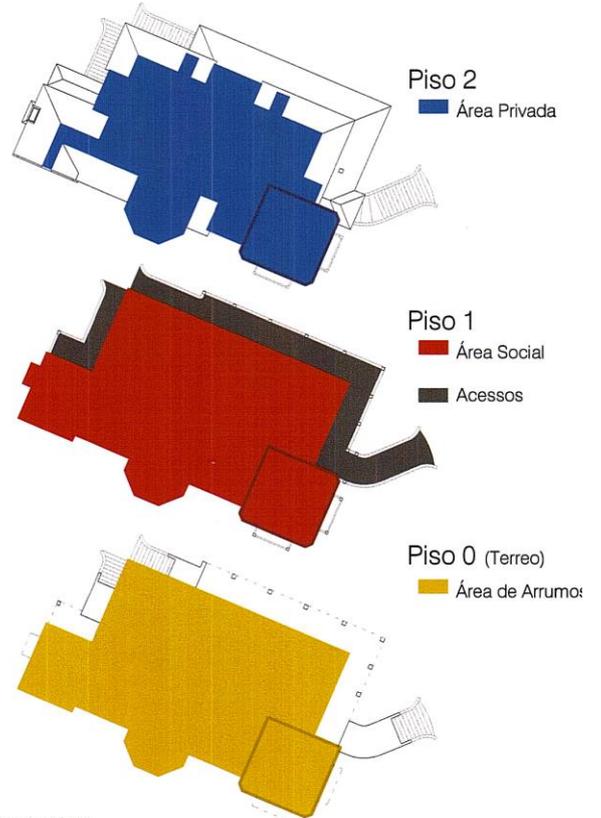
Planta de Implantação - Escala 1/5000





Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos

Revestimentos

Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

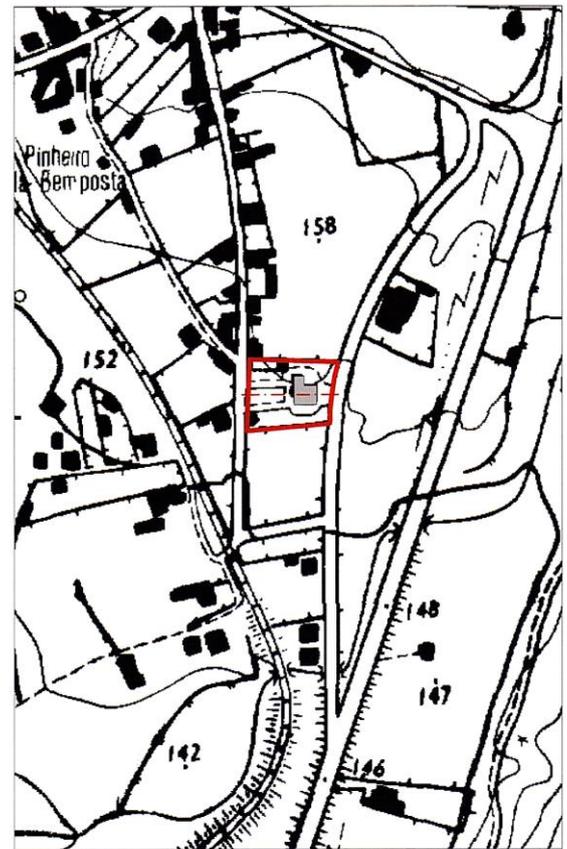
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Pinheiro da Bemposta
Designação do Imóvel
Casa da Quinta de Vera Cruz
Proprietário (original)

Ano de construção
~1880
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, com torre e revestimento a azulejo.

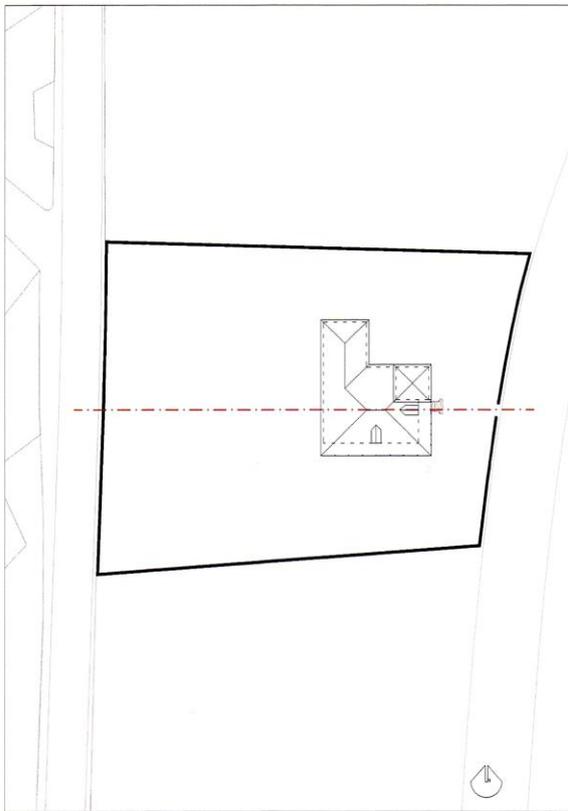
Situação:
Perpendicular ao eixo da estrada.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

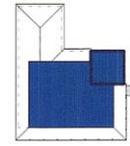


Ficha de Caracterização do Imóvel

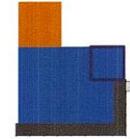


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

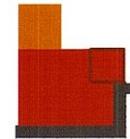
Disposição de elementos de composição formas/espaço



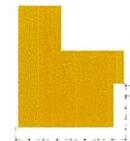
Piso 3
■ Área privada



Piso 2
■ Área privada
■ Área de serviços
■ Acessos

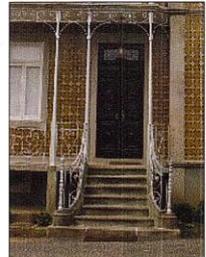


Piso 1
■ Área social
■ Área de serviços
■ Acessos



Piso 0 (cave)
■ Área de arrumos

Escala 1/1000



Elementos de composição do espaço

Acessos

Revestimentos



Elementos Decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Pinheiro da Bemposta
Designação do Imóvel
Casa de "Brasileiro"
Proprietário (original)

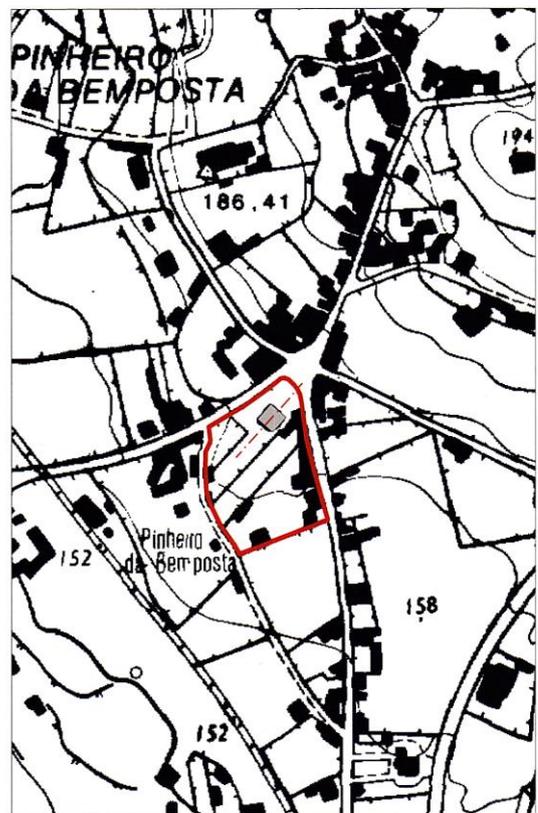
Ano de construção

Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

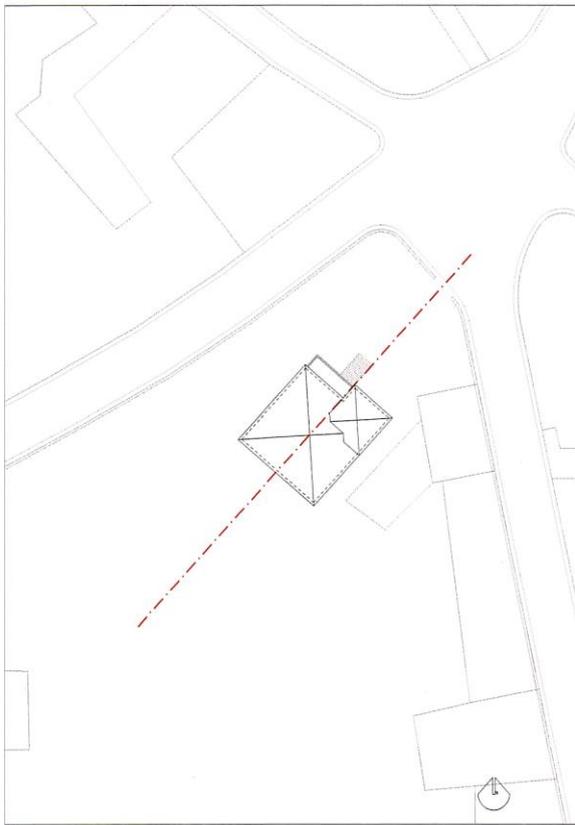
Configuração:
Casa-bloco vertical, com torre.

Situação:
Afastada do arruamento principal.



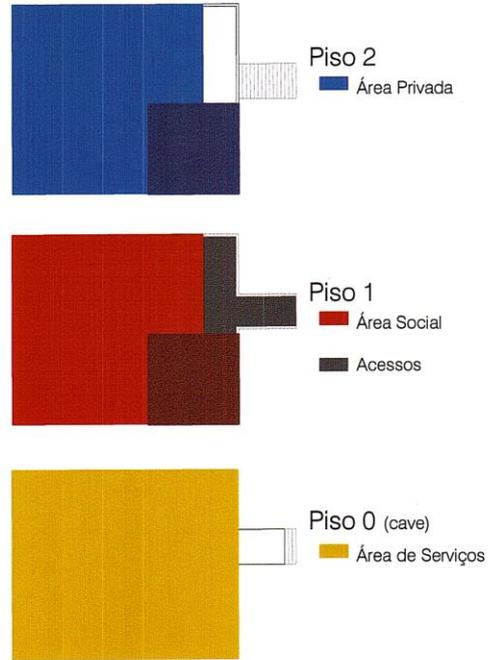
Planta de Implantação - Escala 1/5000





Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

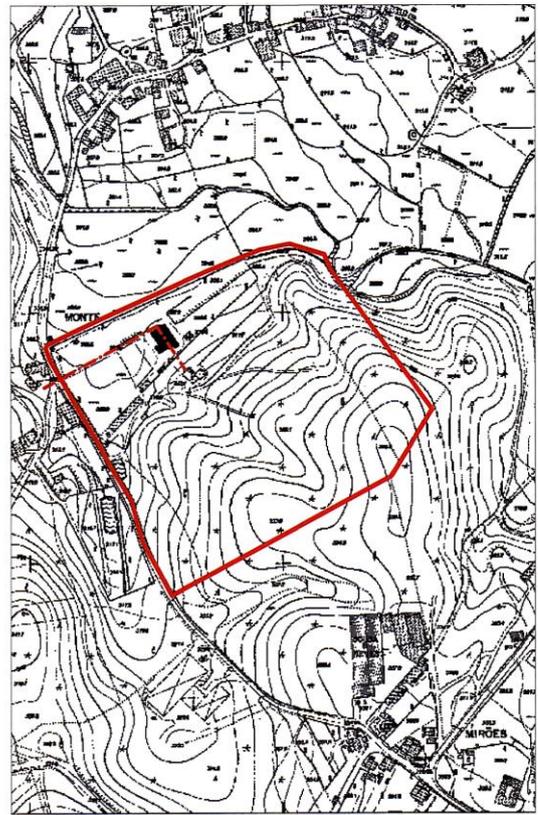
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
"Casa Amarela"
Proprietário (original)

Ano de construção
1900
Função actual
Habitação

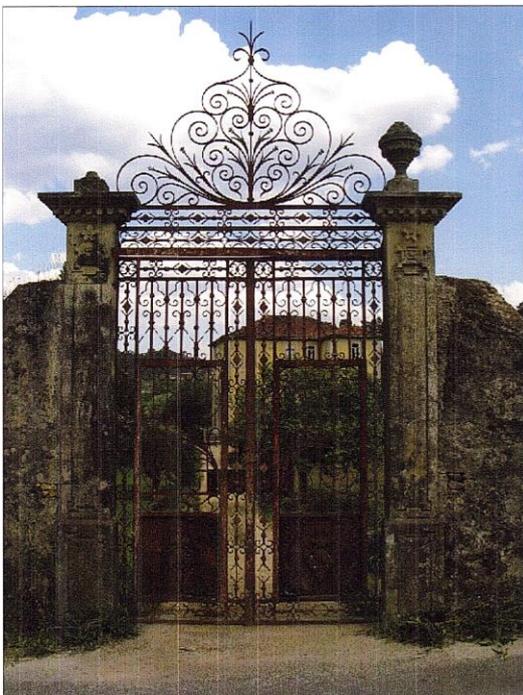
Elementos de Caracterização do "Tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, sem torre.

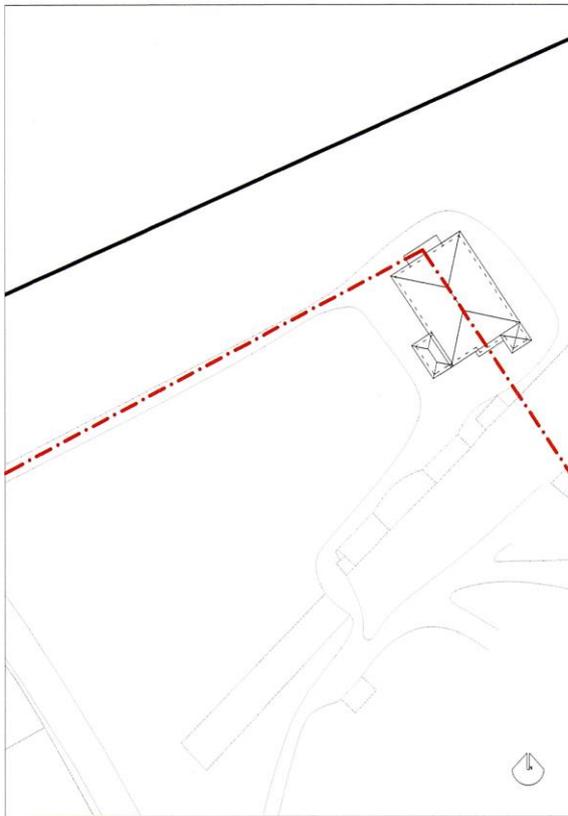
Situação:
Afastada do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

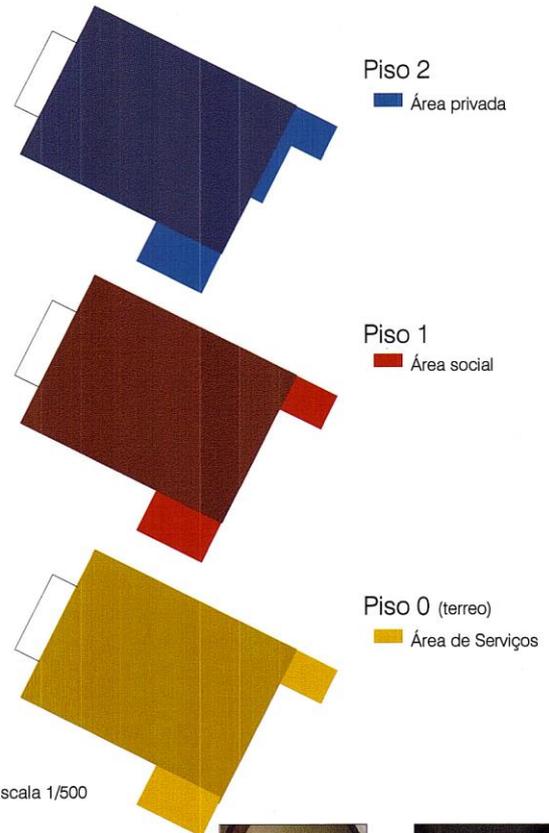


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

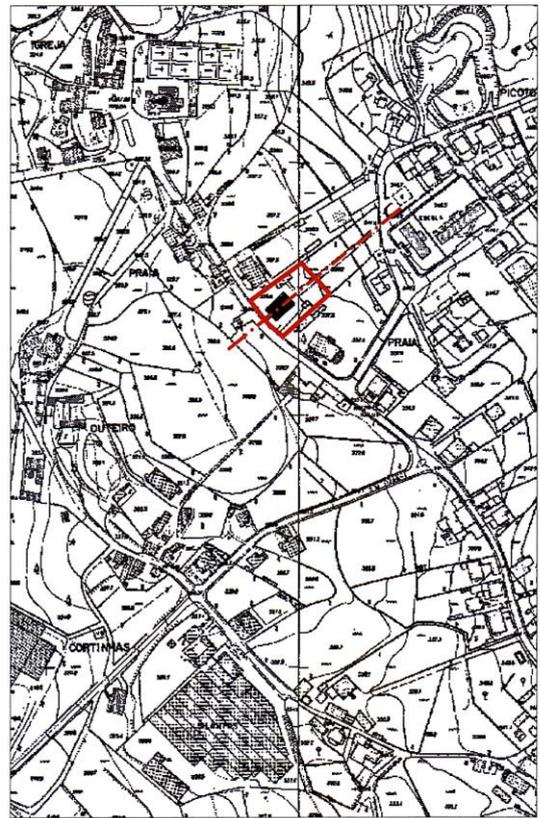
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Casa Palacete
Proprietário (original)

Ano de construção
1901
Função actual
Habitação colectiva

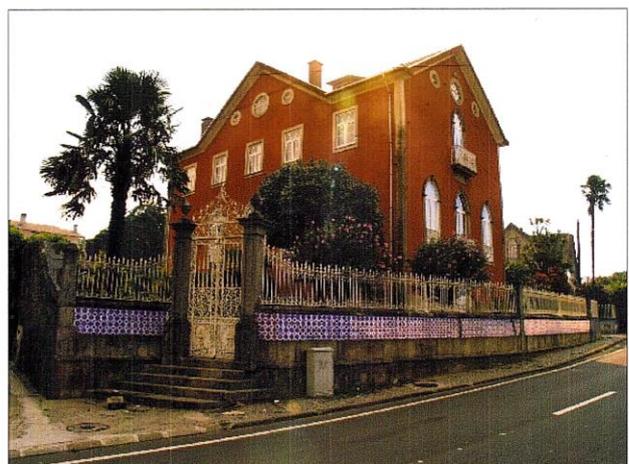
Elementos de Caracterização do "Tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, sem torre.

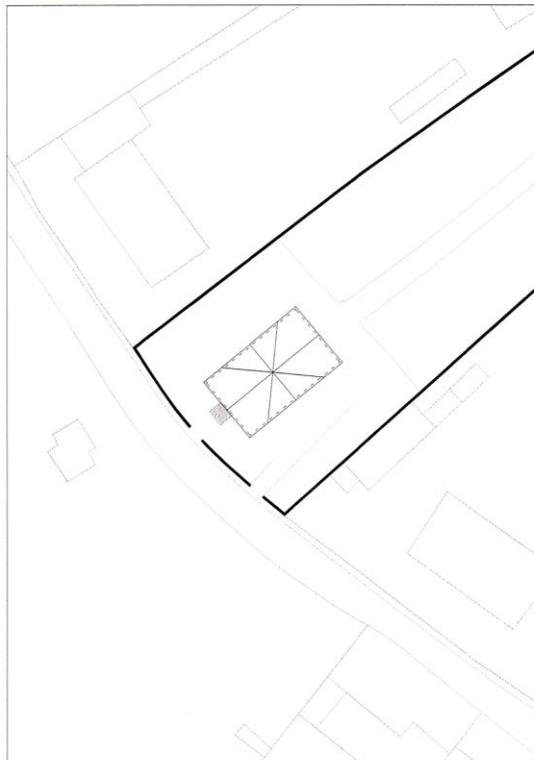
Situação:
Equidistante e perpendicular ao arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

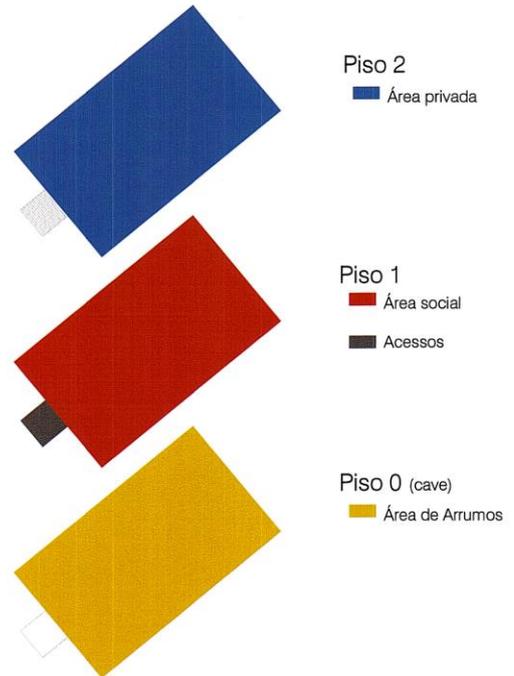


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 2
■ Área privada

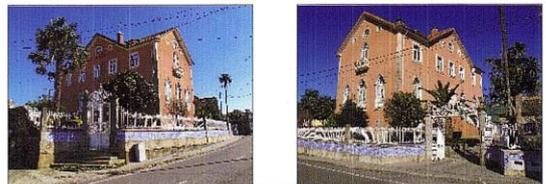
Piso 1
■ Área social
■ Acessos

Piso 0 (cave)
■ Área de Arrumos

Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

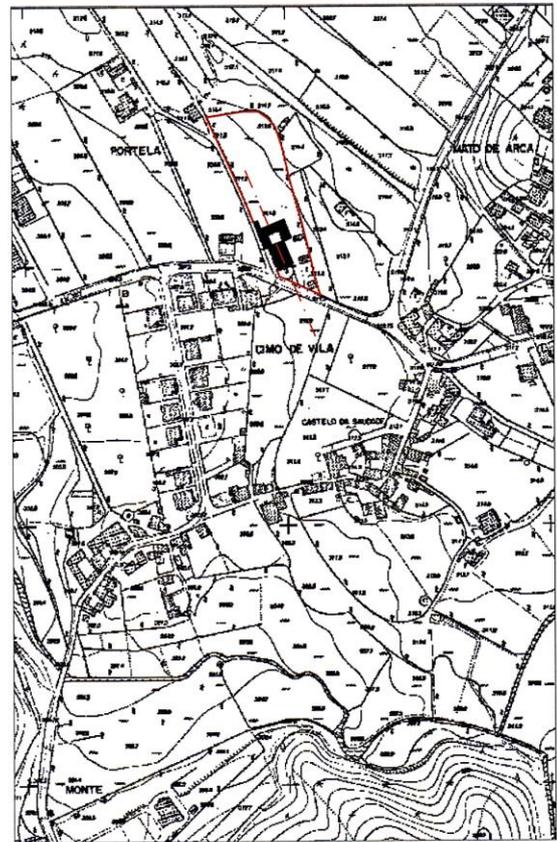
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
"Casa Azul"
Proprietário (original)

Ano de construção
1894
Função actual
Equipamento - Lar da Terceira Idade.

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, sem torre.

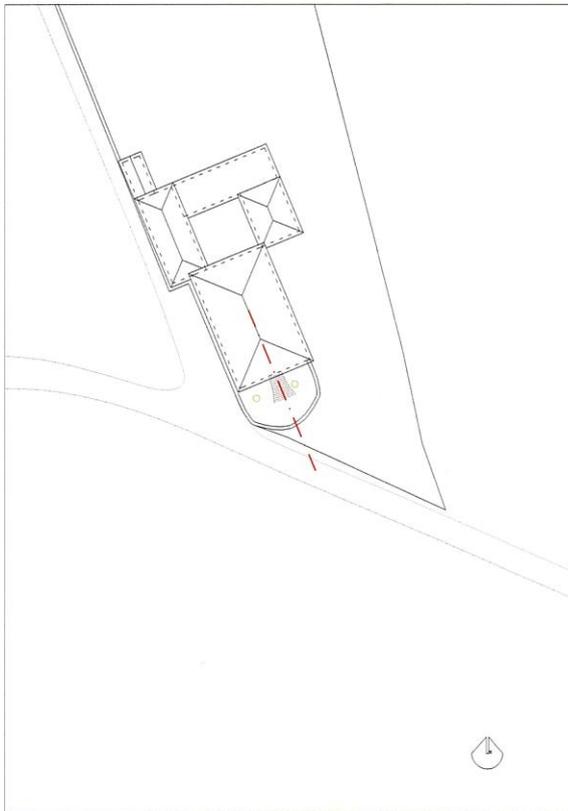
Situação:
Equidistante e perpendicular ao
arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

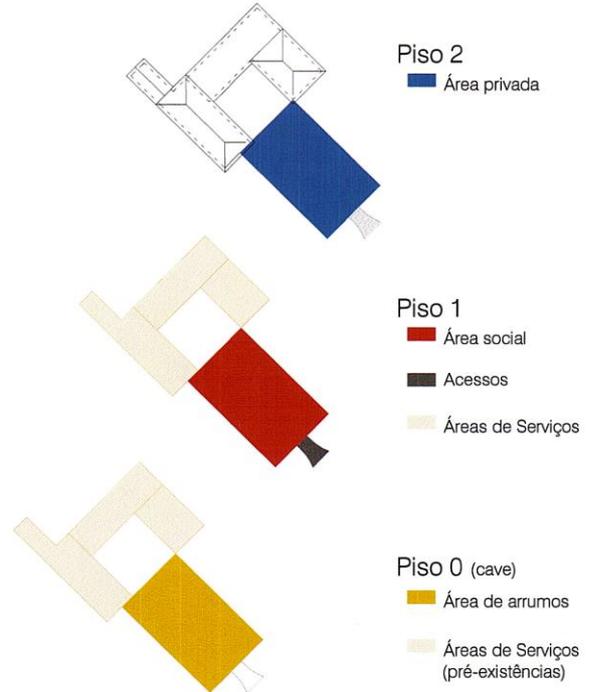


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos

Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Casa dos "Leões"
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical com torre.

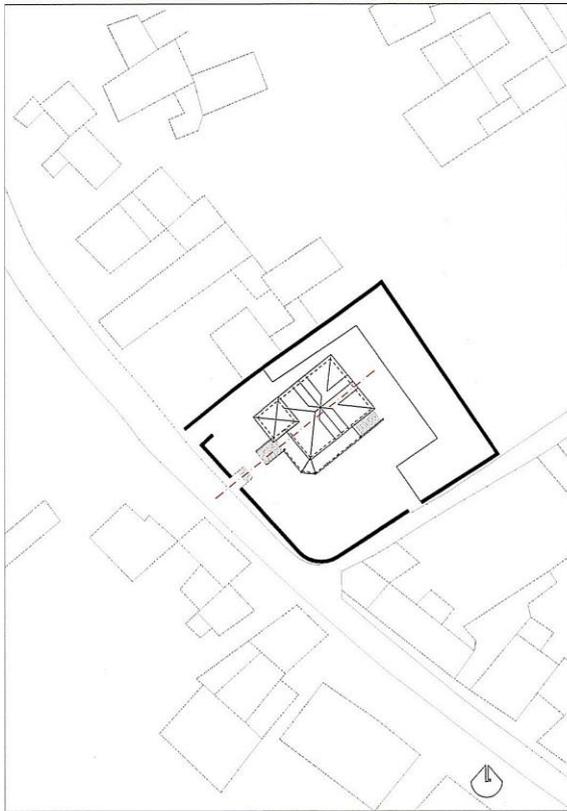
Situação:
Equidistante e perpendicular ao eixo
da estrada.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

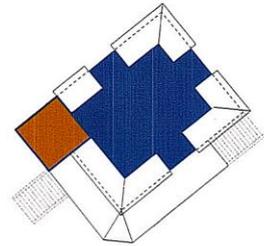


Ficha de Caracterização do Imóvel

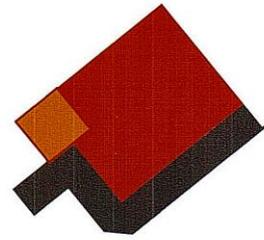


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

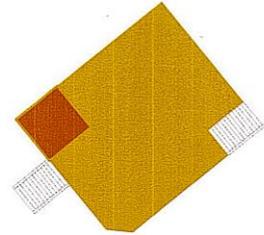
Disposição de elementos de composição formas/espaço



- Piso 2
- Área privada
 - Corpo da torre



- Piso 1
- Área social
 - Acessos
 - Corpo da Torre



- Piso 0 (cave)
- Área de Arrumos
 - Corpo da Torre

Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



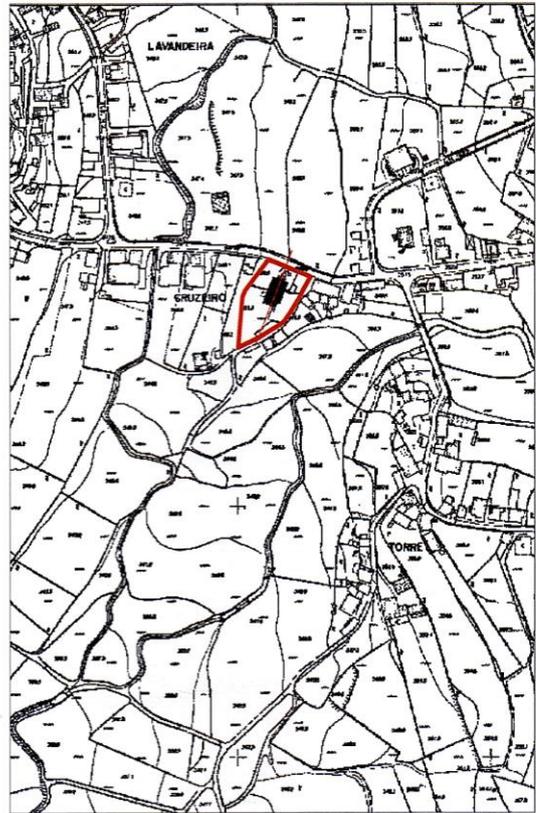
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Fajões
Designação do Imóvel
Casa Palacete de Brasileiro
Proprietário (original)

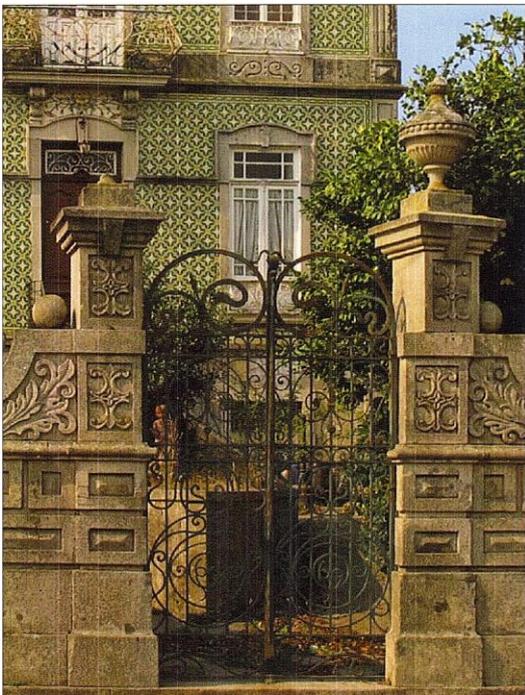
Ano de construção
1915
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

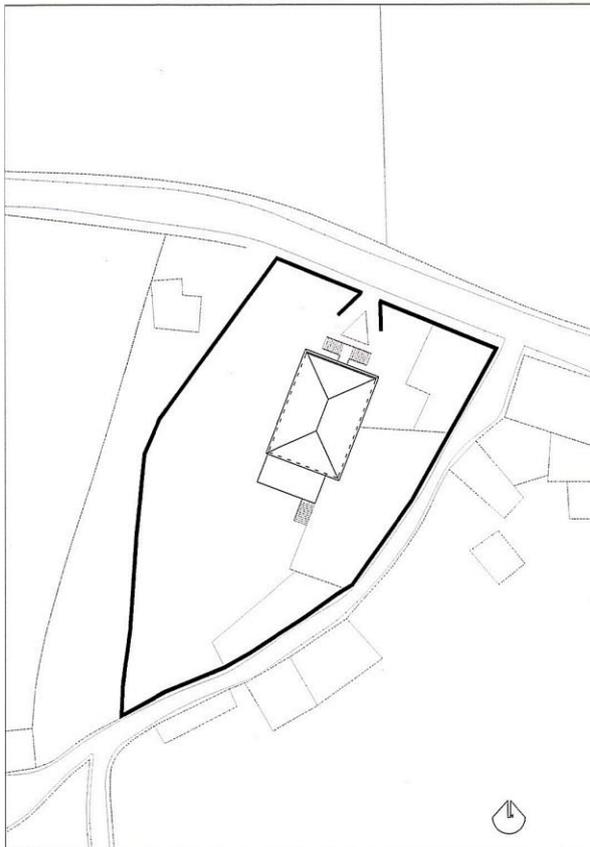
Configuração:
Casa-Bloco vertical, com revestimento em azulejo.
Situação:
Equidistante e perpendicular ao eixo da estrada.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

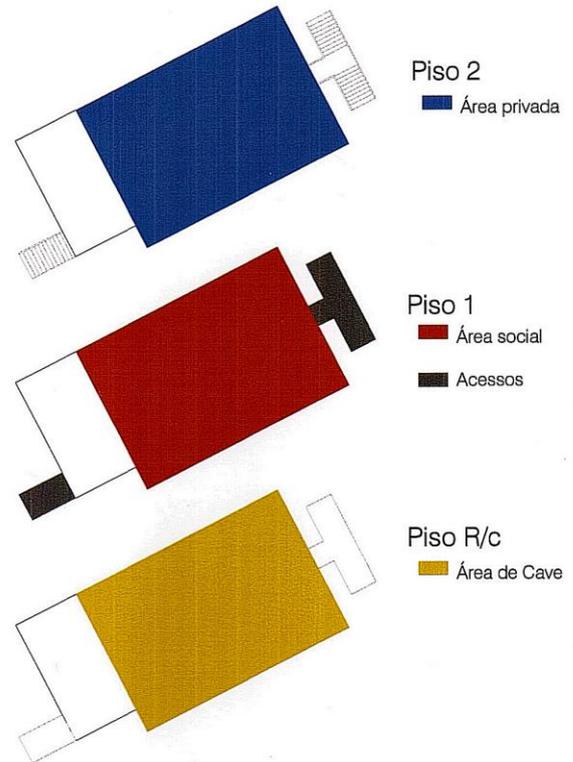


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

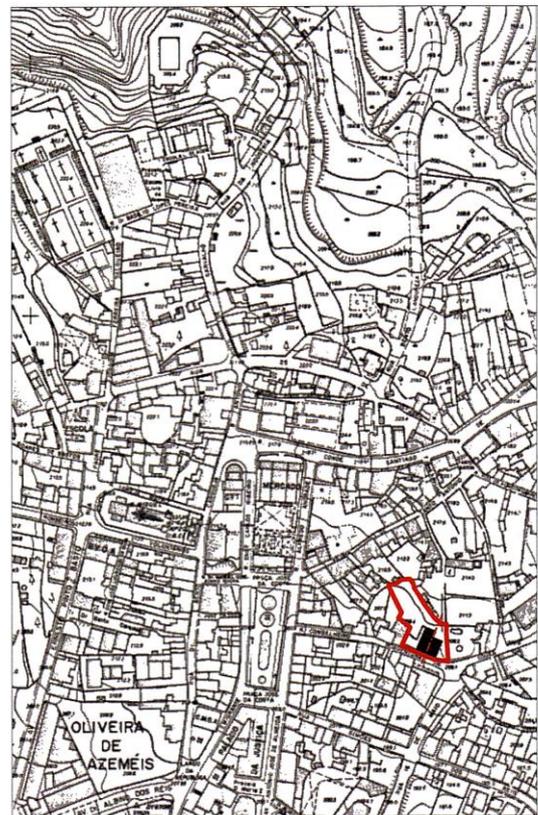
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Oliveira de Azeméis
Designação do Imóvel
Palacete da Família Alegria
Proprietário (original)
Ramiro Alegria
Ano de construção

Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, com revestimento a azulejo.

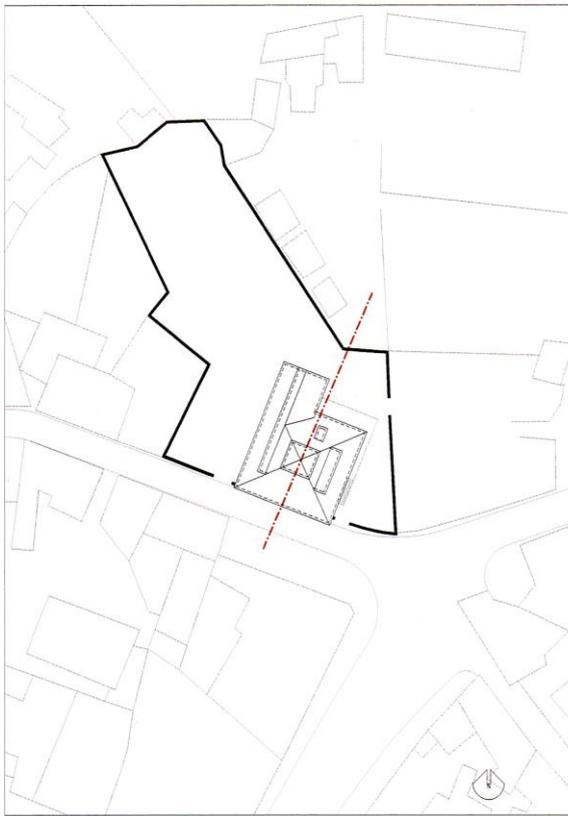
Situação:
Casa à face do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

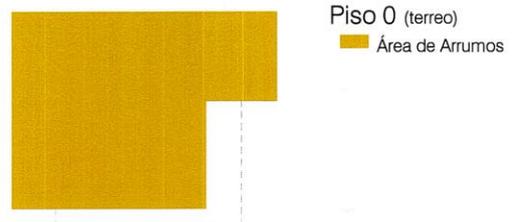
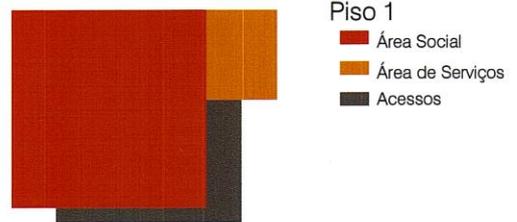
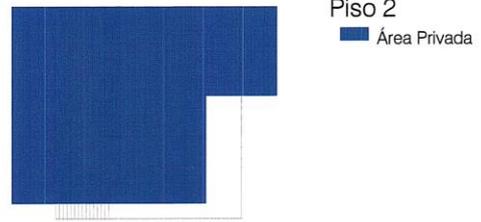


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



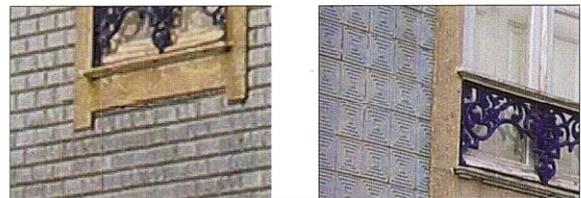
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Loureiro
Designação do Imóvel
Casa do Barão de Loureiro
Proprietário (original)

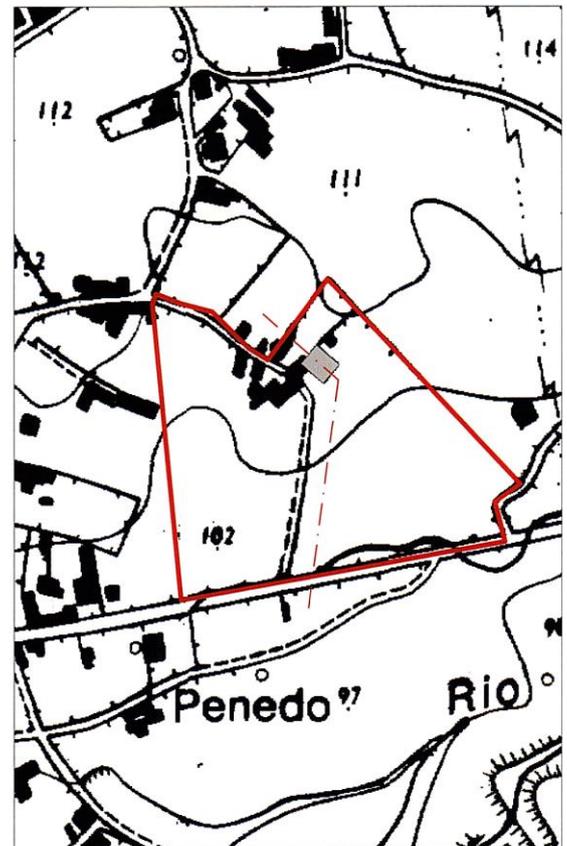
Ano de construção
1890

Função actual

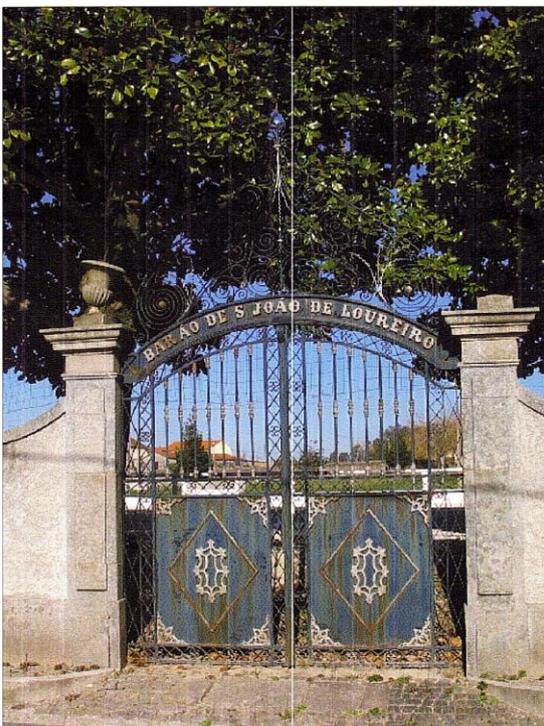
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco vertical, com torre
(alterada) e azulejo na fachada principal.

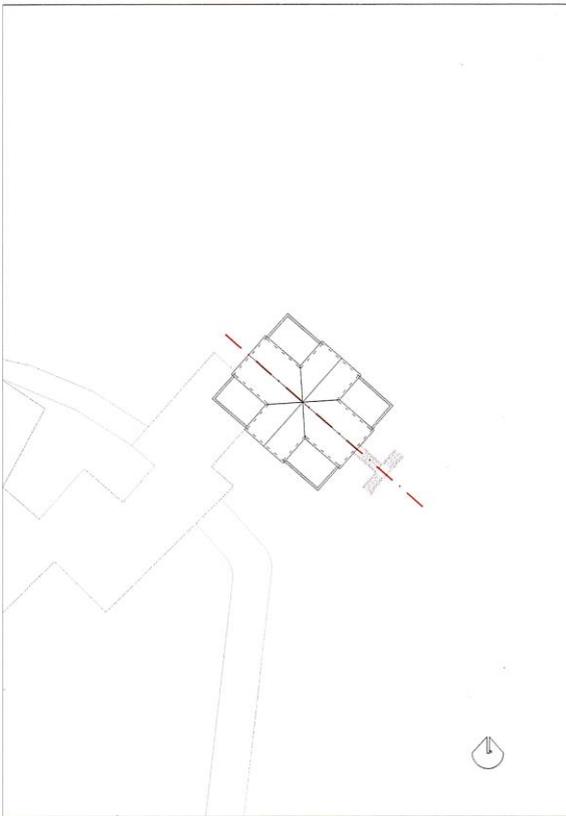
Situação:
Afastada da estrada principal.



Planta de Implantação - Escala 1/5000



Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 2
Área privada



Piso 1
Área social
Área de serviços
Acessos



PISO 0 (terreo)
Área de Arrumos

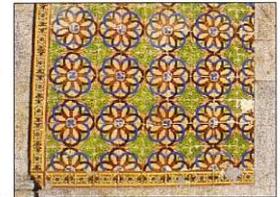
Escala 1/1000

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos Decorativos



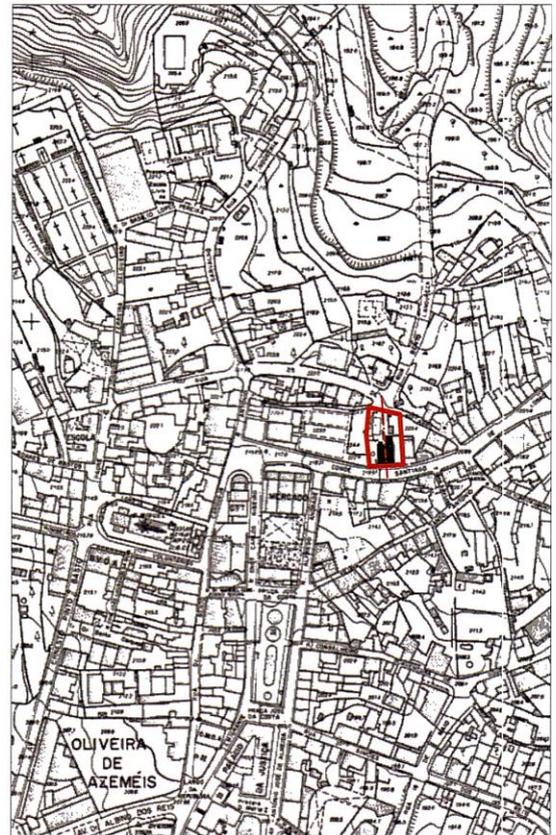
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Oliveira de Azeméis
Designação do Imóvel
Palacete Salvador Machado
Proprietário (original)
Salvador Machado
Ano de construção
1894
Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo

Configuração:
Casa-bloco vertical, com revestimento a azulejo na fachada principal.

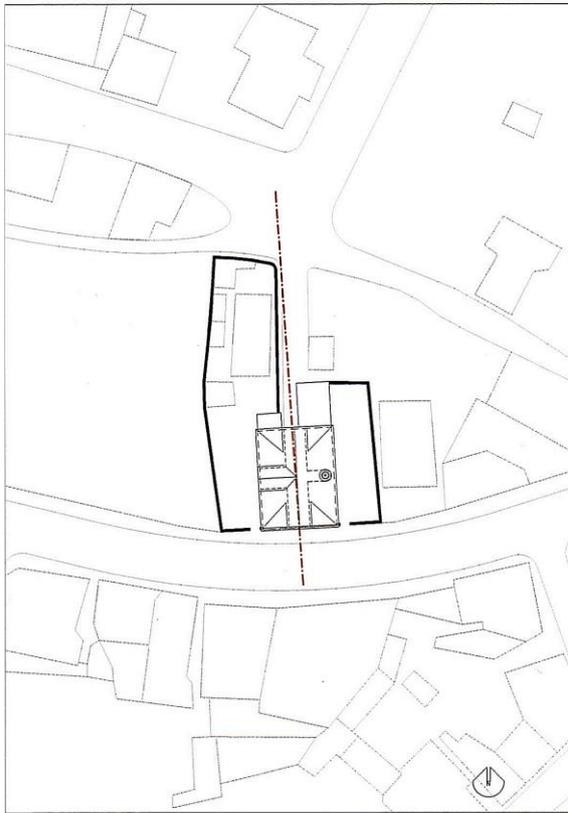
Situação:
Casa à face do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

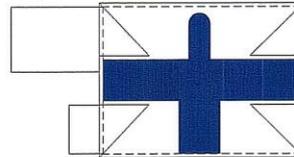


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

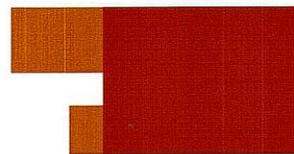
Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 2 (desvão)
■ Área Privada



Piso 1
■ Área Privada
■ Área de Serviços



Piso 1
■ Área Social
■ Área de Serviços



Piso 0 (cave)
■ Área de Serviços

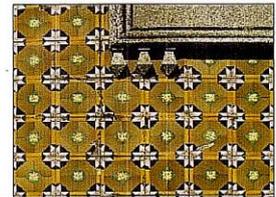
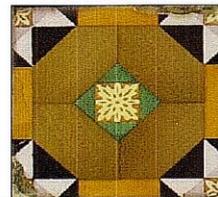
Escala 1/500



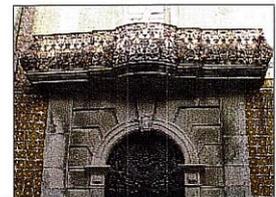
Elementos de composição do espaço

Acessos

Revestimentos



Elementos decorativos



- CASA HÍBRIDA – sem referências definidas, conjugando, em edifícios pré-existentes, ou em construções de “raiz” várias referências, inclusivamente da *arquitectura vernácula*.

- Casa “Major Vaz” – Macinhata da Seixa
- Casa da “Quinta de Santiago” – Santiago de Ribaul
- Casa do “Torreão” – Cucujães
- “Casa da Estrada” – Pindelo
- “Casa do Castelo” – S.º João da Madeira
- Casa da “Quinta de Carcavelos” – Santiago de Ribaul

Ficha de Caracterização do Imóvel

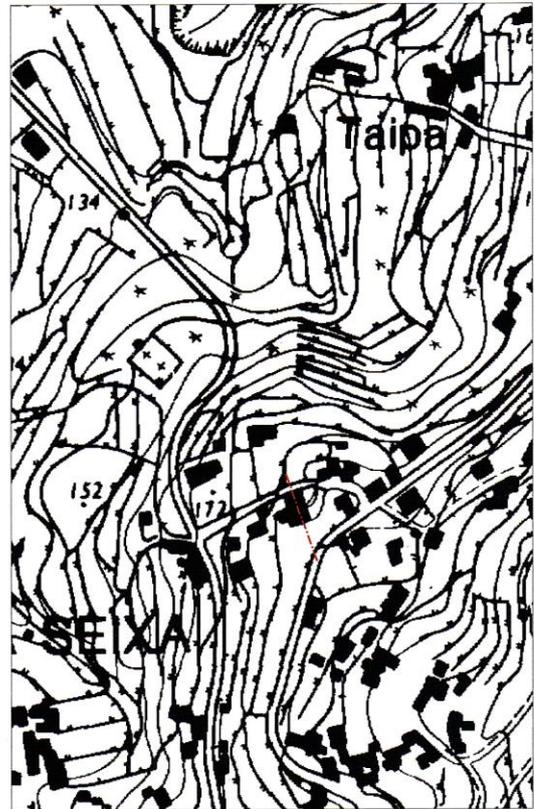
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Macinhata de Seixo
Designação do Imóvel
Casa Major Vaz
Proprietário (original)

Ano de construção

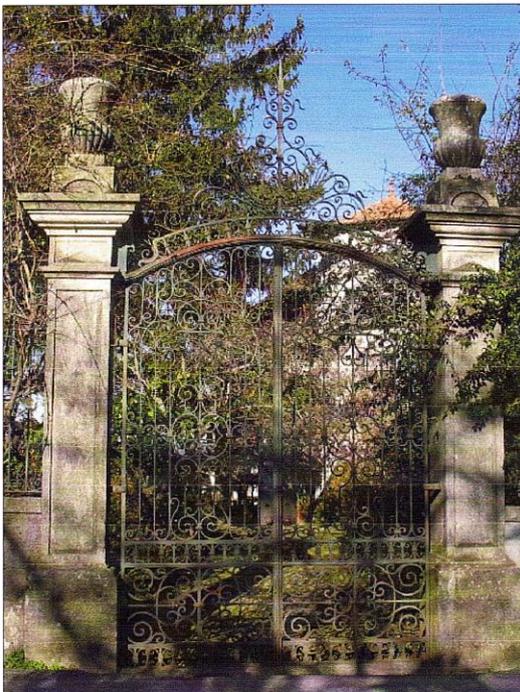
Função actual
Habitação

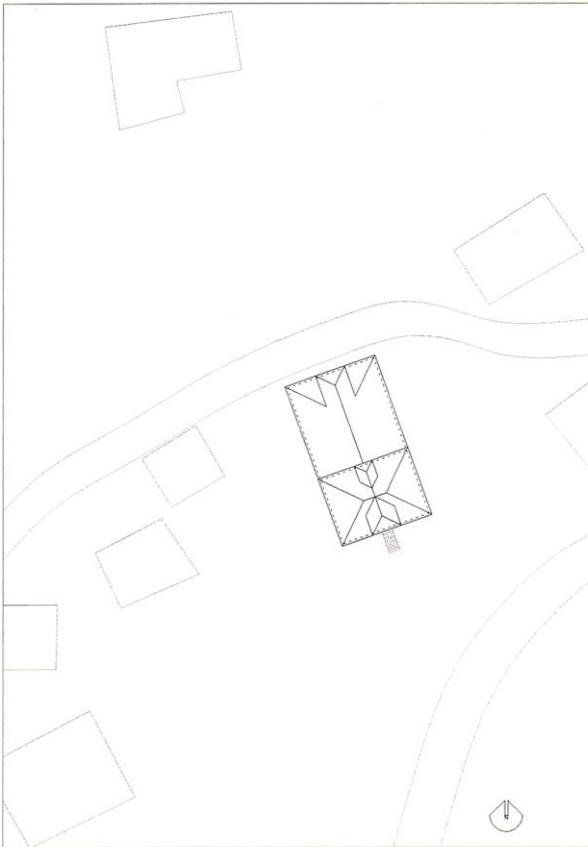
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal (2 pisos);
Situação
Perpendicular ao eixo da estrada;



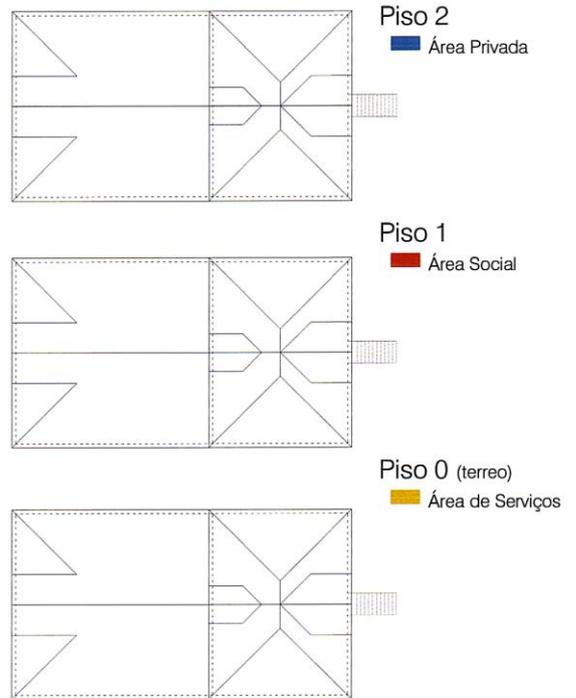
Planta de Implantação - Escala 1/5000





Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



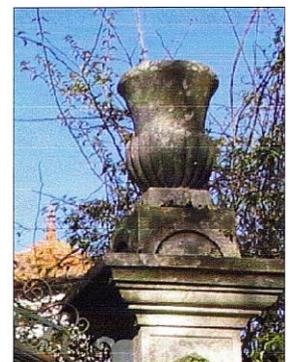
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos

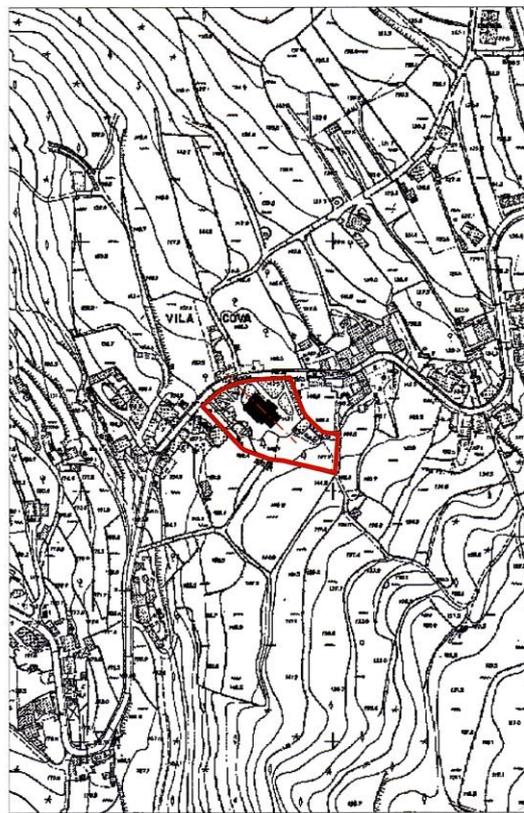


Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Santiago de Riba-UI
Designação do Imóvel
Casa da Quinta de Santiago
Proprietário (original)
Visconde de Santiago de Riba-UI
Ano de construção
188 ?
Função actual



Planta de Implantação - Escala 1/5000

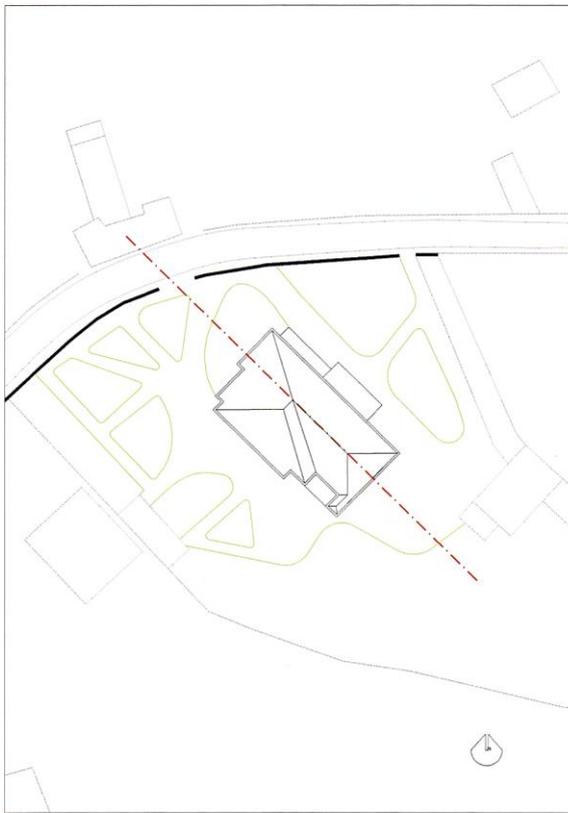
Elementos de caracterização do "tipo"

Configuração:
Casa-bloco horizontal; ampliação de casa existente.

Situação:
Equidistante e perpendicular ao arruamento.



Ficha de Caracterização do Imóvel

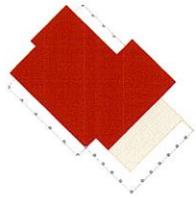


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Piso 1
■ Área Privada



Piso 0 (terreo)
■ Área Social
■ Zona de serviços (pré-existência)

Escala 1/1000

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

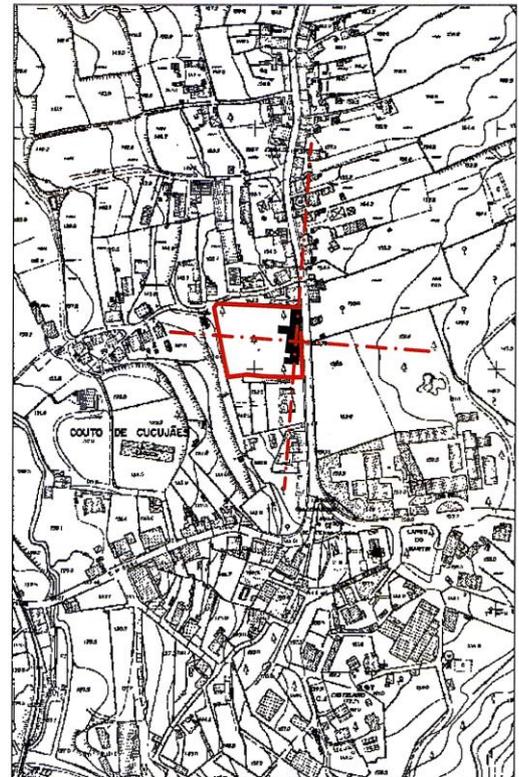
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Casa do Torreão
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual
Habitação

Elementos de caracterização do "tipo"

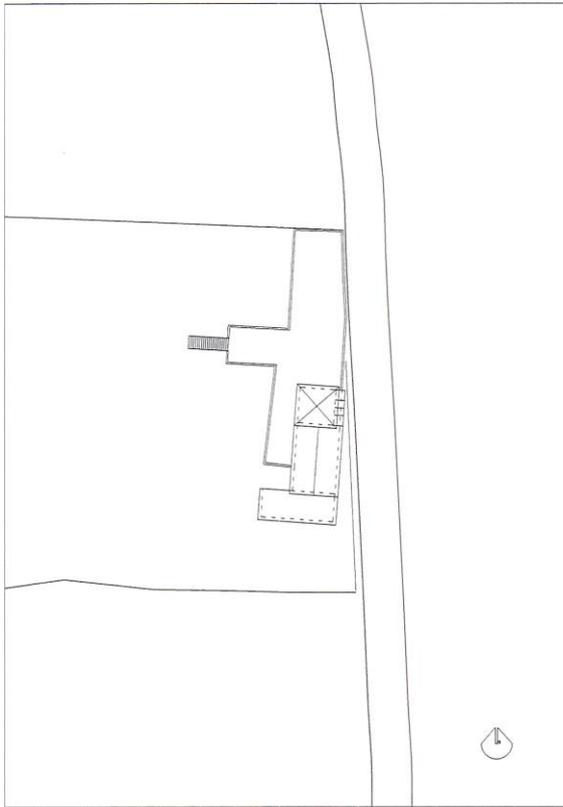
Configuração:
Casa "Bloco" horizontal, com torre.
Ampliação de casa pré-existente.
Situação:
Á face do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

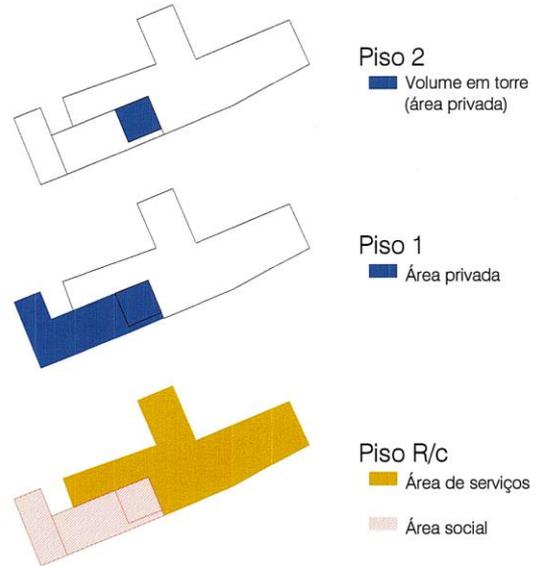


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



Escala 1/1000

Elementos de composição do espaço

Acessos



Elementos formais



Elementos simbólicos

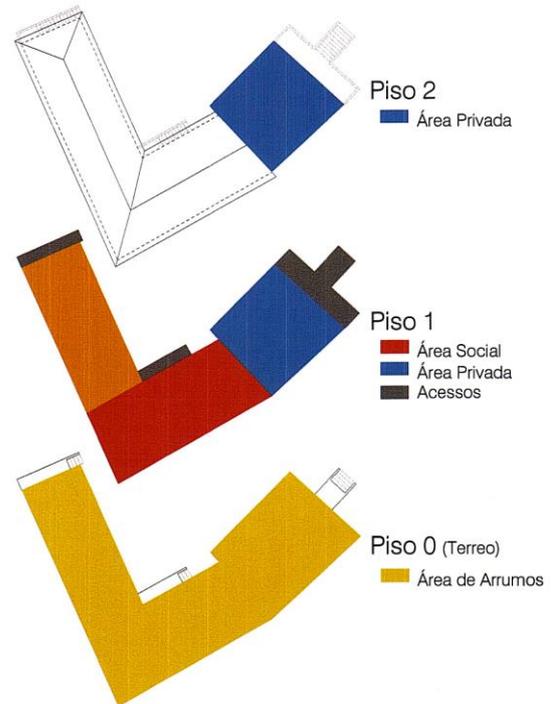


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço



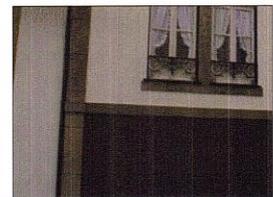
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



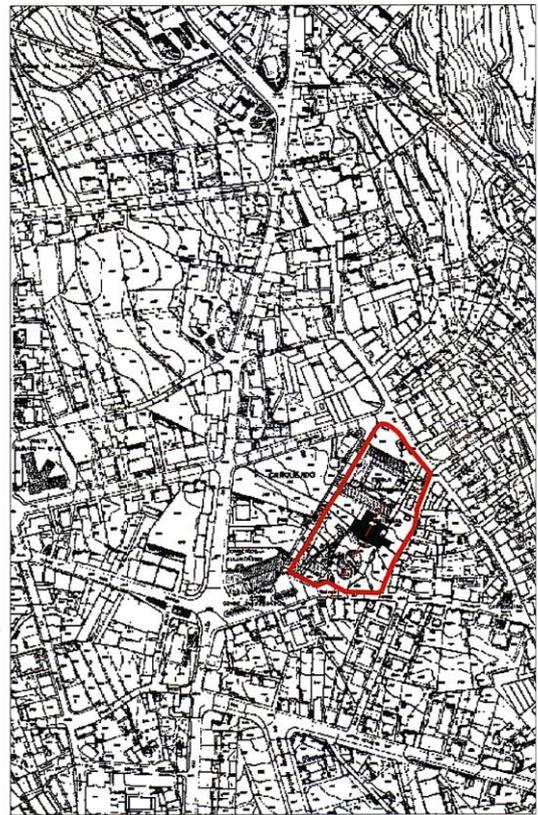
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
S. João da Madeira
Freguesia
S. João da Madeira
Designação do Imóvel
Palacete Conde Dias Garcia
Proprietário (original)
Conde Dias Garcia
Ano de construção
~1880
Função actual
Sem uso

Elementos de caracterização do "tipo"

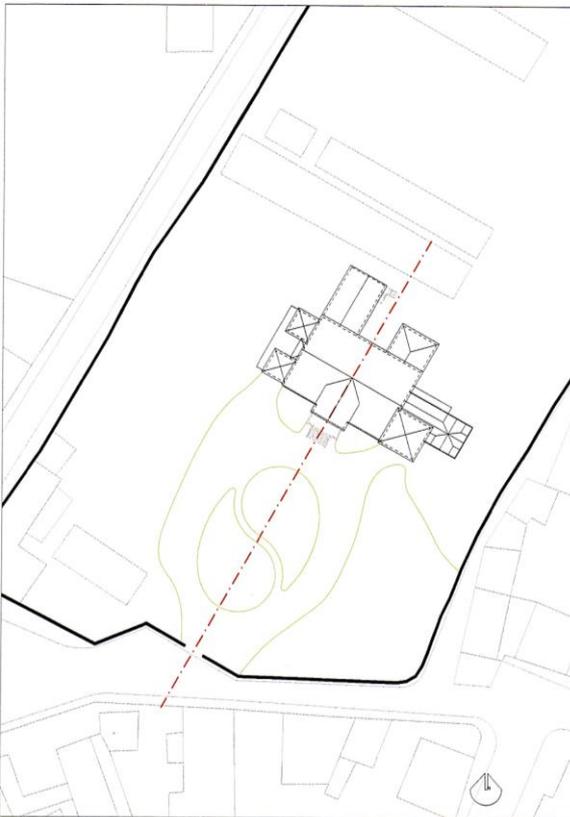
Configuração:
Casa-bloco horizontal; integra torres.

Situação:
Casa afastada do arruamento.



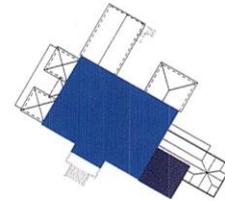
Planta de Implantação - Escala 1/5000





Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

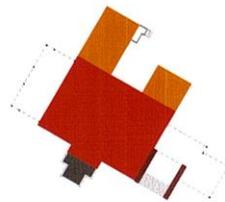
Disposição de elementos de composição formas/espaço



- Piso 2**
- Área Privada
 - Área Privada (Volume da torre)



- Piso 1**
- Área Social (Volume da torre)
 - Área Privada
 - Área de Serviços
 - Acessos



- Piso 0 (terreo)**
- Área Social
 - Área de Serviços
 - Acessos

Escala 1/1000

Elementos de composição do espaço

Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



Ficha de Caracterização do Imóvel

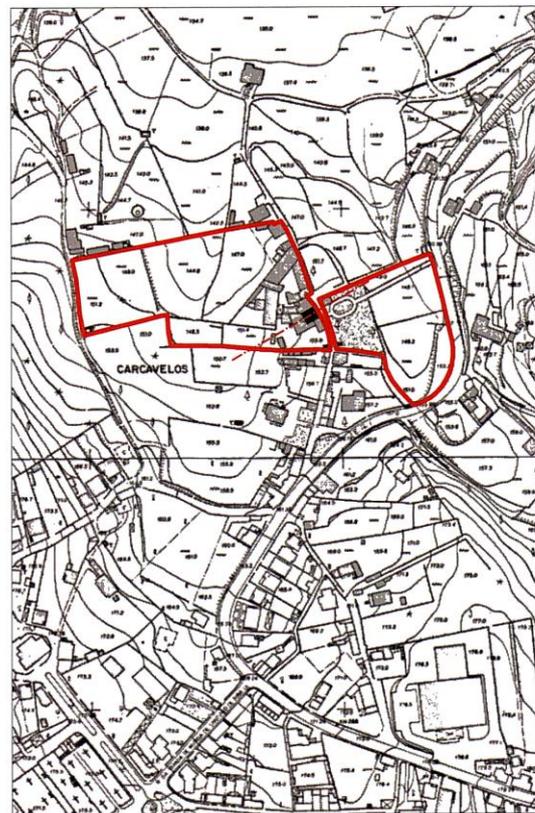
Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Santiago de Riba-Ul
Designação do Imóvel
Casa da Quinta de Carcavelos
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual
Devoluto

Elementos de caracterização do "tipo"

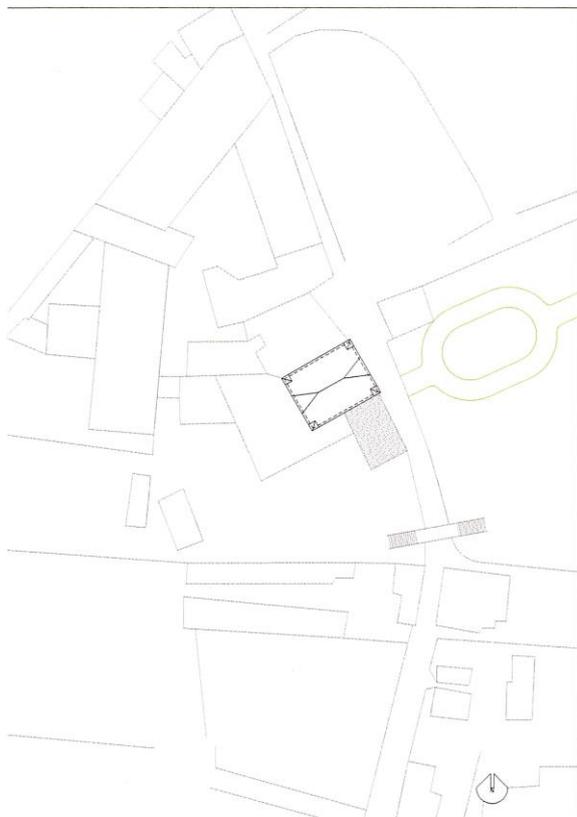
Configuração:
Casa-Bloco Vertical, sem azulejo,
(ampliação de casa existente).
Situação:
Casa à face do arruamento.



Planta de Implantação - Escala 1/5000

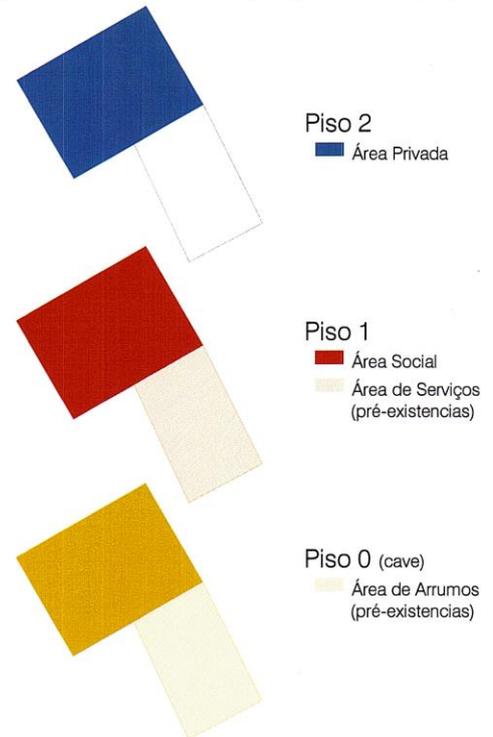


Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espço



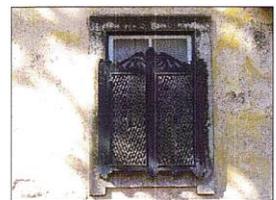
Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

1 Acessos



2 Elementos decorativos



- EQUIPAMENTOS (ESCOLAS) CONSTRUÍDOS POR INICIATIVA DOS EMIGRANTES –

- Escola “Justino Portal” – Cesar
- Escola “Cantina Rizo Terra” – S.º Martinho da Gândara
- Escola “Progresso” - Cucujães

Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cesar
Designação do Imóvel
Escola Justino Portal
Proprietário (original)

Ano de construção

Função actual
Equipamento

Elementos de caracterização do "tipo"

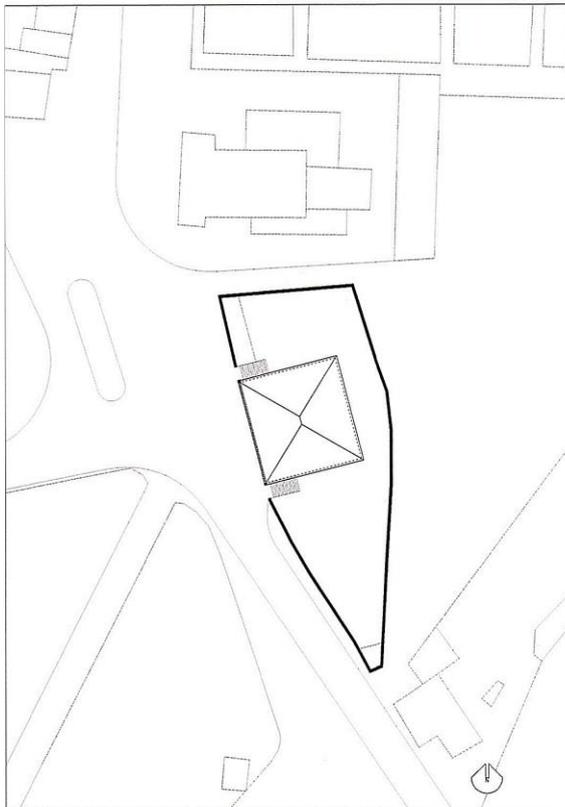
Configuração:
Casa-bloco horizontal sem azulejo
Situação
Casa à face do arruamento



Planta de Implantação - Escala 1/5000



Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço

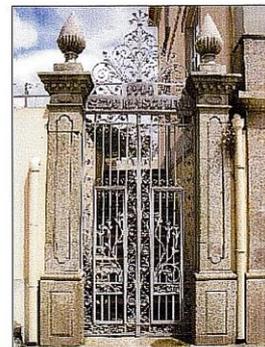
Piso 2
■ Área Privada

Piso 1
■ Área Social

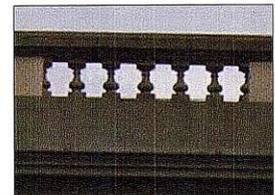
Piso 0 (terreo)
■ Área de Serviços

Elementos de composição do espaço

Acessos



Elementos decorativos



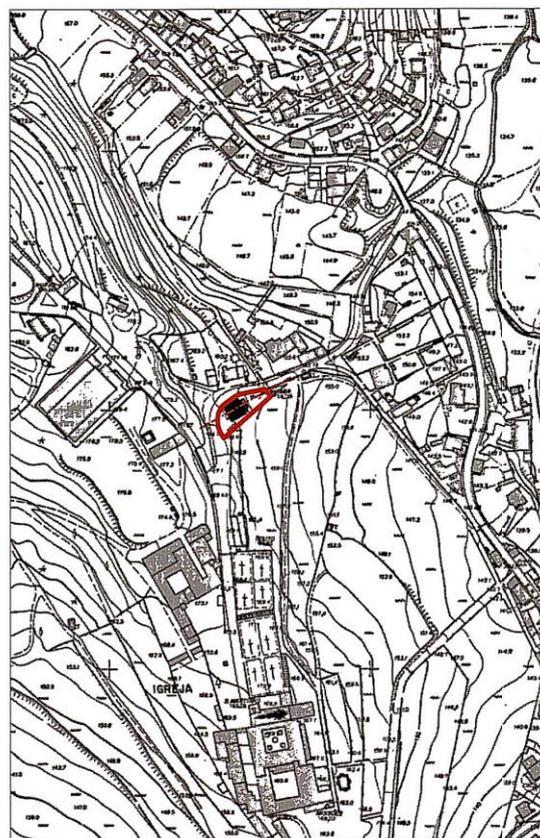
Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
Cucujães
Designação do Imóvel
Edifício da Antiga Escola Progresso
Proprietário (original)

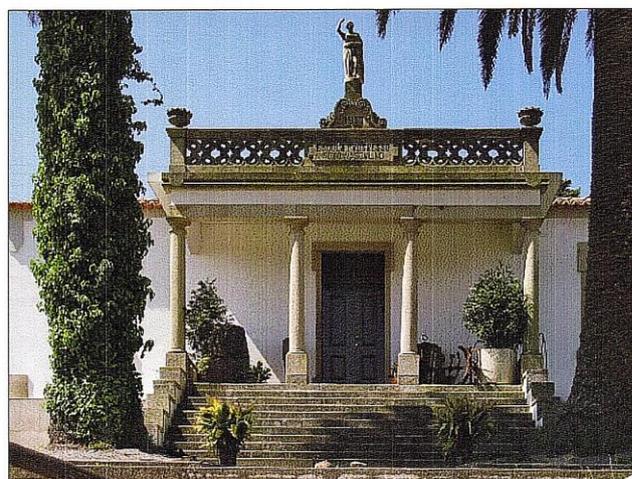
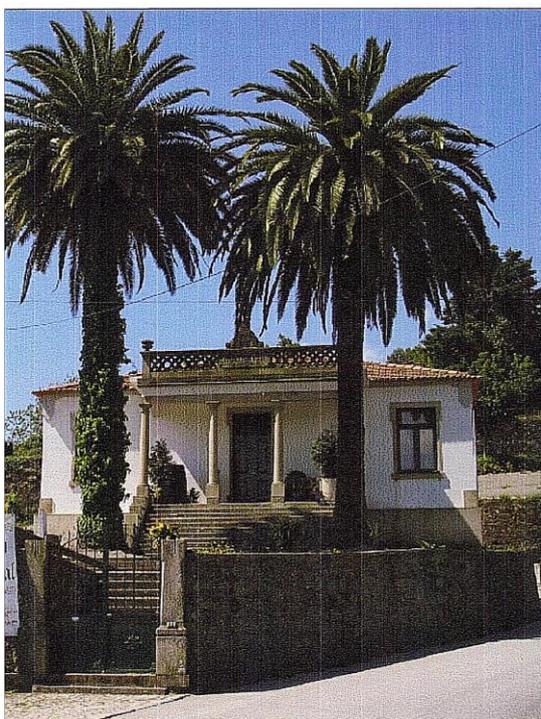
Ano de construção
1917
Função actual
Equipamento

Elementos de caracterização do "tipo

Configuração:
Casa "Bloco" horizontal sem azulejo
Situação
Casa à face do arruamento



Planta de Implantação - Escala 1/5000



Ficha de Caracterização do Imóvel



Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

Disposição de elementos de composição formas/espaço

Piso 1
■ Área Social

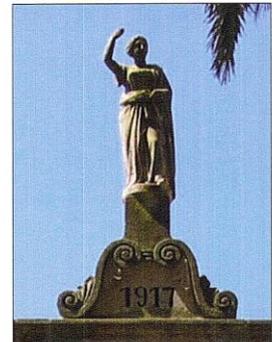
Piso 0 (terreo)
■ Área de Serviços

Escala 1/500

Elementos de composição do espaço



Acessos



Elementos decorativos

Ficha de Caracterização do Imóvel

Município
Oliveira de Azeméis
Freguesia
S. Martinho da Gândara
Designação do Imóvel
Escola Cantina "Rizo Terra"
Proprietário (original)

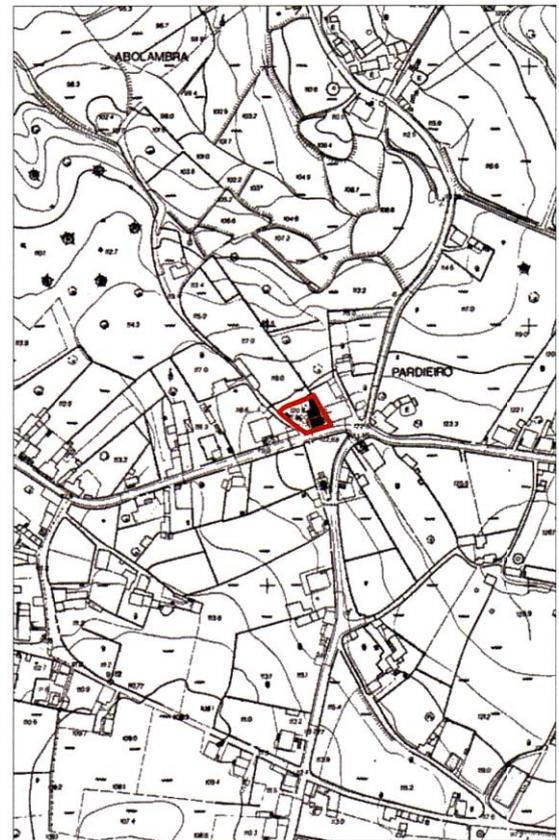
Ano de construção

Função actual
Equipamento - Cantina

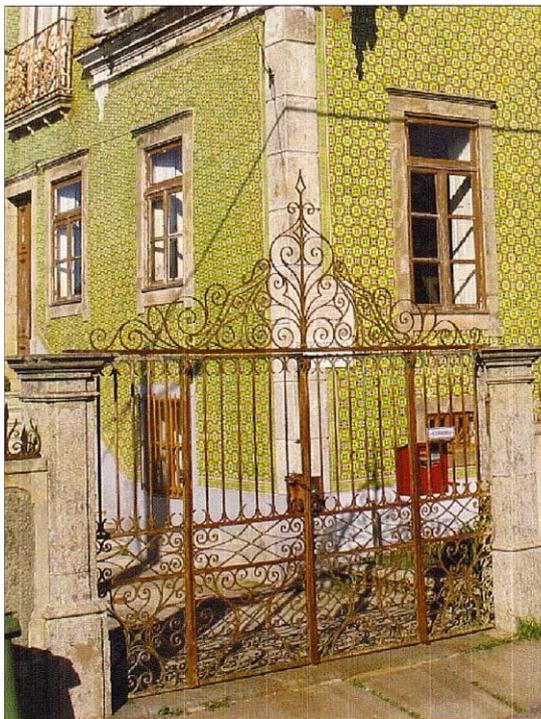
Elementos de caracterização do "tipo"

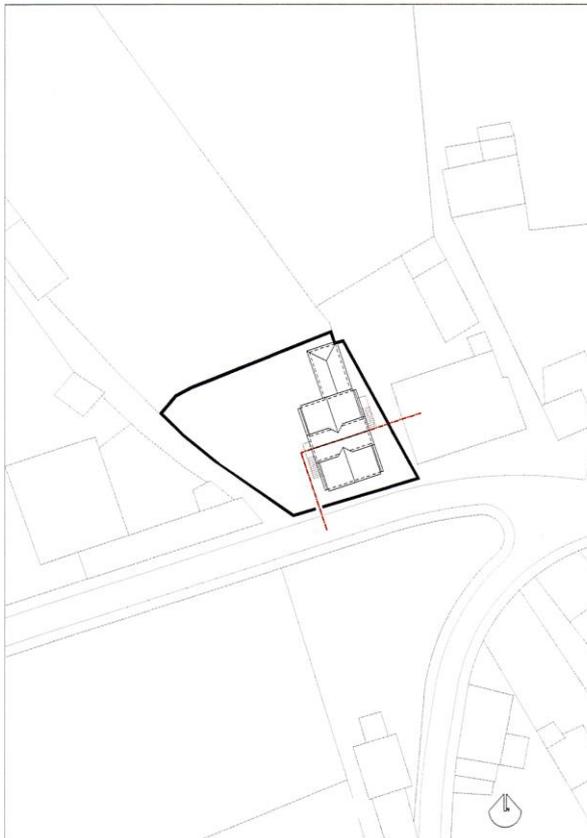
Configuração:
Casa-bloco horizontal, com
revestimento a azulejo.

Situação:
Perpendicular ao arruamento.



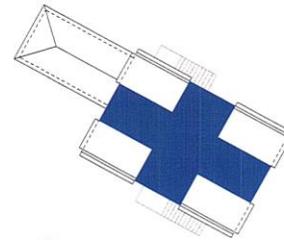
Planta de Implantação - Escala 1/5000



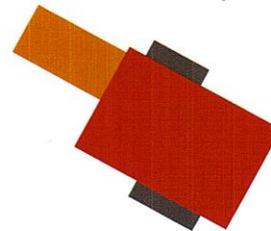


Relação formal/axial na implantação - Escala 1/1000

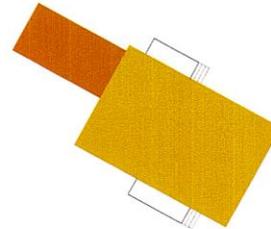
Disposição de elementos de composição formas/espço



Piso 2
■ Área Privada



Piso 1
■ Área Privada
■ Acessos



Piso 0 (cave)
■ Área de Arrumos
■ Área de Serviços

Escala 1/500

Elementos de composição do espaço

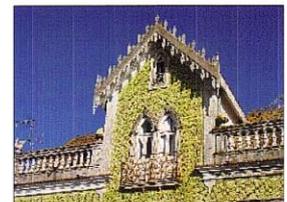
Acessos



Revestimentos



Elementos decorativos



- EXEMPLOS DE AZULEJOS ASSOCIADOS ÀS CASAS DE BRASILEIROS –

TIPOS DE AZULEJOS ASSOCIADOS AS CASAS DE «BRASILEIRO» –
REVESTIMENTO DE FACHADAS E PANEIS DECORATIVOS.

Azulejo de “estampilha”.



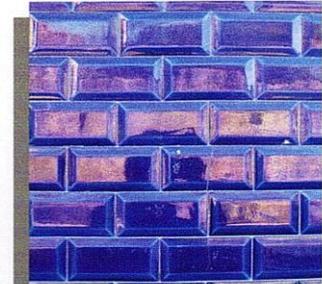
Casa Liga dos Combatentes
- OAz

Azulejo com partículas de vidro e metais.



Casa Diva Moraes - SM

Azulejo de pó-de-pedra com capa pigmentada.



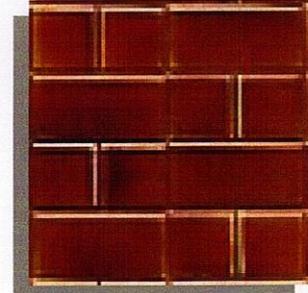
Casa em O. Azeméis



Casa R. Bento Carqueja



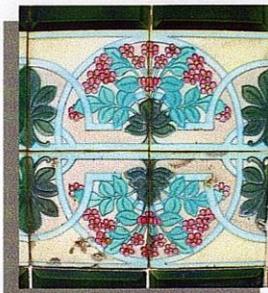
Friso Casa N. S.^a do Brasil –



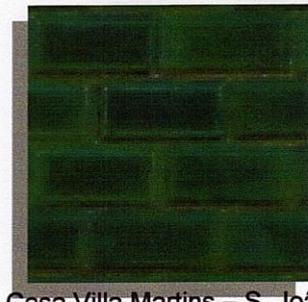
Casa Villa Diogo - CS



Casa R. Bento Carqueja



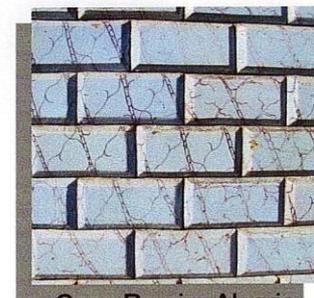
Friso da Quinta de Vera Cruz



Casa Villa Martins – S. João da Madeira



Casa Justino Portal



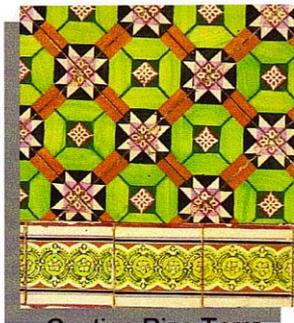
Casa Ramiro Alegria

TIPOS DE AZULEJOS ASSOCIADOS ÀS CASAS DE «BRASILEIRO» –
 REVESTIMENTO DE FACHADAS E PAINÉIS DECORATIVOS.

Azulejo de “estampilha”.



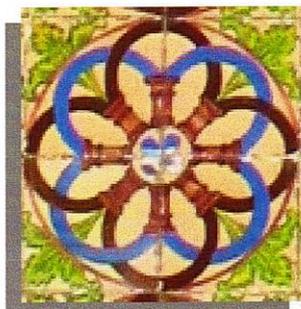
Casa R. de St.º António -
OAz



Cantina Rizo Terra.

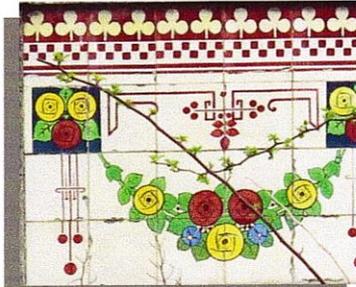


Casa Fajões 1



Casa do Barão – Loureiro

Painéis de azulejos -
decorativos



Painel na varanda da Casa
dos Leões - CS



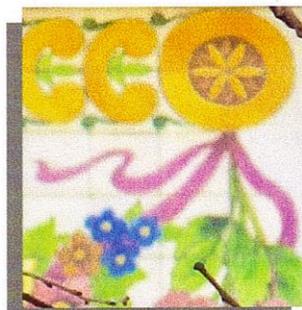
Casa Villa Martins – S. João



Casa de Fajões 2



Quinta do Troncal

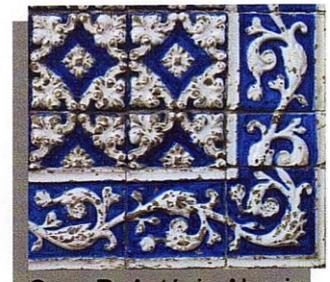


Casa em Cucujães

Azulejos “relevados”



Casa R. Bento Carqueja



Casa R. António Alegria –
Oaz



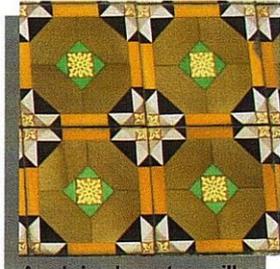
Casa R. Bento Carqueja



Casa Ramiro Alegria

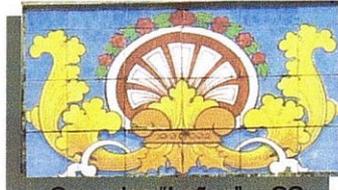
TIPOS DE AZULEJOS ASSOCIADOS AS CASAS DE «BRASILEIRO» –
REVESTIMENTO DE FACHADAS E PAINEIS DECORATIVOS.

Azulejo de “estampilha”.



Azulejo de estampilha –
Quinta de Vera Cruz e
“Salvador Machado”

Azulejo incorporado em
painel decorativo

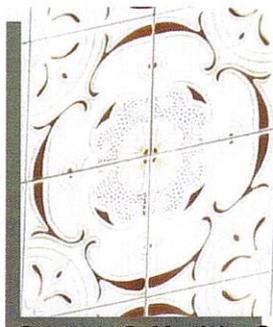


Casa dos “Leões” – CS

Azulejo decorativo
incorporado em louças



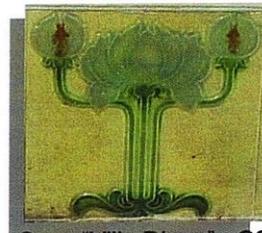
Casa “Quinta Verde” - CS



Casa em S. Martinho G.



Palacete do “Rei da
Farinha”



Casa “Villa Diogo” - CS



Casa em Fajões



Casa da Quinta de Santiago
– S. Riba-UI

PAVIMENTO EM MOSAICO
COM RELEVO (INTERIOR)



Casa “António Alegria” –
OAz.



Casa Quinta de Santiago –
S. de Riba-UI



Casa N.ª S.ª do Brasil – S.º
Martinho Gândara